

Callipole

Revista de Cultura

Propriedade
Câmara Municipal de Vila Viçosa

Director
Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Director Adjunto
Licínio Lampreia

Conselho de Redacção
António Rosa, Carlos Filipe, João Gabriel Caia, João Ruas, Joaquim Barreiros, Licínio Lampreia, Luís Brito da Luz, Luís Lopes, Margarida Borrega, Moisés Cayetano Rosado, Noémia Serrano, Tiago Salgueiro

Colaboradores deste número
Ana Isabel Veiga, Ana Luísa Vilela, António Monteiro, António Rei, Carlos Aurélio, Carlos Filipe, Cleuma de Carvalho Magalhães Emanuel Branco, Fabio Mario da Silva, Francisco Caeiro, Isa Margarida Vitória Severino, João Gabriel Caia, Joaquim Saial, Jonas Leite, Licínio Lampreia, Luís Brito da Luz, Luís Filipe Maçarico, Luís Lopes, Manuel João Fontainhas Condenado, Maria João Pereira Coutinho, Miguel Ángel Encabo Vera, Moisés Cayetano Rosado, Nuno Cruz Grancho, Ruben Varela Martins, Tiago Salgueiro

Capa
Cardeal Alexandrino Miguel Bonello (1541-1598) ©Harward art Museums

Administração e Redacção
Câmara Municipal de Vila Viçosa
Praça da República
7160-207 Vila Viçosa
Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho
Endereço electrónico de Callipole: geral@cm-vilavicosas.pt

Paginação e impressão
Rui Belo, Unipessoal, Lda. | milideias.pt

Periodicidade anual (27.º ano)

Tiragem: 500 exemplares

ISSN: 0872-5225
Depósito Legal N.º 68004/93

Callipole

Revista de Cultura

N.º 27 | 2021



Município de Vila Viçosa
Câmara Municipal

Os artigos são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	9
Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa	
ESTUDOS HISTÓRICOS	
A CAPELA DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA: FUNÇÃO RELIGIOSA, ACTIVIDADE MUSICAL E REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA	13
Licínio Lampreia	
“VILA DUCAL RENASCENTISTA”: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA HISTÓRICA ENTRE DISCURSOS LITERÁRIOS, COMEMORAÇÕES POLÍTICAS E USOS DO PATRIMÓNIO	34
João Gabriel Caia	
A REVOLTA SANGRENTA DE VILA VIÇOSA EM JUNHO DE 1808	49
Carlos Aurélio	
CALIPOLENSES NA GRANDE GUERRA – CONDECORAÇÕES, LOUVORES, PUNIÇÕES E OUTROS FACTOS ALUSIVOS AOS MILITARES NATURAIS DE VILA VIÇOSA INSERIDOS NO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS A FRANÇA	64
Joaquim Saial	
DESARROLLISMO EUROPEO (1960-1970). INCIDENCIA EN VILA VIÇOSA.	112
Moisés Cayetano Rosado	
PIAS (SERPA) MEMÓRIAS DO TRABALHO E DAS LUTAS ENQUANTO PATRIMÓNIO IDENTITÁRIO	133
Ana Isabel Veiga e Luís Filipe Maçarico	

ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

UT PICTURA POESIS MANUEL RENDÓN SEMINÁRIO E VILA VIÇOSA 163
Francisco Caeiro

O RETRATO DE BENEDETTO GIUSEPPE LABRE 171
NO MUSEU-BIBLIOTECA DA CASA DE BRAGANÇA
Tiago Salgueiro

O CASTELO DO ALANDROAL NO ROL DA ORDEM DE AVIS (1362-1364) 183
António Rei

O TESTEMUNHO DE ANTÓNIO DAS CHAGAS 200
NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DE ELVAS E CAMPO MAIOR:
O OFÍCIO DA PRATA NO CONTEXTO DIOCESANO DE SETECENTOS
Nuno Cruz Grancho

A OPORTUNIDADE PARA UMA REFLEXÃO ESTRATÉGICA 217
NA SEQUÊNCIA DO TRÁGICO ACIDENTE DA ESTRADA DE BORBA
Luís Brito da Luz

EXPLORAÇÃO SUBTERRÂNEA DE MÁRMORES. 222
ALGUNS ASPECTOS TÉCNICOS
Ruben Varela Martins, Luís Lopes e Emanuel Branco

O MÁRMORE E A ESCULTURA: 245
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS DIREITOS DE AUTOR
Miguel Ángel Encabo Vera

ESTUDOS LITERÁRIOS

CEM ANOS DE FLORBELA ESPANCA. 251
CONGRESSO INTERNACIONAL DE HOMENAGEM A MARIA LÚCIA DAL FARRA,
NO CENTENÁRIO DA PUBLICAÇÃO DE LIVRO DE MÁGOAS
Ana Luísa Vilela

FLORBELA ESPANCA E MARIA LÚCIA DAL FARRA: 256
CRÍTICA, BIOGRAFISMO, AMOR
Jonas Leite

O DIÁLOGO DAS MÁGOAS – UMA LEITURA DA OBRA INAUGURAL DE FLORBELA ESPANCA Fabio Mario da Silva	267
---	-----

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA PRONUNCIADO NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HOMENAGEM A MARIA LÚCIA DAL FARRA, NO CENTENÁRIO DA PUBLICAÇÃO DE LIVRO DE MÁGOAS Manuel Condenado	273
--	-----

RECENSÕES CRÍTICAS

HISTÓRIAS DA MINHA VIDA, DE CARLOS ALBERTO MARTINS PORTAS António Monteiro	279
---	-----

ALGUNS POEMAS DE MARIA LÚCIA DAL FARRA, ORGANIZAÇÃO DE FABIO MÁRIO DA SILVA E ANA LUÍSA VILELA Isa Margarida Vitória Severino	284
---	-----

ESPANCA, FLORBELA, DIÁRIO / O DOMINÓ PRETO DE FLORBELA ESPANCA, Obras Completas, Organização, notas e fixação de textos de Fabio Mario da Silva Cleuma de Carvalho Magalhães	288
---	-----

MÁRMORE. 2000 ANOS DE HISTÓRIA, de Maria João Pereira Coutinho Maria João Pereira Coutinho	292
---	-----

NOTÍCIAS CULTURAIS

CONGRESSO INTERNACIONAL: MULHER, MÃE E RAINHA. NOS 375 ANOS DA COROAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO COMO PADROEIRA DE PORTUGAL Carlos Filipe	307
---	-----

CONGRESSO INTERNACIONAL PORTUGAL RESTAURADO. MEMÓRIA DOS 380 ANOS DO 1.º DEZEMBRO DE 1640 Carlos Filipe	311
---	-----

NOTA DE ABERTURA

Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa

A preparação e a edição do número 27 da Revista de Cultura *Callipole* ocorreram numa época marcada, indelevelmente, pela pandemia Covid-19. A situação epidemiológica obrigou a que fossem adoptadas medidas consideradas decisivas no combate à sua contenção e, de um dia para o outro, deixou muitos projectos, actividades e eventos públicos habitualmente promovidos pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, adiados ou cancelados.

Contudo, é o novo número de *Callipole* que registamos hoje, começando por lembrar que se trata de uma publicação de natureza vincadamente cultural e que admite uma grande pluralidade de pontos de vista. Publica matérias e artigos de investigação relacionadas com estudos históricos, patrimoniais, artísticos e literários de autores consagrados e de jovens, abrangendo não só um vasto número de colaboradores portugueses, como também estrangeiros.

Este número da Revista de Cultura *Callipole* dedica um extenso dossiê à obra de Florbela Espanca, passados 100 anos da publicação de *Livro de Mágoas*. Neste contexto, merece destaque a realização do Congresso Internacional de Homenagem a Maria Lúcia Dal Farra, no âmbito de uma fecunda aliança entre a Câmara Municipal de Vila Viçosa, o Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e

Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos em Letras da Universidade de Évora.

Além de vários trabalhos e recensões, que apresentam diferentes leituras acerca da obra e vida da poetisa calipolense, são ainda publicados um conjunto de estudos relacionados com o projecto Alstones – Alentejo's Stones in the World (Alstones – Pedras do Alentejo no Mundo), que teve lugar em Vila Viçosa, entre 19 e 28 de Julho de 2019.

Nas outras secções da publicação, pode ler-se uma lista extensa de textos escritos por distintos autores, que evocam diferentes estudos sobre o património cultural e que constituem uma presença constante na vida da Revista, da autoria de vários especialistas. São diversas reflexões e análises, em muitos casos inéditas, feitas sobre realidades históricas e culturais, locais e regionais, sempre com liberdade de escrita e com rigor científico, que lhe conferem um lugar cimeiro no panorama actual das revistas de cultura.

Estudos Históricos

A CAPELA DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA: FUNÇÃO RELIGIOSA, ACTIVIDADE MUSICAL E REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA*

Licínio Lampreia

Historiador e investigador na área da História e do Património. Director Adjunto da Revista de Cultura *Callipole*. Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o Acordo Ortográfico.

Lembro a meu filho, o Duque, que a melhor cousa que lhe deixo nesta Casa é a minha Capela e assim lhe peço se não descuide nunca do ornato dela, assistindo-lhe enquanto puder aos ofícios divinos que se celebram nela, procurando que sejam com a perfeição e continuação que até aqui, assim de Capelães, músicos, oficiais, como de todo o mais serviço, o que lhe encarrego quanto posso [...]

(*apud* Freitas Branco 1956, 11), citado por David Cranmer in *O património musical de Vila Viçosa (1583-1910): o arquivo musical do Paço Ducal e a actividade musical* (2020:175-188).

O tema central do presente trabalho, expresso no título deste artigo, é um capítulo singular da história de Vila Viçosa; aquele em que se realizou uma das mais recordadas valias e especificidades do seu tecido cultural: a fundação da Capela Ducal em Vila Viçosa, à qual se encontra associada um riquíssimo fundo musical. O poliédrico centro humanístico que se construiu de forma muito nítida em Vila Viçosa durante o Renascimento, em

* Este texto integra o nosso estudo elaborado para o Volume I – Proposta de Inscrição do Bem *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista* à Lista do Património Mundial da UNESCO (versão de Julho de 2020), com vista a reforçar a justificação da valência de raiz religiosa, sendo agora ampliado e reformulado.

especial o património religioso e o espólio musical, motivos poderosos de empoderamento da candidatura de Vila Viçosa à Lista do Património Mundial da UNESCO, merecem uma visão de conjunto e de larga incidência cronológica, particularmente, adequada para permitir um entendimento desta questão, que abarque as suas diferentes manifestações religiosas, musicais, culturais e artísticas e os seus principais protagonistas, directamente associadas a representações simbólicas, a tradições e a acontecimentos ainda vivos, na lógica de uma interactiva conexão analítica. No substracto deste trabalho há um processo de investigação e de análise, que é uma importante parte oculta, mas não menos relevante da prática histórica. Este texto repete e amplia algumas parcelas de trabalhos mais emblemáticas de diferentes autorias, aos quais foi acrescentado uma soma de novos elementos. Enfim, é justamente num quadro de conhecimentos ainda fragmentado que procuraremos examinar e comparar a documentação recentemente produzida, identificar e preencher várias lacunas e vazios, resumir contributos anteriores e acrescentar os nossos. É, afinal, o que tentaremos, dentro do espaço deste trabalho.

Vale a pena recordar as palavras de D. Teodósio II (1568-1630), destacadas no início deste texto, que foi sétimo duque de Bragança, entre 1583 e 1630, dirigidas ao seu filho primogénito, D. João II, futuro D. João IV de Portugal (1604-56), que no seu testamento destaca que na Corte Ducal de Vila Viçosa o maior tesouro é a Capela Ducal e que constitui o alimento imprescindível da vida religiosa e devocional da Casa de Bragança, tal como se tira da supra mencionada citação. Trata-se de uma memória herdada e muito apropriada para nos aproximar, doravante, a uma parte importante das amplas particularidades e das linguagens marcantes da trajectória histórica do património religioso e musical calipolense.

A Casa mãe brigantina, em terras calipolenses, não foi apenas um palco privilegiado de desenvolvimentos culturais, arquitectónicos, artísticos e literários, inspirados, sobretudo, pelo período histórico da renascença e por um movimento multidisciplinar de *cultura livre e experimental formidável*¹, que implicou tanto de inovação como de renovação, mas também se assumiu como um importante centro religioso e um espaço virado para os estudos musicais, que acrescem excepionalidade a Vila Viçosa.

Ainda a este propósito, sobreleva, todavia, um outro aspecto enquadrador que se nos afigura importante ao entrarmos no universo do período renascentista, dado que configura o que podemos considerar como um movimento contínuo de fluxo e refluxo de influências. A este respeito, cabe, talvez, recordar que no contexto mais geral das dinâmicas culturais, artísticas e musicais de quinhentos,

¹ Jonathan Jones, crítico de arte do diário britânico *The Guardian*.

era na corte régia e nos círculos da aristocracia que, em Portugal, e especificamente em Vila Viçosa, *a inovação cultural e as ligações, nomeadamente ao mundo do humanismo italiano e à Flandres nas suas diferentes manifestações culturais e artísticas, ocorriam de forma mais nítida*².

Por via da sólida educação musical dos duques, e até dos seus familiares mais directos, mostra-se uma forma de erudição, que não põe de lado, o influxo directo na adopção dos princípios estéticos e artísticos do Renascimento que os titulares do ducado de Bragança assumem.

Ao falar da história religiosa e musical da *vila dos sete conventos* queremos começar por simbolizá-la numa vertente física e simbólica onde pontifica um nome que é um símbolo *per si*: a Capela Ducal de Vila Viçosa. Trata-se de uma palavra de larguíssimo percurso histórico na vida religiosa, musical e institucional e que tem aqui um intenso e estridente eco.

Falar da crescente importância da vida religiosa e da actividade musical em Vila Viçosa e do nevrálgico polo devocional e musical no quotidiano da vida do Paço Ducal, obriga que recuemos, à época do consulado de D. Jaime I. Com efeito, será no início de quinhentos, no período do quarto titular da cadeira ducal, que se assistirá à fundação da Capela Ducal de Vila Viçosa³, que escolheu S. Jerónimo como santo padroeiro, edificada no interior do Paço Ducal e contígua ao primitivo claustro quinhentista, que foi um dos primeiros espaços físicos a ser construído no novo Paço do Reguengo. Um elemento marcante da natureza deste inovador projecto consiste no cuidado com que foi planeado e, acima de tudo, no facto de ter sido fruto de uma vontade política.

A necessária autorização papal para a fundação deste edifício religioso chegou de Roma através da bula fundacional do Papa Júlio II, de 1505, autorizando os ofícios divinos e, especificamente, a música polifónica nas celebrações da Capela⁴, à qual se sucederam outros breves papais, o que mostra, aos olhos da Igreja, a sua relevância no complexo das relações religiosas e sociais da sociedade desse tempo.

Aqui estadiaram, escreveram e cantaram músicos da dimensão de Roberto Tornar, que desempenhou o ofício de mestre de capela e de música do duque D. João II, e de João Lourenço Rebelo, sem esquecer o próprio D. João IV, um exímio compositor e executante musical. Iniciava-se, deste modo, um processo cujo rápido desenvolvimento é já patente em meados do século XVI.

² Portugal e Flandres. Visões da Europa (1550-1680) (1992). Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance (2000).

³ Vide as eloquentes formulações de Bernardette Nelson A Música e a Capela, p. 239, in *De Todas as Partes do Mundo: O património do 5.º Duque de Bragança D. Teodósio I*. Volume I: Estudos, Jessica Hallett e Nuno Senos (coord.). Lisboa: Tinta-da-China, 2018.

⁴ Vide idem, *ibidem*, p. 239, onde se vê a importância do documento de fundação da Capela Ducal.

Ora, é conhecida e comprovada a plena e inquestionável propensão dos duques de Bragança, sobretudo a seguir a D. Jaime, para patrocinar as várias vertentes da cultura, da música, da literatura e das artes, que andaram de mãos dadas à sombra dos senhores da Casa Ducal.

A Capela começa a ganhar importância a partir de D. Jaime e multiplica-a no tempo do Duque D. Teodósio I (1510?-1563), titular da mais importante casa senhorial portuguesa, como quinto duque de Bragança, uma personagem culta, erudita e amante da música, e que lançara as bases para fundar uma Universidade de *Estudos Gerais* em Vila Viçosa. O duque brigantino, ao longo de um ducado de 31 anos, foi parte activa nos esforços que levaram ainda mais longe o estatuto de autonomia, o prestígio e as imunidades da Capela, no quadro da lei canónica prevalecente na época. De facto, dada a exclusividade e aparato de que gozou, desde o início, poucos anos bastaram para estarmos diante de uma instituição que conquistou um lugar cimeiro no universo das capelas seculares em Portugal, na primeira década da segunda metade do século XVI⁵, e que se converteu na *alma mater* da nova vida religiosa e musical local.

No entanto, ultrapassando, claro está o enfoque desta análise, torna-se premente pelo menos um curto apontamento sobre o contexto histórico e as principais vivências religiosas da sociedade coeva, que guardam uma relação declarada com os fastos brigantinos. Na verdade, a plena significação das motivações que se encontram subjacentes ao patrocínio religioso e musical dos Bragança nunca poderá ser entendida com o menor rigor se não tivermos em conta o enquadramento histórico e a mentalidade na Europa do século XVI. No plano externo, prevalecia um contexto religioso particularmente adverso. É claro que na segunda metade de quinhentos a Igreja Romana é assolada por uma das piores crises de fé da sua história. Um crescente movimento de desencanto e desagrado colocou em causa a maior parte dos cânones católicos e do comportamento pouco ético do clero, originou o grande cisma entre os cristãos do ocidente e provocou a primeira grande divisão do cristianismo ocidental. Os seguidores de Lutero desviaram-se do catolicismo e fizeram a sua reforma, cujos ideais religiosos estavam focalizados na renovação da Igreja e na reinterpretação das Escrituras. Era urgente uma reforma profunda e, por isso, o Papa Paulo III convocou o décimo nono concílio ecuménico, iniciado no dia 13 de Dezembro de 1545, na cidade de Trento, no norte de Itália, e que duraria 18 anos, (a sua conclusão coincidiu com o final do ducado de D. Teodósio I, em 1563), sendo que algumas das decisões doutrinais ali tomadas ainda hoje se encontram vigentes. Neste pano de fundo, que atrás referi aceleradamente, o valor dos empreen-

⁵ Vide idem, *ibidem*, p. 239.

dimentos e das transformações, sob a égide de D. Teodósio, são enormemente exarcebadas pela dimensão dos modelos externos com os quais teve de conviver.

Regresse-se agora a Vila Viçosa, mas sem esquecer a Capela, antes de mais para perceber melhor a sua importância significativa e amplamente reconhecível, assim como a sua arreigada relação umbilical com Vila Viçosa. Quanto mais se amplia este registo, mais cresce a evidência desta referencial instituição, cujo legado avulta no conjunto das valências patrimoniais locais e esse predomínio, em certa medida, eclipsou outros bens históricos, artísticos e arquitectónicos desta vila.

A recuperação de documentação e de registos históricos bem conhecidos sobre a Capela Ducal e a articulação entre esta e a Capela Real em Lisboa, permitem afirmar que o modelo de ofícios religiosos e a etiqueta terão sido análogos aos da Capela Real portuguesa coeva, possuindo as mesmas dignidades.

O número de músicos que se vislumbra documentado ao seu serviço e os exemplos musicais existentes, apontam para uma Capela do Paço de Vila Viçosa que já era, no final do século XVI, capaz de executar a maior parte da música polifónica da época. Já no período de seiscentos, pelas características da sua produção musical, a magnitude e a qualidade do repertório polifónico da Capela Ducal é denso e volumoso o suficiente, para nos levar a convocar o escol dos grandes centros de música nacionais, obrigando aos mais altos paralelos com a generalidade das catedrais nacionais portuguesas coevas, o que é caso verdadeiramente singular.

Sob o mesmo tecto do Paço Ducal, Vila Viçosa foi, durante o século XVII, local de referência a nível europeu no que respeita ao estudo, ensino, composição e interpretação de música polifónica, ao longo do qual alcançou o auge da sua riqueza e actividade. Uma parte significativa do fundo musical da Casa de Bragança em terra calipolense é constituída por partituras de música sacra, directa ou indirectamente, ligadas às celebrações litúrgicas praticadas na Capela.

Como complemento a estes aspectos, neste espaço perpassam outras perspectivas densamente significativas que importa não esquecer e que estão relacionadas, intrínseca e indissociavelmente, com grandes acontecimentos da história local e nacional e, além disso, com a representação alegórica da Capela Real do Paço de Vila Viçosa, condizente com a dignidade do estatuto social e das prerrogativas de distinção política e social da Casa de Bragança, que tão bem resplandescem neste espaço.

A relevância do valor simbólico da Capela no cerimonial religioso e político, assim como na forte aproximação entre o culto divino e o culto ducal, adquire uma dimensão peculiar no caso de Vila Viçosa. Na vila brigantina, a Capela Ducal, seguindo o modelo real, foi considerada como Capela Real, no reinado do monarca D. João V, o Magnânimo e, por isso, a atenção dada à música sacra

tornou-se uma das vertentes fundamentais, numa lógica de plena encenação do espectáculo litúrgico, em que os principais protagonistas cumpriam as devidas cerimónias.

Sobreleva todavia um outro aspecto que se nos afigura importante ao entrarmos no universo do Portugal restaurado com a ligação à Capela Ducal. Sobre este tema, há um momento maravilhoso e, extraordinariamente, sensível e emotivo. No dia 3 de Dezembro de 1640, Pedro de Mendonça e Jorge de Melo, dois destacados elementos do grupo nacionalista e patriótico português, dirigem-se para esta vila alentejana a fim de dar conta da Aclamação do Rei de Portugal. Quando aqui chegaram estava o rei na Capela Real, acompanhado da rainha, a assistir à missa, à qual começou a ouvir como duque e acabou como rei, que apenas soube da sua Aclamação em Vila Viçosa. Depois, seguiu para Lisboa.

Temos procurado mostrar que na vila ducal a música tem um papel relevante e é uma das vertentes fundamentais, que se assemelha a uma espécie de banda sonora de um grande filme que mostra a grandeza da Casa de Bragança, constituindo uma verdadeira estratégia de imagem⁶, condizente com o seu estatuto de preeminência política e social.

A Capela cumpre a função do serviço de Deus e da prática religiosa, a função de representação simbólica da dignidade e do estatuto político e social da Casa Ducal e a função de recriação cortesã⁷. É possível que, num primeiro momento, o essencial da excepcional colecção de música de Vila Viçosa estivesse associada, sobretudo, à Capela, uma verdadeira instituição e um símbolo de distinção por excelência, atingindo, no seu tempo, um nível de perfeição invejável em toda a Europa, na qual passaram grandes músicos.

Assim, esta instituição não associa apenas a causa religiosa à musical: associa as duas à esfera simbólica e as três ao serviço dos objectivos e dos interesses políticos e sociais do Ducado de Bragança, constituindo apenas faces distintas de uma só realidade.

Mas, a instituição não se manteve limitada e circunscrita ao universo fechado da sua própria realidade e das suas fronteiras. Em certos momentos, verifica-se uma certa articulação musical com várias instituições locais, designadamente, com o Santuário de Nossa Senhora da Conceição.

⁶ Esta singularidade do património musical de Vila Viçosa tem uma das suas principais expressões em Rui Vieira Nery, com realce para a sua comunicação denominada *A Biblioteca de Música de D. João IV*, apresentada nas II Jornadas do Património de Vila Viçosa (26, 27 e 28 de Novembro de 2004), no painel dedicado à análise da *Vida Musical em Vila Viçosa nos Séculos XVI e XVII*, moderado por João Ruas. Para uma visão de conjunto desta perspectiva vide o *Relatório das II Jornadas do Património de Vila Viçosa*, Lício-nio Lampreia (coord.), Câmara Municipal de Vila Viçosa, Dezembro de 2004, pp. 19-20.

⁷ Vide idem, *ibidem*, p. 19.

Os titulares da Corte de Bragança nunca deixaram de impulsionar a articulação das actividades da Capela com a de outras entidades correlacionáveis, sedeadas em Vila Viçosa. A título de exemplo destacamos a solenização e a celebração anual de ofícios divinos matinais específicos à Imaculada Conceição, na Capela do Paço Ducal de Vila Viçosa.

No entanto, todas estas panorâmicas e perspectivas narradas, sobre as várias vertentes propulsoras do desenvolvimento do valioso e singular percurso da Capela Real de Vila Viçosa, encerram uma outra virtude: o seu irradiante e penetrante simbolismo, já timidamente esboçado.

É bem verdade que Vila Viçosa se encontra expressivamente associada a tradições, a crenças e a simbolismos que são exclusivos desta vila alentejana e que não se podem aplicar a qualquer outro ambiente. Para um melhor conhecimento da sociedade calipolense, para encontrar o reflexo mais íntimo da mesma e o latido mais secreto de quem nela viveu, há que recorrer ao ambiente religioso e devocional, sobretudo à imagem da dimensão do simbolismo da Capela Ducal, que constitui uma das marcas genéticas da existência de Vila Viçosa e um dos mais importantes sinais de identidade da comunidade calipolense.

A função da Capela parece-nos tão íntima, profunda e extensa que não é possível medi-la apenas com critérios religiosos e musicais. O seu caso é muito mais amplo e entra no domínio do intangível, dado que configura um espaço de vida, uma referência cultural e espiritual do seu tempo e uma matriz civilizacional, que dela emanam de forma transparente.

Como complemento a estes aspectos, importa não esquecer que o evidenciado reconhecimento da imagem e da função da Capela Real de Vila Viçosa, associada ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição, contribuiu para colocar a *vila ducal renascentista* no mapa dos espaços simbólicos da vida religiosa em Portugal, e para deixar entender, também, que em termos de imagem exterior, existe uma percepção sintetizada que confunde, frequentemente, a vila com os seus símbolos religiosos e devocionais, que tornam bem evidente a posição destacada que a religião ocupa.

Essa associação funciona como um processo de recuperação de uma superlativa memória e de uma identidade local. Prevalece aqui um espaço privilegiado de adoração, devoção, música e cultura que esconde um profundo sentido alegórico e simbólico, pela densidade da sua atmosfera evocativa e devocional e pela intensidade das tradições características das práticas simbólicas associadas às religiosas, que vão desde as sessões musicais institucionalizadas, até à solenização da celebração de ofícios, passando pelo alinhamento das actividades religiosas, com implicações tão profundas no imaginário da sociedade local.

A solenização e a celebração de variados ofícios divinos, que se foram modificando ao longo dos séculos, implica a obrigatoriedade de cumprir certos

códigos de comportamentos e rituais sociais, de usar determinados ornamentos, paramentos e vestuário litúrgico (associado a vestes destinadas à celebração da missa, bem como a distintas práticas e serviços de culto)⁸ e de cantar hinos, que se encontram associados a signos, a linguagens e a programas específicos, que vão sendo, progressivamente, divulgados ao longo dos séculos e cujos elementos se entrelaçam com frequência, não sendo possível entender seriamente uns à margem dos contributos dos outros. Tratam-se de comportamentos a que os assistentes e os oficiantes, desde os membros dos coros e capelães, até aos organistas, passando pelos instrumentistas e pregadores, se habituaram a interiorizar como seus e que têm como missão transmitir uma mensagem.

Às formulações que testemunham o gosto dos sucessivos duques de Bragança pelas práticas devocionais e pela música, com o seu epicentro na Capela e interligadas com os seus valores simbólicos, junta-se agora outro singular empreendimento relacionado com a actividade musical. As medidas senhoriais, reveladoras das suas liberalidades religiosas e musicais, passavam da Capela para a livraria musical. Com efeito, já no século XVI estaria reservada a iniciativa orientada para a criação do Arquivo Musical do Paço Ducal de Vila Viçosa, que emerge da reiterada propensão e apetência que D. Teodósio II nutria pela música, paixão que transmitiu ao seu filho e duque herdeiro, D. João, do elevado nível da música na sua Capela e da qualidade dos músicos que confiava a educação musical do seu filho. O elo de ligação que une duas realidades temporais e culturais indissociáveis, a inclinação intelectual do duque pelos livros e pela música, levou à criação do referido Arquivo Musical, assim como do Colégio dos Santos Reis Magos, tão unidos, afinal, pelo mesmo mentor, pelo mesmo período cronológico, pelos mesmos propósitos e pela proximidade física.

D. Teodósio consagrou boa parte dos seus esforços criativos e intelectuais a enriquecer a vida cultural, literária e musical da secular morada e Casa Ducal dos Bragança com grandes projectos e criações e com o patrocínio de grandes cantores, músicos e instrumentistas para a sua Capela, fazendo-os vir de diversas partes, quer no âmbito da dimensão doméstica, quer no domínio do plano externo. Aqui haverá que ter em conta o enunciado por António Caetano de Sousa, que me parece inteiramente aplicável ao caso de D. Teodósio II acolher no seu ducado renascentista os melhores mestres de música, que afirma que *os scientes desta profissao, de sorte que attrahio muitos ao seu serviço pelos grandes*

⁸ Registe-se aqui o estudo de Maria João Pacheco Ferreira, *Os Ornamentos Têxteis com função Religiosa: Memórias e práticas*, p. 249, in *De Todas as Partes do Mundo: O património do 5.º Duque de Bragança D. Teodósio I*. Volume I: Estudos, Jessica Hallett e Nuno Senos (coord.). Lisboa: Tinta-da-China, 2018.

*premios, e assim o buscavão os mais insignes de toda a Hespanha, e os applicava aos exercicios da sua Cappela, cujo dispendio e apparatus foy real.*⁹

Fundado como livraria musical, o Arquivo do Paço Ducal recebia partituras de música sacra, sobretudo, através de doações ou de aquisições, reservadas principalmente para o serviço de música na Capela Real, e assume-se como um dos mais importantes arquivos de música da Europa, contribuindo para tal o seu valioso fundo bibliográfico, composto por cerca de duzentos mil volumes.

Esta iniciativa de D. Teodósio II, estabeleceu o ponto de partida de um espólio cuja riqueza iria aumentando nos séculos seguintes e chegou a servir como modelo para outros titulares ducais e para outros monarcas da dinastia brigantina.

O gosto pela música criara profundas e sólidas raízes no ducado de Bragança.

Desde então, até ao advento da Revolução Republicana, em 1910, a livraria de música sofreu sucessivos acrescentos, mas também perdas irreparáveis, para chegar ao estado em que se encontra actualmente¹⁰.

O Arquivo Musical, tal como hoje existe, resulta da reunião, em meados do século XX, de várias espécies musicais, sacra e profana, oriundas de distintas proveniências¹¹, que se encontravam no Paço Ducal de Vila Viçosa, tais como, por exemplo: óperas; libretos; partituras; periódicos musicais; e outros exemplares de música, e que hoje podem ser consultadas. Uma obra extremamente útil que nos exime de buscas em diversas livrarias e de pesquisas em colecções dispersas, sendo uma das mais extensas e ricas compilações de obras musicais com que hoje contamos.



Fig. 1 – Vista do Arquivo Musical do Paço Ducal de Vila Viçosa.

© FCB. <https://www.fcbraganca.pt/biblioteca/arquivos/>

⁹ António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomos V e VI, (este autor dedicou dois livros às biografias dos diversos titulares e membros da Casa Ducal e um outro, desdobrado em duas partes, à edição da documentação arquivística que fundamentava tais narrativas biográficas), citado por Manuel Inácio Pestana, *Mestres de várias artes ao serviço de D. Teodósio II, Duque de Bragança – (1583-1630)*, in *Callipole* n.º 10/11 - 2002/2003, p. 137.

¹⁰ Vide David Cranmer, *O património musical de Vila Viçosa (1583-1910): o arquivo musical do Paço Ducal e a actividade musical*, in *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista, Vol. III – Estudos Históricos*, p. 175, que é parte integrante da Proposta de Candidatura de Vila Viçosa à Lista do Património Mundial da UNESCO (versão de Julho de 2020).

¹¹ Cfr. <https://www.fcbraganca.pt/biblioteca/arquivos/> [acedido 6 Março 2021].

Ao longo de seiscentos sucederam-se outras fases deste processo, que constituem não etapas de um progresso em sentido único, mas aspectos de uma realidade dinâmica que se encontra submetida a várias progressões e transformações, em que as diferentes somas se adicionam para formar uma combinação favorável e subsidiária, em torno de um mesmo projecto. A este propósito não posso deixar de mencionar que esta memória engloba, incontornavelmente, o labor meritório do Duque D. Teodósio II, sétimo titular do ducado brigantino, relacionado com o processo de projecção da capela e com o engrandecimento da livraria de música. Por isso, não admira que encetasse um grande investimento na Capela e, acima de tudo, que promovesse a criação do Colégio dos Santos Reis Magos, cerca de 1606, como veículo para nutrir e reforçar o corpo de músicos do coro da Capela Ducal e para ministrar uma formação musical inicial aos moços colegiais¹². Esta iniciativa foi acompanhada de um sucessivo movimento de recrutamento de alunos.

É precisamente nestes termos que a prática do Colégio é relevante, dado que teve um papel preponderante na formação e aquisição de competências, com forte incidência na qualidade do exercício de tarefas corais e musicais.

As longas décadas em que a vila foi privilegiada com esta instituição de formação musical do Paço brigantino, através do Colégio dos Santos Reis Magos, que mais tarde veio a ser designado por Seminário dos Reis, confirmam que dele saíram vários músicos de renome, nacional ou local, na segunda metade do século XVIII e nos primeiros anos de Oitocentos.

Enfim, trata-se de uma face da génese do ensino da música em Portugal e uma causa determinante para converter o Paço do Reguengo num espaço de referência em Portugal, no que se refere ao ensino da música, onde qualificados mestres leccionaram.

A importância da Capela Ducal de Vila Viçosa, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, vê-se claramente nas estadias dos reis portugueses que contribuíram para o seu enobrecimento. Após a saída para Lisboa da corte calipolense, em 1640, a Capela Real, bem como o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, continuaram a ser motivo de atenções e de visitas reais. Convém insistir sobre este ponto que os reis da dinastia de Bragança prosseguiram com esta política de elevação, física e devocional, da Capela Ducal e nunca deixaram de lhe conferir particular atenção, promovendo a reforma e a reabilitação deste valioso edifício, bem como das suas funções.

Nesta sucinta análise terá necessariamente de entrar a afeição e a umbilical ligação do Rei D. João V (1689–1750), com Vila Viçosa, e muito concretamente

¹² Vide David Cranmer, *O património musical de Vila Viçosa (1583-1910)* [...], em especial, a p.177, onde se encontra o desenvolvimento desta problemática.

com a Capela Ducal, encontrando-se documentada a sua repetida presença na *vila ducal*.

Com efeito, são vários os testemunhos inquestionáveis da presença real em Vila Viçosa. Entre outras, D. João V visitou Vila Viçosa duas vezes, em 1716 e em 1729, com consequências importantes posteriores. A primeira visita, para agradecer à Padroeira e Rainha de Portugal a paz celebrada no Tratado de Utreque (11 de Abril de 1713) e para assistir a um *Te Deum* na Capela Real; na segunda, visitou a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e ouviu o *Te Deum* na Capela¹³. Na sequência da sua segunda visita ao Ducado de Bragança em Vila Viçosa, D. João V patrocinou obras em vários edifícios pertencentes à Casa de Bragança, sendo neste período a Capela profusamente remodelada¹⁴.

Neste registo de argumentação, Manuel Inácio Pestana afirma que o monarca concedeu vários benefícios e distinções, entre os quais se destacam a sua inteira reedificação, desde a construção à decoração e ao enriquecimento das alfaias religiosas, a atribuição de novos Estatutos e Regimentos e as benesses concedidas aos capelães, cantores, músicos e demais servidores da Capela, assim como a construção da torre sineira e a instalação do relógio¹⁵.

É fácil encontrar outras narrativas históricas sobre obras neste espaço durante o reinado do Magnânimo. Deveria acrescentar, para uma maior precisão deste tema, o que tão bem ressalta do estudo de Mário Tavares de Oliveira ao explicar que deste período *são o coro, os primeiros tramos da nave, as quatro capelas laterais e tribunas*¹⁶.

As demonstrações régias de mostras de zelo e de cuidado às coisas da instituição, continuam e desenvolvem-se em momentos posteriores. Passemos agora aos inícios do século XIX, onde nos aguardam novos e indefectíveis marcos que acrescentam grandeza à Capela Ducal. Levando mais longe as ilações anteriores, o entendimento desta questão encontra desenvolvimento, e até sólido, no reinado de D. João VI (1767-1826) que substituiu o padroeiro da Capela Real, que até esse momento fora S. Jerónimo, por Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, submetendo a Capela, simbolicamente, à Igreja Matriz¹⁷. A componente da linguagem artística e dos programas arquitectónicos, revestem ainda uma dimensão mais relevante, muito concretamente na *reforma da Capela*

¹³ Vide idem, *ibidem*, p. 180.

¹⁴ Vide idem, *ibidem*, p. 180.

¹⁵ Manuel Inácio Pestana, *D. João IV e Vila Viçosa*, Revista de Cultura *Callipole*, N.ºs 3/4 – 1995/1996, p. 88.

¹⁶ Mário Tavares de Oliveira, *Enquadramento Histórico*, in *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa – Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora*, Fundação Eugénio de Almeida, 2010, que evoca, por sua vez, a Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*. Vol. I, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1978, p. 647, para explicar o seu ponto de vista.

¹⁷ Vide idem, *ibidem*, p. 185.

*Real do Paço de Vila Viçosa, em 1806, no contexto dos programas de representação monárquica de D. João VI*¹⁸.

O trabalho de Mário Tavares de Oliveira lembra esta importante reforma na Capela do Paço Ducal de Vila Viçosa ao dizer *que o tecto da capela decorado com motivos inscritos nos caixotões rectangulares é inspirado nos sempre muito citados “groteschi” que Rafael terá executado para as “loggie” do Vaticano*¹⁹.

Demos agora um salto no tempo e situemo-nos já nos séculos XX e XXI, para ver novos contributos, entre muitos outros possíveis. Com efeito, a tudo isto há que juntar que, como escreve Mariana Correia Penedo dos Santos *A Capela e o Paço Ducal continuaram a ser alvo de intervenções após 1823, com destaque efectivo para as campanhas levadas a cabo pela DGEMN ao longo do século XX e, mais recentemente, pela Monumenta (2009-2011)*.²⁰



Fig. 2 – Imagem da Capela do Paço Ducal de Vila Viçosa; o espaço recebeu um vasto programa de reabilitação arquitectónica na época do príncipe regente D. João, nos princípios do século XIX, da responsabilidade de José da Costa e Silva; na abóboda pintura fresquista neoclassicante de Manuel da Costa. © FCB.

¹⁸ TEIXEIRA, José de Monterroso, *A reforma da Capela Real do Paço de Vila Viçosa, em 1806 no contexto dos programas de representação monárquica de D. João VI*, in Monumentos n.º 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2007.

¹⁹ Mário Tavares de Oliveira, *Enquadramento Histórico*, in Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa – Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2010, p. 18, citando José de Monterroso Teixeira, *A reforma da Capela Real do Paço de Vila Viçosa, em 1806 no contexto dos programas de representação monárquica de D. João VI*, in Monumentos n.º 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2007, pp. 82-93.

²⁰ Mariana Correia Penedo dos Santos, *A RENOVAÇÃO OITOCENTISTA DA CAPELA DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA – programas, protagonistas e materiais*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37066/1/ulfl256817_tm.pdf

Por outro lado, nas cerimónias eram interpretados repertórios de um extenso rol de insígnies compositores nacionais, espanhóis e italianos, segundo o gosto dos duques, quando a Casa de Bragança era ainda uma Casa Ducal e, depois, dos monarcas da quarta dinastia, de acordo com o estatuto da Capela Real de Vila Viçosa, e que mereciam ser ouvidos aqui, como é o caso, entre outros de: Roberto Tornar (músico discípulo dos flamengos Gaugericus de Ghersem e Philipe Rogier, que serviram na capela de Filipe II, e que foi mestre de capela e mestre do Duque D. João II); Gabriel Dias Besson; Palestrina; Victoria; João Baraona de Esquivel; Fernando de Almeida; Giovanni Giorgi; Mateus Romero; Aires Fernandes; Manuel Soares; Girolamo Bezzi; Afonso Lobo de Borja; Francisco António de Almeida; e Cristóbal Morales. Os lugares de publicação e os nomes dos autores merecem consideração, pois revelam, eloquentemente, as preferências e as preocupações musicais e culturais, e até, diplomáticas, ao estrangeiro (Roma, Espanha e Flandres, as capitais musicais do mundo cristão ocidental, onde apenas falta Paris), e revelam uma miscigenação musical. Uma periférica *corte de aldeia*, situada em Vila Viçosa e transformada num destacado e irradiante centro de cultura humanística, afirma-se, também, no panorama das dinâmicas, das interações e das irradiações da cultura musical, através da circulação de figuras e de obras de referência em torno do espaço hispânico e europeu, que muito bem poderíamos sintetizar de *corte musical dos duques de Bragança*, mormente no período do Renascimento. Logo por aí se vislumbra uma forte abertura ao exterior e uma possante circulação de ideias inovadoras entre pólos de referência cultural e religiosa, que se fomentava à sombra do prestígio da corte ducal, colocando Vila Viçosa na rota dos principais centros musicais na Europa renascentista.

Compreenderemos muito melhor esta problemática se recordarmos que muitas inovações musicais que circulavam nos séculos áureos da época moderna, ou mesmo para além dos seus horizontes cronológicos, encontram eco na produção musical de muitos autores nacionais. Um exemplo significativo, entre outros, tem a ver com a grandiosa biblioteca musical de D. João IV que teria permitido a músicos de vanguarda, como é o caso conhecido de Lourenço Rebelo, tomar contacto com técnicas e estilos de composição desenvolvidos noutros países europeus que não tinham ainda encontrado repercussão na prática musical portuguesa, baseada na tradição da Contra-Reforma e na herança da polifonia Renascentista.

Demais, durante a sua preeminência musical, a sede da grande Casa senhorial do reino no século XVI, atraiu um activo grupo de extraordinários músicos da época, além dos seus discípulos, que aqui exerceram o seu trabalho criativo e construíram um excepcional edifício musical. Nesta incessante movimentação, as ligações que existem entre os membros da corte ducal e dos reis da dinastia de

Bragança, e dos seus familiares mais próximos, com os grandes vultos da cultura e da música da altura são próximas e acentuam a dimensão musical, como uma das facetas mais evidentes da *vila ducal*.

Há, pois, um importante Arquivo Musical, com obras de música sacra polifónica de grandes mestres da chamada Escola de Música de Vila Viçosa. Se a presença de compositores nacionais e internacionais na livraria de música é uma realidade inquestionável, é importante ter em conta que são precisamente as obras de autores locais representados no fundo musical do Paço Ducal que lhe conferem a sua especificidade e singularidade.

Sem ambições exaustivas, salientamos vários músicos activos na Capela Ducal de Vila Viçosa ou no Real Colégio dos Santos Reis, ou em ambos os casos, durante o seu funcionamento: o compositor António Vieira, conhecido músico do século XVII; Frei José Marques de Santa Rita e Silva (organista e compositor sacro e profano); o Mestre da Capela Ducal, António Pinheiro (notável músico do século XVI, que foi um dos primeiros mestres da Capela Ducal)²¹; Jorge de Mendonça (mestre de música da Capela, nos finais do século XVI); Francisco Garro (mestre da Capela e autor de importantes obras musicais, inscritas no Catálogo da Livraria Musical de D. João IV); Marco António (organista da Capela); Paulo Correia (música de câmara); o músico Estevão Silveira (natural de Vila Viçosa, foi mestre de canto em Roma e deixou memória de si nesta cidade, possuindo um valor artístico e cultural que contribuiu para o engrandecimento da História da Música Ocidental)²²; o compositor de polifonia Manuel Cardoso (um dos maiores compositores de polifonia de todos os tempos do período renascentista tardio, junto a Duarte Lobo e a D. João IV, representa a idade de ouro da polifonia portuguesa, e na década de 1620, em plena madurez artística, estadiou na sede ducal dos Bragança)²³; o cantor, compositor e músico João

²¹ Estou a referir-me ao trabalho de Manuel Inácio Pestana, *Mestres de várias artes ao serviço de D. Teodósio II [...]*, lembrando que na p. 138 refere que António Pinheiro iniciou funções de mestre da Capela Ducal “a 12.Mar.1576”.

²² As crónicas raramente mencionam o nome de Estevão Silveira e do qual se perdeu a sua memória na terra que o viu nascer. Natural de Vila Viçosa, aqui foi baptizado em 1720. Foi mestre de canto em Roma e sob cujo alento desenvolveu Giuseppe Baini, mestre da Capela Papal, raras qualidades musicais. O músico calipolense deixou memória de si na cidade de Roma, através dos contactos com os mais conceituados musicólogos do seu tempo. Para uma visão mais completa deste tema pode ver-se José Augusto Alegria, *Um Calipolense que foi Mestre de Canto em Roma*, Revista de Cultura *Callipole*, n.º 2/1994, Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 145-148, cujo meritório trabalho serviu de base à elaboração desta argumentação.

²³ Manuel Cardoso (1566-1650), é considerado um dos maiores compositores de polifonia de todos os tempos, sendo homenageado em 2016 por ocasião dos 450 anos do seu aniversário com um estridente concerto em Madrid, na magnífica Igreja de las Madres Mercedarias Górgoras. Foi um compositor e organista português do período renascentista tardio. Muitas das suas composições baseiam-se em motetes escritos por D. João IV ou por Palestrina. Nos inícios da década de 1620, estadiou na sede ducal dos Bragança, onde forjou uma grande amizade com D. João IV.

Lourenço Rebelo (veio para Vila Viçosa, em 1624, e a sua actividade musical, quer na sede da Casa de Bragança, durante a monarquia dual, quer na corte de Lisboa, após a subida ao trono de D. João IV com a Restauração, confere-lhe o estatuto de músico com um talento privilegiado, com obras no Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa); Pe. José Nunes Sereno, Capelão da Capela Ducal de Vila Viçosa²⁴; Frei José Marques e Silva (1782-1837), natural de Vila Viçosa; Pe. Joaquim Cordeiro Galão, mestre de capela da Capela Ducal; Francisco António Franco (?-Borba 1868), cantor da Capela Ducal de 1804 até 1827²⁵.

Alguns destes autores viram as suas obras publicadas e distribuídas na Europa, que são motivos suficientes para acreditar o elevado gabarito da música portuguesa. A isto há que juntar que a obra de Manuel Cardoso era conhecida, igualmente, no Brasil e que várias partituras, depositadas hoje em dia no Arquivo Musical do Paço Ducal, terão sido enviadas para uso no Rio de Janeiro, sobretudo, na chamada Ópera Nova ou Teatro de Manuel Luiz.

Pelo meio, assinala-se que alguns manuais de canto gregoriano setecentista português, foram muito disseminados, quer em Portugal, quer no Brasil.

No entanto, o alcance da actividade musical é deveras muito significativo e, ainda se propaga, para além do domínio religioso, para outras manifestações sociais e culturais. O Paço calipolense tornou-se um lugar onde a música acompanhou as tradições seculares, características das práticas simbólicas, associadas a festividades cíclicas, a celebrações de casamentos, a festas senhoriais, a manifestações mais espontâneas, a recepções a embaixadas e a visitantes ilustres, sem esquecer, naturalmente, as tertúlias, os serões e os saraus de música.

Ora, não é demais recordar que, já bem entrado o século XIX, com a extinção das ordens religiosas, em 1834, no contexto das políticas liberais, advém uma mudança de paradigma no património musical de Vila Viçosa, que levou ao extermínio oficial da Capela Ducal, cujo último Capelão foi o Padre José Nunes Sereno, e do Seminário dos Reis²⁶. Seguiram-se décadas de decadência que assistem a uma lenta transformação da actividade musical de Vila Viçosa, caracterizada por um declínio da vertente da música vocal e por um incremento da componente da música instrumental. Neste contexto, a Igreja de Nossa Se-

²⁴ O Pe. José Nunes Sereno era uma personalidade extremamente generosa, à qual Vila Viçosa, em particular, e a musicologia portuguesa, em geral, muito devem. Ora, convém enfatizar que uma parte significativa da música sacra depositada no Arquivo Musical do Paço Ducal foi oferecida por ele.

²⁵ David Cranmer, *O FUNDO MUSICAL DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, VILA VIÇOSA*, in Revista de Cultura *Callipole* n.º 33, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2016, p. 179.

²⁶ Vide David Cranmer, *O património musical de Vila Viçosa (1583-1910)* [...], lembrando aqui a explanação, sobretudo, da p. 186.

nhora da Conceição assume a hegemonia da actividade musical e tem lugar a fundação das primeiras bandas filarmónicas²⁷.

A partir de uma visão integrada e holística do património musical de Vila Viçosa, e continuando a focalizar a nossa atenção na situação do século XIX, é conveniente recordar que prevalece uma certa articulação e cooperação da actividade musical entre o Arquivo Musical e várias instituições locais, designadamente, o Santuário de Nossa Senhora da Conceição, e começaremos ressaltando, dentro do conjunto, algumas questões inerentes ao programa das comemorações da promulgação a bula *Ineffabilis Deus* de Pio IX, de 8 de Dezembro de 1854, que afirma que a Virgem Maria foi concebida sem pecado original. Como escreve David Cranmer, um momento marcante das celebrações em Vila Viçosa, que ocorreram no verão seguinte ao da promulgação da referida Bula, foi a composição e a execução do *Hino do Dogma*, com texto do poeta local, José Maria de Almeida Reixa, e música de Francisco Peres, responsável pela direcção musical das comemorações²⁸. Compreenderemos muito melhor as sinergias entre distintas instituições locais, se recordarmos que os promotores desta iniciativa procuraram associar várias entidades a tais comemorações, de modo que o Santuário de Nossa Senhora da Conceição contribuiu para a primeira estrofe e refrão e que a partitura para canto e piano, teve como base um texto integral, existente no Paço Ducal, às quais se juntaram outros membros das bandas filarmónicas. Hoje em dia, embora com outro texto, o cântico religioso que antes mencionei, continua a ser cantado em Vila Viçosa como Hino em honra de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, constituindo um verdadeiro símbolo local. Em resumo, verifica-se que, mesmo depois da extinção da Capela, em 1834, antigos membros, tais como Francisco Peres (que em 1850 criou a primeira banda filarmónica em Vila Viçosa, a Sociedade Filarmónica União Calipolense, que ainda existe e cujo Arquivo Musical está actualmente em processo de organização e inventariação)²⁹, e António Ribeiro marcavam uma presença constante na vida musical de Vila Viçosa.

Ainda no século XIX, no segundo domingo da Quaresma de cada ano, realizava-se a Procissão dos Passos. A música dos motetes que se cantava ao correr as várias estações recordava as obras, harmoniosas e devotas, dos grandes mestres do século XVI, que por aqui passaram, ou aqui existem as suas composições.

Uma vez chegados aos nossos dias, constatamos que a auréola deste multifacetado património religioso e musical ainda está vigente nas pedras e nos corações dos calipolenses e que as suas formas culturais, traduzidas por uma

²⁷ Vide idem, *ibidem*, p. 186.

²⁸ Vide idem, *ibidem*, p. 187.

²⁹ Vide idem, *ibidem*, p. 187.

forte identificação com as instituições e as populações, prolongam-se no tempo e ainda hoje deixam marcos, materiais e imateriais, na herança patrimonial. É um facto inquestionável a prevalência da importância da sua perpetuação e da influência formadora sobre evoluções posteriores deste património, com especial incidência nesta vila alentejana.

Uma vez desaparecidos os homens, fica entre nós a intemporalidade das suas obras e, com elas, a sua memória perene, que restitui os signos invisíveis do tempo e que é o depósito que melhor contém os elementos que resgatam e reavivem o mais significativo do que vivemos, para poder nutrir e fixar a memória dos empreendimentos ducais, no que concerne às vivências religiosas e musicais, que se encontram entrelaçadas.

Os anos decorridos desde a fundação da Capela Real da corte dos Bragança são muitos, mas, praticamente, os pontos de referência estão à nossa vista. Neste caso, a distância que nos separa da sua construção não ajuda a passar inadvertida. Uma instituição com uma vida tão longa, não pode modificar, retrospectivamente, o seu passado, pelo que não só conta sempre com o património dos seus méritos, como também deixa uma presença indelével. É uma obra inesquecível.

Todo este legado físico e espiritual, apesar das alterações na sua matriz eclesíastica e na sua estrutura arquitectónica original, que, sucessivamente, se foi adequando aos tempos, mantém-se na sua terra de origem, continuando com ligações activas e simbólicas da religiosidade e da musicalidade, que reforçam os traços identitários locais.

Da conjugação das várias considerações acima expostas, decorre uma consequência que tem que ver com o facto capital de estes princípios reverberarem hoje com total vigência e actualidade na Capela. Basta dizer que a temporada de Música na Capela do Paço Ducal, que teve início no ano de 2001, com o propósito central de preservar a tradição musical, sempre acarinhada pelos Duques de Bragança, converteu-se num evento referencial no domínio musical e cultural do Alentejo. Os concertos de música clássica, cuja temporada encerra, habitualmente, com o concerto de Natal, contam com a presença de um número crescente de espectadores, com um criterioso repertório e com músicos de elevado gabarito no panorama da música erudita do nosso país³⁰. As particularidades do fundo musical da Casa Ducal de Vila Viçosa, que apresenta, como vimos, um conteúdo *sui generis* e uma colecção deslumbrante em termos de qualidade e variedade, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, estão na base da elaboração dos

³⁰ Os argumentos por mim citados a este propósito, têm como base a informação que perpassa nos folhetos informativos das sucessivas temporadas de *Música na Capela do Paço Ducal*, publicados pela Fundação da Casa de Bragança.

programas, propostos pelos próprios executantes, que permitem a criação de oportunidades para a sua audição em Vila Viçosa.



Fig. 3 – Capela Ducal de Vila Viçosa; acontecimento musical recente. © FCB.

Hoje observa-se, igualmente, a existência de uma relação entre o repertório ainda conservado nos arquivos musicais da vila e o repertório executado em distintas celebrações e em variados espectáculos musicais, dos quais podemos também usufruir hoje em dia.

E continuamos hoje a recorrer à Capela do Paço Ducal, que continua a officiar celebrações eucarísticas relacionadas com aniversários de nascimento, ou de mortes, referentes aos Duques, Duquesas, Reis e Rainhas da dinastia de Bragança.

Consciente da importância e valor do seu grandioso acervo musical, a Fundação da Casa de Bragança entendeu que este deveria ser alvo de um catálogo actualizado, pelo que se encontra em desenvolvimento um projecto de cooperação entre a Fundação da Casa de Bragança e o Centro de Estudos de Sociologia

e Estética Musical, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa³¹, com vista à sua elaboração, em conformidade com normas internacionais de descrição.

O catálogo elaborado pelo Cónego Augusto Alegria, e editado pela Fundação Calouste Gulbenkian, disponibiliza um inventário que evidencia uma colecção musical surpreendente na sua riqueza, na sua variedade e nas suas origens e comprova de forma clara que o Arquivo Musical se converteu num dos melhores de Portugal.

Decorridos mais de quinhentos anos desde a sua fundação, a Capela é todavia um legado vivo, e com relevante projecção na sociedade local, e o seu interesse como testemunho simbólico e como valor estético permanecem. Também neste contexto, Vila Viçosa aparece como um caso exemplar. Uma coisa é certa, a história religiosa e musical intrínseca à Capela, bem como a outras estruturas subsidiárias e complementares, permanecem para sempre onde começou, ou seja, num lugar cujo nome é Vila Viçosa e deixam-nos a meditar na nossa história.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALEGRIA, José Augusto. *Arquivo das músicas da Sé de Évora: catálogo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- ALEGRIA, José Augusto, *História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- ALEGRIA, José Augusto, *Um Calipolense que foi Mestre de Canto em Roma*, Revista de Cultura *Callipole*, n.º 2, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1994.
- CRANMER, David, O fundo musical do Paço Ducal de Vila Viçosa: Surpresas esperadas e inesperadas, in Revista de Cultura *Callipole* n.º 13, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2005.
- CRANMER, David, *O património musical de Vila Viçosa (1583-1910): o arquivo musical do Paço Ducal e a actividade musical*, in *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista*, Vol. III – Estudos Históricos, in *Proposta de Candidatura de Vila Viçosa à Lista do Património Mundial da UNESCO* (versão de Julho de 2020).

³¹ <https://www.fcbraganca.pt/biblioteca/arquivos/> [acedido 6 Março 2021].

- CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança. 1560-1640: Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.
- DOCUMENTO DE INCLUSÃO DE VILA VIÇOSA NA LISTA INDICATIVA DOS BENS PORTUGUESES CANDIDATOS A PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO, LAMPREIA, Licínio (Coord.), Comissão de Candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO (Colab.), Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2008.
- ESPANCA, Joaquim da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1985.
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. IX. Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1978.
- FERREIRA, Maria João Pacheco, *Os Ornamentos Têxteis com função Religiosa: Memórias e práticas*, in *De Todas as Partes do Mundo: O património do 5.º Duque de Bragança D. Teodósio I*. Volume I: Estudos, Jessica Hallett e Nuno Senos (coord.). Lisboa: Tinta-da-China, 2018.
- GOULART, Artur (coord.), *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa*, Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2010.
- HALLETT, Jessica e SENOS, Nuno (coord.), *De Todas as Partes do Mundo: O património do 5.º Duque de Bragança D. Teodósio I*. Volume I: Estudos. Lisboa: Tinta-da-China, 2018.
- LAVAJO, Joaquim Chorão, *A Imaculada Conceição de Vila Viçosa no Contexto Eclesial e Nacional*, in *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa: Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2005.
- LAMPREIA, Licínio, *VILA VIÇOSA – PAISAGEM CULTURAL CANDIDATA A PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO*, Câmara Municipal de Vila Viçosa: Revista de Cultura *Callipole* n.º 23 – 2016.
- MONGE, Maria de Jesus, *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*. Évora: 2003. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade de Évora, texto policopiado.
- NELSON, Bernardette, *A Música e a Capela*, in *De Todas as Partes do Mundo: O património do 5.º Duque de Bragança D. Teodósio I*. Volume I: Estudos, Jessica Hallett e Nuno Senos (coord.). Lisboa: Tinta-da-China, 2018.
- OLIVEIRA, Mário Tavares de, *Enquadramento Histórico*, in *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa – Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora*, Fundação Eugénio de Almeida, 2010.
- PESTANA, Manuel Inácio, *Mestres de várias artes ao serviço de D. Teodósio II, Duque de Bragança – (1583-1630)*, in *Callipole* n.º 10/11 – 2002/2003.

- PESTANA, Manuel Inácio, *D. João IV e Vila Viçosa*, Revista de Cultura *Callipole*, N.ºs 3/4 – 1995/1996.
- REIS, Fátima, *Representação e Poder da Casa de Bragança: patrocínio religioso e assistencial em Vila Viçosa na época Moderna*, comunicação apresentada nas II Jornadas do Património de Vila Viçosa, 2004, documento policopiado.
- SANTOS, Mariana Correia Penedo dos, *A RENOVAÇÃO OITOCENTISTA DA CAPELA DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA – programas, protagonistas e materiais*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica de Casa Real Portuguesa*, tomos V e VI, Coimbra, Atlântida Livraria Editora.
- TEIXEIRA, José de Monterroso, *A reforma da Capela Real do Paço de Vila Viçosa, em 1806 no contexto dos programas de representação monárquica de D. João VI*, in Monumentos n.º 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2007.
- VIEIRA, Ernesto. Dicionário biographico dos musicos Portuguezes, 2 vols. Lisboa: Lambertini, 1900.

“VILA DUCAL RENASCENTISTA”: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA HISTÓRICA ENTRE DISCURSOS LITERÁRIOS, COMEMORAÇÕES POLÍTICAS E USOS DO PATRIMÓNIO

João Gabriel Caia

FCSH/NOVA (joaogabrielcaia@outlook.pt)

A propósito da candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO – assente nas características patrimoniais, paisagísticas e culturais que remontam ao período áureo da localidade quando, desde o início do século XVI até 1640, foi residência fixa da Casa de Bragança e da sua corte renascentista – interessa compreender o percurso da memória de Vila Viçosa enquanto uma “Vila Ducal Renascentista”, denominação amplamente utilizada na candidatura. O objecto de estudo deste trabalho será essa mesma memória, cujo percurso se pode traçar desde a análise à literatura memorialista ao comemoracionismo officioso, materializou-se também na política patrimonial e local que tem sido desenvolvida desde o final do século XX à actualidade como me proponho a demonstrar ao longo das próximas páginas.

Dessa forma, os principais objectivos deste estudo serão: o estudo da relação entre memória e património e usos políticos do passado, aplicado ao caso de Vila Viçosa; identificar uma historicidade própria desta concepção da Vila enquanto “Vila Ducal Renascentista”, contribuindo assim para a argumentação da candidatura a Património da Humanidade; e compreender a importância deste tipo de memória para um contexto político e social local.

Da Idade do Ouro à Decadência: um reflexo da Revolução Liberal

A expressão “vila renascentista” justifica-se porque a expansão urbanística realizada em Vila Viçosa no século XVI constitui (...) um dos primeiros exemplos de concretização dos ideais urbanísticos renascentistas que se expandiu, progressivamente a outras latitudes (...).

A referência à “vila ducal” também se justifica porque:

- Esta vila, fundada em 1442, está unida à Casa de Bragança desde D. Afonso (1377-1461), 1.º Duque;

- A expansão urbanística realizada no século XVI foi obra de D. Jaime (1479-1532), 4.º Duque;

- A partir de então a vila não mais perdeu o seu brilho de sede da Casa Ducal.¹

É desta forma que a candidatura justifica a utilização do termo “Vila Ducal Renascentista” enquanto mote para o processo de valorização patrimonial que pretende conduzir. Pelo desenvolvimento e transformação da malha urbana durante o período renascentista e pela relação política e cultural que a localidade manteve com a Casa Ducal de Bragança, o Município de Vila Viçosa entende que a denominação atribuída tem uma razão de ser. De facto, a denominação é por estas razões justificável, mas não só. É também por não constituir novidade, isto é, por ser uma denominação com um passado histórico que permanece no discurso durante tempo suficiente para construir uma memória colectiva. A Restauração da Independência a 1 de Dezembro de 1640 é o momento catalisador desta memória, pela saída de Vila Viçosa da Corte Ducal da Casa de Bragança em direcção a Lisboa, capital do Reino agora novamente independente. O impacto naquela localidade que teve a presença da Corte de uma das Casas Reais mais importantes da Europa fora de tal forma determinante, que a sua saída provoca um sentimento de decadência e “final de era” que abordaremos adiante.

A ideia de decadência implica o fim de uma “era” ou de uma “idade”, sucedida por outra que se encontra nos seus antípodas de tal forma que receberá um cunho negativo. Não obstante, não deixa de ser verdade que a percepção da segunda é indissociável da percepção tida da primeira, ou seja, para compreender as manifestações de um momento de decadência, precisamos de compreender o impacto que o período anterior – neste caso, o anterior a 1640, que remete para a formação e consolidação da Casa Ducal em Vila Viçosa – teve em opiniões terceiras. A bibliografia sobre a Casa de Bragança é de tal forma vasta que atesta,

¹ Cf. *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista: proposta de inclusão na Lista do Património Mundial*. Município de Vila Viçosa, 2018.

de facto, a marca cultural relevante que esta foi construindo nas mais diversas áreas humanísticas durante a sua presença em Vila Viçosa, num contexto cultural e intelectual europeu marcado pelo crescimento dos ideais renascentistas. Aliás, é esta marca o principal pilar que suporta a candidatura a Património Mundial, no que às intenções de defesa e potencialização de património diz respeito², e que trataremos especificamente em capítulo próprio. Contudo, se a historiografia tem estado muito atenta aos aspectos da história institucional, política e cultural da Casa de Bragança (ou não tivesse esta formado uma dinastia real), revela-se escassa, ou mesmo inexistente, no que concerne às consequências desta a nível local, para a formação de uma concepção própria de Vila Viçosa. Esta situação compreende-se, desde logo, porque a própria localidade nunca chegou a constituir um centro urbano de grande dimensão e, mais importante ainda, porque a manifestação de uma qualquer interpretação ou opinião à época que perdure até aos nossos dias implica que a mesma tenha sido feita de forma escrita, o que por si só impossibilita qualquer estudo sobre a percepção da população no seu sentido mais lato. A percepção e/ou opinião aqui tratada é então de carácter literário e desse teor – justamente pela cultura humanista, característica da época que despontava ao redor daquela localidade – chegaram até aos nossos dias duas importantes obras, contemporâneos dessa “Idade do Ouro” que Espanca memorializa³:

- *Descrição de Vila Viçosa*, de António de Oliveira Cadornega, um militar em Angola, natural de Vila Viçosa, que em meados do século XVII tece uma extensa descrição narrativa do património edificado de Vila Viçosa e de acontecimentos aí vividos. O tom é marcadamente elogioso e glorificador que o autor faz da Vila, distinguindo-a justamente pela relação estabelecida com a Casa de Bragança, conforme se pode verificar no seguinte parágrafo: *A muito populosa e sempre leal Vila Viçosa, paço de morada da real e esclarecida Casa de Bragança, seu apelido mostra a amenidade de seu sítio em a fertilidade de pomares, horas, vinhas e olivais, que são dos mais deleitosos que ai em toda a numerosa provincia do Alentejo. Tendo em si cidades e vilas populosas, a primeira e como tal foi escolhida daqueles ínclitos e reais Senhores pera sua Corte e habitação. Tendo outras vilas naquela Provincia de seu senhorio, escolheram esta ditosa Vila, pera, como singular, ter em si esta realzeza*⁴

² Cf. Vítor Serrão, “As Valências Histórico-Artísticas de Vila Viçosa e as Bases de Uma Candidatura,” *Callipole* 23 (2016): 29–31.

³ Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa (36 Fasc.)* (Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.d.).

⁴ Cf. Cadornega, António de Oliveira; Teixeira, Heitor Gomes (introd.). *Descrição de Vila Viçosa* (Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1982).

- *O Parnaso de Vila Viçosa*, que se acredita ter sido publicado em 1618 por Francisco Morais Sardinha, constitui uma longa narrativa elogiosa, repleta de alegorias e concepções mitológicas da Grécia Antiga em torno da realidade socio-cultural da Corte Ducal de Vila Viçosa, centrada na figura do Duque D. Teodósio II, considerado ser o Deus *Apolo* do verdadeiro *Parnaso* que é Vila Viçosa. Com um estilo literário característico do Barroco, esta obra revela-se importante por retratar a localidade enquanto *importante centro humanístico nesta altura e que vive a sua “idade de ouro” sob a direção, gravidade espiritual e mecenato do “Grande Teodósio II”*⁵, conforme afirma Christopher C. Lund na introdução que faz à obra.

Das impressões que estas duas obras transmitem podem ser retiradas duas principais conclusões: primeiro, a de que existe um ambiente cultural proeminente na Vila a que os autores, contemporâneos do mesmo, não ficam indiferentes, influenciando de forma determinante a sua escrita; segundo, a que confirma o papel central que a Casa de Bragança tem nestas narrativas, permitindo mesmo argumentar que se trata de um caso em que uma Corte Ducal transforma e molda a localidade à sua imagem e, por consequência, a imagem da localidade para o exterior. Aliás, será precisamente por estas linhas gerais de ideias que o Padre Joaquim Espanca vai caracterizar aquela que é, para si, a *Idade de Ouro* da Vila.

Quando escreve as suas memórias, em meados do século XIX, Espanca dedica-se a analisar a história de Vila Viçosa desde as “origens” ao presente, estabelecendo algumas fases evolutivas de acordo com a sua narrativa. Periodiza então uma *Idade de Ouro* coincidente com a estadia fixa dos Bragança na localidade (*desde a ereção de Vila Viçosa em Marquesado até à Restauração da Monarquia Portuguesa (1455–1640)*)⁶, sendo que todas as causas que Espanca aponta para este momento positivo – aumento de rendimentos, elevação política das autoridades locais, desenvolvimento literário e científico, o apoio aos “pobres válidos” pelo incremento da vida religiosa – estão inerentes à presença da Corte da Casa Ducal de Bragança. Não obstante, entendemos que esta concepção da «Idade do Ouro» permite essencialmente compreender a concepção da ideia de decadência que Espanca irá desenvolver. Aliás, como o próprio afirma, *As causas que lhe proporcionaram tão extraordinários progressos são, como vimos, aquelas mesmas cuja ausência motivou depois o seu decaimento*⁷. Esta crença num tempo cíclico é construída pela leitura feita sobre o presente, que observa no passado uma

⁵ Cf. Sardinha, Francisco de Morais; Lund, Christopher (introd.). *O Parnaso de Vila Viçosa* (Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2003).

⁶ Espanca, *Memórias de Vila Viçosa* (36 Fasc.).

⁷ Espanca.

realidade diferente e melhor. As considerações que Espanca faz dos períodos da «decadência» estão consideravelmente condicionados pelo presente vivido pelo autor, como passaremos a demonstrar.

Espanca distingue o período da «decadência» em duas fases: a primeira, *depois da restauração da Monarquia Portuguesa até à extinção da grande comarca, das ordens religiosas e de outros estabelecimentos eclesiásticos (1640-1834).*), e a segunda, *desde a extinção da nossa grande comarca, das Ordens Religiosas e outros estabelecimentos eclesiásticos ou desde a consolidação do Regime Liberal até agora (1834-188...)*⁸. Para a primeira fase o autor aponta sobretudo razões de ordem económica e cultural, directamente relacionadas com a saída da Casa de Bragança, explicando-a através do prisma de comparação que estabelece com a “Idade do Ouro”, perspectivando a possibilidade de um futuro áureo que dessa forma não se concretizou: *Vila Viçosa, conservando-se Corte efectiva da Casa de Bragança, seria hoje o jardim do Alentejo, a terra dos monumentos grandiosos, uma populosa e rica cidade!*⁹ Num tom claramente nostálgico, apesar não o ser por tempos vividos, mas sim por tempos que desejaria viver, Espanca constrói neste discurso uma ideia interessante de interminável progresso que a Casa de Bragança concederia à localidade, colocando-a no papel de criadora de um presente contínuo que ignorava qualquer eventual alteração ou perturbação. Se aqui o presente vivido por Espanca já mostra ter influência na forma como o próprio lê e desconstrói o passado, no que diz respeito à segunda fase de «decadência» isto reflecte-se em absoluto, ou não dissesse esta fase respeito aos tempos políticos e sociais que Espanca vive.

As causas e críticas que Espanca aponta relativas a este segundo período já não dizem qualquer respeito à ausência da Casa de Bragança – estando esta apenas presente enquanto figura de um passado que se quer de volta –, mas sim às indeléveis marcas que o sistema político-social institucionalizado após a Revolução Liberal deixa no autor, cuja condição de membro do clero não é um pormenor. Espanca tece muitas críticas ao Liberalismo e às políticas liberais que, no seu entender, causaram esta nova decadência. Lamenta o facto de terem sido suprimidos três Conventos de Frades (Gracianos, Paulistas e Capuchos), a extinção dos dízimos e consequente perda de receita da Capela Real, que resultou na extinção desta e do Colégio dos Reis por falta de receita, a extinção do Isento de Vila Viçosa e o facto de, em 1834, a Vila ter deixado de ser cabeça de Comarca. Não obstante, mais do que apresentar estas consequências, o discurso de Espanca tem um teor político muito acentuado e, inclusive, pode servir de exemplo de reacção religiosa à secularização que o Liberalismo estava

⁸ Espanca.

⁹ Espanca.

paulatinamente a promover. Deste modo, a memória de Vila Viçosa ganhar maior riqueza, por constituir também um caso de interesse e uma contribuição para o estudo dos impactos sociais decorrentes da Revolução Liberal. Neste sentido, verifica-se que em Espanca a dicotomia Antigo Regime/Liberalismo está subjacente à crítica que o próprio faz do passado, no presente: (...) *O que infelicitou o Reino em geral e Vila Viçosa em particular foi a entronização da heresia do Liberalismo com as suas doutrinas meio pagãs e meio cristãs ou com mais verdade com as suas doutrinas racionalistas e maçónicas*¹⁰.

Por fim, concluímos haver em Espanca uma leitura do passado no presente, e não a partir do presente sobre o passado, sendo que para o autor a concepção da “idade do ouro” está, como se pode concluir, completamente influenciada pelo presente político, que reforça e motiva a “decadência” e sucessiva procura por um regresso aos moldes do passado – aos moldes áureos característicos do Antigo Regime –, no que Jacques Le Goff explica tratar-se de um *fenómeno de inversão* (...) *uma procura de regeneração, mas desta vez não se trata de iniciar um novo ciclo, mas voltar atrás no tempo através de um retorno ao estado selvagem*¹¹.

Comemoração política da memória durante o Estado Novo

A memória de Vila Viçosa, cujo teor ideológico ficou consolidado nas *Memórias de Vila Viçosa* do Padre Espanca, previamente abordadas, não sofreu qualquer contribuição ou alteração substantiva até ao Estado Novo. E mesmo aqui, não se procura construir uma memória alternativa à já existente, assente na glorificação do passado inerente à Casa de Bragança, na conceptualização de uma «Idade do Ouro» e na reacção a um regime liberal antípoda do regime exaltado. Tudo isto permanece no plano teórico, contudo, existem de facto algumas diferenças que não são um pormenor na abordagem que é feita pelo regime salazarista. Desde logo, já não se trata de um exercício de memória individual (que, mesmo tendo teor política, pode representar, no máximo, a manifestação de um corpo social – a Igreja –, mas nunca vincula um corpo político), mas sim de um exercício de memória colectiva, cuja iniciativa parte do poder político, com fins políticos de legitimação das bases ideológicas do regime instituído. Além disso, mas também por isso, a ideia de decadência presente no discurso de Espanca não tem, nem pode, ter lugar no discurso oficioso e comemoracionista que o Estado Novo irá assumir nas comemorações do Duplo Centenário, entre 1939 e 1940, nas quais irá integrar Vila Viçosa nas intervenções realizadas

¹⁰ Espanca.

¹¹ Jacques Le Goff, *História e Memória* (Lisboa: Edições 70, 2000).

pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, enquanto um dos *cinco-lugares mito*, símbolos de lusitanidade presentes no imaginário colectivo, por entender-se ter aí começado a Restauração de Independência de 1640¹². O objectivo do regime é de celebração de ideais que quer vigentes no sistema político que pretende instituir e, desse modo, o exercício de construção de memória estará assente numa retórica de recuperação do ideal para o aplicar, tal como Catroga afirma acontecer numa “comemoração”: *o passado é oferecido como arquétipo ao presente e ao futuro, pelo que, embora o rito insinue uma concepção repetitiva e cíclica, o seu significado último é sobredeterminado pela crença na irreversibilidade do tempo*¹³. Nessa medida, urgia comemorar uma época que o regime – à semelhança de Espanha, o que demonstra persistência e continuidade dessa leitura – também via como a «Idade de Ouro» da localidade¹⁴.

Os usos políticos que o regime faz da memória de Vila Viçosa são, desse modo, concertados num programa mais vasto de construção de uma memória colectiva, e irão reflectir-se, em grosso modo, a nível de obras públicas e património edificado. Veríssimo Serrão aborda as políticas públicas efectuadas pelo governo de Salazar em Vila Viçosa, realçando a importância que a relação do concelho com a Casa de Bragança tem para o regime. Não se pretende aqui fazer um levantamento destas políticas, mas apenas indicar o quão variadas foram, desde o apoio à construção de um bairro de 76 casas económicas ao os apoios à construção da rede de esgotos e pavimentação nas ruas envolventes do castelo, à construção de um lavadouro público, à construção de um pavilhão para a venda de peixe e carne no mercado de cereais da Vila e também aos mais de 600,000\$00 concedidos para a trabalhos de urbanismo considerados urgente, já enquadrados nas comemorações do Duplo Centenário. Veríssimo Serrão justifica esta importância devido à concepção do Portugal Restaurado: *Tais as razões que levaram os nossos governantes, desejando celebrar os oito séculos da Fundação e os três da Restauração, a fazer desta Vila o sagrado panteão das glórias antigas do Portugal Renascido*¹⁵.

A intervenção urbanística e patrimonial realizada em Vila Viçosa tem um rosto principal: o de Duarte Pacheco. O Ministro das Obras Públicas é o principal responsável pelas alterações à malha urbana de Vila Viçosa e pelo uso da memória no repensar do património histórico. Existe na requalificação urbana

¹² Cf. Miguel Tomé, “Arquitectura: Conservação e Restauo No Estado Novo”, in *100 Anos de Património: Memória e Identidade, Portugal 1910-2010* (Lisboa: Instituto de Gestão do Património, 2010), 167-74. Os restantes lugares mito são: *Guimarães, berço da nacionalidade; o Porto, núcleo de formação; Braga, centro religioso; Lisboa, capital do império*.

¹³ Cf. Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, 1st ed. (Coimbra: Quarteto Editora, 2001).

¹⁴ Cf., por exemplo, *Revista dos Centenários*, nº12, “Vila Viçosa” (31 de Dezembro de 1939).

¹⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, “Vila Viçosa No Estado Novo: A Acção Do Eng.º Duarte Pacheco,” in *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa - Actas* (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2005), 11-24.

um claro objectivo de alinhar a malha no sentido de conceder centralidade ao monumentos históricos que simbolizam a memória que se quer recuperar. Tal como Miguel Tomé, afirma *a intervenção estendeu-se a toda a povoação, rasgada agora por uma rede integrada de espaços público pontuados pelos elementos simbólicos identitários, entretanto «desafogados»: o Castelo, o Paço Ducal e o Centro da Vila*¹⁶. Foi, por exemplo, demolido um quarteirão de edifícios para unir duas praças e assim criar a praça principal da Vila, de frente para a entrada principal do Castelo, que passou a assumir uma posição central, numa operação cujo objectivo foi apenas o de *saneamento estético*, que o autor identifica como característica das intervenções planeadas no contexto das Comemorações Centenárias¹⁷.

Esta intervenção liderada por Duarte Pacheco tem como principal obra a construção da estátua equestre a D. João IV, no seio do Terreiro do Paço, e frente ao Paço Ducal. Uma estátua desenhada por Francisco Franco, que Duarte Pacheco já não chega a ver concluída (pois morre num aparatoso acidente de carro em viagem de Vila Viçosa para Lisboa, justamente após uma vistoria ao estado das obras da estátua), mas cujo nome fica *indubitavelmente ligado ao monumento de D. João IV*¹⁸.

Relativamente a estátuas equestres, Monterroso Teixeira afirma *O monumento equestre pressupõe uma permanência no tempo e uma constância na história, procurando no recorte alegórico expressar os valores militares, políticos, éticos e estatutários da personalidade do retratado*¹⁹. Ora, a construção desta estátua é a materialização do simbolismo que a figura de D. João IV, o *Senhor de Vila Viçosa* conforme lhe chama Rodrigues Cavaleiro²⁰, acarretava para o regime, no que concerne ao seu protagonismo numa narrativa histórica de perseveração e consolidação de uma ideia de Nação, pois existe mesmo este objectivo em produzir a memória de uma Nação contínua e firme no tempo histórico. O culto ao Rei D. João IV, sujeito histórico que o regime recupera, por considerar ter sido *denegrido pela ideologia demo-liberal*, e irá centrar na comemoração da Restauração de 1640 enquanto “herói” da consolidação da independência nacional²¹. Ideal que se constata, por exemplo, no discurso de Júlio Dantas, aquando da inauguração

¹⁶ Cf. Tomé, “Arquitectura: Conservação e Restauro No Estado Novo”.

¹⁷ Cf. Tomé.

¹⁸ Cf. Sandra Vaz Costa, *O País a Régua e Esquadro: Urbanismo, Arquitectura e Memória Na Obra Pública de Duarte Pacheco* (Lisboa: IST Press, 2012).

¹⁹ Cf. José de Monterroso Teixeira, “A Estátua Equestre de D. João IV, O Restaurador, No Terreiro Do Paço de Vila Viçosa, No Contexto Das Comemorações Do Duplo Centenário, 1940,” in *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 255–70.

²⁰ Cf. *Revista dos Monumentos*, nº5, “Senhor de Vila Viçosa” (31 de Maio de 1939).

²¹ Maria João Neto, “Restaurar Os Monumentos Da Nação Entre 1932 e 1964,” in *100 Anos de Património: Memória e Identidade, Portugal 1910–2010* (Lisboa: Instituto de Gestão do Património, 2010), 157–66.

da estátua²², quando afirma que D. João IV era «o rei que os portugueses vieram buscar a este palácio, depois de um colapso de sessenta anos, para assegurar a vivificação e a continuidade histórica da nação». ²³

A memória que o Estado Novo constrói de Vila Viçosa está, como verificamos, intrinsecamente relacionada com a presença da Casa de Bragança durante a época de domínio espanhol. É-lhe atribuída, desde logo, a virtude de ter mantido viva *a saudade duma corte nacional*²⁴, pela riqueza material e cultural do estilo de vida que desenvolveu na localidade. Numa publicação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo sobre o Paço Ducal de Vila Viçosa, de 1973 – o que nos indica que esta memória teve continuidade para além das comemorações do Duplo Centenário, além dos apoios que continuou a conceder à Vila em termos de obras públicas²⁵ –, escreve-se que *Uma visita ao Palácio é tanto uma peregrinação de arte como uma romagem de saudade*²⁶. Deste modo, não são de estranhar as boas relações que o governo de Salazar procura estabelecer com a Fundação Casa de Bragança. Essa motivação está bem patente num um excerto da Nota Oficiosa de 27 de Março de 1938, em que se refere a Vila Viçosa a propósito da organização das Festas do Duplo Centenário, e que entendo ser de importante transcrição:

*Deve relembrar-se que o Palácio dos Duques de Bragança em Vila Viçosa pertence hoje como muitos outros bens a uma Fundação instituída pelo Senhor D. Manuel e que, por expressa e voluntária cedência das Herdeiras, a Fundação usufrui já quase todo o Palácio em que há-de instituir um Museu e uma Biblioteca. Dado o carácter de utilidade pública da aludida Fundação, o valor arquitectónico do Palácio e o interesse histórico e artístico do seu recheio, está indicado se trate já da sua recuperação para poder ser efectivada o mais cedo possível a vontade do Fundador. No largo em frente, devidamente regularizado e embelezado, deveria levantar-se uma estátua a D. João IV, o Restaurador da Independência. O Palácio, a vasta praça, a formosa igreja fronteira dos Agostinhos, que constitui o panteão dos Duques de Bragança, seriam por este modo elevados no conjunto à beleza e dignidade que lhes pertence.*²⁷

²² De referir, a título de curiosidade, que se atrasou pois apenas se inaugurou a 8 de Dezembro de 1943, enquanto o Nº5 da *Revista dos Centenários* calendarizava a inauguração para 6 de Novembro de 1940 (sendo que este também foi um dos motivos que levou Duarte Pacheco a fazer a vistoria que precedeu a sua morte).

²³ Júlio Dantas, cit. Teixeira, “A Estátua Equestre de D. João IV, O Restaurador, No Terreiro Do Paço de Vila Viçosa, No Contexto Das Comemorações Do Duplo Centenário, 1940.”

²⁴ Cf. *Revista dos Centenários*, nº12, “Vila Viçosa” (31 de Dezembro de 1939).

²⁵ Serrão, “Vila Viçosa No Estado Novo: A Acção Do Engo Duarte Pacheco.”

²⁶ Cf. *Palácio Ducal de Vila Viçosa = Ducal Palace in Vila Viçosa = Le Palais Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973.

²⁷ António de Oliveira Salazar, cit. Serrão, “Vila Viçosa No Estado Novo: A Acção Do Engo Duarte Pacheco.”

Por fim, resta concluir que, na prática, Vila Viçosa irá beneficiar concretamente de uma maior relevância e centralidade que é anormal para a realidade geral dos restantes pequenos concelhos do interior do país, mas que lhe é concedida justamente pela materialização daquilo que Enzo Traverso distingue como última etapa da memória: uma *obsessão memorial*²⁸, neste caso em torno do passado histórico da Casa de Bragança enquanto instrumento para a construção de uma memória colectiva de Nação.

Usos concertados da memória para a potencialização patrimonial e local

A memória da «Vila Ducal Renascentista», conforme foi desenvolvida, irá sofrer, após a Revolução de Abril, mutações consideráveis. Desde logo, deixará de integrar qualquer discurso oficioso do Estado, ou seja, Vila Viçosa não tem para o novo regime político um significado ideológico que motive a utilização desta no processo de construção de uma memória colectiva respeitante à Nação. Aliás, os usos dados à memória de Vila Viçosa contemplam apenas finalidades culturais, de potencialização patrimonial e local, no âmbito das políticas da UNESCO de preservação de património histórico. Além disso, deixa de estar patente a ideia de uma narrativa de decadência. Apesar da época da residência da Casa de Bragança em Vila Viçosa continuar a ser encarada e tratada como a época áurea da localidade, já não se verifica um discurso sobre o passado que se quer recuperado, na sua forma política e social, para o presente e futuro. O património, que advém de uma memória colectiva (neste caso, certamente advém da memória colectiva profundamente trabalhada pelo Estado Novo), é construído de acordo com a forma como se perspectiva o passado, variável consoante as identidades que se pretendem recuperar e perpetuar²⁹. Agora, interessa a quem aborda o passado histórico da Vila, o uso deste para promover a capitalização da memória da «Vila Ducal Renascentista» em cenários de política local e patrimonial, sem interesse na valorização de uma realidade social que se quer novamente implementada, e sem interesse na afirmação de bases ideológicas de índole cultural e nacional.

Verificam-se, pelo menos desde a década de 1990, esforços iniciais concertados para um estudo histórico, patrimonial e artístico de Vila Viçosa, com grande ênfase dado à presença da Casa de Bragança, que se torna incontornável no con-

28 Cf. Enzo Traverso, *O Passado, Modos de Usar: História, Memória e Política*, 2nd ed. (Odivelas: Unipop, 2012).

29 Cf. Paula. Godinho, “Usos Da Memória e Práticas Do Património. Alguns Trilhos e Muitas Perplexidades,” in *Usos Da Memória e Práticas Do Património* (Lisboa: Edições Colibri, 2012), 13–23.

texto local. Exemplos disto serão o lançamento, em 1993, da *Callipole*, revista anual de cultura que irá promover um constante debate cultural a nível local, ou o lançamento, em 1997, do nº6 da revista *Monumentos* com um dossier específico intitulado *O Paço de Vila Viçosa*, e dez anos depois, 2007, o lançamento do nº27 da mesma revista com um dossier específico intitulado *Vila Viçosa*. Em ambas as revista salientam-se vários aspectos patrimoniais e culturais – desde azulejaria, malha urbana ou património religioso – que irão integrar o argumentário da própria candidatura a Património Mundial. Nos próprios artigos dos diferentes números Revista *Callipole*, podem-se ler vários argumentos que atestam a existência de uma memória subordinada à ideia da «Vila Ducal Renascentista». Joaquim Torrinha, por exemplo, faz uma breve análise histórica por vários aspectos da corte renascentista da Casa de Bragança em Vila Viçosa, salientando as vivências culturais da época: *Se alguém viveu com o sentido posto no extraordinário valor que o humanismo ofereceu e representou para a Humanidade, esses encontram-se entre os Duques de Bragança*³⁰. Vítor Serrão, já com o processo de candidatura em curso, não irá fugir do mesmo argumentário quando tenta justificar a mesma, reflectindo assim a presença considerável da mesma ideia de memória de Vila Viçosa. Este justifica então considerando cinco pontos:

- A textura urbana, destacando o variado conjunto de bens histórico-arquitectónicos numa malha urbana moderna;
- O mármore, nos seus variados usos, enquanto cultura decorativa que concede especificidade à localidade. Adjectiva Vila Viçosa como uma espécie de cidade ideal do Renascimento e capital da região dos mármore;
- Outras especificidades ornamentais dos séculos XVI e XVIII, sobretudo, que decoram um grande número de espaços religiosos e civis, com destaque para a pintura a fresco e o estuque relevado integradas nas novidades estéticas renascentistas desenvolvidas no seio da corte da Casa Ducal;
- Realça ainda as múltiplas valências e raízes arqueológica, etnográfica, histórica, literária, antropológica, hierofânica e memorial que complementam e enriquecem a paisagem urbana e a sua envolvente.
- O variado e importante conjunto patrimonial directamente relacionado com seis séculos de História e Arte da Casa Ducal de Bragança, cuja contribuição para o estudo desta lhe concede um relevo acentuado³¹.

Entre classificações de património edificado e organização de eventos culturais, conforme fez levantamento Flávio Lopes³², o Município de Vila Viçosa tem tido, na realidade, uma esforçada iniciativa de progressiva valorização

³⁰ Joaquim Francisco Soeiro Torrinha, “Vila Viçosa Renascentista”, *Callipole* 13 (2005): 31–41.

³¹ Cf. Serrão, “As Valências Histórico-Artísticas de Vila Viçosa e as Bases de Uma Candidatura.”

³² Cf. Flávio Lopes, “O Património de Vila Viçosa: Da Classificação Dos Monumentos Pátrios à Abertura Ao Mundo”, *Callipole* 23 (2016): 17–28.

patrimonial e local que culmina com a candidatura referida. Nessa, como já indicado, existirá uma maior importância dada ao património pela forma como pode e deve ser conhecido e salvaguardado. Além disso, a relação com a Casa de Bragança continuará a servir como catalisador principal da memória da «Vila Ducal Renascentista», em moldes semelhantes aos anteriores. Conforme afirmado na candidatura: *Com efeito, a marca indelével deixada pela Casa de Bragança, resultante do carácter sistemático da presença ducal, é ainda hoje bem visível em Vila Viçosa e constituiu a força motora da sua organização social e espacial, alcançando um carácter excecional no contexto nacional.*³³

Considerações finais

Conforme conseguimos verificar, a história de Vila Viçosa tem discursos muito próprios e o seu conteúdo não se limita aos séculos XVI e XVII. Isto é, o facto de ter sido por momentos um centro político de grande influência parece-nos essencial para compreender as narrativas geradas aquando de transição de regimes políticos. A construção da memória de uma “Idade do Ouro”, que ocorre para afirmar oposição ao regime vigente, vem reiterar a influência que a história e o património podem ter no discurso público e político. Ao que se pretende valorizar, atribui-se historicidade que conceda identidade e consequente argumento para tal. Ao que se pretende criticar, a narrativa da “Idade do Ouro” é necessária para criar exemplos antagónicos. Deste modo, o caso de Vila Viçosa é representativo de como a política estabelece e influencia as percepções histórico-patrimoniais cultivadas nos meios e espaços públicos.

A «Vila Ducal Renascentista» não é apenas uma adjectivação - muito concreta e pragmática -, mas sim uma expressão da história local. Neste sentido, uma candidatura à lista do património da humanidade, com uma designação que verificámos ter em si um contexto histórico tão próprio e complexo que a torna parte integrante deste património, é determinante para conseguir salientar a importância de também observar a história local numa perspectiva de longa duração.

Parece-nos evidente concluir que, em primeiro lugar, a memória de «Vila Ducal Renascentista» consolida-se na contemporaneidade como uma expressão da reacção conservadora às mudanças políticas que a Revolução Liberal vai provocar. É a oposição ao Liberalismo que impulsiona a construção de uma memória em torno da paisagem de uma pequena Vila rural dominada pelo esplendor

³³ Cf. *Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista: proposta de inclusão na Lista do Património Mundial*. Município de Vila Viçosa, 2018.

de uma Corte Renascentista, enquanto exemplar dos tempos áureos do Antigo Regime que se celebram. Pode-se afirmar que esta memória é, em si mesma, um símbolo de resistência ao Liberalismo.

Em segundo lugar, concluímos que reside no comemoracionismo e na intervenção urbanística do Estado Novo a razão pela qual a memória de Vila Viçosa enquanto uma Vila Ducal Renascentista se afirmou enquanto imagem pública consensual, e que por isso resistiu, sem qualquer dificuldade, à queda do Regime. A retórica da comemoração da Restauração da Independência, conjugada com a intervenção urbana protagonizada por Duarte Pacheco, consegue tornar Vila Viçosa indissociável da Casa de Bragança e, desse modo, insistir na imagem de uma Vila que teve a sua “Idade de Ouro” quando tinha Corte. Porém, ao conseguir permanecer no discurso público até aos nossos dias, verificamos que esta memória passa facilmente de uma construção política para uma perspectiva histórica generalizada, o por si só constitui uma particularidade a ter em conta.

Não obstante, se esta memória se reflecte agora na preservação de um património histórico, arquitectónico, artístico e social próprio do Renascimento, com máxima expressão na candidatura a Património Mundial, entendemos ser também importante conseguir articular esta memória com aquilo que a mesma se esqueceu. Isto é, uma das características que concede efectiva singularidade a Vila Viçosa é justamente o facto de se ter desenvolvido um centro político, intelectual e humanista em articulação com o meio rural envolvente, contudo a memória que foi sendo consolidada contribui para o esquecimento de uma realidade social que, essa sim, foi contínua e persistiu durante a história da localidade. Recuperar e preservar a memória de costumes e modos de vida inerentes ao trabalho agrícola³⁴ que se estão a perder, seja em articulação com a comunidade local, seja em articulação com outras localidades, deverá também servir de argumento à candidatura, quer para enriquecer a própria com esta singularidade de uma Corte instalada num meio pequeno e rural, quer para contribuir que não caia em esquecimento a vida rural que até ao século XX marcou indelevelmente o espaço que agora se pretende valorizar.

Por fim, é possível constatar que existe em Vila Viçosa uma dinâmica de memória histórica muito particular, que pode em si mesma constituir um caso de uso do passado, pois abre a possibilidade de, articulando diferentes períodos históricos, servir de contexto para iniciativas de potencialização local de uma Vila que tem no turismo cultural a sua única janela para o desenvolvimento económico.

³⁴ E neste campo, o Município de Vila Viçosa já dispõe de um equipamento cultural que pode potenciar esta vertente: o Museu Agrícola e Etnográfico, que conta com um acervo considerável de objectos representativos do mundo rural desde finais do século XIX.

Fontes

Vila Viçosa, Vila Ducal Renascentista: proposta de inclusão na Lista do Património Mundial. Município de Vila Viçosa, 2018.

Publicações

Espanca, Padre Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa (36 Fasc.)*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983-1992.

Cadornega, António de Oliveira; Teixeira, Heitor Gomes (introd.). *Descrição de Vila Viçosa*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1982.

Palácio Ducal de Vila Viçosa = Ducal Palace in Vila Viçosa = Le Palais Ducal de Vila Viçosa. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973.

Sardinha, Francisco de Moraes; Lund, Christopher (introd.). *O Parnarso de Vila Viçosa*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2003.

Serrão, Vítor. “As Valências Histórico-Artísticas de Vila Viçosa e as Bases de Uma Candidatura.” *Callipole* 23 (2016): 29–31.

Torrinha, Joaquim Francisco Soeiro. “Vila Viçosa Renascentista.” *Callipole* 13 (2005): 31–41.

Periódicos

Callipole: revista de cultura

Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos, nºs 6 (1997) e 27 (2007)

Revista dos Centenários (1939-1940)

Bibliografia

Catroga, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. 1st ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

Costa, Sandra Vaz. *O País a Régua e Esquadro: Urbanismo, Arquitectura e Memória Na Obra Pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press, 2012.

Godinho, Paula. “Usos Da Memória e Práticas Do Património. Alguns Trilhos e Muitas Perplexidades.” In *Usos Da Memória e Práticas Do Património*, 13–23. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

Goff, Jacques Le. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70, 2000.

Lopes, Flávio. “O Património de Vila Viçosa: Da Classificação Dos Monumentos Pátrios à Abertura Ao Mundo.” *Callipole* 23 (2016): 17–28.

- Neto, Maria João. “Restaurar Os Monumentos Da Nação Entre 1932 e 1964.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade, Portugal 1910-2010*, 157–66. Lisboa: Instituto de Gestão do Património, 2010.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. “Vila Viçosa No Estado Novo: A Acção Do Engº Duarte Pacheco.” In *Primeiras Jornadas de História de Vila Viçosa - Actas*, 11–24. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2005.
- Teixeira, José de Monterroso. “A Estátua Equestre de D. João IV, O Restaurador, No Terreiro Do Paço de Vila Viçosa, No Contexto Das Comemorações Do Duplo Centenário, 1940.” In *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*, 255–70. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- Tomé, Miguel. “Arquitectura: Conservação e Restauro No Estado Novo.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade, Portugal 1910-2010*, 167–74. Lisboa: Instituto de Gestão do Património, 2010.
- Traverso, Enzo. *O Passado, Modos de Usar: História, Memória e Política*. 2nd ed. Odivelas: Unipop, 2012.

A REVOLTA SANGRENTA DE VILA VIÇOSA EM JUNHO DE 1808

Carlos Aurélio

1. Os mais velhos de entre os velhos de Vila Viçosa lembrar-se-ão por certo de na sua infância terem brincado na Estacada, o flanco ocidental da colina que sobe ao Castelo. Disso sim, lembrar-se-ão, mas não do que lá começou como tumulto e depois revolta várias gerações antes, pelos idos de 1808. Daí resultaram dezenas de mortos e do seu sangue e pela sua paz aqui os vamos lembrar.

Para se dar incêndio voraz basta haver muita palha e uma só fagulha para que tudo arda e se devore, todos o sabemos, e foi assim que começou a sangrenta revolta do povo de Vila Viçosa contra os invasores franceses. Era 19 de Junho de 1808, meio-dia de um domingo, na Estacada, precisamente à porta da então Igreja de Nossa Senhora dos Remédios onde hoje, passado o Pelourinho, entramos no Castelo pelo lado norte entre a torre de Menagem e as muralhas.

A Estacada era uma língua larga de terra batida, um baldio onde tanto pastavam borregos como corriam rapazes em gritaria e disputa de jogos sazonais, do pião à malha, do berlinde à pateira, um território de ninguém e de todos, uma terra livre entre o casario e as muralhas do Castelo onde hoje passa o braço norte da Avenida dos Duques de Bragança ladeada de laranjeiras. Como o nome

deixou de correr entre o povo também a Estacada deixou de existir, pois só existe o que continua a ser nomeado popularmente. Àquele sítio da Vila o urbanismo o preencheu com calçada rodoviária de basalto e casas enobrecidas em estilo Estado Novo, as quais sobem desde a antiga Casa dos Cantoneiros até ao cabo sul do Cine-Teatro, à entrada da Rua do Poço.

A descrição deste sítio esquecido é feita assim pelo Padre Joaquim Espanca no seu *Compendio de Noticias de Villa Viçosa*, de 1892, ao acrescentar este aos cinco largos urbanos: «é a Estacada ou Praça Velha, situada quase no meio da vila, um pouco mais para N. e E. (...) Estende-se na direcção de N. a S., ocupando a encosta ocidental do morro do Castelo desde a Rua da Praça [dela sobra hoje o lado poente com balcão marmóreo virado à Avenida, contígua ao Passo do Largo José Sande] até ao cimo da Rua do Poço [Rua Sacadura Cabral], e o seu centro, que é entre a Rua dos Gentis [Rua Combatentes da Grande Guerra] e a amuralha de cima do Caracena [Torre de Menagem], mede uns cem metros de largura sobre 300 de comprimento. (...) O seu chão, além da pequena Praça Velha, abrange os alicerces de prédios que nos destruiu a Guerra da Restauração da monarquia [1640-1688] para se fabricar uma estacada em defesa da porta do castelo».¹ Ora, aqui está o nome que fez existir a Estacada: “estacada” por ser terreno de estacas de defesa, as quais consistiam em troncos aguçados dentro de buracos escavados para protecção da entrada do Castelo, isto onde existiam casas agarradas ao muro ocidental das muralhas e que foram arrasadas em função da estratégia militar. Essas casas eram a Câmara Municipal, a cadeia comarcã, açougues e o celeiro comum de trigo, tudo alinhado e contíguo à capelinha de N^a S.^a dos Remédios, sediada por baixo da ponte da ronda agregada à Torre de Menagem e enquadrando o Pelourinho, Todos esses edificios, exceptuando a capelinha, foram demolidos à ordem do Conselho de Guerra e do general alemão Conde de Schomberg, em Abril de 1664, tendo em vista a defesa do Castelo a qual foi posta à prova no terrível cerco castelhano de Junho de 1665. Foi isto a Estacada, em poucas linhas.

Estaquemos nós agora na descrição topográfica pois assegurado está o sítio da Estacada ou Praça Velha, nome que a distinguia da maior Praça Nova ou da Princesa Amélia, isto no século XIX e antes chamada Adro de S. Bartolomeu, frente à Igreja de S. João Evangelista, sede da freguesia do mesmo S. Bartolomeu. Hoje é oficialmente a Praça da República que, cansada de tanto baptismo conforme as vicissitudes da História, melhor se conformaria ao que dela faz a voz corrente: juntando a parte superior, dita da República, com a inferior, que estranhamente lhe ditaram ser Avenida e de Bento de Jesus Caraça, antes Duarte Pacheco, o povo simplesmente lhe chama a Praça! E a Praça diz tudo, é a principal, o centro e o eixo da vila.

¹ Padre Joaquim José da Rocha ESPANCA, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa*, 1892, pp. 15-16.





O que aconteceu em Junho de 1808 começou nestas duas Praças, na Nova e depois passou à Velha, a da Estacada. Mas isso foi a fagulha, antes teremos que buscar a palha que se ajuntou, como os rapazes dantes a amontoavam nas noites de fogueiras dos santos populares, também em Junho, e devagar andaremos para melhor se imaginar e perceber sem que o leitor desespere, sem chegarmos, isso prometemos, aos tempos de Afonso Henriques. E daí, quem sabe, se o tempo gasto não valeria a pena, pois a alma de tudo o que sucedeu está no sentido de independência que o povo português sempre teve e de que o Rei Fundador foi voz e pedra de fundamento. Manteve sempre o povo esse feliz espírito que o faz ser português e não outra coisa qualquer, carácter que os governantes actuais há décadas persistem em mandar às malvas ou, no mínimo, às ilusões de uma Europa desorientada que de bandeiras diversas e nacionais quer costurar mantas de retalhos mal albardadas, descosidas e federadas em utopias normalmente trágicas. Ainda haverão de dar outro nome à Praça?

Antes de 1808, diria Jacques de La Palice, houve 1807. E foi em Novembro desse ano amaldiçoado que os ventos da Revolução Francesa nos trouxeram o

invasor que já devastara meia Europa. Comandado pelo general Junot, ao exército francês de 25 000 homens se juntariam outros tantos espanhóis, em aliança para cumprirem um Portugal retalhado em três fatias, segundo o Tratado de Fontainebleau de um mês antes, a 27 de Outubro: o Norte ficaria para uma princesa espanhola, a rainha da Etrúria, o Sul para o famigerado primeiro-ministro de Espanha Manuel Godoy, o da Guerra das Laranjas de 1801, o centro, bolo saboroso com a cereja de Lisboa, seria para os franceses. Junot entrou na capital a 30 de Novembro e, na véspera, uma frota de quarenta navios com mais de 7000 pessoas a bordo zarpava para o Brasil levando a Família Real com D. João VI e, pensando bem, corporizando a estratégia feliz, a possível e capaz de impedir a assinatura de derrota e entrega da nação aos invasores. Por trás, estava a aliança luso-britânica, neste ano ainda benéfica, mais tarde já asfixiante e tirânica. O dito Junot, não sabemos se terá ido ao Alto de Santa Catarina em Lisboa, sobre o Tejo, mas se foi e assestou os olhos ao horizonte de mar, ainda teria visto as embarcações a fugirem à escravidão. Daqui, o povo fez provérbio: o jovem general (tinha Junot 28 anos) “ficou a ver navios”.

As instruções deixadas por D. João VI eram até para receber os franceses como “aliados”, tentando equilíbrio impossível para manter hipotética influência desde a lonjura do Rio de Janeiro. Junot aceitou o Conselho de Regência que o rei indicara, o qual durou menos de dois meses, findos os quais o general se declarou Regente do Reino em nome de Napoleão, a Dinastia de Bragança deixou de reinar, foram picados, cobertos e «*arreados os escudos das Armas Nacionais em todas as estações públicas e substituídos pela Águia Francesa*»,² dissolveram-se as milícias e o exército português, depois retalhado: os jovens e os soldados válidos seguiram para França integrando as forças do Império, os velhos por cá ficaram, o que não foi sobejo despiciendo, pois desses, os de Vila Viçosa que haviam formado o Regimento nº15 de Infantaria, mais tarde constituiriam a Companhia de Miqueletes que bom serviço prestou. Havemos, de bom grado, voltar a ela.

Entretanto, tamanho abalo cindia a sociedade portuguesa: os mais ou menos estabelecidos achando-se sem amparo institucional português, esmagados pelo opressor ou mesmo corrompidos, ainda que a coberto de vãs ou reais ideias liberais e de monarquia constitucional, ora colaboravam, ora se calavam, esperando o amainar da tempestade; mas a imensa maioria popular verberava raiva entre dentes ou mesmo de viva voz, como quando Junot ofereceu abastado banquete no Castelo de S. Jorge debaixo da bandeira francesa, o povo veio gritar para as ruas e praças de Lisboa: «*Viva Portugal, vivam as cinco chagas, morra a França!*»³

² Padre Joaquim José da Rocha ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, nº 13, p. 61.

³ José Hermano SARAIVA, *História Concisa de Portugal*, Publicações Europa-América, 7ª edição, p.263.

Quem sabe se esta vozearia popular, passado mais de um século, não veio à voz cristalina de Amália para cantar: “*Lisboa não sejas francesa / Com toda a certeza / Não vais ser feliz / Lisboa, que ideia daninha / Vaidosa, alfacinha / Casar com Paris*”?

Convém agora voltarmos a Vila Viçosa onde o ambiente social era um espelho do nacional. Regressemos a Junho de 1808 e, quem quiser ver melhor e saborear detalhes, não deixe de ler a parte final do *Caderno 13 das Memórias de Vila Viçosa* escritas pelo Padre Joaquim José Espanca, mormente na sua edição única, entre as páginas 60 e 98. Aí, acompanhará a dor e o sofrimento, as alegrias e as esperanças do povo calipolense, órfão do seu Rei, clamando pela pátria, oprimido e revoltado, sempre pelos tiranos franceses, muitas vezes pelos aliados ingleses. De Junot a Beresford a tirania dos generais foi geral.

Em Fevereiro de 1808, não sabemos se o célebre pintor Domingos Sequeira, porventura iluminado ou iludido pelo liberalismo anunciado pelos franceses já havia pintado em alegoria dengosa *Junot Protegendo a Cidade de Lisboa* (teria ido ao banquete no Castelo de S. Jorge?!), pois enquanto isso, o general invasor decretava uma contribuição de guerra ao país no valor de 40 milhões de cruzados. Vila Viçosa era obrigada a seis mil cruzados, oito a Elvas, outro tanto a Portalegre, dez a Évora, e por aí fora, cada município que esgravatasse! E claro, a cisão entre colaboradores e opositores também por Vila Viçosa afiava o gume: «os homens ilustrados e os ricos, esses que tinham que perder», assim os agrupa o padre Espanca por instrução ou interesse económico, calavam ou colaboravam entre «indiferentes e medrosos», já «o povo ou a classe trabalhadora essa é a que se mostrava mais disposta à insurreição pelo amor à independência do seu país, seguindo antes os impulsos do seu patriotismo, não escutando razões de falsa prudência como já sucedera em 1383, 1580 e 1640».⁴

Houve calipolenses arrastados coercivamente para a guerra de Napoleão Europa fora, até Moscovo, como José Cláudio que por lá perdeu dedos enregelados, ou o soldado *tambor* que, de tão baixinho, ficou alcunhado de António Mil Homens. Estes voltaram, a larga maioria morreu, outros ainda se alistaram com desejo e proveito de ver e servir Napoleão, igual a Ciro, Alexandre Magno e Cipião, como dizia o Ajudante de Infantaria nº15 Filipe Santiago na Praça Nova de Vila Viçosa ao Marquês de Alorna: «Vamos, Senhor Marquês, vamos

⁴ Padre Joaquim José da Rocha ESPANCA, *Caderno nº 13*, pp. 64-65.

ver aquele grande homem!».⁵ Foram ambos, o Marquês⁶ ainda cá voltou com Massena, violando com sangue a pátria pelas ideias, desprezando os seus e, à Prússia, foi morrer ao serviço da França. Não teve ele nem o pintor Domingos Sequeira a grandeza de Francisco Goya, homem de sérios valores liberais que, dilacerado entre o ideal e a pátria, incriminou a barbárie francesa nas gravuras do seu horror aos “desastres de guerra” e no *Três de Maio*, obra maior da pintura universal sobre o sacrifício dos fuzilados madrilenos.

Se há pouco voltámos à História sem chegarmos a Afonso Henriques agora o leitor benevolente seguir-nos-á, breve, acredite, por correspondências necessárias entre numismática e finança. A questão é esta: Junot exigiu 40 milhões de cruzados a Portugal em contribuição de Guerra, ou seja, quis que lhe pagássemos a guerra que nos veio fazer, a morte que nos trouxe mas, a quanto equivalerá hoje esta quantia, esses 40 milhões de cruzados, à época, 100 milhões de francos? Perguntámos a quem sabe e rapidamente damos a resposta: não andaremos longe se, aos 40 milhões de cruzados, fizermos corresponder algo como perto de 2000 milhões de euros de 2020 (1972,652 milhões, mais precisamente). Para se ter melhor significado imaginemos esta quantia aproximada ao que hoje gasta Portugal em despesa total anual do Ministério da Defesa ou em duas pontes Vasco da Gama, a preços do ano da sua construção (1998)! Os passos da conta de finança e do conhecimento numismático, para quem quiser confirmar ou indeferir, passam pelo valor do ouro e dos famosos *dobrões* de D. João V.⁷ Às vezes é preciso passarmos pela pena do rigor para que a imagem e o significado não falhem perante a verdade. Foi com essa barbaridade pesada de contribuição monetária, além de vexames e mortes, que a suposta liberalidade gaulesa nos quis introduzir no largo mundo dos valores liberais franceses.

Na administração do país quis o invasor revestir-se de ditadura caseira e em cada terra arregimentou *Notáveis* nomeados para a manutenção da paz pública, havendo sete em Vila Viçosa, cada um com seu *distrito* ou bairro tendo à cabeça um Juiz Maior ou *Maire*, em boa nomenclatura imperial e francesa. E, daqui,

⁵ *Id. ib.*, p.63.

⁶ O 3º Marquês de Alorna, 6º Conde Assumar foi D. Pedro de Almeida Portugal (1754- 1813) teve o pai preso pelo Marquês de Pombal, fez brilhante carreira militar já imbuído de ideias liberais, tendo passado por Vila Viçosa onde foi tenente general e governador das armas do Alentejo. Liberal e acérrimo aliado da França, prestou informações militares para melhor conquistar Portugal ao lado do general Massena. Participou nas duas invasões francesas mais frustradas: a da sua pátria em 1810, a da Rússia em 1812. Morreu no ano seguinte em Königsberg, capital da Prússia Oriental. De Portugal, nem o amor pelo nome lhe sobrou. <http://www.arqnet.pt/exercito/alorna.html>

⁷ A preciosa informação foi-nos dada pelo calipolense Carlos Andrade Pernas, conhecedor numismático e os passos da conta são estes, referentes a 1808, para 1000 cruzados: 1) 1000 cruzados = 480 000 réis; 2) 1 dobrão de ouro (D. João V) = 24 000 réis = 49,32 gr.ouro puro; 3) 480 000 réis / 24 000 = 20 dobrões; 4) 20 x 49,32 gr = 986,326 gr.ouro x 50 € = 49 316,3 €. Se 1000 cruzados correspondem hoje a 49 316, 3 €, se multiplicados por 40 000 o resultado será a dita quantia: 1972,652 milhões de euros.

não se conclua serem os *Notáveis* gente submissa aos interesses franceses, uns sim, outros talvez, e muitos não o seriam, como é o caso do muito notável e combativo calipolense, sargento-mor reformado António Lobo Infante de Lacerda, adstrito à zona que ia desde a Carreira das Nogueiras, Rua da Cruz, os Agostinhos, até ao Terreiro do Paço e à Ilha.

Ditos os lugares e os actores, falta a história, trágica e verdadeira.

O decreto de Junot sobre a contribuição coerciva do imposto de guerra era de 1 de Fevereiro de 1808 (100 anos exactos antes do Regicídio!) mas, chegados a Maio, o país terá feito orelhas moucas e, pelo Alentejo, governado pela mão de ferro do general Kellermann aquartelado em Elvas com cerca de 5000 soldados, este fez-se à cobrança. Além da contribuição monetária em cruzados quiseram os franceses arrebanhar o que havia de ouro e pratas em igrejas, mesmo até o dinheiro das caixas dos órfãos! Eram liberais apregoando, mas a sua liberalidade consistia em serem livres nos roubos a que se determinavam. Lembremos, e *in situ* não faria mal hoje lembrá-lo também, que até os nobilíssimos túmulos de D. Inês e D. Pedro em Alcobaça foram por eles violados e rebentados a camartelo para lhes esmiuçarem possíveis jóias. O dito Kellermann exigiu que Vila Viçosa pagasse o tributo de 6000 cruzados num prazo de seis horas, isto mandado e executado a 20 de Maio. Já agora, voltando às nossas conversões de cruzados em moeda actual e poupando demonstração ao leitor, tal quantia corresponderia a cerca de 300 000 euros! E Vila Viçosa pagou. Passados dias, já em Junho, entrou na Vila uma escolta de 100 soldados vindo de Elvas com alguma artilharia para levarem o dinheiro e as pratas. Aquartelou no Castelo.

Entretanto, e isto importa, em Espanha e desde 2 de Maio, o povo espanhol havia rompido o conluio e a paz forçada com os franceses nas revoltas de Madrid desse dia. Cerca de mil pessoas morreram ou foram fuziladas. Aliás, o quadro de Goya já referido, *El 3 de mayo en Madrid*, em conjunto com *La carga de los mamelucos*, este retratando a véspera, são o díptico acusador que não deixou esquecer as vítimas.

Quando em Maio e Junho os franceses levam o tributo e assaltam as pratas das igrejas em Vila Viçosa, já as notícias de Espanha mostravam ter sido rasgado o Tratado de Fontainebleau, ao mesmo tempo que a esquadra inglesa tentava o desembarque em Portugal, impedindo o bloqueio continental que Napoleão havia determinado e, ao qual, o nosso país se havia eximido. Falando em pratas, voltemos a números: das igrejas calipolenses, de todas mas principalmente do Convento de Santo Agostinho e do de S. Paulo, entre alfaias sacras foram pilhadas 40 arrobas de prata, perto de 600 Kg! Fazendo contas ao preço actual, dará algo como 276 mil euros que, somados aos 300 mil do imposto de guerra,

garantiu perto de 600 000 euros a valores de hoje.⁸ E muito sensata foi a Coroa Real portuguesa que, do Palácio de Vila Viçosa e sua Capela, levava para o Brasil mais de quatro vezes aquelas 40 arrobas.

2. Vai volumosa a almiara da palha, falta o fósforo. Quando a 16 de Junho, espoliados os nossos cruzados e as pratas, noticiados os bons ventos desta vez vindos de Espanha, ocupado o Castelo, é intimada a Companhia dos velhos Milicianos a marchar para Elvas, estes respondem: «se iam em serviço do seu legítimo Príncipe, estavam prontos; mas dos Franceses, de modo nenhum.»⁹ A recusa foi a 16, quinta-feira de *Corpus Christi* e foi só a primeira fricção na lixa sem que o fogo logo atearse. «No dia 19 de Junho, domingo, infra-oitava de Corpus Christi, fez-se como era de costume a procissão do Corpo de Deus da Capela Real em torno da Praça Nova, uma vez que o Cabido funcionava no Colégio da Companhia (...)» assim situa o Padre Espanca o teatro dos acontecimentos. Aclarando: a procissão fez-se na Praça Nova frente à Igreja que chamamos de S. Bartolomeu, pois estando em obras a Capela Real,¹⁰ os actos litúrgicos faziam-se na Igreja que havia sido da Companhia, isto é, a dos Jesuítas, entretanto expulsos desde 1759 pelo Marquês de Pombal.

Acabada a procissão perto do meio-dia, voltavam muitos populares a casa, quando, inesperadamente, na Praça Velha e junto ao arco da Capela dos Remédios (chegámos agora à Estacada!) vêem um soldado francês do destacamento do Castelo a sovar cruelmente um rapaz da Vila. Eis a fagulha que faltava! O Padre Espanca diz que o nosso povo ao ver aquilo «foi o mesmo que lançar fogo a uma mina atacada de pólvora». Onde ele imagina explosão vemos nós labaredas, um ardor mais duradouro, mas fogo houve de certo. De tal forma que José Rosário, o sineiro da Capela Real, mais Luís Casadinho, oficial de surrador, encolerizados, logo espancaram o francês «desapiedadamente», tamanha era a meda de palha que os dias haviam juntado e a piedade desaparecido. Acorrem mais soldados franceses, enquanto os dois calipolenses gritam e tocam a rebate os sinos da Câmara: «*A eles! Matemos estes cães... estes inimigos da nossa pátria que*

⁸ 600 Kg = 600 000 gr.prata x 0,46 €/gr. = 276 000 €. Não se inveje a riqueza das igrejas que os crentes ofereciam, nem se imaginem 600 kg de prata como se se tratasse de um touro ou boi, que os há com esse peso e até mais, pois a densidade daquele metal precioso (10,49g/cm³), sendo muito superior à da carne bovina (1,07) consegue meter em 57 litros/dm³ o mesmo peso.

⁹ Padre Joaquim José da Rocha ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, nº 13, p. 65.

¹⁰ De 1806 a 1862 a Capela Real esteve em obras importantes e os actos litúrgicos foram realizados na Igreja do Colégio de São João Evangelista, dita de S. Bartolomeu.

*nos estão escravizando!»*¹¹ Luís Casadinho não fez da surra que deu, nada de mais, pois o ofício de surrador lhe ensinara como curtir e surrar couros. Cerca de três centenas de amotinados se juntaram, armados de pedras, paus, espingardas e, até chuços e fains, ou seja, varas com pontas de ferro, cercando o Castelo e, pelas três da tarde, tentaram assaltar a porta da muralha que dava para a almedina, sem o conseguirem. Eram «todos artistas e trabalhadores» assegura o Padre Espanca, o que significa serem os primeiros, homens dos ofícios manuais e, os segundos, gente do trabalho rural. As vozes que mais arregimentavam e conduziam além das daqueles dois, foram as de José de Sande, barbeiro, e António Joaquim de Barros, fundidor.

Não se sabe quem, uns dizem que foi um soldado francês escapulido, outros afirmam ter sido um tal João Antunes Galvão, homem rico, o certo é que a notícia do tumulto chegou rápida a Estremoz, onde se achavam 3000 soldados às ordens do Coronel Lacroix e do General D'Avril, além dos 5000 sob o comando de Kellermann, Governador da Província do Alentejo em Elvas. Entretanto, os populares calipolenses marcavam uma cintura de cerco ao Castelo em estações estratégicas, enquanto os sitiados procuravam que tudo acalmasse. Ao que parece, um tal António Paes com outros, todos certos de espingarda, terão morto cinco franceses enquanto um outro de nome Morato matou com a sua carabina um sargento que buscava acalmia no ângulo da Estrela do baluarte fronteiro à Rua do Espírito Santo, ou seja, disparou de onde hoje está o Cine-Teatro.

Com tanta labareda ao alto o fogo alastrou e os nossos, povo miúdo sem instrução militar, foram pedi-la a quem a tinha: o sargento-mor reformado António Lobo Infante de Lacerda foi convidado para tomar o comando que não havia, para ser a cabeça que faltava. E aceitou, e sendo um dos sete *Notáveis*, homem instalado socialmente nos seus 58 anos de idade, só prova o seu patriotismo, o qual se verifica quando se arrisca perder muito mais do que aquilo que porventura se possa ganhar. Nascido em Olivença, possuía o morgado da Quinta dos Infantes em Pardais cujo portal ainda hoje se admira, e teria talvez acentuada tez morena pois lhe chamavam o *Ciganito*. Depressa os revoltosos foram divididos em três divisões, duas sedentárias no cerco e uma volante para acudir ao necessário. Sob o comando deste homem, a Vila enviou pedidos de ajuda a forças militares espanholas a Badajoz, agora aliadas contra os franceses, e de Borba esperou auxílio que não veio. O poder bélico de Portugal sem exército estiolava e quase só o povo lutava.

Entretanto, soldados do general D'Avril partiam de Estremoz, a caminho do domínio da situação e da represália à revolta começada em Vila Viçosa, isto, já no dia 20 de Junho, segunda-feira. Deste destacamento militar deu notícia, ain-

¹¹ *Id. ib.*, p.67.

da antes da divisão volante que a procurara, um «*homem pobre e paisano, porém de um desmarcado patriotismo*»¹² de seu nome Inácio da Silva que veio a ser alferes na Companhia de Miqueletes, como narra o *Observador Português* e o pequeno mas esclarecido opúsculo *Resumo Dos Sucessos da Província do Alem-Tejo na Feliz Restauração deste Reino*, editado em 1810. E a informação dada por Inácio da Silva era esta: d'Avril comandava 350 homens de Infantaria, 100 de cavalaria, mais o poder de fogo de dois canhões. O Infante de Lacerda grita por Portugal e, sob o estandarte Real, faz avançar para a Porta do Nó, à estrada de Borba, 38 homens armados de espingarda e outros com chuços e armas capazes de morte, todos emboscados em muros das tapadas e nos telhados da Ilha. Os franceses, apanhados de surpresa, sofreram muitas baixas e, tendo que recuar, rodearam a Vila reentrando pelo Carrascal através da Estrada *Angustinha*.¹³ Conta o *Resumo dos Sucessos*... que a refrega durou uma hora e, tendo surpreendido o destacamento inimigo, abateu 36 soldados franceses.

Entrando as forças francesas na Vila pelo Carrascal, compostas por 450 homens armados e disciplinados na guerra, mais a guarnição de 100 que, de sitiados no Castelo passaram a contra-atacantes, os calipolenses, no geral, refugiaram-se em suas casas e outros, mais precipitados, fugiram pelo Rossio e Aldeias. Seguiu-se a vingança e o saque desenfreado dos soldados franceses, incluindo casas e igrejas – chegaram a disparar um tiro de canhão contra a porta das Chagas – e, claro, a perseguição e morte dos mais desprevenidos. Bem avisa o Padre Espanca que «*é um erro gravíssimo em tais conjunturas o retirar-se qualquer das suas moradas*»¹⁴ dando o exemplo da vendedeira Madalena Maria, de anexim a *Cheira Dinheiro*, moradora na Praça Nova à esquina da Rua de Três que, ao fugir com o marido pelo Rossio, ambos com taleigos de dinheiro, foram mortos para serem roubados e não pela insurreição em que não terão participado. Já ao fundo da Rua da Corredoura, no Largo da Saboaria, um pobre *paisano* ao espreitar de dentro de sua casa pela fechadura, um balázio bem apontado o deixou morto de vez. É caso para dizer que a curiosidade, aqui, matou muito mais do que um gato. Ainda houve rogos de gente importante e afim aos franceses junto ao general d'Avril, o que permitiu reduzir a uma hora a desforra dos invasores. Estes, retiraram para Estremoz levando consigo a guarnição do Castelo e seis prisioneiros. Feita a contabilidade das vidas perdidas, o Padre Espanca enumera como resultado dos combates da revolta de Vila Viçosa, o número de 27 mortos calipolenses e 46 franceses, 10 no cerco ao Castelo, 36 na emboscada da Porta do Nó. Junot, no Boletim do Exército francês e reportando os tumultos de Vila

¹² *Id. ib.*, p.71.

¹³ Esta Estrada Angustinha, será, vinda de Borba, a que hoje passa frente à Escola Secundária.

¹⁴ *Id. ib.*, p.73.

Viçosa, eleva a duzentos os mortos dos revoltosos locais. O padre Espanca diz que o general «mentiu desbragadamente». *Fake news* houve sempre ou, de como em política, e não só, o que parece, é!

3. A revolta sangrenta de Vila Viçosa em 19 e 20 de Junho de 1808 ter-se-á saldado não muito longe dos 73 mortos, divididos por ambos os lados, havendo vários nomes dos locais indicados pelo Padre Espanca nos registos de óbitos de S. Bartolomeu. O caso foi feroz e de enorme ousadia, o rescaldo pesado e, Vila Viçosa não esqueceu tão dramático episódio, o qual teve a grandeza de ter sido um dos primeiros da nação portuguesa contra o invasor francês. Houve antes uma outra revolta de dimensão menor pelo povo de Olhão a 16 de Junho, sem que os calipolenses dela tivessem notícia e, uma outra, no mesmo dia 19 no Porto. Depois, seguiram-se em todo o país dezenas de revoltas e levantamentos populares, em alguns casos lideradas por elites locais aclamando o Rei Português ausente. É significativa a atitude corajosa de pescadores de Olhão que foram avisar da vitória local e aclamar o Rei em viagem aventureira num simples caíque, o *Bom Sucesso*, o qual chegou a 7 de Julho ao Rio de Janeiro. «Há sempre Deus, há sempre Pátria, há sempre Rei» afirma o filósofo Álvaro Ribeiro, o que significa que os arquétipos da alma humana guardam em si estas três realidades intrínsecas e inalienáveis, ainda que a alienação as substitua por menoridades correspondentes, ora diminuídas, ora invertidas. Mas o espaço do órgão vazio permanece: os de Olhão foram reavivá-lo na coragem que os levou ao Brasil.

Naquela tarde de 20 de Junho, Vila Viçosa andava atordoada com o doloroso incêndio que lavrara depois da ignição espontânea da Estacada. A maioria recolheu-se em casa, outros debandaram fugindo para os arredores, o povo só arranjava paus e muita indignação contida, meia dúzia de espingardas e muito fervor pela sua terra, o que era pouco perante quase 500 militares devidamente armados, um quase nada de uma nação sem exército nem rei. Restava-lhe a alma para não desistir e foi o que fez Infante de Lacerda que, com uma vintena de conterrâneos, chegou a Juromenha às duas horas da manhã do dia 21, buscando o apoio do coronel espanhol D. Frederico Moretti. Entretanto, os aliados ingleses, por mar, tentavam desembarcar em Portugal, o que só aconteceu a 1 de Agosto na foz do Mondego. Lacerda percorreu em Julho boa parte do Alto Alentejo organizando em cada município Juntas Governativas, apoiadas local e explicitamente pelos três Estados, Clero, Nobreza e povo, sendo a de Vila Viçosa constituída a 12 de Julho, assinada por 72 calipolenses, culminando com o estandarte Real desfraldado e um *Te Deum* de louvor na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, rejubilando pela restauração do governo português.

O afã organizativo e patriótico de Infante de Lacerda foi dos mais importantes no Alentejo tendo levado à criação de várias Juntas Governativas e à criação da célebre Companhia de Miqueletes. A 16 de Julho na sua casa, em Vila Viçosa, aconteceu o encontro com Moretti e o General Português Francisco de Paula Leite que comandava o exército português de recurso, dadas as circunstâncias. Passados dez dias, a 29, o Alentejo tentava fazer frente ao invasor em Évora com o povo eborense e muitas figuras ilustres, entre elas, o Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo na linha da frente. De Lisboa saiu o General francês Loison enviado por Junot à frente de 7000 homens. As nossas poucas forças reunidas às espanholas não chegavam a 2000, e nelas, estavam os 100 corajosos calipolenses da Companhia de Miqueletes. O General Paula Leite decidiu, erradamente, opor-se em campo aberto e a resistência portuguesa apenas durou até às quatro da tarde, quando os franceses entraram na cidade. Seguiu-se o saque e, após as elevadas baixas portuguesas na refrega do combate, os franceses dedicaram-se ao morticínio generalizado tendo sido mortas 218 pessoas na cidade de Évora, entre elas 27 artífices e 40 clérigos! A Loison, conhecido pelo *Maneta* que o era, não faltaram braços para estocadas de morte. Daí em diante qualquer português passou a dizer e a saber o que é “ir para o maneta”. Tristes expressões sobram das guerras!

Felizmente que depressa chegaram as batalhas vitoriosas de Roliça, a 17 de Agosto e a do Vimieiro a 21, com os ingleses em papel dominante. A 30 assinava-se o armistício em Sintra entre britânicos e franceses com os portugueses a ver navios, de fora do acordo e, nesta ausência dos nossos legítimos interesses, lá seguiram os franceses com suas armas e bagagens, mais as toneladas de riquezas roubadas em Portugal, entre elas, as pratas das igrejas de Vila Viçosa que haviam despoletado o episódio da Estacada e os mortos que se seguiram.

Vila Viçosa foi a primeira terra do Alentejo, a segunda no país depois do Porto, a rebelar-se espontaneamente contra o invasor francês. A Companhia de Miqueletes esteve na frente e é conhecida como exemplo da revolta popular ou de como o pouco pode fazer muito. O que era um *miquelete*? Assim se chamava a um soldado mal fardado da guarda de governadores locais mas, era principalmente uma espécie de bandoleiro espanhol dos Pirenéus, nas fronteiras da Catalunha e Aragão, cujo nome mais antigo seria Almogavare e, porque um deles, famoso caudilho, se chamasse Angelet e os seguidores Angeletes, um outro dito Miquilot de Prats ficou Miquelet nos tempos do Rei D. Fernando, o Católico. Como, ao nome Miquilot se somara a devoção a S. Miguel foi fácil o nome corrente de Miqueletes. Miqueletes seriam pois soldados de recurso, quase de pé descalço que evoluíram para Caçadores a Pé, uma Infantaria espontânea e ligeira com um chefe ou caudilho, armada de fuzil, espingarda ou outra arma simples. Cervantes, na parte segunda do *D. Quixote* fala neles e, nós aqui

também, por ser algo quixotesca esta nobre ousadia de que a gente simples de Vila Viçosa deu prova.

Na zona da Vila agregada, no ano de 1808, ao *Notável* António Lobo Infante de Lacerda e que a administração francesa manhosamente quis aproveitar, encontra o transeunte de hoje várias ruas com toponímia referente à gente simples que este texto pretende homenagear, livrando-a do olvido das gerações: a **Rua António Paes**, dentro da almedina, e depois saindo dela pela Porta de Estremoz a **Praça Infante de Lacerda**; descendo as escadinhas, a **Rua António Joaquim de Barros** e a **Rua Luís Casadinho** com a esquina do Lavadouro Municipal ao meio e, atravessando a Avenida dos Duques de Bragança, onde termina a antiga Rua dos Gentis e a de Santo António estaremos no **Largo José de Sande**. Debaixo de cada um destes cinco nomes uma legenda comum os une e esclarece: *Defensor de Vila Viçosa, 1808.*

A sua defesa, brava e generosa, começou ao meio-dia de um domingo de Junho de 1808, na Estacada, depois em toda a Vila e fora dela, porque era maior o amor que tiveram à terra que lhes deu o sentido das suas vidas. A nossa defesa, se a quisermos ter, é a da sua memória e nunca acaba.

17.Maio.2020





Fontes bibliográficas

- DICIONÁRIO DE PORTUGAL, João Romano Torres e C^a, Editores, Vol. VII, 1915.
- DICIONÁRIO LELLO UNIVERSAL, 2º Vol., 1974
- HISTÓRIA CONCISA DE PORTUGAL – José Hermano Saraiva, Publicações Europa-América, 7ª edição, 1981
- HISTÓRIA DE PORTUGAL – Coordenação de Rui Ramos, Esfera dos Livros, 4ª edição, 2010
- Padre Joaquim José da Rocha ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 36 volumes, 1983-1992, cadernos, 9, 13 e 29.
- Padre Joaquim José da Rocha ESPANCA, *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa*, 1892.
- Padre Rafael BLUTEAU, Suplemento ao Vocabulário Portuguez, e Latino*, D. João V, Parte II, 8 Tomos, Anno de M.DCCXXVIII.
- Resumo dos sucessos da Província do Alentejo na feliz Restauração deste Reino*, 1810.
- Theodoro José BIANCRDI, *Sucessos do Além-Têjo*, Impressão Régia, 1808
- Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Évora, I vol., Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1978.
- Vasco Pulido VALENTE, *O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809*, Análise Social, Vol XV, 1979.

CALIPOLENSES NA GRANDE GUERRA – CONDECORAÇÕES, LOUVORES, PUNIÇÕES E OUTROS FACTOS ALUSIVOS AOS MILITARES NATURAIS DE VILA VIÇOSA INSERIDOS NO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS A FRANÇA

Joaquim Saial

À memória de meu pai, Narciso João Neves da Silva,
sargento-chefe da Armada (especialidade de Manobra),
natural de Alandroal, que combateu na Guiné durante
a Guerra Colonial (1971-1973) como mestre da LFG
(Lancha de Fiscalização Grande) N.R.P. Dragão (P 374)

A notícia era de um periódico de língua portuguesa editado em Paris, o “Luso Jornal” de 14 de Maio de 2018, e dava conta da inauguração de um memorial aos soldados portugueses combatentes na Grande Guerra erigido no talhão militar do cemitério de Beausoleil, cidade francesa do sul, na fronteira com o Mónaco. Estávamos no ano do centenário do final do conflito e lá longe, com frutuosa colaboração entre autoridades lusas e locais, eram homenageados pela enésima vez esses homens que em condições dificílimas haviam dado o seu esforço e o seu sangue em prol de uma causa que a maior parte nem chegou a compreender. Acontece que entre os que de Portugal foram escalados para a guerra houve largas dezenas de calipolenses e por isso pensámos então escrever algo sobre a participação dos naturais de Vila Viçosa na I Guerra Mundial. Entretanto, outros artigos, palestras e até um livro afastaram-nos desse objectivo,

do qual nos aproximámos de novo nos miseráveis dias de pandemia do ano de 2020 em que bibliotecas e arquivos se encontravam encerrados.

Convém relembrar que para Portugal, embora não declarada, a guerra começou a desenvolver-se em Angola e Moçambique. Neste segundo caso, e no que toca a Vila Viçosa, por via do 4.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria 10 que juntamente com outras tropas partiu de Lisboa no vapor inglês “Durham Castle” a 11 de Setembro de 1914, chegou a Lourenço Marques a 16 de Outubro e dali partiu no vapor “Moçambique” para Porto Amélia, onde já estava a 1 de Novembro¹. No entanto, para este trabalho e para não o tornar excessivamente longo, apenas foi considerado o caso da nossa presença em França².

O primeiro contingente do C.E.P. para França partiu de Lisboa rumo a Brest a 30 de Janeiro de 1917³, transportado por três navios ingleses. Seguiam a bordo regimentos de Infantaria da Guarda, Portalegre e Leiria, entre outros de Cavalaria e de Artilharia, e nos meses posteriores mais se lhes sucederam; a partir de Maio seguinte, após algumas semanas de instrução, as forças portuguesas ocuparam os sectores da frente de batalha que lhes foram atribuídos na zona de Neuve Chapelle⁴.

Assim sendo, trataremos de dar a conhecer os nomes e alguns dados biográficos dos 84 militares de que temos conhecimento que partiram de Vila Viçosa para França, cujos nomes foram apurados em fichas digitalizadas do Arquivo Histórico Militar⁵ (A.H.M.). Colocadas *online* e intituladas “Modelo A, do Serviço de Estatística do Corpo Expedicionário Português”, são documentos manuscritos, por vezes de difícil leitura devido à má caligrafia e erros ortográficos, na maior parte das vezes apenas de uma folha, mostrados em frente e verso (este, com relativa frequência, em branco), embora haja um bom número com mais, igualmente observáveis de ambos os lados.

¹ Essa 1.ª expedição (1527 militares), das quatro a Moçambique, era comandada pelo tenente-coronel Pedro Massano de Amorim e destinava-se a vigiar (mantendo a neutralidade) a chamada “linha do Rovuma”, na fronteira norte da colónia. Para além dos homens de Cavalaria 10 de Vila Viçosa iam um batalhão do Regimento de Infantaria 15 (Tomar), uma bateria do Regimento de Artilharia de Montanha (Portalegre/Évora) e três unidades de Lisboa, de Engenharia, Saúde e Administração. Dados recolhidos em <http://centenariograndeguerra.defesa.gov.pt/africa/index.html> (visto em 16.06.2020).

² Apresentamos apenas duas excepções: um 1.º grumete da Armada e um sargento do Exército.

³ Na ficha em papel do soldado de Cavalaria 2 António Joaquim Marrafa diz-se que ele seguiu a 20 de Janeiro.

⁴ In FIGUEIRA, João. *Pensões de Sangue no Âmbito da Participação Portuguesa na Grande Guerra*, XXIII Colóquio de História Militar, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 4-7 de Novembro de 2014.

⁵ <https://arqhist.exercito.pt/>. Como os serviços do A.H.M. estão sempre em laboração, é bem possível que à data da publicação deste trabalho mais algum material eventualmente existente sobre militares de Vila Viçosa na Grande Guerra esteja disponível.

Considerámos ainda o sítio bilingue da Internet “Memorial aos Mortos na Grande Guerra”⁶ desenvolvido para o Arquivo Histórico Militar que nos forneceu alguns dados complementares interessantes. Serão identificados pelo símbolo ○ os três militares aí encontrados (são dez, no total, mas exceptuamos os quatro que já conhecíamos das fichas em papel *online* e os três falecidos em Moçambique).

No final, indicamos os nomes de 13 militares que surgiram na pesquisa por “Vila Viçosa” no sítio do A.H.M. mas que, ainda não apresentam ficha digitalizada, pelo que podem nem ter sido expedicionários. Ficam apenas a título de curiosidade e como material coligido para futuras investigações acerca de assuntos castrenses relacionados com a terra.

Há nas fichas um longo e monótono rol de menções a hospitalizações e indicação de altas e baixas, numa grafia com siglas difíceis de decifrar que deixámos de lado.

Os militares cujo nome é antecedido do símbolo ■ não apresentam nas fichas referências a condecorações, louvores ou punições.

Sempre que conhecida, a naturalidade do militar vai por freguesia de nascimento; quando isso não sucede, indica-se “Vila Viçosa”⁷.

Procurámos sempre fornecer em notas de rodapé as dúvidas e esclarecimentos possíveis. Daí, o seu elevado número.

Elaborámos quadros que permitem ter uma melhor ideia dos vários assuntos e foi actualizada a grafia para a forma anterior à do presente acordo ortográfico.

Todas as afirmações que fazemos, reportam-se apenas aos militares cujas fichas observámos, ressaltando sempre que poderá haver outros idos a França, neste conjunto não presentes.

Os textos alusivos a condecorações, louvores e punições na longa lista que se segue são os que constam no processo dos militares.

É esta, pois, uma primeira abordagem a um tema que não tem obtido a atenção de quem se ocupa das coisas da história calipolense, feito agora apenas através de documentação online (embora na maior parte fiável), contudo a requerer apreciação mais aprofundada por quem a quiser prosseguir. Assim o merecem os que longe da Pátria e da sua Viçosa vila morreram em combate ou por doença contraída em campanha, ficaram feridos e sofreram os inenarráveis horrores das trincheiras.

⁶ <http://www.memorialvirtual.defesa.pt/Paginas/Splash.aspx>, datado de 2014.

⁷ Nalgum/s dos casos em que não há indicação de freguesia, não podemos descartar que o topónimo “Vila Viçosa” também se possa referir, por excepção, ao lugar do mesmo nome em Cinfães, Viseu.



■ **ADELINO ANTÓNIO** – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – S. Romão
Pai – João dos Prazeres
Mãe – Jerónima Maria

ALBERTO MARIA BRAVO (falecido por doença⁸) – Soldado de Cavalaria
(Escola de Equitação⁹) – solteiro – N.^a Sr.^a da Conceição
Pai – Manuel Inácio Bravo
Mãe – Maria Vitória Caraça

07.01.18 – Punido com 5 dias de detenção por ter saído da formatura da limpeza sem autorização.

⁸ Faleceu em França a 10 de Maio/Junho (são indicados os dois meses) de 1918, de tuberculose pulmonar. A 3 de Junho fora dado como incapaz para todo o serviço, pelo que é mais provável que de facto tenha falecido neste mês). Foi sepultado no Cemitério de Les Baraques, cova n.º 8, quadrado 4, rua F (?). Pensamos que em Sangatte, no Pas de Calais. O sítio “Memorial aos Mortos da Grande Guerra”, dá-o como morto em combate, o que não coincide com o que se pode ler na ficha de estatística.

⁹ A Escola de Equitação estava sediada em Torres Novas. <http://oalmonda.net/?p=17829> (visto em 18.06.2020).

■ **ALEXANDRE DE JESUS CABEÇAS** (falecido em combate¹⁰) – Alferes de Infantaria 22¹¹ – solteiro – S. Bartolomeu¹²

Pai – Manuel do Nascimento Cabeças

Mãe – Ana Bárbara de Brito

ALEXANDRE HELIODORO¹³ PEREIRA – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – S. Bartolomeu

Pai – João Heliodoro Pereira

Mãe – Francisca Barradas

29.08.1917 – Punido pelo comandante do Batalhão com 4 dias de detenção por faltar ao 1.º e 2.º tempos de instrução.

11.09.1917 – Punido com 4 dias de prisão disciplinar, por ter faltado ao 1.º e 2.º tempo de instrução, alegando doença que lhe não foi confirmada.

AMARO DE JESUS – Músico, promovido a sargento de 2.ª, em 18.09.1918 (Infantaria 10) – casado – A naturalidade oferece algumas dúvidas, pois apresenta: “Vinhaes, digo Vila Viçosa”, sendo a palavra “Vinhaes” sublinhada a traçado.

Filho de pais incógnitos.

Esposa – Antónia P. Almeida Cardoso

22.02.1919 – Condecorado com a medalha comemorativa da Campanha de França¹⁴. A atribuição desta condecoração suscita algumas dúvidas, pois o registo está riscado.

¹⁰ Faleceu em combate na 1.ª linha, em virtude dos ferimentos recebidos em 9 de Abril de 1918, ignorando-se onde foi sepultado, devido ao facto de o seu corpo ter ficado em poder do inimigo. Vila Viçosa deu-lhe nome de rua, a que se situa entre as ruas Florbela Espanca e Dr. Couto Jardim, primeira a seguir à Praça da República.

¹¹ No final da ficha em papel, e com caligrafia diferente da restante, pode ler-se a seguinte frase: “1918-Abril. Tomou parte na batalha de La Lys em 9 [de Abril], com o batalhão de Infantaria 29 [Braga].” O mesmo batalhão é indicado na placa toponímica da rua que lhe foi dedicada em Vila Viçosa e nalguma bibliografia. No entanto, na mesma ficha e em lugar de topo, o batalhão indicado como de pertença é o 22 (Portalegre).

¹² Na ficha em papel, lê-se “Vila Viçosa”; no sítio “Memorial aos Mortos da Grande Guerra” indica-se S. Bartolomeu”.

¹³ Nomes de pai e filho, grafados um com “i”, o outro com “e”, ambos com acento e sem o “H”.

¹⁴ Condecoração por vezes também designada como “da Expedição a França”. Decretos 5061, de 30.11.1918 e 5400 de 12.04.1919. A expressão mais comum nestes casos era “Autorizado a utilizar a medalha...”.

ANTÓNIO FERNANDES CORDEIRO – Soldado servente¹⁵ – solteiro –
N.^a Sr.^a da Conceição

Pai – António Duarte Cordeiro

Mãe – Maria Joaquina Fernandes

01.04.1919 – Punido com 2 dias de detenção, por ter prezo¹⁶ à roda de um carro o cavalo sua montada¹⁷.

■ **ANTÓNIO JOÃO** – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – S. Romão

Pai – Alexandrino de Jesus

Mãe – Joaquina da Conceição Raia

■● **ANTÓNIO JOÃO TORRÃO**¹⁸ (falecido em combate¹⁹) – Soldado de Infantaria 11 – estado civil desconhecido – N.^a Sr.^a da Conceição

Pai – Desconhecido

Mãe – Desconhecida

ANTÓNIO JOAQUIM BABINHA²⁰ – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel

Pai – Inácio Pereira

Mãe – Maria da Boa Morte Vedor

12.08.1917 – Punido com 7 dias de detenção²¹.

ANTÓNIO JOAQUIM CANELHAS²² – Soldado de Infantaria 11 – casado – Bencatel

Pai – Francisco António Canelhas

Mãe – Maria do Rosário Rocha

Esposa – Maria Joana Alferim²³

Prisioneiro – 09.04.1918 / 20.06.1918²⁴

¹⁵ Não se indica a arma do militar mas há um carimbo do “3.º Grupo de Artilharia” n.º 3.

¹⁶ Sic.

¹⁷ Punido depois do Armistício de Compiègne (11.11.1918) e antes do Tratado de Versalhes (28.06.1919).

¹⁸ Por agora, nada mais se sabe sobre este militar referenciado no sítio “Memorial aos Mortos na Grande Guerra”.

¹⁹ 14.01.1918.

²⁰ Por motivo que desconhecemos, o nome do militar não apresenta nenhum dos apelido dos pais. Isso acontecerá com outros, como iremos vendo.

²¹ Não se especifica o motivo da detenção.

²² Grafia do apelido “Canelhas”, de leitura duvidosa.

²³ Talvez mal grafado, poderá ser “Alfenim”, apelido ainda existente no concelho de Vila Viçosa, por exemplo, na freguesia de Bencatel.

²⁴ Não se indica o campo de prisioneiros onde esteve internado.

04.12.1918 – Punido com 15 dias de prisão disciplinar por ter saído do acampamento contra o que está determinado²⁵.

ANTÓNIO JOAQUIM FRADE²⁶ – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel

Pai – Joaquim António Frade

Mãe – Maria de Jesus Saial²⁷

12.09.1917 – Punido com 8 dias de detenção²⁸.

■ **ANTÓNIO JOAQUIM LOPES MOÇAMBIQUE**²⁹ – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel

Pai – António Joaquim Lopes Rufo

Mãe – Inácia de Jesus Barradas

■ **ANTÓNIO JOAQUIM MARRAFA**³⁰ – Soldado de Cavalaria 2 – casado – Vila Viçosa

Pai – José António Marrafa

Mãe – Maria Joaquina

Esposa – Rosa da Assunção Marrafa

ANTÓNIO JOSÉ FONTAINHAS³¹ – Soldado de Cavalaria (Escola de Equitação) – casado – Vila Viçosa

Pai – Joaquim António Fontainhas

Mãe – Vitória da Conceição

Esposa – Gertrudes Conceição Raio

²⁵ Punido depois do armistício e antes do Tratado de Versalhes.

²⁶ No sítio “Memorial aos Mortos da Grande Guerra” desenvolvido para o Arquivo Histórico Militar, refere-se que António Joaquim Frade faleceu a 9 de Abril de 1918, data da Batalha de La Lys. <http://www.memorialvirtual.defesa.pt/Paginas/Inicio.aspx> (visto em 11.06.2020).

²⁷ Grafia do apelido “Saial”, de leitura duvidosa.

²⁸ Não se especifica o motivo da detenção.

²⁹ No verbete online do Arquivo Histórico Militar referência PT/AHM/DIV/1/35A/2/26/23274, o último apelido do militar está grafado como “Macamdufa” (sic, incluindo o “m” antes do “d”). Contudo, na ficha em papel, manuscrita, o apelido parece ser “Moçambique” (embora sem cedilha). Deve ser má transcrição do apelido para o verbete *online*, onde por exemplo o topónimo “Bencatel” também está mal grafado, como “Bencates”. Note-se, no entanto, que nem o pai nem a mãe ostentam este apelido. Dar-se-á o caso de este militar ter estado antes mobilizado para Moçambique, como muitos dos seus camaradas, e lhe ter ficado a palavra como alcunha depois feita apelido?

³⁰ Tal como no caso anterior, o “Merrofa” do verbete *online* é decididamente “Marrafa” na ficha manuscrita.

³¹ Tal como nos dois casos anteriores, o “Fontainhos” do verbete *online* é decididamente “Fontainhas” na ficha manuscrita.

00³².05.1919 – Punido com 10 dias de prisão disciplinar por se ter embriagado ficando em estado de não poder comparecer à instrução a cavalo.

■ **ANTÓNIO JOSÉ SOARES** – Cozinheiro de Infantaria 11 – casado – S. Bartolomeu
Pai – António Sacramento Pesinho (sic)
Mãe – Maria José Soares
Esposa – Hilarina³³ Paulista Soares.

■ **ANTÓNIO JOSÉ TAPADAS** – 2.º sargento de Infantaria 22 – casado – Vila Viçosa
Pai – José Vicente Tapadas
Mãe – Maria Teresa
Esposa – Eugénia da Conceição Dias Pacheco

ANTÓNIO LEOCÁDIO LOURENÇO³⁴ – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel
Pai – Lourenço Merecimento
Mãe – Rita³⁵ de Jesus

29.01.1918 – Punido com 5 dias de detenção porque tendo sido nomeado para um piquete de trabalho deu parte de doente depois de apresentado para o mesmo quando [o] devia ter feito antes, visto achar-se no local um médico para o inspeccionar.

11.04.1919 – Punido com 10 dias de detenção, por não obedecer prontamente a uma ordem dada pelo sargento de dia quando este o mandou para o banho³⁶.

■● **ANTÓNIO MANUEL RAMOS**³⁷ (falecido por intoxicação de gases³⁸) – Soldado de Infantaria 11 – estado civil desconhecido – S. Bartolomeu
Pai – Desconhecido
Mãe – Desconhecida

³² Não é referido o dia.

³³ Grafado como “Ilarina”.

³⁴ O militar ostenta como apelido o nome do pai.

³⁵ Nome grafado como “Rilta”.

³⁶ Punido pouco antes do Tratado de Versalhes e apenas quatro dias antes do seu regresso a Portugal.

³⁷ Por agora, nada mais se sabe sobre este militar referenciado no sítio “Memorial aos Mortos na Grande Guerra”.

³⁸ 21.01.1918.

ANTÓNIO VICENTE PEDRAS – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Ciladas

Pai – Vicente António Pedras

Mãe – Florinda da C. Pestana

19.01.1918 – Punido com 2 dias de detenção [por] haver perdido a placa de identidade que lhe havia sido distribuída.

29.01.1918 – Punido com 3 dias de detenção, porque tendo sido nomeado para um piquete de trabalho deu parte de doente depois de apresentado para o mesmo, quando o devia ter feito antes, visto achar-se no local um médico para o inspeccionar.

ARTUR MARIA RAMOS TARANA – Alferes³⁹ de Infantaria 10 – solteiro – Vila Viçosa

Pai – José Maria Tarana

Mãe – Adelaide Conceição Ramos Tarana

03.05.1918 – Louvado, pelo zelo, inteligência e muita dedicação com que desempenhou o lugar de provisor do Batalhão, durante o tempo em que o mesmo senhor⁴⁰ o comandou.

23.02.1919 – Condecorado com a medalha comemorativa da Campanha de França.

■ **AUGUSTO CÉSAR DA SILVA PEREIRA** – Alferes de Artilharia (de montanha) – solteiro – Vila Viçosa

Pai – *Não é indicado o nome*

Mãe – Bárbara da Conceição Silva

BARNABÉ DA CONCEIÇÃO CHINARRO⁴¹ – Soldado maqueiro (Hospital de Cirurgia) – solteiro – Vila Viçosa

Pai – António Maria Chinarro

Mãe – Albina de Jesus

04.04.1918 – Punido com 10 dias de detenção, por ter sido encontrado fora do acampamento, sem licença e dando indícios de embriaguez.

BARNABÉ D'ASCENSÃO SILVA – 1.º sargento de Metralhadoras – casado – Vila Viçosa

Pai – Barnabé da Trindade Silva

³⁹ Entretanto, promovido a tenente.

⁴⁰ O dito senhor era o Comandante dos batalhões de Infantaria 10 e 13.

⁴¹ Apelido de provável origem espanhola.

Mãe – Maria das Dores Peres

Esposa – Mercês da Conceição Ferreira

23.11.1918 – Punido com repreensão por não dedicar ao serviço toda a sua inteligência e aptidão durante o último período [em] que esteve nas trincheiras.

BARNABÉ JOAQUIM GALEGA – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel

Pai – Manuel Joaquim Galega

Mãe – Joana Inácia (...) ⁴²

Prisioneiro – 09.04.1918 / 20.11.1918 ⁴³

14.08.1917 – Punido com 2 dias de detenção ⁴⁴.

12.09.1917 – Punido com 8 dias de detenção ⁴⁵.

19.01.1918 – Punido com 2 dias de detenção, por haver extraviado a placa de identidade que lhe havia sido distribuída.

04.12.1918 – Punido com 15 dias de prisão correcional, por ter saído para fora (sic) do acampamento, contra o que estava expressamente determinado ⁴⁶.

BONFILHO AUGUSTO FARIA ⁴⁷ – 1.º cabo de Infantaria 11 – solteiro – S. Bartolomeu

Pai – Bartolomeu Augusto Faria

Mãe – Maria da Purificação Banha ⁴⁸

⁴² Último apelido ilegível.

⁴³ Não se indica o campo de prisioneiros onde esteve internado.

⁴⁴ Não se especifica o motivo da detenção. O texto encontra-se riscado.

⁴⁵ Também não se especifica o motivo da detenção. O texto encontra-se igualmente riscado.

⁴⁶ Este soldado tem no seu registo mais duas punições, ambas riscadas por cima, a lápis: a 14.08.1917, com 2 dias de detenção e a 12.09.17, com 8 dias de detenção. Em ambos os casos, não se especifica o motivo das punições.

⁴⁷ Bonfilho (nome por vezes noutros documentos grafado como “Bomfilho”). Partira para França em 25.06.1917 e desembarcou em Lisboa a 18.01.1919. Foi escultor-canteiro (Monumento aos Mortos da Grande Guerra de Setúbal, por exemplo) e fotógrafo de alguma projecção. A “Revista Portuguesa”, de Vila Viçosa, no seu número inicial (Janeiro.1928) ostenta na primeira página um anúncio da Sociedade de Mármore de Vila Viçosa, Lda. (exploração de pedreiras, serração e oficina – os primeiros prémios nas Exposições Industriais de Estremoz de 1926 e 1927, onde Bomfilho (sic) Faria surge na qualidade de director técnico de canteiro-escultor. A “Gazeta dos Caminhos de Ferro” de 01.10.1964, apresenta em termos muito elogiosos na página 13 uma reportagem sobre a exposição de Bonfilho (sic) Faria no Palácio Foz, Lisboa, intitulada “Monografia Fotográfica de Vila Viçosa, a Vila Museu”, conjunto de 448 fotografias sobre a terra ducal.

⁴⁸ Grafia incerta do apelido.

Prisioneiro – 09.04.1918 / ?⁴⁹

12.10.1917 – Punido com 8 dias de detenção (pelo comandante do Batalhão), alterando para 6 dias de prisão disciplinar (pelo comandante da Brigada), por se apresentar 30 minutos mais tarde à instrução da sua especialidade.

■ **CONSTANTINO LOPES CANDEIAS** – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – S. Romão

Pai – Joaquim Lopes Candeias

Mãe – Maria Joaquina Patanêta

■ **DAVID DOS SANTOS PESTANA** – Soldado de Cavalaria 1 – solteiro – S. Romão

Pai – José Joaquim Pestana

Mãe – Joaquina da Piedade (...) ⁵⁰

DOMINGOS ANTÓNIO SANDE⁵¹ – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – S. Romão

Pai – Manuel Vicente Saúde⁵²

Mãe – Genoveva da Conceição Cabrela

00⁵³.**02.1919** – Punido com 10 dias de detenção, por conduzir um carro da Companhia dentro do seu Batalhão, contra o que [estava] determinado.

DOMINGOS JOSÉ PEREIRA – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – S. Romão

Pai – Joaquim Maria Pereira

Mãe – Emília do Carmo

07.05.1917 – Punido com 4 dias de detenção por ter respondido menos correctamente a um sargento da sua Companhia.

⁴⁹ Soube-se, através da Comissão de Prisioneiros de Guerra, que fora feito prisioneiro e estava internado no campo de Friedrichsfeld (sobretudo para praças, nas proximidades da vila de Wesel, junto à fronteira com a Holanda). Desconhecemos quando foi libertado. Embarcou na Holanda no navio britânico “North West Miller” em 12.01.1919 e que desembarcou em Lisboa a 18 do mesmo mês..

⁵⁰ Último apelido ilegível.

⁵¹ Pode ser “Saúde”, embora a palavra não tenha sido escrita com acento agudo e a terceira letra tanto possa ser “u” como “n”. Optámos por “Sande”, apelido que existiu (e ainda existe) em Vila Viçosa, havendo até um largo com o nome de José Sande (antigo Terreiro do Patacão).

⁵² Como na nota anterior.

⁵³ Não é referido o dia.

ESTANISLAU FRANCISCO – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – S. Romão

Pai – Francisco Belfo

Mãe – Maria da Conceição

Prisioneiro – 09.04.1918 / 16.01.1919⁵⁴

04.09.1917 – Punido com 8 dias de detenção⁵⁵.

■ **FAUSTO DE JESUS VERMELHO** – Soldado de Infantaria 17 – solteiro – Vila Viçosa

Pai – António José Vermelho

Mãe – Joaquina Marques Sobral

Prisioneiro – 09.04.1918 / 19.11.1919⁵⁶

FILIFE ANTÓNIO RIJO – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel

Pai – Joaquim António Rijo

Mãe – Maria da Conceição⁵⁷

18.11.1917 – Punido com 10 dias de detenção, por alterar o silêncio do acantonamento e por não respeitar como devia o chefe de grupo que o repreendeu.

18.11.1917⁵⁸ – Punido com 10 dias de detenção, por ter faltado à formação ao recolher e ter saído do acantonamento sem autorização, não cumprindo com o que [estava] determinado.

25.03.1918 – Punido com 4 dias de detenção, por ter sido encontrado fora do acantonamento do grupo fazendo uso dos suspensórios em lugar do cinturão.

22.02.1919 – Condecorado com a medalha comemorativa da Campanha de França. Esta condecoração suscita algumas dúvidas, pois o registo está riscado.

⁵⁴ Tal como Bonfílio Faria, Estanislau Francisco foi dado como desaparecido em 9 de Abril, na sequência da batalha de La Lys mas ao contrário do patrício, foi internado no campo de Münster, na Vestfália, também junto à fronteira holandesa.

⁵⁵ Não se especifica o motivo da detenção.

⁵⁶ Não se indica o ano de libertação e na ficha em papel diz-se que se desconhece o campo de prisioneiros em que foi internado.

⁵⁷ Não se trata de confusão com o nome da mãe do militar anterior. De facto, ambas tinham o mesmo nome.

⁵⁸ Não se trata de engano de transcrição. A fazermos fé no documento, o militar terá sido punido duas vezes no mesmo dia, embora por motivos diferentes.

FRANCISCO ANTÓNIO DOS SANTOS⁵⁹ – 3.º oficial dos Correios, graduado em alferes (Serviço Postal) – casado – Vila Viçosa

Pai – Marcelino Luís dos Santos

Mãe – Maria Adelaide Cordeiro⁶⁰

Esposa – Olímpia do Carmo Bessa dos Santos

24.02.1919 – Condecorado com a medalha comemorativa da Campanha de França.

■ **FRANCISCO DIAS RAMOS SAPATINHA** – 1.º cabo servente de Artilharia 3 – solteiro⁶¹ – S. Bartolomeu

Pai – Francisco Dias

Mãe – Rosália da Conceição Sapatinha

■ **FRANCISCO JOSÉ GONÇALVES BONECO** (ferido em combate⁶²) – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Pardais

Pai – João Gonçalves Boneco

Mãe – Vicência Rosa Solda

FRANCISCO JOSÉ RAIÓ – 2.º sargento⁶³ de Cavalaria 10 (vaguemestre⁶⁴) – solteiro – Vila Viçosa

Pai – António José Raio

Mãe – Maria de Jesus Barradas⁶⁵

24.02.1919 – Condecorado com a medalha comemorativa da Campanha de França⁶⁶.

⁵⁹ Em 16.12.1918, Francisco António dos Santos passara a 2.º oficial dos Correios (quadro telegráfico e telefónico), equiparado a tenente.

⁶⁰ Grafia do apelido “Cordeiro”, de leitura duvidosa.

⁶¹ Na ficha em papel está também como estado o de “casado”, tendo como esposa Emília Rosa Palma Ramos. Contudo, tanto este estado civil como o nome da senhora estão riscados. Alguém escreveu depois “solteiro”.

⁶² Baixou ao Hospital de Sangue n.º 1 no dia em que foi ferido, a 20.11.1917, e teve alta a 28 desse mês.

⁶³ Entretanto, promovido a 1.º sargento.

⁶⁴ Ou “vaguemestre”. É (ou era até recentemente) no exército português o militar responsável pela alimentação de uma subunidade.

⁶⁵ Sendo o pai falecido e tendo como parente mais próximo a mãe, indicava-se que esta, para além de viver em Vila Viçosa, residia na Rua dos Gentis (hoje, curiosamente, dos Combatentes da Grande Guerra).

⁶⁶ Esta indicação está riscada por cima, a lápis.

28.04.1919 – Louvado, porque exercendo o cargo de vaguemestre do H. S. n.º 1⁶⁷, quando da batalha de 9 de Abril de 1918, ter na falta de provisor adoptado espontaneamente as providências necessárias para assegurar o reabastecimento do mesmo H. S. n.º 1, reabastecimento que conseguiu fazer sob violento bombardeamento, no que revelou muita aptidão, zelo e dedicação pelo serviço, aliado a serenidade, energia, coragem e abnegação, em elevado grau.

■ **FRANCISCO LOPES BARRADAS** – 1.º cabo⁶⁸ de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel

Pai – Miguel João Ratinho

Mãe – Ana Inácia Barradas

■ **HUMBERTO⁶⁹ DO NASCIMENTO PARDAL** (ferido em combate⁷⁰) – soldado⁷¹ de Infantaria 11 – solteiro – N.ª Sr.ª da Conceição

Pai – Joaquim Vicente Pardal

Mãe – Maria Joaquina Ramalho

■ **INÁCIO JOSÉ ALBINO** – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel

Pai – José Albino

Mãe – Ana Fernandes da Conceição⁷²

■ **INÁCIO MARIA DA CONCEIÇÃO CANDEIAS** – 1.º cabo de Infantaria 11 – solteiro – N.ª Sr.ª da Conceição

Pai – António Lopes Candeias

Mãe – Angélica dos Santos

⁶⁷ Hospital de Sangue n.º 1. Num artigo assinado pelo coronel da Força Aérea Portuguesa Luís Alves de Fraga, de título “O Serviço de Saúde do Corpo Expedicionário Português em França, 1916-1918” (Repositório Institucional da Universidade Autónoma de Lisboa), o autor diz: “O serviço de saúde dispunha ainda, em 1.ª linha, das chamadas Ambulâncias que mais não eram do que hospitais de campanha. Dividiam-se em três secções e tinham um efectivo de 11 oficiais, 7 dos quais eram médicos — capitães ou subalternos — e 221 sargentos e praças. Tinham capacidade para internar 150 doentes. Havia Ambulâncias em Epinette, Vieille Chapelle e Zelobes. Mais para a retaguarda, mas ainda incluído no apoio aos militares empenhados em combate, existiam os Hospitais de Sangue, situados em Merville e Saint Venant, compostos por 8 tendas com uma capacidade para 200 doentes. Integravam uma equipa de 12 oficiais, sendo 7 médicos e 90 sargentos e praças. Dos médicos, dois deviam ser cirurgiões, e dos sargentos, seis tinham de ser enfermeiros.”

⁶⁸ Entretanto, promovido a 2.º sargento.

⁶⁹ Grafado como “Umberto”.

⁷⁰ Em 23.11.1917.

⁷¹ Entretanto, promovido a 1.º cabo.

⁷² Grafia incerta.

Prisioneiro – 09.04.1918 / 20.11.1973⁷³

JAIME ROSADO SEMEDO – 2.º sargento⁷⁴ de Cavalaria 3 – casado – Vila Viçosa

Pai – António Semedo Pereira

Mãe – Amélia Semedo

Esposa – Laura Carmelo Semedo

25.02.1919 – Autorizado a fazer uso da medalha comemorativa da Campanha de França⁷⁵.

■ **JOÃO ANTÓNIO CARDOSO** – Soldado de Infantaria 11 – casado – Bencatel

Pai – José Lúcio Cardoso

Mãe – Joaquina da Conceição Vedora⁷⁶

Esposa – Joaquina Inácia Gazela

■ **JOÃO ANTÓNIO DE ANDRADE** – Soldado servente de Cavalaria 10 – solteiro – S. Romão

Pai – Nascimento de Jesus Andrade

Mãe – Mariana de Jesus Parraça

JOÃO ANTÓNIO PIRES FRESCO – 2.º sargento⁷⁷ amanuense de Cavalaria 6 – divorciado⁷⁸ – Vila Viçosa

Pai – Bernardo José Pires Fresco

Mãe – Maria da Conceição Janita

27.02.1919 – Condecorado com a medalha comemorativa da Campanha de França.

19.04.1919 – Louvado, por ser ter salientado pelo seu porte, correcção e disciplina durante o tempo em que serviu neste 1.º (...⁷⁹) evidenciando sempre no serviço muita competência, dedicação e inteligência, dando assim aos seus comandados um belo exemplo de disciplina e qualidades militares, sendo um valioso auxiliar do comando.

⁷³ Não se indica o ano de libertação nem o campo de prisioneiros onde foi internado.

⁷⁴ Entretanto, promovido a 1.º sargento.

⁷⁵ Atente-se no fraseado que não refere que lhe foi atribuída a condecoração mas sim que passou a estar autorizado a utilizá-la.

⁷⁶ Grafia incerta.

⁷⁷ Entretanto, promovido a 1.º sargento.

⁷⁸ De Maria Luísa.

⁷⁹ Duas iniciais ilegíveis.

28.04.1919⁸⁰ – Louvado, por se ter oferecido espontaneamente para ficar a fazer serviço no P. S. do H. S. n.º 1 no dia 9 de Abril de 1918, onde se manteve nos dias 9, 10 e 11, coadjuvando os oficiais não só nos cuidados aos feridos estropiados, como na preparação do material a evacuar, não abandonando o seu posto, apesar do violento bombardeamento de que resultaram graves prejuízos no edifício e material, senão quando recebeu ordem de retirar, pelas 10 horas do dia 11, do oficial médico que dirigiu o serviço, por necessidade de o edifício ser ocupado pelas tropas inglesas encarregadas da defesa daquela cidade⁸¹, acompanhando os oficiais médicos para o Hospital de Sangue n.º 2, em St. Venant, onde se manteve, só abandonando o seu posto com a retirada de todo o pessoal pelas 12 horas do dia 12, revelando belas qualidades morais e grande zelo e dedicação pelo serviço, intrepidez, coragem, abnegação e desprezo pela [própria] vida.

21⁸².05.1919 – Condecorado com a Cruz de Guerra de 2.ª classe⁸³.

■ **JOÃO DA SILVA FIGUEIREDO⁸⁴** – Alferes⁸⁵ médico – Infantaria 1 / Cavalaria 10⁸⁶ – casado – S. Bartolomeu⁸⁷

Pai – Emílio C. Figueiredo

Mãe – Maria Joana da Silva Pereira de Figueiredo

Esposa – Maria de Lourdes da Fonseca Acciaioli de Figueiredo⁸⁸

Prisioneiro – 09.04.1918 / ?⁸⁹

⁸⁰ O louvor repete-se no documento, com idêntico fraseado.

⁸¹ Poderá tratar-se de Merville, localidade próxima deste H. S. n.º 1.

⁸² Noutro local indica-se a data de 22.

⁸³ Não se especifica o motivo da condecoração (obviamente devida à sua bravura durante os combates).

⁸⁴ João da Silva Figueiredo (Vila Viçosa, 21.06.1886 – Vila Viçosa, 20.11.1969) médico oftalmologista, foi também conservador do Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa – Esta e outras informações estão contidas no sítio Geni (visto em 09.06.2020) <https://www.geni.com/people/Jo%C3%A3o-da-Silva-Figueiredo/6000000030334315220>. A Dr.ª Maria João Cuba Martins Cravo, nora de D. Maria Ana da Fonseca Acciaioli de Figueiredo (filha mais nova do Dr. João Figueiredo, conhecida como D. Mananinha), comunicou-nos que a senhora conta que o pai regressou via Holanda, em 1919. Diz a mesma que, findo o conflito, ele protagonizou um regresso rocambolesco do campo onde estava internado, com falsificação de documento que previa apenas a saída de três prisioneiros mas em que o “três” passou a “quatro”. Chegou a Vila Viçosa de comboio e foi aclamado na estação como herói.

⁸⁵ Entretanto, promovido a tenente e a capitão (miliciano).

⁸⁶ Infantaria (unidade do C.E.P. de que fazia parte); Cavalaria (unidade territorial a que pertencia).

⁸⁷ Na ficha em papel, a localidade de nascimento é Vila Viçosa; alteramo-la no texto para S. Bartolomeu, em virtude de esta freguesia ser revelada no sítio indicado anteriormente.

⁸⁸ Segundo o sítio citado na nota anterior, o nome completo era “Maria de Lourdes Magalhães Collaço da Fonseca Acciaioli”.

⁸⁹ Não se indica a data de libertação nem o campo de prisioneiros onde foi internado.

■ **JOÃO DOS SANTOS ROCHA** – Soldado servente (C.A.P.I.⁹⁰) – solteiro – Bencatel⁹¹

Pai – Joaquim dos Santos Rocha

Mãe – Maria Genebra

Esposa – Gertrudes Cândida Capacete

■ **JOÃO DOS SANTOS SILVA** – Soldado⁹² de Infantaria 22 – solteiro – N.^a Sr.^a da Conceição

Pai – Joaquim da Silva

Mãe – Emília de Jesus Soeiro

■ **JOÃO LÚCIO CARDOSO** – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel

Pai – Celestino Lúcio

Mãe – Mariana de Jesus Felícia⁹³

■ **JOÃO LUÍS QUINTAS** – Alferes⁹⁴ de Infantaria 7 – casado – S. Romão

Pai – Luís António Quintas

Mãe – Catarina de Jesus

Esposa – *Não é indicado o nome*

■ **JOAQUIM ANTÓNIO CISNEIRO** (falecido por doença⁹⁵) – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – N.^a Sr.^a da Conceição

Pai – Francisco Augusto Cisneiro

Mãe – Francisca da Conceição Caeiro

■ **JOAQUIM ANTÓNIO DA CRUZ DIAS** – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Ciladas

Pai – Joaquim da Cruz Dias

Mãe – Francisca de Jesus Dias

⁹⁰ Corpo de Artilharia Pesada Independente, onde também estava o calipolense capitão José Guerreiro de Andrade. Este corpo português encontrava-se sob a alçada do exército francês que o designava como C.A.L.P. (Corps d'Artillerie Lourde Portugaise).

⁹¹ Grafado como “Buincapela Vila Viçosa”!!!

⁹² Entretanto, promovido a 1.º cabo.

⁹³ Poderá ser “Felício”, apelido mais frequente.

⁹⁴ Entretanto, promovido a tenente.

⁹⁵ Faleceu em França, a 3 de Janeiro de 1918, vitimado por uma bronco-pneumonia, no Hospital Canadano n.º 3, para onde havia sido evacuado a 29 de Dezembro. Foi sepultado no Cemitério Militar de Boulogne, coval n.º 18.

■ **JOAQUIM ANTÔNIO GALVÃO** – Soldado servente⁹⁶ – solteiro – S. Bartolomeu

Pai – Augusto Estêvão Galvão

Mãe – Maria de Jesus Paixão

JOAQUIM ANTÔNIO RAMOS – 2.º sargento⁹⁷ de Cavalaria 2 – solteiro – Vila Viçosa

Pai – Custódio José Ramos

Mãe – Rosária da Conceição Cabrela

04.08.1918 – Punido com 5 dias de detenção, porque tendo recebido por intermédio de um soldado ordem do sr. oficial de dia para nomear um cavalo para sair (...?)⁹⁸ essa ordem, não a transmitiu ao 1.º sargento, para essa nomeação ser feita e delegou-a no cabo da guarda às cavalariças.

JOAQUIM ANTÔNIO ROSA – 1.º cabo de Telegrafistas de Campanha – solteiro – Vila Viçosa

Pai – Francisco de Assis Rosa

Mãe – Maria Vicência

10.10.1917 – Punido com uma repreensão, atendendo ao seu comportamento anterior, por se ter permitido fazer considerações sobre uma ordem de serviço que lhe foi dada por um 2.º sargento desta secção⁹⁹.

30.04.1918 – Punido com 7 dias de detenção, por conivência no desvio de uma saca com carvão de uma das dependência da Companhia.

11.12.1918 – Punido com 2 dias de detenção, por ter saído da formatura da 1.ª refeição de 8¹⁰⁰, sem ter pedido autorização.

JOAQUIM AUGUSTO GRANDÃO – Soldado de Infantaria 20 – solteiro – Vila Viçosa

Pai – Francisco Maria Grandão

Mãe – Francisca das Dores Rodrigues

Prisioneiro – 09.04.1918 / 12.01.1919¹⁰¹

⁹⁶ Não se indica a arma do militar mas há um carimbo do “3.º Grupo de Artilharia” n.º 3, tal como acontece com o seu camarada e patrício do mesmo posto e especialidade, António Fernandes Cordeiro.

⁹⁷ Entretanto, promovido a 1.º sargento.

⁹⁸ Palavra ilegível.

⁹⁹ Tratava-se da 2.ª Secção de Telegrafia por Fios.

¹⁰⁰ Talvez “do passado dia 8”.

¹⁰¹ Esteve internado no campo de Friedrichsfeld, já atrás indicado (tal como Bonfilho Augusto Faria).

17.11.1917 – Punido com 30 dias de prisão correcional, por não ter o devido cuidado com a pistola que lhe estava distribuída e de que resultou esta ter desaparecido.

■ **JOAQUIM DAS DORES BARRANCOS** – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Vila Viçosa
Pai – Isidoro Maria Barrancos
Mãe – Augusta do Rosário Pirão

■ **JOAQUIM FRANCISCO NUNES** – Soldado servente de Cavalaria 10 – solteiro – N.^a Sr.^a da Conceição
Pai – João Nunes Mira
Mãe – Augusta do Carmo

■ **JOAQUIM JÚLIO TOSCANO** – Soldado de Infantaria 11 – casado – S. Bartolomeu
Pai – João Bernardo Toscano
Mãe – Maria das Dores
Esposa – Umbelina Pinto Castanheiro

JOAQUIM MARIA BARREIRO¹⁰² – Soldado de Cavalaria 4 – solteiro – Vila Viçosa
Pai – Porfírio Barreiro
Mãe – Sabina Raza Fraústo

23.07.1918 – Punido com 3 guardas, porque fazendo parte da escolta aos presos do D.A.C.¹⁰³ consentiu, apesar das recomendações do comandante da mesma, que um preso conversasse com uma praça estranha à escolta.

JOAQUIM MARIA SANTANA¹⁰⁴ – 2.º sargento¹⁰⁵ de Sapadores de Caminhos de Ferro – solteiro – Vila Viçosa
Pai – Casimiro Augusto Santana
Mãe – Maria Leonor

¹⁰² Apelido emendado, parecendo “Barreiros”. Contudo, se nos ativermos ao do pai, bem perceptível, será “Barreiro”. Esta é uma das fichas com mais erros ortográficos que encontramos, tornando a sua leitura difícil, por esse facto.

¹⁰³ Não conseguimos encontrar o significado desta sigla. Talvez as duas últimas letras se refiram à Arma de Cavalaria.

¹⁰⁴ Grafado como “Sant’ Ana”. Nome e Batalhão idênticos aos do militar que se segue nesta enumeração (mas com pais diferentes).

¹⁰⁵ Entretanto, promovido a 1.º sargento.

25.02.1919 – Condecorado com a medalha comemorativa da Campanha de França.

05.03.1919 – Louvado pela muita inteligência e competência que tem revelado no desempenho das funções de vaguemestre e 1.º sargento da sua Companhia, tendo sempre manifestado em todas as ocasiões o máximo zelo e energia no desempenho do seu cargo.

JOAQUIM MARIA SANTANA¹⁰⁶ – Soldado de Sapadores de Caminhos de Ferro – solteiro – Vila Viçosa
Pai – José Joaquim de Santana
Mãe – Antónia de Jesus Santana

25.02.1919 – Condecorado com a medalha comemorativa da Campanha de França.

JOAQUIM VICENTE TANGANHO¹⁰⁷ – 1.º cabo ferrador (Metralhadoras¹⁰⁸) – solteiro – N.ª Sr.ª da Conceição
Pai – Vicente José Fraústo
Mãe – Joana Augusta Saraiva

23.07.1917 – Punido com 8 dias de detenção, porque tendo-lhe ordenado o 2.º sargento ferrador que ferasse uma luar, não cumpriu essa ordem.

18.08.1917 – Punido com 4 dias de detenção, por ter faltado à formação para a teoria realizada ontem, tendo comparecido [apenas] às 14h10.

11.02.1918 – Punido com 4 dias de detenção, por ter ido a doentes (sic) sem disso dar conhecimento ao cabo de dia à bateria, a saber quem ia a doentes (sic) e por já ter faltado à verdade àquele senhor, quando o interrogaram sobre essa falta.

¹⁰⁶ Grafado como “Sant Anna”. Nome e Batalhão idênticos aos do militar que o antecede nesta enumeração (mas pais diferentes).

¹⁰⁷ Grafia do apelido “Tanganho”, de leitura duvidosa.

¹⁰⁸ Poderá parecer estranho ao leitor actual um cabo com a especialidade de ferrador estar colocado no 1.º grupo de Metralhadoras. Lembremos no entanto que os solípedes (cavalos e mulas) ainda eram frequentes nesta guerra, utilizados por exemplo para puxar ambulâncias e armas pesadas. Na 1.ª expedição para Moçambique (onde iam homens de Vila Viçosa, como já vimos) seguiram 327 solípedes; na 3.ª foram 945 sendo que nesta ia também um serviço veterinário. Dados recolhidos em <http://centenariograndeguerra.defesa.gov.pt/africa/index.html> (visto em 18.06.2020). Para França, em 15 comboios de navios, seguiram entre 30 de Janeiro e 10 de Outubro de 1917 7783 solípedes.

JOSÉ ANTÓNIO BEJA (ferido em desastre no aquartelamento¹⁰⁹) – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Ciladas

Pai – António Joaquim Beja

Mãe – Eugénia da Conceição

29.01.1918 – Punido com 5 dias de detenção, porque tendo sido nomeado para um piquete de trabalhos deu parte de doente depois de apresentado para o trabalho, quando o devia ter feito antes, visto achar-se no local um médico para o inspecionara.

JOSÉ ANTÓNIO CARDOSO – Soldado¹¹⁰ de Administração Militar¹¹¹ – solteiro – Vila Viçosa

Pai – *Não é indicado o nome*

Mãe – Maria Antónia Cardoso

22.02.1918 – Punido com 4 guardas¹¹².

26.02.1919 – Louvado pelo arrojo, desembaraço [e] tenacidade que manifestou durante a extinção de um incêndio que ontem se desenrolou em um prédio próximo deste depósito, atacando com vigor o fogo e conseguindo extingui-lo depois de um trabalho bastante fatigante e perigoso, evitando assim a sua propagação a outros prédios, mostrando uma fiel compreensão dos seus deveres.

03.04.1919 – Punido com 2 guardas¹¹³.

■ **JOSÉ ANTÓNIO LOPES** – Soldado¹¹⁴ de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel

Pai – António Joaquim Lopes Rufo

Mãe – Inácia de Jesus Marques

Prisioneiro – 09.04.1918 / 16.01.1919¹¹⁵

■ **JOSÉ ANTÓNIO TORRINHA** – 1.º cabo de Infantaria 11 – solteiro – Bencatel

Pai – José António Torrinha¹¹⁶

Mãe – Ana Cândida Barradas

¹⁰⁹ 13.03.1918. A 15, foi evacuado para o Hospital Canadiano n.º 3. Desconhecemos que tipo de desastre originou ferimentos no militar e a sua gravidade.

¹¹⁰ Entretanto, promovido a 2.º cabo.

¹¹¹ Estava colocado no Depósito de Aquartelamento e Bagagem.

¹¹² Não se especifica o motivo da punição.

¹¹³ Não se especifica o motivo da punição.

¹¹⁴ Entretanto, promovido a 1.º cabo.

¹¹⁵ Esteve internado no campo de Friedrichsfeld.

¹¹⁶ O militar tinha o mesmo nome do pai.

■ **JOSÉ DO CARMO TOSCANO** (ferido em combate¹¹⁷) – Soldado de Artilharia 7 – solteiro – Vila Viçosa

Pai – José do Carmo Toscano Vapor

Mãe – Catarina Lagartixa

JOSÉ FRANCISCO LOPES MATOS – 2.º sargento amanuense de Cavalaria 10 – solteiro – S. Bartolomeu

Pai – Teodoro José Lopes

Mãe – Estefânia da Conceição Lopes

20.12.1917 – Punido com 5 dias de detenção, por se apresentar a uma revista pouco asseado e mal ataviado, dando assim um péssimo exemplo às outras praças¹¹⁸ da mesma graduação.

JOSÉ GUERREIRO DE ANDRADE – Capitão de Artilharia (C.A.P.I.¹¹⁹) – casado – Vila Viçosa

Pai – José Cândido de Andrade

Mãe – Manuela Guerreiro de Andrade

Esposa – Margarida Robin de Andrade

11.06.1918 – Louvado pela energia, competência e zelo de que deu sobejas provas na preparação e execução dos tiros feitos em 18 de Maio findo.

■ **JOSÉ MARIA BENDITO** – Soldado de Infantaria 11 – casado – Vila Viçosa

Pai – José Vicente Bendito

Mãe – Antónia da Conceição Batanete

Esposa – *Não é indicado o nome*¹²⁰

JOSÉ PATROCÍNIO MARTINS – 2.º sargento de Cavalaria 10 – casado – Vila Viçosa

Pai – João Evangelista Martins

Mãe – Joaquina da Conceição Azinhais¹²¹

Esposa – Maria da Conceição Soares Pinto

¹¹⁷ Na batalha de La Lys.

¹¹⁸ O militar era sargento e portanto não praça.

¹¹⁹ “Corpo de Artilharia Pesada Independente”, já referido a propósito da ficha do soldado João dos Santos Rocha.

¹²⁰ Contudo, refere-se que era moradora na freguesia de S. Romão.

¹²¹ Apelido grafado como “Azenhaes”.

16.11.1917 – Punido com 5 de detenção, porque estando de dia à formação, não fiscalizou devidamente a limpeza do aquartelamento e artigos do uniforme e equipamento das praças.

07.08.1918 – Punido com 1 dia de detenção, porque achando-se de dia à formação não providenciou para que as fraldas¹²² das barracas fossem levantadas, a fim de as mesmas serem arejadas.

■ **JOSÉ RAIMUNDO PEREIRA** – Alferes de Infantaria 19 – casado – Vila Viçosa

Pai – António Feliciano Pereira

Mãe – Teresa de Jesus Ferreira

Esposa – Carolina Diana Xavier Frazão Pereira

■ **JULIÃO ANTÓNIO GONÇALVES** – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Pardais

Pai – Julião António Gonçalves¹²³

Mãe – Catarina Rita Ideias¹²⁴

Prisioneiro – 09.04.1918 – 19.11.19??¹²⁵

JÚLIO BATISTA NEVES – Soldado chofeur (sic)¹²⁶ de Infantaria 16 – solteiro – S. Bartolomeu

Pai – João Batista

Mãe – Maria do Carmo Sande

04.08.1917 – Punido com 2 dias de detenção, por ter faltado à formatura ao café.

03.02.1918 – Punido com 4 dias de detenção, porque tendo recebido da arrecadação do Escalão a bicicleta para serviço de ordenança, não a entregou findo o mesmo, dando¹²⁷ (sic) outras praças utilizarem-se dela.

¹²² A fralda é a parte terminal inferior das tendas, também em tecido, geralmente existente a toda a volta das mesmas, destinada a arejamento ou a ser enterrada no solo para dificultar a entrada de frio ou de água das chuvas.

¹²³ O militar tinha o mesmo nome do pai.

¹²⁴ Grafado como “Edéias”.

¹²⁵ Não se indica o ano de libertação nem o campo de prisioneiros onde foi internado.

¹²⁶ “Chauffeur” em francês, aportuguesado para “Chofer”, condutor de veículos automóveis. Noutro local da sua documentação, o militar surge como “Motociclista”.

¹²⁷ Provavelmente, “deixando”.

05.04.1918 – Punido com 10 dias de prisão disciplinar, por ter saído para fora (sic) da área do C.E.P.¹²⁸, sem ser munido do respectivo passe, contra o que está muito recomendado.

11.06.1918 – Punido com 6 dias de detenção, por faltar à parada da guarda, sem motivo justificado.

08.1¹²⁹.1918 – Punido com 1 dia de detenção, por ter faltado à formatura do recolher de 7, sem motivo justificado.

24.02.1919 – Condecorado com a medalha comemorativa da Campanha de França¹³⁰.

■ **LUÍS FRANCISCO D'ASSUNÇÃO** – 1.º cabo¹³¹ de Infantaria 11 – solteiro – Pardais¹³²

Pai – Francisco António d'Assunção

Mãe – Henriqueta da Conceição Cochicho¹³³

■ **MANUEL ANTÓNIO CISNEIRO**¹³⁴ – (falecido em combate¹³⁵) – Soldado de Infantaria 11 – estado civil desconhecido – S. Bartolomeu

Pai – Desconhecido

Mãe – Desconhecida

■ **MANUEL DA CONCEIÇÃO TRINDADE** – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – S. Bartolomeu

Pai – José Pedro Trindade

Mãe – Catarina Rita

MANUEL FRANCISCO AMADOR – 1.º cabo¹³⁶ de Infantaria 11 – solteiro – S. Romão

Pai – Francisco Amador

Mãe – Catarina Maria

¹²⁸ Corpo Expedicionário Português.

¹²⁹ Segundo algarismo ilegível, talvez “2”, portanto “12” ou “Dezembro”.

¹³⁰ A indicação de que foi condecorado está riscada por cima.

¹³¹ Entretanto, promovido a 2.º sargento.

¹³² Grafado como “Paredes”, no verbete *online*.

¹³³ Grafado como “Cochedo”, na ficha em papel. Não conhecemos este militar mas ainda frequentámos a sua residência a convite das duas irmãs sobreviventes de um grupo de cinco (dois homens e três mulheres), no solar e quinta da família, em Pardais, no início dos anos 80 do século passado.

¹³⁴ Por agora, nada mais se sabe sobre este militar referenciado no sítio “Memorial aos Mortos na Grande Guerra”.

¹³⁵ 13.03.1918.

¹³⁶ Entretanto, promovido a 2.º sargento.

18.12.1918 – Punido com 10 dias de detenção, porque estando de dia à Companhia em 15 do corrente, não compareceu à formatura da 1.^a refeição.

MANUEL JOAQUIM JÚLIO – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Ben-catel

Pai – Incógnito

Mãe – Júlia Máxima das Dores

06.07.1918 – Punido com 10 dias de prisão disciplinar, por na ocasião da distribuição da 1.^a refeição do dia 6 ter alterado¹³⁷ (sic) com um seu camarada, agredindo-o com um copo que estava em cima de uma mesa.

■ **MANUEL MARTINS CAPA-TOUROS**¹³⁸ – Soldado cornetim de Metralhadoras – casado – Vila Viçosa

Pai – Augusto César

Mãe – Maria Capa-Touros

Esposa – Teresa de Jesus

MÁRIO DA CRUZ PEREIRA (ferido em combate¹³⁹) – 1.^o cabo¹⁴⁰ de Infantaria 15¹⁴¹ – solteiro – Vila Viçosa

Pai – Alfredo António Pereira

Mãe – Carolina da Cruz Pereira

15.07.1918 – Louvado pela maneira como no dia 9 de Abril de 1918 conduziu a sua secção a La Couture¹⁴² debaixo de fogo de artilharia inimiga e pela serenidade e sangue-frio com que dirigiu¹⁴³ e fez fogo

¹³⁷ “Altercado”, discutido.

¹³⁸ No verbete online do Arquivo Histórico Militar que tem a referência PT/AHM/DI-V/1/35A/2/69/65271, o apelido está grafado como “Capalouros”, embora na ficha em papel as palavras “Capa” e “Touros” estejam separadas e se perceba bem que a segunda se inicia por “T”.

¹³⁹ Mário da Cruz Pereira foi ferido em combate na batalha de La Lys.

¹⁴⁰ Entretanto, promovido a 2.^o sargento e depois a 1.^o, por distinção, por feitos praticados em 9 de Abril de 1918.

¹⁴¹ Na imagem desta ficha vê-se uma dobra no papel (derivada de rasgão) que cai precisamente sobre o segundo algarismo que parece ser um 5.

¹⁴² La Couture fica no Pas-de-Calais, norte de França (existem outras localidades no país, com o mesmo topónimo). Situa-se ali um monumento aos soldados portugueses combatentes na Grande Guerra, da autoria do escultor Teixeira Lopes e de seu sobrinho, arquitecto António Júlio Teixeira Lopes (pedestal), cujas pedras foram levadas de Portugal. A inauguração teve lugar a 10 de Novembro de 1928, embora estivesse prevista para 11. Ver acerca deste monumento, SAIAL, Joaquim, *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 – 1926-1940*, Bertrand Editora, Lisboa, 1991, pp. 40-43.

¹⁴³ Palavra de leitura difícil.

com a sua metralhadora contra as forças inimigas que avançavam para a sua posição, obrigando-as a dispersar, conservando-se e mantendo os seus homens no posto de combate até ao momento em que, sendo envolvido¹⁴⁴, foi obrigado a retirar, sendo muito ferido, demonstrando assim coragem, valor e nítida compreensão dos seus deveres.

25.07.1918 – Condecorado com a Cruz de Guerra de 2.^a classe.

16.10.1918 – Punido com 3 dias de detenção, por não se ter apresentado ao sargento-ajudante, quando foi promovido ao actual posto¹⁴⁵.

SIMÃO DIAS BAJANCA – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – S. Romão
Pai – António Dias da Cruz

Mãe – Francisca da Conceição Maltesinha

Prisioneiro – 09.04.1918 – 16.01.1919¹⁴⁶

10.02.1918 – Punido com 2 dias de detenção, por haver extraviado a placa de identidade que lhe havia [sido] distribuída¹⁴⁷.

SIMÃO RIBEIRO VELEZ – 1.^o cabo¹⁴⁸ de Infantaria 11 – solteiro¹⁴⁹ – S. Romão

Pai – Francisco Velez

Mãe – Francisca de Jesus

Prisioneiro – 09.04.1918 / ?¹⁵⁰

25.11.1917 – Punido com 5 dias de detenção¹⁵¹.

VALENTINO JEREMIAS MOURINHO – Soldado de Infantaria 11 – solteiro – Vila Viçosa¹⁵²

Pai – Ambrósio Galambas Mourinho

Mãe – Augusta de Jesus Ribeiro

29.08.1917 – Punido com 6 dias de detenção¹⁵³.

¹⁴⁴ Deve querer significar “cercado”.

¹⁴⁵ Como se disse em nota anterior, o militar fora promovido a 1.^o sargento por distinção.

¹⁴⁶ Soube-se, através da Comissão de Prisioneiros de Guerra, que fora feito prisioneiro e estava internado no campo de Münster II.

¹⁴⁷ Punição exactamente igual (e pelo mesmo motivo) à de António Vicente Pedras.

¹⁴⁸ Entretanto, promovido a 2.^o sargento.

¹⁴⁹ No local alusivo ao estado civil, o amanuense que preencheu a ficha escreveu “soldado”, pretendendo escrever “solteiro”.

¹⁵⁰ Não se indica a data de libertação do campo de prisioneiros de Friedrichsfeld onde esteve internado.

¹⁵¹ Não se especifica o motivo da detenção.

¹⁵² Especifica-se “Quinta do Martinho” como local de Vila Viçosa onde o militar nasceu. Esta quinta, que ainda existe sob este nome, fica na estrada de S. Romão.

¹⁵³ Não se especifica o motivo da detenção.



NATURALIDADE DOS MILITARES

Freguesias urbanas

N.ª Sr.ª da Conceição – 9

Alberto Maria Bravo

António Fernandes Cordeiro

António João Torrão

Humberto do Nascimento Pardal

N.ª Sr.ª da Conceição – 9

Inácio Maria da Conceição Candeias

João dos Santos Silva

Joaquim António Cisneiro

Joaquim Francisco Nunes

Joaquim Vicente Tanganho

S. Bartolomeu – 13

Alexandre de Jesus Cabeças

Alexandre Heliodoro Pereira
António José Soares
António Manuel Ramos
Bonfilho Augusto Faria
Francisco Dias Ramos Sapatinha
João da Silva Figueiredo
Joaquim António Galvão
Joaquim Júlio Toscano
José Francisco Lopes Matos
Júlio Batista Neves
Manuel António Cisneiro
Manuel da Conceição Trindade

Vila Viçosa
(s/ indicação de freguesia) – 29

Amaro de Jesus¹⁵⁴
António Joaquim Marrafa
António José Fontainhas
António José Tapadas
Artur Maria Ramos Tarana
Augusto César da Silva Pereira
Barnabé da Conceição Chinarro
Barnabé d'Ascensão Silva
Fausto de Jesus Vermelho
Francisco António dos Santos
Francisco José Raio

Jaime Rosado Semedo
João António Pires Fresco
Joaquim António Ramos
Joaquim António Rosa
Joaquim Augusto Grandão
Joaquim das Dores Barrancos
Joaquim Maria Barreiro
Joaquim Maria Santana (2.º sarg.)
Joaquim Maria Santana (soldado)
José António Cardoso
José do Carmo Toscano
José Guerreiro de Andrade
José Maria Bendito
José Patrocínio Martins
José Raimundo Pereira
Manuel Martins Capa-Touros
Mário da Cruz Pereira
Valentino Jeremias Mourinho

Freguesias rurais

Bencatel – 15

António Joaquim Babinha
António Joaquim Canelhas
António Joaquim Frade
António Joaquim Lopes Moçambique
António Leocádio Lourenço
Barnabé Joaquim Galega
Filipe António Rijo

¹⁵⁴ Naturalidade duvidosa, como vimos, mas ainda assim aqui indicado como sendo de Vila Viçosa.

Francisco Lopes Barradas

Inácio José Albino

João António Cardoso

João dos Santos Rocha

João Lúcio Cardoso

José António Lopes

José António Torrinha

Manuel Joaquim Júlio

Ciladas – 3

António Vicente Pedras

Joaquim António da Cruz Dias

José António Beja

Pardais – 3

Francisco José Gonçalves Boneco

Julião António Gonçalves

Luís Francisco d'Assunção

S. Romão – 12

Adelino António

António João

Constantino Lopes Candeias

David Santos Pestana

Domingos António Sande

Domingos José Pereira

Estanislau Francisco

João António Andrade

João Luís Quintas

Manuel Francisco Amador

Simão Dias Bajanca

Simão Ribeiro Velez

FALECIDOS EM COMBATE – 3

Alexandre de Jesus Cabeças	Alferes	S. Bartolomeu
António João Torrão	Soldado	N. ^a Sr. ^a da Conceição
Manuel António Cisneiro	Soldado	S. Bartolomeu

FALECIDOS POR DOENÇA – 2

Alberto Maria Bravo	Soldado	N. ^a Sr. ^a da Conceição
Joaquim António Cisneiro	Soldado	Vila Viçosa

FERIDOS EM COMBATE – 3

Francisco José Gonçalves Boneco	Soldado	Pardais
Humberto do Nascimento Pardal	Soldado	N. ^a Sr. ^a da Conceição
Mário da Cruz Pereira	1.º cabo/prom. a 2.º e 1.º sarg.	Vila Viçosa

FERIDO EM DESASTRE NO AQUARTELAMENTO – 1

José António Beja	Soldado	Ciladas
-------------------	---------	---------

PRISIONEIRO – 12

António Joaquim Canelhas	Soldado	Bencatel
Barnabé Joaquim Galega	Soldado	Bencatel
Bonfilho Augusto Faria	1.º cabo	Bencatel
Estanislau Francisco	Soldado	S. Romão
Fausto de Jesus Vermelho	Soldado	Vila Viçosa
Inácio Maria da Conceição Candeias	1.º cabo	N. ^a Sr. ^a da Conceição
João da Silva Figueiredo	Alferes/prom. a te- nente e capitão	S. Bartolomeu
Joaquim Augusto Grandão	Soldado	Vila Viçosa
José António Lopes	Soldado	Bencatel
Julião António Gonçalves	Soldado	Pardais
Simão Dias Bajanca	Soldado	S. Romão
Simão Ribeiro Velez	Soldado	S. Romão

CONDECORAÇÕES – 12

Cruz de Guerra de 2.ª classe – 2

João António Pires Fresco	2.º sargento/prom. a 1.º sargento	Vila Viçosa
---------------------------	--------------------------------------	-------------

Mário da Cruz Pereira	1.º cabo/prom. a 2.º e 1.º sargento	Vila Viçosa
-----------------------	-------------------------------------	-------------

Medalha Comemorativa das Campanhas de França – 10

Amaro de Jesus	2.º sargento	Vila Viçosa
Artur Maria Ramos Tarana	Alferes/prom. a tenente	Vila Viçosa
Filipe António Rijo	Soldado	Vila Viçosa
Francisco António dos Santos	Alferes (graduado)	Vila Viçosa
Francisco José Raio	2.º sargento/prom. a 1.º sargento	Vila Viçosa
Jaime Rosado Semedo	2.º sargento/prom. a 1.º sargento	Vila Viçosa
João António Pires Fresco	2.º sargento/prom. a 1.º sargento	Vila Viçosa
Joaquim Maria Santana	2.º sargento/prom. a 1.º sargento	Vila Viçosa
Joaquim Maria Santana	Soldado	Vila Viçosa
Júlio Baptista Neves	Soldado	S. Bartolomeu

LOUVORES – 8

Artur Maria Ramos Tarana	Alferes/prom. a tenente	Vila Viçosa
Francisco José Raio	2.º sargento/prom. a 1.º sargento	Vila Viçosa
João António Pires Fresco (1.º louvor)	2.º sargento/prom. a 1.º sargento	Vila Viçosa
João António Pires Fresco (2.º louvor)		
Joaquim Maria Santana	2.º sargento/prom. a 1.º sargento	Vila Viçosa
José António Cardoso	Soldado/prom. a 2.º cabo	Vila Viçosa
José Guerreiro de Andrade	Capitão	Vila Viçosa
Mário da Cruz Pereira	1.º cabo/prom. a 2.º sargento	Vila Viçosa

PARTIDAS para França, REGRESSOS a Lisboa e número de DIAS DE COMISSÃO ¹⁵⁵			
PARTIDAS	Nomes dos militares	REGRESSOS	Dias
19.01.1917	João Luís Quintas	09.03.1919	779
	Mário da Cruz Pereira	16.02.1919	758
20.01.1917	António Joaquim Marrafa	04.10.1918	622
	Francisco José Raio	10.07.1919	901
	Joaquim António Ramos	23.04.1919	823
21.01.1917	João dos Santos Silva	28.05.1919	857
22.01.1917	António José Tapadas	12.11.1917	294
22.02.1917	José António Cardoso	01.05.1919	798
14.03.1917	Joaquim Vicente Tanganho	17.05.1918	429
22.03.1917	João António de Andrade	10.05.1918	414
	João António Pires Fresco	11.06.1919	811
	Joaquim António Rosa	25.06.1919	825
	Júlio Batista Neves	? ¹⁵⁶ .08.1919	(c. 862 ¹⁵⁷)
23.03.1917	Joaquim Francisco Nunes	10.04.1918	383
15.04.1917	Artur Maria Ramos Tarana	07.08.1919	844
20.04.1917	Amaro de Jesus	01.05.1919	741
	António Fernandes Cordeiro	19.05.1919	759
	Joaquim António Galvão	19.05.1919	759
10.05.1917	José Guerreiro de Andrade	19.05.1919	739
15.05.1917	David dos Santos Pestana	22.12.1917	(221 ¹⁵⁸)

¹⁵⁵ Não estão incluídos três militares constantes no sítio “Memorial aos Mortos na Grande Guerra”, devido ao facto de este não considerar partidas e regressos.

¹⁵⁶ Dia de leitura indecifrável, por desgaste do papel.

¹⁵⁷ Número aproximado. Como desconhecemos o dia, reportámo-nos ao mínimo – ou seja, ao dia 1.

¹⁵⁸ Não é apresentada explicação para tão curta presença do militar em França.

16.05.1917	José do Carmo Toscano	??. ¹⁵⁹ .1918	(c. 230 ¹⁶⁰)
26.05.1917	António José Soares	??. ¹⁶¹	(c. 277 ¹⁶²)
	Joaquim Augusto Grandão	29.01.1919	613
	Joaquim Maria Santana (sarg.)	01.05.1919	705
	Joaquim Maria Santana (sold.), último a regresar	01.05.1920	1071
09.06.1917	Francisco António dos Santos	15.05.1919	705
13.06.1917	João da Silva Figueiredo	04.10.1919	843
02.07.1917	Alberto Maria Bravo	†	
	António José Fontainhas	09.06.1919	707
25.07.1917	Alexandre Heliodoro Pereira	11.06.1919	686
	António João	19.04.1919	633
	António Joaquim Babinha	15.04.1919	629
	António Joaquim Canelhas	13.01.1919	537
	António Joaquim Frade	†	
	António Joaquim Lopes Moçambique	25.08.1918	396
	António Leocádio Lourenço	19.04.1919	633
	António Vicente Pedras	19.04.1919	633
	Barnabé d'Ascensão Silva	13.07.1919	718
	Barnabé Joaquim Galega	13.01.1919	537
	Bonfilho Augusto Faria	18.01.1919	542
	Constantino Lopes Candeias	15.04.1919	629
	Domingos António Sande	15.04.1919	629

¹⁵⁹ Dia e mês de leitura indecifrável, por desgaste do papel.

¹⁶⁰ Este número é aproximado. Como desconhecemos o dia e o mês, reportámo-nos ao mínimo – ou seja, ao dia 1 do mês de Janeiro.

¹⁶¹ Não tem qualquer indicação de regresso a Portugal mas a 27 de Fevereiro de 1918 estava vivo, pois obteve a partir dessa data licença por 53 dias para gozar em Portugal, para onde viria por via terrestre.

¹⁶² Utilizámos a última data conhecida da presença do militar em França, a citada na nota anterior.

	Domingos José Pereira	15.04.1919	629
	Estanislau Francisco	28.01.1919	552
	Filipe António Rijo	01.05.1919 ¹⁶³	645
	Francisco José Gonçalves Boneco	12.09.1918	414
	Francisco Lopes Barradas	15.10.1918	447
	Humberto do Nascimento Pardal	05.02.1919	560
	Inácio José Albino	17.05.1918	296
	Inácio Maria da Conceição Candeias	13.01.1919	537
	Jaime Rosado Semedo	10/11 ¹⁶⁴ .05.19	655
	João António Cardoso	19.04.1919	633
	João Lúcio Cardoso	28.10.1918	460
	Joaquim António Cisneiro	†	
	Joaquim António da Cruz Dias	19.04.1919	633
	Joaquim das Dores Barrancos	23.09.1918	425
	Joaquim Júlio Toscano	12.11.1917	110
	José António Beja	12.08.1919	748
	José António Lopes	28.01.1919	552
	José António Torrinha	19.04.1919	633
	Julião António Gonçalves	03.01.1919	527
	Manuel da Conceição Trindade	19.04.1919	633
	Manuel Francisco Amador	19.04.1919	633
	Manuel Joaquim Júlio	25.08.1918	396
	Simão Dias Bajanca	04.02.1919	559
	Valentim Jeremias Mourinho	04.03.1919	587
08.08.1917	Adelino António	17.06.1919	678
	Fausto de Jesus Vermelho	03.01.1919	513
	José Maria Bendito	21.02.1919	562

¹⁶³ Último algarismo do ano, de leitura duvidosa.

¹⁶⁴ Inicialmente “10”, a tinta, emendado para “11”, a lápis. Na contagem, considerámos o “11”.

	José Francisco Lopes Matos	06.05.1919	636
	José Patrocínio Martins	24.04.1919	624
	Luís Francisco d'Assunção	19.04.1919	619
	Simão Ribeiro Velez	18.01.1919	528
21.08.1917	Francisco Dias Ramos Sapatinha	?.?.? ¹⁶⁵	(321 ¹⁶⁶)
26.09.1917	Joaquim Maria Barreiro	25.08.1918	333
	Barnabé da Conceição Chinarro	17.05.1918	233
	Manuel Martins Capa-Touros	19.07.1918	296
12.11.1917	Alexandre de Jesus Cabeças	†	
14.11.1917	José Raimundo Pereira	09.06.1919	572
10/12.01.18 ¹⁶⁷	João dos Santos Rocha	14.05.1919	487
07.07.1918	Augusto César da Silva Pereira	03.04.1919	270

¹⁶⁵ Não tem qualquer indicação de regresso a Portugal mas a 8 de Julho de 1918 estava vivo, pois nessa data foi julgado incapaz para todo o serviço.

¹⁶⁶ Este número é aproximado. Como desconhecemos o dia, o mês e o ano de regresso, reportámo-nos ao dia 8 de Julho de 1918, data em que foi julgado incapaz para todo o serviço.

¹⁶⁷ Surgem as duas datas na ficha em papel. Decidimo-nos pela de “12”.

Deste quadro, destacamos os seguintes factos:

- Os militares de Vila Viçosa partiram para França em pelo menos 25 datas distintas, durante cerca de ano e meio, entre 19 de Janeiro de 1917 e 7 de Julho de 1918.
- Nestas partidas, registam-se os seguintes casos de apenas um ou dois homens:
1917 - 19, 21 e 22 de Janeiro; 22 de Fevereiro; 14 e 23 de Março; 15 de Abril; 10, 15 e 16 de Maio; 9 e 13 de Junho; 21 de Agosto; 20 e 26 de Setembro; 12 e 14 de Novembro.
1918: 10 (ou 12) e 7 de Janeiro.
- A partida com grupo mais numeroso dá-se a 25 de Julho de 1917. Seguiram 37 militares, quase todos do Regimento de Infantaria 11, excepto um de Metralhadoras, o 1.º sargento Barnabé d'Ascensão Silva, e outro de Cavalaria 3, o 2.º sargento Jaime Rosado Semedo. Segue-se, em número imediatamente inferior, o de 8 de Agosto (apenas sete militares: quatro de Infantaria 11, um de Infantaria 17 e três de Cavalaria 10).
- O militar que mais tempo esteve em França, 1071 dias, foi o soldado de Sapadores de Caminhos de Ferro Joaquim Maria Santana (quase três anos).
- O militar que menos se demorou em França, 110 dias, foi o soldado de Infantaria 11, Joaquim Júlio Toscano.
- Por motivos de doença ou outros, nove destes militares foram expedicionários por menos de um ano. Quando isso acontecia por problemas de saúde, com duração temporária ou definitiva (se eram dados como incapazes para todo o serviço) as fichas registavam a expressão “Necessita de ares pátrios”.
- 16 militares foram expedicionários por mais de dois anos.
- Houve alguns militares que foram para França e regressaram a Lisboa nos mesmos dias.
- Os regressos foram feitos nos navios “Elenus”, “Menominee”, “Maryland”, “Orita” e “North West Miller”¹⁶⁸ (por vezes, designado apenas como “Miller”), nos cruzadores-auxiliares “Pedro Nunes” e “Gil Eannes”¹⁶⁹ e eventualmente noutros ou por via terrestre, de comboio

¹⁶⁸ É nele que por exemplo viaja Bonfílio Faria de regresso à pátria, partindo não de França mas da Holanda para Lisboa.

¹⁶⁹ Antigo “Lahneck”, um dos navios que estavam em portos portugueses e foram apreendidos à Alemanha em 1916, motivo que levou esta a declarar guerra a Portugal.

MILITARES DADOS COMO FALECIDOS NA PESQUISA DO SÍTIO BILINGUE “MEMORIAL AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA”, DESENVOLVIDO PARA O ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR¹⁷⁰

Em itálico, militares que não surgiram no conjunto de fichas em papel (digitalizadas)

Nome	Posto	Ramo	Regimento	Naturalidade	Motivo e data/morte	Local/morte
Alberto Maria Bravo	Soldado	Exército	Escola de Equitação	N. ^a Sr. ^a Conceição	Combate ¹⁷¹ – 10.06.1918	França ¹⁷²
Alexandre de Jesus Cabeças	Alferes	Exército	Infantaria 22	S. Bartolomeu	Combate – 09.04.1918	França
António João Torrão	Soldado	Exército	Infantaria 11	N. ^a Sr. ^a Conceição	Combate – 14.01.1918	França ¹⁷³
António Joaquim Frade	Soldado	Exército	Infantaria 11	Bencatel	Desconhecido – 09.04.1918	França
António Manuel Ramos	Soldado	Exército	Infantaria 11	S. Bartolomeu	Intoxicação/gases – 21.01.1918	França ¹⁷⁴
João José do Nascimento Esteves	1.º cabo	Exército	Infantaria 11	S. Bartolomeu	Tifo/malária – 27.04.1917	Moçambique
Joaquim António Chamorra	Soldado	Exército	Infantaria 11	S. Romão	Desconhecido – ?	Moçambique
Joaquim António Cisneiro	Soldado	Exército	Infantaria 11	N. ^a Sr. ^a Conceição	Broncopneumonia – 03.01.1918	França ¹⁷⁵

¹⁷⁰ Este sítio considera militares falecidos em África e em França.

¹⁷¹ Neste sítio, inicialmente referido na nota 8, diz-se que morreu em combate. Contudo, por considerarmos mais fiável a ficha de estatística, em que se diz “Faleceu em 10 de Maio de 1918, vitimado por tuberculose pulmonar”, foi esta a versão adoptada.

¹⁷² Cemitério de Richebourg l’Avoué, Pas-de-Calais, França, Talhão C, Fila 19, Coval 1. O cemitério alberga 1831 corpos de militares portugueses, sendo que 238 sepulturas não têm identificação.

¹⁷³ Cemitério de Boulogne-sur-Mer, Pas-de-Calais (à beira do Canal da Mancha), França, Talhão B, Fila 3, Coval 5. Este cemitério alberga os corpos de 44 combatentes portugueses.

¹⁷⁴ Cemitério de Richebourg l’Avoué, Talhão D, Fila 19, Coval 1.

¹⁷⁵ Cemitério de Boulogne-sur-Mer, Talhão A, Fila 3, Coval 8.

Manuel António Cisneiro	Soldado	Exército	Infantaria 11	S. Bartolomeu	Combate – 13.03.1918	França ¹⁷⁶
Manuel Vidi- gueira	1.º Grume- te	Armada	-	Vila Viçosa	Laringite tubercul. – 21.12.1918	Moçambique

**MILITARES SURGIDOS NA PESQUISA do A.H.M.
POR “VILA VIÇOSA”, SEM FICHA DIGITALIZADA¹⁷⁷**

António José Torrão	Soldado
António Manuel Ramos	Soldado
Constante José Tapadas	Soldado do Regimento de Artilharia 3
Domingos José Ramos	Soldado da Guarda Nacional Republicana
Francisco Maria Dimas	Soldado
Humberto Nascimento Pardal	1.º cabo
Inácio Assis Barreiro	Soldado do Regimento de Artilharia 3
Inácio das Dores Borrego	Soldado
Isidro da Conceição Ramalho	Soldado
João da Fonseca Pimenta	Soldado
José António Gazela	Soldado do Regimento de Artilharia 3
Rosalino José Trindade	Soldado
Virgínio Maria	Soldado

¹⁷⁶ Cemitério de Richebourg l'Avoué, Talhão D, Fila 7, Coval 20.

¹⁷⁷ Militares que poderão ou não ter sido expedicionários a França ou a África. Um deles surge como soldado da Guarda Nacional Republicana. Estes materiais deverão ser analisados em pesquisa física no A.H.M. ou *online*, quando assim forem divulgados por este organismo.

Heróis e mártires

Em todas as batalhas e guerras há cobardes ou desertores, combatentes passivos, mártires e heróis. Os cobardes e os desertores, já sabemos o que são; os militares passivos são aqueles que cumprem as ordens que os superiores lhes transmitem, sem alarido, sem grande emoção mas com a eficácia devida ou que pelo menos deles se espera e que na hora definitiva não falham com o seu contributo – isto é, são profissionais; quanto aos mártires e heróis, não são bem a mesma coisa, embora frequentemente estas designações surjam como iguais ou muito semelhantes. Do nosso ponto de vista, o mártir de guerra é aquele que por acaso do destino cai em combate, morto por bala de arma ligeira ou pesada, por pisar uma mina ou em virtude de qualquer outro artefacto guerreiro lançado pelo inimigo. Nada aqui há de heroísmo. Apenas lamentável e triste fatalidade, coisa de má sorte. Já o mesmo não se passa com os heróis. Estes, ambicionam a glória de um grande feito que tanto pode surgir porque o procuram a todo o custo como realizarem-no sem disso estarem à espera, num momento fortuito que o destino (sempre ele!) lhes proporciona. Neste caso de heróis, temos duas figuras de calipolenses: o 1.º sargento¹⁷⁸ amanuense de Cavalaria João António Pires Fresco e o 1.º cabo de Infantaria Mário da Cruz Pereira.

O sargento **João António Pires Fresco**¹⁷⁹, filho de Bernardo José Pires Fresco e de Maria da Conceição Janita, era divorciado de uma tal Maria Luiza (sic) e tinha como parente vivo mais próximo uma filha, Emília da Apresentação Clemente¹⁸⁰ Fresco, então moradora na Rua da Estalagem Velha, n.º 65, em Portimão. Este militar é um herói da batalha de La Lys, não por feitos directos em combate mas por prestação voluntária de auxílio aos seus camaradas de armas feridos e estropiados, sempre sob fogo intenso de artilharia, não arredando pé do muito danificado Hospital de Sangue n.º 1, em Merville, onde auxiliou os médicos que os tratavam, nos dias 9, 10 e 11 de Abril. Ajudou também na evacuação de material, só saindo dali quando o edifício foi ocupado pelas tropas inglesas que iriam defender a localidade, passando os portugueses para o Hospital de Sangue n.º 2, em Saint Venant. Mas já antes fora louvado pelo seu porte, correcção, disciplina, competência, dedicação e inteligência, o que também contribuiu para juntar à medalha comemorativa da Campanha de França a Cruz de Guerra, terceira mais alta condecoração militar nacional (no caso, de 2.ª classe, em quatro graus que há).

¹⁷⁸ Promovido a este posto em França, em 18.09.1918.

¹⁷⁹ Desconhece-se a freguesia de origem.

¹⁸⁰ Grafia do apelido “Clemente”, de leitura duvidosa.

Ora se o sargento Fresco foi inegável herói de rectaguarda, Vila Viçosa teve também pelo menos um de combate directo, o cabo **Mário da Cruz Pereira**, entretanto promovido a 2.º e 1.º sargento¹⁸¹. Mário Pereira era solteiro e filho de Alfredo António Pereira e de Carolina da Cruz Pereira. Deu ao Exército o nome do pai, então morador em Tomar, como parente mais próximo. Teve problemas de saúde em 1917, motivo de ter baixado à ambulância por 10 dias. Em 1918 baixa de novo à ambulância e no mesmo dia passa ao Hospital de Sangue n.º 1, onde obtém alta uma semana depois. Ferido na batalha de La Lys a 9 de Abril de 1918, baixa ao Hospital de Sangue n.º 2, em Saint Venant, nesse mesmo dia. Entretanto, é evacuado para o Hospital de Base n.º 1, em Ambleu-teuse¹⁸², de onde só tem alta a 6 de Maio, pelo que no total ficou internado cerca de um mês devido aos ferimentos contraídos em batalha¹⁸³. Regressou à Pátria no transporte britânico “Orita” da Pacific Steam Navigation Company a 13 de Fevereiro de 1919 e chegou a Lisboa a 16. Os feitos deste militar calipolense, já os vimos atrás mas lembremo-los, pois embora em menor escala são próximos dos do famoso e sempre comemorado (agora com filme e mini-série¹⁸⁴) soldado Milhões¹⁸⁵. Embora estivesse sob fogo de artilharia, ao verificar que os alemães avançavam sobre a sua secção, fez fogo com a metralhadora contra as tropas inimigas até que, vendo-as cercá-lo e já ferido resolveu retirar, levando os homens sob sua orientação para La Couture. Segundo o relato existente, não fora a sua coragem e abnegação, com desprezo pela própria vida, todos teriam morrido sob o fogo do adversário ao qual no entanto terá feito bastante mossa. Pelos seu feito recebeu, tal como o patrício de que falámos anteriormente, a Cruz de Guerra de 2.ª classe e também duas promoções consecutivas. Porém, uma estúpida mancha (que nem a situação de guerra justificaria) iria ficar no seu processo: a 16 de Outubro de 1918, escassos três meses depois de receber o agraciamento da Cruz de Guerra, foi punido com três dias de detenção, “por não se ter apresentado ao sargento-ajudante, quando foi promovido ao actual posto¹⁸⁶”. De qualquer modo, foi pena menor (e por fútil motivo castrense) que não ofuscou o brilhantismo da acção anterior do militar.

Temos uma terceira figura de herói mas desta feita na qualidade de soldado da paz... Trata-se de **José António Cardoso**, soldado de Administração Militar que, embora tendo sido punido com quatro guardas em 22 de Fevereiro de

¹⁸¹ Miliciano. Como antes dissemos, foi promovido por distinção, pelos seus feitos em campanha.

¹⁸² No litoral, entre Boulogne-sur-Mer e Calais.

¹⁸³ Cujo grau de gravidade desconhecemos.

¹⁸⁴ Com realização de Gonçalo Galvão Teles/Jorge Paixão da Costa, foi lançado em 12 de Abril de 2018.

¹⁸⁵ Aníbal Augusto Milhais (conhecido como soldado “Milhões”), condecorado com a Ordem Militar da Torre e Espada, Valor, Lealdade e Mérito por feitos singulares em campanha, na Grande Guerra, em França.

¹⁸⁶ O de 1.º sargento.

1918 e duas em 3 de Abril do ano seguinte, foi louvado em 26 de Fevereiro de 1919 pelo “arrojo, desembaraço e tenacidade” manifestados num incêndio que teve lugar num prédio próximo do Depósito de Aquartelamento e Bagagens da 4.^a Companhia de Administração Militar. Foi ele quem extinguiu o incêndio (aparentemente sozinho), “depois de um trabalho bastante fatigante e perigoso, evitando assim a sua propagação a outros prédios”.

Posto isto, com dois heróis de guerra e um quase “civil”, em que lugar fica o alferes miliciano **Alexandre de Jesus Cabeças**, falecido em combate em La Lys e que tem nome de rua na sua terra? Em função do que antes dissemos, parece-nos que no pedestal igualmente honroso de mártir, tanto mais que não tem sepultura conhecida, visto os seus restos mortais terem ficado em poder do inimigo – que, supõe-se, os terá enterrado com as honras merecidas e expectáveis numa guerra que, apesar do gás e de outras barbaridades, ainda foi de certo modo um conflito de cavalheiros... Em plano semelhante colocamos os soldados de Infantaria **António João Torrão** e **Manuel António Cisneiro**, de que pouco sabemos por enquanto, para além da sua morte em combate.

Condecorações

Como vimos, pelo que até agora foi possível apurar, os expedicionários de Vila Viçosa integrados no C.E.P. receberam duas Cruzes de Guerra de 2.^a classe em França¹⁸⁷, para além de uma dezena de Medalhas Comemorativas das Campanhas de França, estas mais vulgares mas não atribuídas de modo generalizado¹⁸⁸.

Louvores

Para além dos já apontados louvores de João António Pires Fresco, Mário da Cruz Pereira e José António Cardoso, contam-se mais quatro militares calipolenses louvados:

- O alferes de Infantaria **Artur Maria Ramos Tarana**, pelas qualidades de “zelo, inteligência e muita dedicação”, como provisor do seu Batalhão.
- O sargento de Cavalaria **Francisco José Raio**, por debaixo de bombardeamento ter assegurado com “aptidão, zelo, dedicação, serenidade, energia, coragem e abnegação” o reabastecimento do Hospital de Sangue n.º 1.

¹⁸⁷ Por enquanto, desconhecemos eventuais condecorações deste tipo dos expedicionários de Vila Viçosa a Moçambique.

¹⁸⁸ Ver quadro alusivo.

- O sargento de Sapadores de Caminhos de Ferro **Joaquim Maria Santana**, por na qualidade de vagemestre da sua Companhia ter sido portador do “máximo zelo e energia”.
- O capitão de Artilharia **José Guerreiro de Andrade**, pela “energia, competência e zelo de que deu sobejas provas” na preparação e execução de tiros.

Temos pois aqui um interessante naipe de militares calipolenses condecorados e louvados, praças sargentos e oficiais que cumpriram os seus deveres muito para além da rotina e do vulgar desempenho, sobressaindo entre os pares por uma entrega que chegou ao poto de colocarem a vida em perigo mais do que já estava, pelas circunstâncias vividas. Não podemos esquecer também o sofrimento e privações dos 12 prisioneiros¹⁸⁹ detectados, um oficial e nove praças que, embora a partir da captura tenham ficado protegidos da morte, passaram o tempo de reclusão em condições pouco diferentes das antes vividas no inferno das trincheiras.

A atitude destes homens foi de certo modo compensada em Vila Viçosa com a atribuição do nome de um deles a uma rua e ao nome colectivo de Combatentes da Grande Guerra a outra. Mas, ao contrário do que aconteceu com os soldados da paz¹⁹⁰, estes da guerra ainda esperam da sua terra, mais de cem anos passados o memorial alusivo ao seu contributo, tal como a dúzia tombada na guerra colonial, para não falar dos muitos caídos na defesa da vila frente aos invasores franceses de Napoleão Bonaparte, etc., etc., etc.

Punições

As punições encontradas na documentação consultada aplicadas aos militares de Vila Viçosa considerados neste trabalho constam de “prisão correccional”, “prisão disciplinar”, “detenção”, “guardas” e “repreensão”. Entre penas de prisão correccional e prisão disciplinar, contámos 100 dias de internamento. No caso das detenções, foram contabilizados 199 dias. Não foram encontradas referências às também possíveis “faxinas” e “admoestações”.

- Prisão Correccional¹⁹¹

¹⁸⁹ Ver quadro alusivo.

¹⁹⁰ É de inauguração relativamente recente, um memorial em mármore dedicado aos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa, no cemitério da terra.

¹⁹¹ A prisão correccional para soldados, como é aqui o caso (e também para cabos) consistia na reclusão da praça punida em prisão fechada, com sentinela à vista. Dormiam numa tarimba e deviam estar rigorosamente uniformizados desde o primeiro toque para a parada da guarda até ao recolher.

Foi aplicada a pena de prisão correcional aos seguintes soldados de Infantaria:

- **Barnabé Joaquim Galega** (15 dias), por ter saído do acampamento, contrariamente ao que estava estabelecido¹⁹².

- **Joaquim Augusto Grandão** (30 dias), pelo facto de a pistola que lhe estava distribuída ter levado descaminho. É a pena mais gravosa que encontrámos, justificável pela perda de uma arma de defesa pessoal, sem ser em cenário de combate. No entanto, a prisão correcional, no caso dos soldados, podia ir até 90 dias, pelo que neste caso apenas foi determinado o cumprimento de um terço desse número.

- **Prisão Disciplinar**¹⁹³

- Soldado de Infantaria **Alexandre Heliodoro Pereira** (4 dias) por ter faltado a partes da instrução, devido a doença não confirmada. Este militar era reincidente, já com quatro dias de detenção na folha de serviço, o que deve ter contribuído desta feita para ser punido com prisão.

- Soldado de Infantaria **António Joaquim Canelhas** (15 dias), por ter saído do acampamento, contrariamente ao que estava estabelecido. Veja-se a dualidade de critério, por comparação com os 15 dias de prisão correcional (mais gravosa) de Barnabé Joaquim Galega.

- Soldado de Cavalaria **António José Fontainhas** (10 dias), por se ter embriagado de tal modo que não lhe foi possível comparecer à instrução a cavalo.

- 1.º cabo de Infantaria **Bonfilho Augusto Faria** (6 dias¹⁹⁴), por se ter apresentado 30 minutos mais tarde à instrução da sua especialidade.

- Soldado de Infantaria condutor de veículos automóveis **Júlio Baptista Neves** (10 dias), por ter saído da área do C.E.P. sem levar consigo o passe, “contra o que esta[va] muito recomendado”.

- Soldado de Infantaria **Manuel Joaquim Júlio** (10 dias), por durante uma alteração com um camarada em altura de refeição o ter agredido com um copo.

Em resumo, os maus feitos destes oito homens não foram excepcionalmente castigados, apesar dos nomes infames de prisão correcional e prisão disciplinar.

¹⁹² Em gíria militar, o chamado “desenfianço”.

¹⁹³ A prisão disciplinar para soldados e cabos consistia na reclusão do militar em casa para esse fim adequada no quartel ou acantonamento da unidade a que pertencesse ou estivesse adida. Menos gravosa, por exemplo, sem sentinela à vista.

¹⁹⁴ Como se disse atrás, em transcrição exacta da pena, inicialmente esta foi de oito dias de detenção, determinados pelo comandante do Batalhão, entretanto convertidos em seis de prisão disciplinar pelo comandante da Brigada.

Convenhamos, embora, que perder uma pistola, apresentar-se ébrio à instrução ou agredir com um copo um camarada de armas em teatro de guerra não eram situações que pudessem passar incólumes.

• Detenção

– Soldado de Cavalaria **Alberto Maria Bravo** (5 dias) – Falecido por doença
– Por ter saído da formatura da limpeza sem autorização.

– Soldado de Infantaria **Alexandre Heliodoro Pereira** (4 dias), por faltar à instrução, alegando doença não confirmada. Este militar foi reincidente poucos dias depois, o que lhe custou mais quatro dias de prisão.

– Soldado servente (de Cavalaria) **António Fernandes Cordeiro** (2 dias), por ter prendido o seu cavalo a um carro.

– Soldado de Infantaria **António Joaquim Babinha** (7 dias), por motivo desconhecido.

– Soldado de Infantaria **António Joaquim Frade** (8 dias), por motivo desconhecido.

– Soldado de Infantaria **António Leocádio Lourenço** (5+10 dias). O militar foi punido duas vezes: a primeira, por ter dado parte de doente quando foi nomeado para um piquete de trabalho, sem passar pelo médico que estava presente; a segunda, por não ter obedecido à ordem do sargento de dia que o mandou tomar banho.

– Soldado de Infantaria **António Vicente Pedras** (2+3 dias). Este militar também foi punido duas vezes: a primeira, por ter perdido a placa de identificação; a segunda, por motivo semelhante ao do camarada António Leocádio Lourenço, isto é, por se ter furtado a um piquete de trabalho alegando doença, sem ter passado pelo médico que estava presente.

– Soldado maqueiro **Barnabé da Conceição Chinarro** (10 dias), por ter sido encontrado fora do acampamento, sem licença para tal e embriagado.

– Soldado de Infantaria **Barnabé Joaquim Galega** (2+8+2 dias). Este militar, que já vimos ser punido com 15 dias de prisão correccional, sofreu ainda 12 dias de detenção. Em 14.08.1917 dois dias, e em 12.09.1917 mais oito, desconhecendo-se em ambos os casos o motivo. Em 04.12.1918, por ter extraviado a placa de identidade, foi punido com os restantes dois dias.

– Soldado de Infantaria **Domingos António Sande** (10 dias), por conduzir um carro dentro do Batalhão, contra o que estava determinado.

– Soldado de Infantaria **Domingos José Pereira** (4 dias), por ter respondido incorrectamente a um sargento.

– Soldado de Infantaria **Estanislau Francisco** (8 dias), por motivo desconhecido.

– Soldado de Infantaria **Filipe António Rijo** (10+10+4 dias). Rijo é o campeão de dias de detenção, com 24. Os primeiros 10 foram-lhe aplicados por ter feito barulho fora de horas e por não ter respeitado o chefe de grupo que por esse motivo o repreendeu; os segundos 10 dias deveram-se a ter saído do acantonamento sem autorização; os restantes quatro consubstanciam um dos castigos mais risíveis entre os apurados – é que a punição se deveu ao facto de o militar ter sido encontrado fora do acantonamento segurando as calças com suspensórios e não com o cinturão regulamentar...

– 2.º sargento de Cavalaria **Joaquim António Ramos** (5 dias). Neste caso, estamos perante uma típica punição castrense de tipo burocrático/hierárquico. O militar foi punido porque recebeu através de um soldado ordem de um oficial para designar um cavalo para sair e não a transmitiu ao 1.º sargento, delegando-a no cabo de guarda às cavalações. Ou seja, o oficial teve o cavalo como pediu mas como o recebeu sem ser cumprida a burocracia, quem pagou foi o 2.º sargento...

– 1.º cabo de Telegrafistas de Campanha **Joaquim António Rosa** (7+2 dias). No caso dos sete dias, o motivo foi o desvio de uma saca com carvão numa das dependências da Companhia. Não se especifica na documentação que fim o cabo deu à saca de carvão – se a destinava a venda no mercado negro, a melhorar as condições de habitabilidade do lugar onde estava colocado, caserna ou trincheira, ou a outra finalidade. De qualquer modo, é o único caso de furto conhecido na presente documentação. Os dois dias deveram-se a ter saído da formatura para a primeira refeição sem ter pedido autorização.



Pedra tumular do soldado António Manuel Ramos.



Placa toponímica, Vila Viçosa.

– 1.º cabo ferrador **Joaquim Vicente Tanganho** (8+4+4 dias). Os oito dias deveram-se a não ter ferrado “uma muar [pois] não cumpriu essa ordem”; os restantes, sofreu-os por ter faltado a uma formatura e por ter ido ao médico sem disso dar conhecimento ao cabo de dia da bateria onde prestava serviço.

– Soldado de Infantaria **José António Beja** (5 dias), pelo motivo já nosso conhecido de não se ter apresentado ao trabalho tendo dado parte de doente sem consultar o médico que estava no local e o poderia ter inspeccionado.

– 2.º sargento amanuense de Cavalaria **José Francisco Lopes Matos** (5 dias), “por se apresentar a uma revista pouco asseado e mal ataviado”.

– 2.º sargento de Cavalaria **José Patrocínio Martins** (5+1 dias). Cinco dias, porque não fiscalizou a limpeza do aquartelamento e artigos do uniforme e equipamento das praças e um dia porque “não providenciou para que as fraldas das barracas fossem levantadas, a fim de as mesmas serem arejadas.”

– Soldado de Infantaria **Júlio Batista Neves** (2+4+6+1). 13 dias de detenção acumulados (fora os 10 de prisão disciplinar antes referidos). Os seus “crimes” são sobretudo faltas à formatura, saídas sem passe ou faltas à parada da guarda. Um deles, porém, que foi punido com quatro dias de detenção, é tão caricato com o dos suspensórios acima apontado: tendo recebido uma bicicleta para serviço de ordenança, quando este terminou, em vez de a ir entregar no local respectivo, deixou outros soldados servirem-se dela...

– 1.º cabo de Infantaria **Manuel Francisco Amador** (10 dias), por não comparecer à formatura da 1.ª refeição.

– 1.º cabo de Infantaria **Mário da Cruz Pereira** (3 dias). Atrás, já falámos deste herói medalhado com a Cruz de Guerra e da injustiça destes três dias de detenção.

– Soldado de Infantaria **Simão Dias Bajanca** (2 dias) por, tal como os seus camaradas António Vicente Pedras e Barnabé Joaquim Galega, ter perdido a placa de identificação.

– 1.º cabo de Infantaria **Simão Ribeiro Velez** (5 dias), por motivo desconhecido.

– Soldado de Infantaria **Valentino Jeremias Mourinho** (6 dias), por motivo desconhecido.

Três sargentos, cinco cabos e 17 soldados punidos com detenção. Curiosamente, dois dos sargentos foram castigados por questões relacionadas com compostura ou asseio próprio, dos seus comandados ou do acampamento. Em sua defesa, poderemos lembrar-nos das miseráveis condições em que este conflito se desenrolou, sobretudo guerra de trincheiras, deparando-se os homens com imensas dificuldades de higiene. Não foi em vão que os soldados franceses presentes nesta guerra ficaram conhecidos como “poilus”¹⁹⁵...

Quanto aos restantes motivos dos correctivos de detenção, são de menor importância: roubo de uma saca de carvão, questões ligadas às formaturas (falta ou atraso), falsas alegações de doença para não fazer tarefas e pouco mais, tudo entremeado por castigos ridículos aplicados por indevido método de segurar calças ou bicicletas repartidas em excesso... E, numa guerra ainda de grande uso de tracção animal, algumas punições relacionadas com alimárias.

Guardas¹⁹⁶

As guardas entre os militares de Vila Viçosa foram sofridas com parcimónia.

O soldado de Cavalaria **Joaquim Maria Barreiro** foi castigado com três, por durante uma escolta com presos ter consentido que um destes tivesse falado com uma praça estranha à escolta e o soldado de Administração Militar **José António Cardoso** com seis (4+2, por motivo desconhecido).

Repreensão

O mesmo sucedeu com a repreensão, que apenas dois dos nossos homens sofreram. O 1.º sargento de Metralhadoras **Barnabé d’Ascensão Silva** por, segun-

¹⁹⁵ Peludos ou barbudos.

¹⁹⁶ As guardas podiam ir até 10 dias.

do se refere na sua ficha, “não dedicar toda a sua inteligência e aptidão durante o último período em que esteve nas trincheiras”¹⁹⁷ e o 1.º cabo de Telegrafistas de Campanha **Joaquim António Rosa**, por comentar a ordem de serviço dada por um 2.º sargento. Se esta repreensão é aceitável, já a que foi dada a Barnabé d’Ascensão Silva está obviamente imbuída de algum subjectivismo e só poderia ser totalmente compreendida se estivéssemos na posse de mais dados sobre a atitude do sargento que, sublinhe-se, esteve por mais de uma vez nas trincheiras.

Completa-se assim esta nossa abordagem à presença dos militares de Vila Viçosa integrados no Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra a França, primeira feita com este desenvolvimento, no entanto apenas a partir de material online. É possível que haja mais alguns militares aqui não focados mas este elevado número já dá uma ideia muito precisa de que o longínquo conflito não deixou Vila Viçosa incólume. Tivemos mortos, feridos, prisioneiros, heróis e mártires de que a sua alentejana pátria não se pode esquecer e de que deve orgulhar-se (mesmo dos prisioneiros). E dizemo-lo, porque apesar de haver duas ruas com nomes que os lembram, mais nenhum sinal deles nos ficou, sequer nas conversas que em muitas décadas de vida travámos com centenas de pessoas (quijá milhares) de todas as classes, profissões e níveis culturais da terra, excepto no caso mais ou menos mitificado do alferes Alexandre de Jesus Cabeças.

E, como já se disse, esta é apenas uma parte dos que participaram na Grande Guerra, faltando estudo semelhante relativo aos militares que de Vila Viçosa que foram atirados para Moçambique, onde afinal mais terão sofrido de doença do que de guerra, como foi o caso de **Manuel Vidigueira**, 1.º grumete da Armada que tombou na ex-colónia devido a laringite tuberculosa em 21 de Dezembro de 1918, em duplo azar, pois o óbito aconteceu dez dias depois de terminado o conflito...

¹⁹⁷ A repreensão aos sargentos era dada, segundo a gravidade da infracção, ou na presença de oficiais da Companhia ou Destacamento de que fizesse parte ou na de sargentos de igual ou superior graduação; a repreensão a cabos era dada na presença de outros cabos da sua Companhia ou Destacamento.

DESARROLISMO EUROPEO (1960-1970). INCIDENCIA EN VILA VIÇOSA.

Moisés Cayetano Rosado

Doctor en Geografía e Historia
(mcayetano14@gmail.com)

EL DESARROLLISMO EUROPEO

A partir de finales de los años cincuenta se entra en lo que se ha dado en llamar “Edad de Oro” del sistema capitalista, que se caracteriza por los siguientes rasgos, fundamentalmente¹:

- Efectos positivos en el impulso económico motivado por los recursos externos recibidos, procedentes de los EE.UU. (Plan Marsall).
- Aumento espectacular de la inversión pública: infraestructura viaria, instalaciones educativas, sanitarias, asistenciales...
- Auge de la construcción privada: hoteles, comercios, centros de ocio y diversión; viviendas, urbanizaciones...
- Gran oleada de innovaciones tecnológicas relevantes.
- Sucesivos incrementos de la renta, tanto para empresarios como para asalariados, que impulsan respectivamente la inversión y el consumo.
- Acercamiento al pleno empleo.

¹ CAYETANO ROSADO, Moisés: “Emigración exterior de la Península Ibérica durante el desarrollismo europeo: el caso extremeño-alentejano”. *Revista de Estudios Extremeños*. Núm. 3-2011. Págs.: 1653-1679.

- Consumo privado creciente, apoyado por el crédito bancario.
- Desarrollo del turismo interior y exterior.
- Estabilidad monetaria.
- Precios moderados, con contención de la inflación.
- Impulso a la investigación.
- Liberalización del comercio exterior y la inversión en el extranjero.
- Reducción de aranceles y de las trabas comerciales y de movimiento de capitales.
- Energía petrolífera (que impulsa toda la maquinaria productiva) barata.

Todo ello, eso sí, con una distribución espacial desigual: la riqueza y el desarrollo se concentran en áreas industriales de los países del norte y centroeuropeos, y en los bordes industriales de los países mediterráneos, lo que propiciará ese notable trasvase poblacional apuntado más atrás: del campo a la ciudad, de las zonas rurales a las industriales, del sur al centro continental. El desarrollo desigual, el “desarrollismo”, no tendrá en cuenta un desenvolvimiento armónico del territorio, sino que “ahorra” recursos concentrándolos en puntos geográficos concretos, propiciando una macrocefalia con ramificaciones cada vez más raquílicas en las periferias del sur, una polarización: áreas expansivas-áreas deprimidas, con atracción demográfica y laboral en las primeras y expulsión poblacional las segundas. Superpoblación frente a desertificación.

La política económica de los años sesenta, la política *desarrollista*, tendrá en su inicio estos tres ejes²:

- a) *La exportación de grandes volúmenes de paro encubierto, localizado en las zonas rurales.*
- b) *Fomento de la atracción del turismo europeo.*
- c) *Apertura a los capitales extranjeros, atrayéndolos.*

En tanto, el aumento de la renta agrícola, aunque lo hubo, siguió manteniéndose en un 50% de la renta general, e incluso experimenta importantes bajas relativas dado el crecimiento de los precios de los artículos industriales. Lo mismo podemos decir de la renta de los asalariados agrícolas, en comparación con los asalariados industriales.

Teniendo en cuenta que el éxodo campo-ciudad se adelanta sustancialmente al exterior (cuya incidencia significativa se ciñe a los años sesenta y primeros setenta), podemos contemplar un movimiento migratorio importante ya desde

² MANCHO, Santiago: *Emigración y desarrollo español*. Instituto Español de Emigración. Madrid, 1978. Págs. 55-73.

los años cincuenta, que se mantiene hasta que la saturación del mercado laboral en las zonas industriales y la crisis de 1973 disuade de la aventura migratoria porque ya el paro hace estragos en el interior y porque los países centroeuropeos impiden nuevas llegadas de trabajadores ante la recesión que se instala y acentúa en todos ellos. No obstante, la “auténtica época dorada” de los movimientos poblacionales laborales habrá de ser la década de los años sesenta.

EMIGRACIÓN Y DESARROLLO

Emigración y desarrollo económico

Esta voluminosa emigración laboral, sostenida durante todo el período desarrollista, además de suponer un alivio en la presión de la demanda de empleo interno, supuso una fuente de ingresos decisivos para los países mediterráneos, endémicamente rozando índices masivos de pobreza por parte de su población asalariada y de pequeños y medianos propietarios³.

El emigrante, en especial si marcha en solitario, dejando a su familia en el lugar de origen, vive obsesionado con el ahorro, pues lleva en su pensamiento una cifra como condición del retorno, que desea cuanto antes, aunque muchos no pudieron cumplir sus objetivos y se vieron obligados a permanecer fuera, optando en el mejor de los casos por la reagrupación familiar. Pero esos años de la “Edad de Oro” del sistema capitalista, que impulsan la prosperidad en Centroeuropa, van a servir también para procurar un alivio a los emisores mediterráneos, que además recibirán de sus vecinos del norte una avalancha anual de turistas veraniegos, que impulsa el sector de la construcción, la hostelería, la restauración y los complejos de ocio y diversión, generando riqueza y empleos autóctonos en las zonas costeras. Si a ello unimos las inversiones de capital exterior que llevan aparejado, junto a otras inversiones en el impulso industrial de estos años, la Balanza de pagos se verá extraordinariamente favorecida⁴.

Tradicionalmente deficitarios en Balanza comercial, la Balanza de transferencias (remesas de emigrantes fundamentalmente) y la de servicios (en especial turismo), enjugaron con creces el déficit, cambiando a positivo el saldo de la Balanza que las tres conforman: la Balanza por cuenta corriente. Si a ello unimos lo positivo de la Balanza por cuenta del capital (inversiones extranjeras, en espe-

³ BAGANHA, Maria Irannis B.: “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”. *Análise Social*, vol. XXIX (128) 1994 (4º). Págs. 959-980.

⁴ BANCO DE BILBAO. Renta Nacional de España y su distribución provincial. *Serie homogénea, 1955-1975*.

cial), nos sale en definitiva una Balanza exterior de pagos⁵ rotundamente favorable, que posibilitaría las grandes inversiones en infraestructura y servicios de esos años de bonanza, si bien de forma desigual, al favorecer esencialmente a las zonas de la periferia del norte y noreste, siendo una vez más las cenicientas las áreas rurales, secularmente atrasadas, latifundistas y en proceso de “vaciamiento poblacional”, como es el caso de Alentejo, Extremadura, Ribatejo, Beiras..., Castilla y León, Andalucía...

La importancia de las remesas de emigrantes a nuestros dos países es tal que en muchos años cubren más de la cuarta parte del déficit comercial, y en el caso portugués hasta se llega en algunos años a superar dicho déficit, lo que ocurre en 1969, 1971, 1972 y 1973 (CUADRO 1). Es espectacular el caso de Portugal, pues la media de cobertura en el período supera el 50% de dicho déficit, quedando España en una cobertura del 25%: sólo el turismo en la costa mediterránea española tendrá el efecto de las remesas de emigrantes portuguesas, si bien las remesas tienen menos “servidumbres” que el turismo, al ser un dinero que llega sin exigencias de contraprestaciones en infraestructuras y servicios, que en nuestro caso dieron lugar a una explotación desmedida e incontrolada de recursos naturales, parques naturales, bordes de costa, etc., depredados por la especulación urbanística.

CUADRO 1. DÉFICIT COMERCIAL Y REMESAS DE EMIGRANTES (millones de pts. para España y millones de escudos para Portugal)						
Años	Déf. port.	Remesas emig.	% cubierto	Déf. español	Rem. emig.	% cubierto
1961	7.972	1.489	18'68	16.723	6.958	41'61
1962	4.685	1.704	36'37	38.049	8.867	23'30
1963	5.296	2.371	44'77	60.202	12.051	20'02
1964	6.162	2.679	43'47	63.341	14.397	22'73
1965	8.526	3.378	39'62	104.199	18.042	17'31
1966	9.785	4.818	49'24	117.800	20.767	17'63
1967	9.564	6.267	65'53	106.407	19.803	18'61
1968	11.005	7.902	71'80	108.356	22.701	20'95
1969	11.191	11.812	105'55	128.572	28.175	21'91
1970	14.831	14.086	94'98	130.743	32.813	25'10
1971	18.532	18.848	101'71	110.379	38.517	34'90
1972	18.843	22.079	117'17	146.297	38.624	26'40
1973	22.430	26.452	117'93	198.933	53.007	26'65
1974	46.086	26.772	58'09	399.832	73.829	18'47
1975	40.766	21.623	53'04	572.387	58.099	10'15

Fuentes: Ministerio de Comercio (España). INE y Banco de Portugal.

⁵ Balanza por cuenta corriente = Balanza comercial + Balanza de transferencias + Balanza de servicios.
Balanza exterior de pagos = Balanza por cuenta corriente + Balanza por cuenta del capital.

En el aspecto negativo, estas remesas de emigrantes favorecerán la inflación, por aumento de la demanda consumista familiar, invirtiendo preferentemente en bienes no generadores de riqueza y empleo, o de escasa consistencia, como compra de inmuebles familiares, montaje de negocios de autoempleo de subsistencia (bares, comercios, pequeños restaurantes, salas de fiestas...), pago de deudas, inversión bancaria a plazo fijo, etc.

Regiones emisoras y de acogida. Situación antes y tras el proceso migratorio

Este desahogo de la presión del paro en origen y la inyección económica de las remesas de emigrantes, siendo claramente factores positivos para las regiones emisoras de mano de obra, no significaron su despegue económico, como tampoco un hándicap para el desenvolvimiento de las receptoras, a las que se les detrae capital con dichas remesas y se les carga de servicios necesarios para la población extranjera (emigrantes y descendientes, con su necesidad de centros educativos, sanitarios, asistenciales, recreativos, de vivienda, etc.), sino que las situaciones iniciales de zonas más demandantes de mano de obra y zonas pobres que la ofrecen se perpetúa con el tiempo.

Así, estudiando un indicador tan significativo como el Producto Interior Bruto por habitante antes (1950) y después (1977) del boom migratorio en la Comunidad Europea, comprobamos que con 27 años de diferencia a la cabeza de la riqueza están los grandes receptores de emigrantes, como Ile de France, Hamburg (Alemania), Brabant (Bélgica) y otras regiones de los países de mayor afluencia. En cambio, a la cola están las zonas emisoras de España, Portugal y Grecia: Extremadura, Alentejo, Islas de Portugal, Algarve, Kriti (Grecia), Epeiros (Grecia), etc. -CUADRO 2-. Es decir, que el masivo proceso migratorio no significó un salto adelante para quien más población “excedentaria” perdió, sino que la situación desigual se ha mantenido, con pérdida -y eso es muy grave- de capital humano joven, en edad de procurar el reemplazo poblacional, dejando en origen una población notablemente envejecida, que constriñe por la base la pirámide de edades, ensanchándola en la altura: las edades no productivas, necesitadas de más servicios asistenciales y que no propicia el reemplazo generacional, desertificando poblacionalmente el territorio⁶.

⁶ MOLLE, Willen y HASELEN, Hein Van: “Desigualdad regional y áreas asistidas en una comunidad europea de doce miembros”, *Revista de Estudios Regionales*, 1980. Págs. 169-176.

CUADRO 2 . Ranking PIB/POBL (dólares per cápita en la Comunidad Europea de 12 miembros -107 regiones-)

Núm.	Región	PIB/POBL 1950	Núm.	Región	PIB/POBL 1977
1	Ile de France	952	1	Hamburg (RFA)	13.953
2	Luxemburgo	868	2	Bremen (RFA)	11.126
3	Brabant (Bélgica)	859	3	Ile de France	10.394
4	South-East (GB)	776	4	Berlin (West)	9.928
5	Sjaell-Falst (Dinamarca)	758	5	Noord (Holanda)	9.906
6	Wallonie (Bélgica)	730	6	Sjaell-Falst (Dinamarca)	9.834
7	Hamburg (RFA)	709	7	Brabant (Bélgica)	9.081
8	West Midlands (GB)	660	8	Baden (RFA)	8.929
9	Lorraine (Francia)	659	9	Hessen (RFA)	8.587
10	Yorkshire (GB)	643	10	Jylland (Dinamarca)	8.473
11	Alsace (Francia)	629	11	Fyn (Dinamarca)	8.355
12	North West (GB)	622	12	Nordrhein (RFA)	8.355
96	Thessalia (Grecia)	112	96	Makedonia (Grecia)	2.178
97	Alentejo (Portugal)	110	97	Ionidi Nisoi (Grecia)	2.102
98	Thraki (Grecia)	109	98	Kriti (Grecia)	1.980
99	Ionioi Nisot (Grecia)	109	99	Nisoi Algaïou (Grecia)	1.980
100	Peloponesos (Grecia)	108	100	Thraki (Grecia)	1.935
101	Epeiros (Grecia)	105	101	Epeiros (Grecia)	1.807
102	Kriti (Grecia)	104	102	Extremadura (España)	1.787
103	Galicia (España)	94	103	Centro (Portugal)	1.619
104	Ilhas Adjacentes (Portugal)	91	104	Alentejo (Portugal)	1.435
105	Algarve (Portugal)	88	105	Norte (Portugal)	1.368
106	Castilla-La Mancha (Esp)	83	106	Ilhas Adjacentes (Portugal)	895
107	Extremadura (España)	76	107	Algarve (Portugal)	789

Fuente: C.E. (Oficina: Estadísticas). Basic Statistics of the Community

SANGRÍA MIGRATORIA EN LA RAYA LUSO-ESPAÑOLA

El espacio rayano luso-español se verá especialmente afectado por el proceso migratorio de esta etapa “desarrollista”, que tanto benefició a los países centroeuropeos y las zonas periféricas, industriales, de España (Cataluña, País Vasco, además de la capital, Madrid) y de Portugal (Lisboa y su área metropolitana, y Porto), las grandes receptoras de la mano de obra migrante, procedente fundamentalmente del sector agrario⁷.

Estudiando la zona rayana interior (dejamos a un lado la provincia eminentemente atlántica de Pontevedra y el distrito de Minho, al norte – de similares características –, aunque sí incluimos a los distritos de Beja – abrumadoramente

⁷ PINTADO, Antonio y BARRENECHEA, Eduardo: *La Raya de Portugal. La frontera del subdesarrollo*. Edit. Cuadernos para el Diálogo. Madrid, 1972. Págs.: 267-276.

interior – y Faro por estar tan condicionado por su interior agro-forestal), observamos que nos encontramos ante un amplio territorio de actividad agro-ganadera, aunque diferenciada por un sector norteño minifundista y el resto latifundista.

Así, los distritos portugueses de Vila Real, Bragança, Viseu (no estrictamente rayano, pero sí de similares características) y Guarda, como las provincias españolas de Orense y Zamora, son espacios con predominio minifundista; los distritos lusos de Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja y Faro, y las provincias vecinas de Salamanca, Cáceres, Badajoz y Huelva, son claramente latifundistas.

El minifundio significa una división excesiva de la propiedad que, unido a las condiciones del relieve montañoso, hacen costosa la explotación, poco operativa en cuanto a la extensión de cultivos, labores agrícolas, transportes, mecanización, etc. El latifundio, obvia estas desventajas, pero se presta a labores extensivas de poca productividad que, unidas a la concentración de la propiedad en pocas manos, restan posibilidades de explotación racional. Excesivo sacrificio y esclavitud a la tierra de los pequeños propietarios en el primer caso; absentismo y abandono en el segundo, son señas de identidad en ambos espacios de la Raya.

En ambos casos, la emigración ha sido secularmente una “obligada” salida ante la falta de rendimiento de las tierras del norte y la falta de trabajo en las del centro y del sur⁸. Y así, de los nueve distritos portugueses que contemplamos, ya en 1960 únicamente Viseu llega a la media nacional de densidad poblacional en 1960: 96 h/km². Cinco de ellos (Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Évora y Beja) no tienen ni la mitad de esta densidad, ocupando un lugar de cola los tres alentejanos, a un tercio o menos de densidad con respecto a la media. Vila Real, Guarda y Faro rozan los dos tercios de ella.

En cuanto a las provincias españolas rayanas, Orense supera por dos puntos la media de densidad española en 1960 – que es de 60 h/km² –, estando las otras cinco provincias por debajo: Zamora, Salamanca y Cáceres con la mitad, Badajoz y Huelva a dos tercios de esa densidad nacional.

Con la década de los años sesenta, estos años de gran movilidad poblacional, con una grave sangría para toda la raya, la situación será la siguiente:

⁸ CAYETANO ROSADO, Moisés: *La Raya Ibérica. Del campo de batalla al de la emigración*. Edit. Fundación Caja Badajoz, 2018. Págs. 261-286.

Ningún distrito portugués fronterizo llega a la densidad media portuguesa, que en 1970 sería de 93 h/km²⁹. Viseu queda a dos tercio de la misma, perdiendo 15 puntos porcentuales, los mismos que pierde Vila Real. Al norte y al sur, Bragança y Faro, bajan diez puntos, como le ocurre a Castelo Branco. Trece puntos pierde Guarda. Los distritos alentejanos presentan la más baja densidad: 24 h/km² Portalegre, 23 Évora y 19 Beja, lo que les sitúa en posición cercana al “desierto poblacional”. El hecho de que los emigrantes laborales son esencialmente jóvenes, en edad productiva y reproductiva, compromete gravemente el futuro pues no puede haber suficiente renovación generacional, condenando a las zonas emisoras a un crecimiento vegetativo negativo (más fallecimientos que nacimientos), y consiguiente pérdida continuada de población.

Lo mismo ocurrirá en el caso rayano español, que a pesar de la emigración general a Europa logró en la década una subida de tres millones y medio de habitantes¹⁰, subiendo su densidad a 67 h/km². Diez puntos menos alcanza Orense que diez años antes igualaba la media nacional (en densidad intercensal bajó 5 puntos). Las demás provincias también rebajan su densidad: ligeramente Huelva, que pasa de 40 a 39; Badajoz queda en 32 (siete puntos de baja intercensal), Salamanca en 30 (baja tres puntos), Zamora en 24 (baja 5 puntos) y Cáceres en 23 (baja cuatro puntos).

Teniendo en cuenta que el decenio de los años sesenta fue de fuerte crecimiento vegetativo, esta bajada generalizada de densidad se refleja drásticamente en el saldo migratorio de la Raya.

En los distritos rayanos portugueses, el crecimiento vegetativo del decenio sube a una media del 13%, con lo que la población en 1970 sin emigración hubiera sido de 2.938.872, con una subida de 342.034 habitantes. En la parte española ronda el 9%, pudiendo haber sido el número de habitantes en 1970 de 3.196.674, con un incremento decenal de 259.631.

Entre ambas partes el incremento poblacional por crecimiento vegetativo habría sido de 601.665 personas, pasando en total de 5.533.881 a 6.135.396. Evidentemente, todos los nueve distritos y cinco provincias deberían haber incrementado su población, a consecuencia del crecimiento natural; sin embargo, el censo de 1970 nos ofrece una realidad contraria: todos pierden población,

⁹ Portugal pierde 300.000 habitantes entre los censos de 1960 y 1970 (de 8.851.289 habitantes pasa a 8.568.703, a causa de una fuerte emigración general hacia Europa Occidental, principalmente dirigida a Francia, Bélgica y Holanda), producto de la tendencia general migratoria de la Europa agraria mediterránea hacia la Europa occidental de rápido desarrollo industrial y amplia demanda de mano de obra no cualificada; los conflictos, las guerras coloniales, contribuyen decisivamente a esta tendencia, con importante componente de clandestinidad en las salidas durante dicho decenio (SECP. Boletim Anual y Estatísticas Demográficas. Portugal).

¹⁰ De 30.430.698 habitantes en 1960 a 33.956.376 en 1970, pese a la emigración de un millón de trabajadores en la década (Instituto Español de Emigración).

como se deduce de la bajada de densidad poblacional. Los distritos portugueses ofrecen una disminución entre censos de 491.775 y las cinco provincias españolas de 356.710; en total, 848.485 habitantes menos.

Si a la diferencia intercensal real 60-70 le añadimos el crecimiento vegetativo, obtenemos la pérdida o ganancia absoluta de población -en este caso, siempre pérdida-. Así, nos da una emigración neta para los nueve distritos portugueses de 833.809, y para las cinco provincias españolas de 616.341: 1.450.150 habitantes que emigraron del conjunto rayano en diez años: el 32'10% de los habitantes rayanos portugueses y el 20'99% de los españoles. O sea, una sangría humana en la Raya del 26'20% de sus habitantes en tan solo un decenio. (CUADRO 3)

CUADRO NÚM.3: POBLACIÓN Y EMIGRACIÓN.

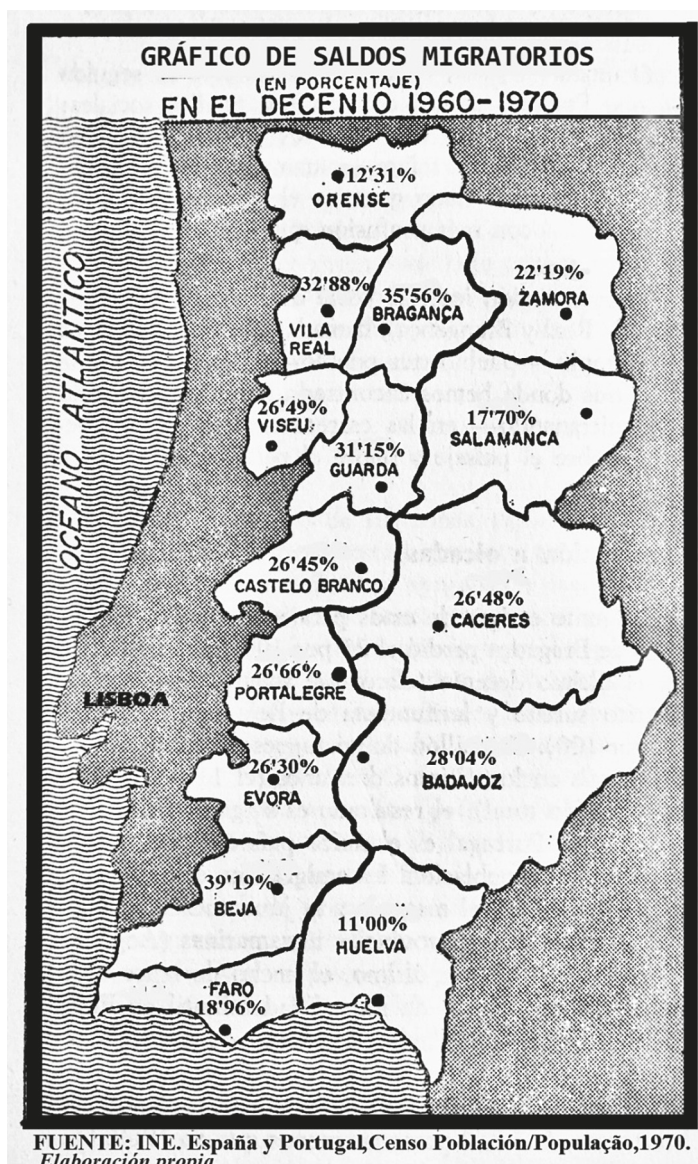
DISTRITO O PROVINCIA	POBLACION					Emigración. Pérdida absoluta de población 1960-1970	Saldo migratorio 1960-70 (%)		
	DENSIDAD	Censo de 1960	Crecimiento vegetativo 1960-1969	Población que «debía» tener en 1970	Censo de 1970			Diferencia entre censos 1960-1970	
									1960 1970
Bragança	36	27	230.206	28.307	258.513	176.660	— 53.606	— 81.853	35'56
Vila Real	77	64	322.649	47.950	370.599	264.508	— 58.141	— 106.091	32'88
Viseu	96	81	477.468	58.746	536.214	409.753	— 67.715	— 126.461	26'49
Guarda	51	38	276.470	21.839	298.309	212.191	— 64.279	— 86.118	31'15
Castelo Branco ...	47	37	310.745	23.298	334.043	251.851	— 58.894	— 82.192	26'45
Portalegre	32	24	183.841	10.412	194.253	145.242	— 38.599	— 49.011	26'66
Evora	29	23	215.186	17.465	232.651	176.044	— 39.142	— 56.607	26'30
Beja	27	19	268.911	38.679	307.590	202.193	— 66.718	— 105.397	39'19
Faro	62	52	311.302	14.338	325.640	266.621	— 44.681	— 59.019	18'96
TOTAL ZONA	46	37	2.596.838	342.034	2.938.872	2.105.063	— 491.775	— 833.809	32'10
Orense	62	57	451.474	17.838	469.312	413.733	— 37.741	— 55.579	12'31
Zamora	29	24	301.129	17.619	318.748	251.934	— 49.195	— 66.814	22'19
Salamanca	33	30	405.729	37.714	443.443	371.607	— 34.122	— 71.836	17'70
Cáceres	27	23	544.407	57.507	601.914	457.777	— 86.630	— 144.137	26'48
Badajoz	39	32	834.370	87.228	921.598	687.599	— 146.771	— 233.999	28'04
Huelva	40	39	399.934	41.725	441.659	397.683	— 2.251	— 43.976	11'00
TOTAL ZONA	36	31	2.937.043	259.631	3.196.674	2.580.333	— 356.710	— 616.341	20'99
TOTAL DE AMBAS	39	34	5.533.881	601.665	6.135.546	4.685.396	— 848.485	— 1.450.150	26'20

FUENTES: INE. «Estatísticas e indicadores regionais» (Lisboa, 1970), e INE (España) y III Plan de Desarrollo Regional PINTADO, Antonio y BARRENECHEA, Eduardo: *La Raya de Portugal. La frontera del subdesarrollo. Y elaboración propia.*

Tiene el récord de esta hemorragia migratoria el distrito alentejano de Beja, con el 39'19%, seguido de la transmontana Bragança, con 35'56%, y un poco menos Vila Real, que perdió el 32'88% de su población. También más del 30% tiene el distrito de Guarda (31'15%). Con poco más del 26% están Portalegre, Viseu, Évora y Castelo Branco. Y algo más “contenido” se muestra Faro, que al-

canza el 18'96%, favorecida por los recursos empresariales, laborales y turísticos de la zona costera.

En cuanto a la parte española, las dos provincias extremeñas tienen el porcentaje mayor, presentando Badajoz una emigración del 28'04% de su población en el decenio, y Cáceres el 26'48%. Le sigue Zamora con el 22'19 y Salamanca, con 17'70%. Con un porcentaje menor quedan la minifundista Orense (12'31%) y la litoral Huelva (11'00%). (Ver GRÁFICO DE SALDOS MIGRATORIOS)



Como quedó dicho más atrás, todo el espacio rayano era (y sigue siendo) eminentemente agro-ganadero, con una población activa empleada en el sector primario que duplica -e incluso rebasa esta proporción- a la media nacional en cada caso, por lo general.

La media de Portugal dedicada a este sector era del 33% en la década, y quien menos población activa tiene en el mismo es Faro, con el 59%, subiendo al 76% en Vila Real y Bragança, siguiéndole muy de cerca Beja y Viseu.

La media española sería del 29'6, superando el porcentaje las cinco provincias estudiadas, con el porcentaje menor por parte de Huelva (38'9%) y el mayor Orense, con 66'7%, superando el 50% Zamora, Cáceres y Badajoz, teniendo Salamanca el 46'2% de su población activa dedicada a este sector primario.

Todo ello en detrimento de los sectores secundario y terciario, de mucho menor desenvolvimiento que las medias nacionales respectivas, y que constituyen el motor de desarrollo y generación de puestos de trabajo. Desarrollo y puestos de trabajo que se multiplican a lo largo del decenio en las zonas de atracción migratoria de ambos países, cual es el caso de Cataluña, País Vasco y Madrid en España; Lisboa y su zona metropolitana, y Porto en Portugal. (CUADRO 4)

CUADRO NÚM. 4: POBLACIÓN ACTIVA.

DISTRITO o PROVINCIA	AGRICULTURA		INDUSTRIA		SERVICIOS	
	En miles	En %	En miles	En %	En miles	En %
Vila Real	87.714	76,3	11.227	9,7	16.024	14,0
Bragança	62.514	76,3	8.642	10,5	10.741	13,2
Viseu	118.243	70,9	22.280	13,5	26.061	15,6
Guarda	64.932	68,6	14.767	15,6	14.877	15,8
Castelo Branco ...	67.282	59,5	27.038	23,8	18.684	16,7
Portalegre	48.962	65,6	11.122	14,9	14.658	19,5
Evora	54.886	63,5	12.855	14,8	18.626	21,7
Beja	80.696	74,4	11.015	10,1	16.678	15,5
Faro	73.814	59,0	28.265	22,6	23.022	18,4
TOTAL ZONA POR- TUGUESA ¹	659.043	68,2	147.211	15,2	159.371	16,6
Orense	119.184	66,7	25.757	14,4	33.685	18,9
Zamora	67.689	59,6	17.173	15,1	28.715	25,3
Salamanca	71.243	46,2	34.068	22,1	48.875	31,7
Cáceres	99.073	57,8	29.393	17,2	42.820	25,0
Badajoz	131.930	54,1	44.344	18,2	67.441	27,7
Huelva	51.934	38,9	38.458	28,8	43.124	32,3
TOTAL ZONA ESP.	541.053	54,3	189.193	19,0	264.660	26,7
ESPAÑA * (media nacional)	—	29,6	—	37,4	—	33,0
PORTUGAL * (me- dia nacional) ...	—	33,0	—	35,8	—	31,2

FUENTES: «Renta Nacional de España y su distribución provincial. Banco de Bilbao, 1969», L'Observateur de l'OCDE (febrero 1972), Estadísticas e indicadores regionais, Lisboa, 1970, y «A Região Centro», Secretaria de Estado de Agricultura, Lisboa, 1969.

PINTADO, Antonio y BARRENECHEA, Eduardo: *La Raya de Portugal. La frontera del subdesarrollo. Y elaboración propia.*

Dentro de la población activa en el sector agrario es interesante observar la proporción de trabajadores por cuenta ajena del total de su población activa, pues delata la trascendencia del reparto de la propiedad en las diferentes áreas.

Serán los distritos del norte portugués rayano los que queden por debajo de la media nacional, que es 59'3%. Doce puntos porcentuales menos tiene Viseu, diez menos Bragança y siete Vila Real. Sobrepasando de una manera llamativa, los tres distritos alentejanos: Beja, con el 86'0%, Portalegre 88'8% y Évora con 92'3%: zonas de inmensos latifundios, gran parte de ellos escasamente explotados, con deficiente empleo de mano de obra dependiente.

Es llamativo en el caso español la provincia de Orense, pues los trabajadores agrarios por cuenta ajena apenas suponen el 1'7% de su masa laboral agraria, siendo Zamora el 9'1%: son casos extremos de minifundismo, especialmente el primero, con propiedades particulares de muy pequeña dimensión y rendimiento. Salamanca también se mantiene por debajo de la media: 16'5%, siendo la media española el doble. Cáceres, Badajoz y Huelva superan dicha media en 10, 18 y 30 puntos porcentuales respectivamente.

CUADRO NÚM. 5: PROPORCIÓN DE POBLACIÓN ACTIVA AGRARIA POR CUENTA AJENA DEL TOTAL DE POBLACIÓN ACTIVA AGRARIA. Década de los años 60, del siglo XX.

ZONA PORTUGUESA	
<i>Distrito:</i>	
	%
Bragança	49,6
Vila Real	52,2
Viseu	47,6
Guarda	60,0
Castelo Branco	70,0
Portalegre	88,8
Evora	92,1
Beja	86,0
Faro	61,0
PORTUGAL (media nacional)	59,3
ZONA ESPAÑOLA	
<i>Provincia:</i>	
	%
Orense	1,7
Zamora	9,1
Salamanca	16,5
Cáceres	41,5
Badajoz	49,0
Huelva	61,3
ESPAÑA (media nacional)	31,2

FUENTES: «Renta Nacional de España y su distribución provincial. Banco de Bilbao, 1969», y «OCDE. Le développement de l'agriculture en Europe meridionale» (Paris, 1969).

PINTADO, Antonio y BARRENECHEA, Eduardo: *La Raya de Portugal. La frontera del subdesarrollo*.

INCIDENCIA EN VILA VIÇOSA DEL PROCESO MIGRATORIO Los distritos alentejanos en el contexto portugués¹¹

La serie histórica de la población de Portugal ha experimentado un continuo crecimiento, exceptuando el decenio de 1960 a 1970, con pérdida de unos 300.000 habitantes (el 3'4% del total). Este retroceso tan notable en la década que estamos estudiando (bajo el influjo de la fuerte emigración a Francia, Bélgica y otros países centroeuropeos, además de las guerras coloniales), no se ha producido en ningún otro momento de la historia contemporánea, pues el siglo XIX comienza con 2.931.930 habitantes, y aunque diez años después pierde 55.000 habitantes (estando por medio las sangrientas guerras de las invasiones napoleónicas), ya irá experimentando sucesivas subidas, que le llevan de 3.200.000 en 1838 a 3.411.454 en 1849¹².

De ahí a la actualidad – exceptuando nuestro decenio de estudio – el saldo poblacional siempre ha ido en aumento. Sube de 4.000.000 en 1864 y finaliza el siglo XIX con casi cinco millones y medio de habitantes. Treinta años después alcanza 6.800.000 y pasados otros treinta años, en 1960, se sitúa en 8.851.392. Tras el “bache” de 1970, otra vez se recupera el signo positivo, culminando el siglo XX con más de diez millones de habitantes.

No va a ser la tendencia de los tres distritos alentejanos rayanos, que en la estadística histórica de mediados del siglo XIX hasta la actualidad van a tener un comportamiento positivo hasta 1950, pero a partir de mediados de siglo XX cambia radicalmente de signo.

Así, el distrito de Beja sumaba en 1864 un total de 135.116 habitantes, que al comenzar el siglo XX serán 164.754. Y en 1950 ascenderán a 291.024, o sea, más que duplica su población distrital en 85 años. Sin embargo, el descenso a partir de ese momento será continuo, con auténtico descalabro en la década 1960-70, como hemos ido viendo anteriormente, y llegando a finales del siglo XX con 161.211 habitantes: ¡menos que al comenzar el siglo, y con tendencia negativa en los años sucesivos, cuando Portugal había duplicado la población total!

El distrito de Évora tenía en 1864 un global de 102.148 censados, e igualmente su tendencia será creciente hasta 1950, en que logra 221.881 habitantes, también más que duplicando su censo. Desde entonces, se inicia la bajada poblacional (drástica, como sabemos, en la década del desarrollismo), aunque en el periodo intercensal 1970-1981 logra una recuperación de 1.739 habitantes (de 178.538 a

¹¹ CAYETANO ROSADO, Moisés: “Alentejo y Extremadura: del subdesarrollo heredado a la necesaria cooperación transfronteriza. El caso de Oliva, ciudad de frontera”, en *III Jornada de Oliva de la Frontera*. Agosto 2019.

¹² VALERIO, Nuno (coord.): *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Vol. I, págs. 33, 37 e 51. INE, 2001.

180.277), con nueva y sucesiva caída en los años posteriores del siglo XX y actualidad. Así, finaliza la centuria con menos habitantes que en 1930, algo ligeramente más favorable que el distrito de Beja y que el de Portalegre (como veremos a continuación), pero rotundamente negativo en el contexto nacional.

Portalegre sigue el mismo comportamiento “en alza” desde la fecha estudiada de 1864 hasta 1950, en que de 97.910 habitantes pasa a 200.430, habiendo ganado setenta y cuatro mil habitantes en la primera mitad del siglo XX. A partir de ese momento, lo mismo que los distritos anteriores, se inicia una caída que se sostiene por el resto del siglo y en la actualidad, finalizando el siglo XX con pocos más habitantes que cuando lo comenzó, en comportamiento similar a Beja.

En resumen, el siglo XX comienza para Portugal con 5.446.760 habitantes y termina con 10.356.117, casi el doble. En el Alentejo interior comienza con 419.922 y acaba con 461.883; o sea, de representar el 77% del total nacional baja al 4'46%. Una “suerte” similar a la del conjunto rayano, que de representar el 37'1% poblacional en 1900 pasa al 20'0 en 2001. Y en ambos (Alentejo y zona interior nacional) con tendencia decreciente en todo lo que va de siglo XXI. (CUADRO 6)

CUADRO NÚM. 6

PORTUGAL

População total
Número de habitantes

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Portugal	4 286 995	4 698 984	5 102 891	5 446 760	5 999 146	6 080 135	6 802 429	7 755 423	8 510 240	8 851 392	8 568 369	9 833 014	9 867 147	10 356 117	10 962 178
Açores	249 135	263 305	255 487	256 673	243 002	231 543	255 464	287 091	318 558	327 480	289 096	243 410	237 795	241 763	246 772
Aveiro	251 966	270 383	291 535	305 574	340 180	346 938	391 875	433 395	493 396	524 593	548 039	632 988	654 245	713 575	714 200
Beja	135 161	149 405	159 196	164 754	194 727	202 914	242 687	278 215	291 024	276 895	204 816	188 420	169 438	161 211	152 755
Braga	317 499	328 134	340 379	358 183	383 131	378 145	414 101	487 674	546 302	596 768	612 710	708 924	748 192	831 366	848 185
Bragança	161 459	171 802	180 130	184 662	192 081	170 188	186 984	213 679	228 358	233 441	179 763	184 252	157 809	148 883	136 252
Castelo Branco	159 901	177 440	206 155	217 179	243 586	241 574	262 285	304 592	324 577	316 536	255 575	234 230	214 853	208 063	196 264
Coimbra	282 081	307 502	328 139	339 264	368 106	360 361	377 289	415 827	438 688	433 656	401 160	436 324	427 839	441 204	430 104
Evora	102 148	113 948	121 625	128 842	150 020	155 918	179 036	209 956	221 881	219 916	178 538	180 277	173 654	173 654	166 726
Faro	177 310	203 959	230 279	257 378	276 074	270 592	295 660	319 625	319 625	328 231	314 841	268 440	323 534	341 404	451 006
Guarda	214 507	233 203	251 940	264 531	274 372	259 386	259 504	295 663	307 667	282 606	213 538	205 431	188 165	179 961	160 939
Leiria	177 466	197 252	220 067	242 471	270 273	283 428	309 575	358 021	395 990	404 500	379 429	420 229	426 152	459 426	470 930
Lisboa	349 187	415 057	497 727	565 560	681 521	743 496	903 460	1 054 731	1 222 471	1 382 959	1 577 390	2 069 467	2 082 787	2 136 013	2 250 533
Madeira	110 468	132 015	134 085	150 343	170 091	180 360	212 458	249 450	269 769	268 937	251 059	252 844	253 426	245 011	267 785
Portalegre	97 910	105 702	115 322	126 326	143 823	150 962	165 101	189 044	200 430	188 482	145 920	142 906	134 169	127 018	118 506
Porto	419 691	468 291	549 332	598 574	680 665	706 629	805 595	940 870	1 053 522	1 193 368	1 312 392	1 562 287	1 641 501	1 781 836	1 817 172
Santarém	201 762	226 928	254 905	283 312	321 683	335 415	378 268	426 136	460 193	461 707	404 885	454 123	444 880	454 527	453 638
Setúbal	91 587	102 011	115 305	133 863	166 263	186 340	232 720	270 000	325 646	377 186	467 946	658 326	712 594	788 459	851 258
Viana do Castelo	203 721	211 519	213 600	218 525	231 668	230 122	232 827	261 133	279 486	277 748	251 219	256 814	250 059	250 275	244 836
Vila Real	218 320	232 362	238 717	240 515	245 699	234 940	255 961	291 297	319 423	325 558	267 079	264 381	236 294	223 729	206 661
Viseu	365 781	388 766	399 966	410 231	422 181	410 884	441 579	469 024	494 628	482 416	413 366	423 648	401 871	394 925	377 653
* Interior	1 656 904	1 799 556	1 926 956	2 020 352	2 188 172	2 162 181	2 371 405	2 677 606	2 848 181	2 787 357	2 289 489	2 277 867	2 121 133	2 071 971	1 969 397
** Litoral	2 270 488	2 504 108	2 786 363	3 019 392	3 397 881	3 506 051	3 963 102	4 541 276	5 073 732	5 505 618	5 818 725	7 058 893	7 254 793	7 797 372	8 078 224
*** Arquipelagos	359 603	395 325	389 572	407 016	413 093	411 903	467 922	536 541	588 327	596 417	540 155	496 254	491 221	486 774	514 557

* Beja, Bragança, Castelo Branco, Evora, Guarda, Portalegre, Santarém, Vila Real, Viseu

** Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Setúbal, Viana do Castelo

*** Açores, Madeira

Fonte: Instituto Nacional de Estatística
(7. Fevereiro - 2016)

Los años del gran boom migratorio -iniciado en 1955 (cuando Europa va saliendo de la crisis posbélica) y prolongado hasta 1975 (en que se corta por los efectos de la crisis mundial de 1973), con foco central en el decenio que nos ocupa – serán los responsables de esta sangría demográfica con consecuencias hasta la actualidad y que ninguna previsión nos hace ver que sea reversible, dada la tendencia negativa del crecimiento vegetativo (más fallecimientos que naci-

mientos) y la escasa si no nula tendencia al retorno de los emigrados y/o recepción de nuevos emigrantes. La economía de base aún agro-ganadera extensiva, de poco rendimiento y escasa procura de mano de obra, con alta mecanización de las labores agrícolas, no permite ser optimistas en cuanto a crecimiento de la demanda laboral, más bien a la destrucción de empleo y por ello a emigración de jóvenes que deberán buscarse su desarrollo profesional fuera de la región.

El distrito de Évora

El siglo XX comienza en el distrito de Évora con una población ascendente con respecto a los censos del siglo XIX. Y en los catorce concelhos que lo integran (Vendas Novas desde 1962, en que fue creado), ese ascenso poblacional se va a mantener hasta 1950, si bien en Arraiolos y Reguengos de Monsaraz sería en 1940 cuando alcance su máximo poblacional, ligeramente disminuido en el siguiente decenio.

Y será en 1950 cuando se alcance la máxima población en siete de esos concelhos: Alandroal, Estremoz, Évora, Portel, Redondo, Viana de Alentejo y Vila Viçosa. Los tres restantes (Borba, Mora y Mourão) lo harán en 1960, con muy escasas diferencias con respecto al decenio anterior. A partir de ahí, entramos en el declive general: todos perderán habitantes, censo tras censo, salvo un repunte de Évora a partir de 1981, sostenido hasta la actualidad; Vila Viçosa gana habitantes entre 1981 y 1991, así como Estremoz entre 1991 y 2001, pero con nuevo declive en ambos en los siguientes censos, que en el caso de Estremoz le lleva a posiciones del último tercio del siglo XIX y en el de Vila Viçosa al censo de 1930.

Únicamente Évora y Vendas Novas manifiestan un crecimiento positivo en el siglo XXI, en tanto Alandroal, Mourão y Portel presentan en el censo de 2011

CUADRO NÚM. 7 **DISTRITO DE ÉVORA**
População total
Número de habitantes

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
DISTRITO DE ÉVORA	102 148	113 948	121 625	128 842	150 020	155 917	179 036	209 956	221 881	219 916	178 538	180 277	173 654	173 654	166 726
Alandroal	5 845	6 751	6 604	7 493	8 542	9 046	10 444	12 421	12 502	12 089	9 480	8 124	7 347	6 585	5 843
Arraiolos	7 318	8 847	8 475	8 638	10 100	10 720	11 260	13 148	13 009	12 786	10 050	8 883	8 207	7 616	7 363
Borba	9 562	9 241	8 364	6 551	7 100	7 440	8 094	9 507	9 875	10 431	9 280	8 813	8 254	7 783	7 333
Estremoz	13 310	14 075	15 151	16 238	18 142	19 150	20 550	23 372	24 488	23 501	19 222	18 073	15 461	15 672	14 318
Évora	19 708	23 053	25 177	25 563	29 880	28 127	35 903	42 683	47 387	50 095	47 244	51 572	53 754	56 519	56 596
Montemor-o-Novo	12 244	12 991	15 335	16 601	22 162	24 375	29 005	35 470	38 960	37 328	18 091	20 212	18 632	15 578	17 437
Mourão	8 674	12 991	15 335	16 601	22 162	24 375	29 005	35 470	38 960	37 328	18 091	20 212	18 632	15 578	17 437
Mora	9 495	7 016	7 561	8 095	9 201	9 587	10 491	11 546	12 240	11 627	8 880	8 306	7 525	7 109	6 428
Portel	6 453	6 918	6 928	7 915	8 952	9 479	10 107	12 126	12 546	11 907	9 181	8 444	7 943	7 219	7 031
Redondo	6 453	6 918	6 928	7 915	8 952	9 479	10 107	12 126	12 546	11 907	9 181	8 444	7 943	7 219	7 031
Reguengos de Monsaraz	7 905	8 916	9 763	10 240	11 316	11 014	13 330	15 389	15 051	15 090	11 727	11 642	11 401	11 382	10 828
Vendas Novas															
Vila Viçosa	6 383	6 326	7 013	7 165	7 569	7 897	8 444	9 619	10 044	9 974	9 208	8 540	9 068	8 871	8 319

a) Concelho criado pelo decreto lei nº 44.557, de 07 de Setembro de 1962
Fuente: Instituto Nacional de Estatística (J. Ferreira, 2016)

el menor número de habitantes de los últimos 150 años, de los que se tienen datos fiables. Esta abrumadora realidad demográfica nos da idea de los estragos producidos por la emigración, tan devastadora demográficamente en los años sesenta, de consecuencias sostenidas. (CUADRO 7)

Observando la variación del número de habitantes en los últimos 150 años (CUADRO 8), comprobamos que -salvo ligeras excepciones puntuales- las pérdidas de población comienzan a sistematizarse en la década de los años cincuenta, fundamentalmente en la segunda mitad, para generalizarse de manera abultada entre 1960 y 1970. La Crisis Mundial de 1973, sostenida hasta mediados de los años ochenta (con un rebrote inflacionista en 1979)¹³, detiene la emigración, pero no la pérdida poblacional, pues la enorme sangría migratoria se llevó, como ha quedado dicho, a los segmentos poblacionales más jóvenes, en edad de producir y reproducirse, quedando en origen población claramente envejecida, que imposibilita el reemplazo poblacional positivo.

Salvo el caso de Évora y Vendas Novas, así como algunos repuntes en Vila Viçosa (años ochenta) y Viana do Alentejo (ya en el siglo XXI), todo el distrito asiste a una continua bajada poblacional, sin perspectivas de cambio.

CUADRO NÚM. 8

Distrito de Évora

Variação do número de habitantes



	1864/78	1878/90	1890/00	1900/11	1911/20	1920/30	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91	1991/01	2001/11
Alandraal	+906	-147	+889	+1 049	+504	+1 398	+1 977	+81	-413	-2 609	-1 356	-777	-762	-742
Arraiolos	+1 529	-369	+160	+1 462	+600	+560	+1 888	-139	-223	-2 736	-1 167	-676	-591	-253
Barba	+659	+123	+187	+549	+349	+645	+1 513	+268	+556	-1 145	-473	-559	-472	-449
Estremoz	+1 365	+476	+1 087	+1 904	+1 048	+1 360	+2 822	+1 116	-1 287	-3 979	-1 149	-2 612	+211	-1 354
Évora	+3 345	+2 124	+386	+4 317	-1 753	+7 776	+6 780	+4 704	+2 708	-2 851	+4 328	+2 182	+2 765	+77
Montemor-o-Novo	+747	+2 344	+1 266	+5 561	+2 213	+4 630	+6 474	+3 481	-1 632	-19 237	+2 119	-1 578	-54	-1 141
Mora	+502	+534	+715	+1 223	+512	+1 370	+1 083	+658	+5	-2 688	-532	-468	-800	-810
Mourão	+608	+18	-18	+299	+114	+796	+424	+232	+95	-1 776	-552	-214	-43	-567
Portel	+521	+535	+544	+1 106	+386	+904	+1 055	+703	-622	-2 747	-574	-781	-416	-681
Redondo	+455	+20	+987	+937	+627	+628	+2 019	+420	-579	-2 836	-687	-496	-660	-257
Reguengos de Monsaraz	+1 011	+847	+477	+1 076	+298	+1 716	+2 059	-338	+39	-3 363	-85	-241	-19	-554
Vendas Novas	c o n c e l h o c r i a d o e n 1 9 6 2										+2 346	-457	+1 143	+227
Viana do Alentejo	+209	+485	+387	+1 269	+691	+789	+1 451	+514	-542	-3 232	+183	-468	-105	+128
Vila Viçosa	-57	+687	+150	+426	+308	+547	+1 375	+225	-70	-766	-662	+522	-197	-552
TOTAL DO DISTRITO	+11 800	+7 677	+7 217	+21 178	+5 897	+23 119	+30 920	+11 925	-1 965	-41 378	+1 739	-6 623	+0	-6 928

Fuente: INE.

¹³ MARTÍN URIZ, Ignacio: *Crisis económicas del siglo XX*. Aula Abierta Salvat. Barcelona, 1985. Págs. 30-53.

La pérdida poblacional de Vila Viçosa

Vila Viçosa inicia el siglo XX con 7.589 habitantes, que a lo largo de la primera mitad de la centuria del siglo XX experimentará una subida constante. Moderada en los tres primeros decenios: poco más de cuatrocientos habitantes en el primero (6%); trescientos en el segundo (4%), y unos quinientos cincuenta en el tercero (7%), que obedece al crecimiento natural de la población (nacimientos menos fallecidos), sin apenas movimiento migratorio.

En el siguiente decenio, 1930-1940, experimenta un incremento poblacional de 1.375 habitantes (16%), que supera al crecimiento natural, con aporte exterior de residentes. En la siguiente década se ralentiza el crecimiento, que se limita a 225 personas (2%), lo que no compensa el crecimiento natural, revelando un movimiento migratorio negativo, al contrario de la década anterior, si bien en cifras moderadas. En el año 1950 estamos ante la cifra más alta de población alcanzada por Vila Viçosa en toda la serie contemplada (1864-2011): 10.044 residentes.

Pero cuando entremos en la década de los años cincuenta, ya se nos muestra la tendencia migratoria en aumento que afecta a todo el distrito, a toda la Raya: de 10.044 habitantes se baja a 9.974: saldo negativo de 70 residentes, cuando con el crecimiento vegetativo deberíamos contabilizar unos 11.000 habitantes, o sea, cuenta con unos mil residentes menos de lo que tendría por crecimiento natural, producto de la emigración de la segunda parte de la década.

Al entrar en el decenio de mayor “sangría migratoria”, años sesenta, nos encontramos con que de 9.974 habitantes se baja a 9.208, perdiéndose 766 habitantes. El crecimiento natural, vegetativo, del periodo no es menor de un millar, con lo que el efecto migratorio se “lleva” a más de 1.700 personas, ocasionando un porcentaje migratorio de más del 18%.

Esta tendencia se mantendrá en los años setenta, con pérdida de 662 residentes, lo que da un porcentaje migratorio ligeramente más bajo que el decenio anterior, fruto de la contención migratoria tras la crisis económica mundial de 1973, acentuada en 1979. Esa misma crisis retiene en su lugar de origen a la población rayana en general y de Vila Viçosa en particular en los años ochenta, subiendo el número de residentes de 8.546 habitantes a 9.068: se ganan 522 habitantes, lo que da un saldo migratorio poco significativo (ya el crecimiento

vegetativo va siendo mínimo, dada la compensación entre nacimientos y fallecidos, en una población claramente envejecida¹⁴).

En adelante, las siguientes décadas van a presentar ligeros descensos poblacionales, consecuencia de esa negativa renovación poblacional en una población (como las del entorno) castigada severamente por la emigración 1955-1975. Y así, en 2011, los residentes en el concelho van a ser menos que los que estaban censados en 1930, tendencia común en toda la Raya, una Raya castigada por la despoblación en los años del desarrollismo que tanto favoreció a Centroeuropa y las zonas periféricas industrializadas de ambos países. (CUADRO 9)

CUADRO 9. VILA VIÇOSA: NÚMERO DE HABITANTES														
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
6 383	6 326	7 013	7 163	7 589	7 897	8 444	9 819	10 044	9 974	9 208	8 546	9 068	8 871	8 319

(Obs.: Número de habitantes "residentes", ou seja, que tinham a residência oficial neste concelho à data em que os censos se realizaram.) Fonte: INE.

No obstante, dentro del contexto distrital y regional, la pérdida poblacional de Vila Viçosa es de las menores en este entorno, e incluso de toda la Raya lusa, exceptuado el distrito de Faro. Entre 1950 y 1970, el Alentejo interior pierde el 25'8% de su población de mediados del siglo XX; el distrito de Évora el 19'5% y en cambio Vila Viçosa se queda en el 8'3%, un comportamiento demográfico similar a la vecina Borba, de actividades económico-laborales similares.

Y es que -como indica la propia Câmara Municipal de Vila Viçosa en su página oficial- *O sector das rochas ornamentais nas suas componentes extrativas e transformadora, bem como as indústrias a elas associadas, tem um elevado impacto na economia do concelho, podendo afirmar-se que este sector é fundamental no desenvolvimento económico de Vila Viçosa, enquanto empregador da sua população*¹⁵. A ello se une el foco turístico que supone el atractivo de su patrimonio histórico-ar-

¹⁴ El crecimiento vegetativo de la población portuguesa en general ha bajado del 13% en el decenio de los años cincuenta, al 12% en los sesenta y al 9% en los setenta, para pasar en los ochenta al 5% (Nuno VALERIO, obra citada, págs. 61-62). En la Raya portuguesa ese crecimiento es mayor que en nacional en los primeros decenios, pero menor en los últimos, productos del mayor envejecimiento poblacional, fruto de la emigración laboral (INE, Portugal).

¹⁵ Página Oficial. Câmara Municipal de Vila Viçosa. <http://www.cm-vilavica.pt/pt/site-investir/acolhimentoempresarial/Paginas/atividade-economica.aspx>

tístico-monumental, permitiendo mantener una red de servicios en hostelería y restauración que contribuye a dinamizar la economía en general y la creación de empleo en particular, redundando todo ello en la “fijación” de población, dentro de la sangría generalizada de la Raya.

FUENTES BÁSICAS

BANCO DE ESPAÑA

BANCO DE PORTUGAL

BANCO DE BILBAO. Renta Nacional de España y su distribución provincial.

CE (Oficina: Estadísticas). Basic Statistics of the Community.

CONFEDERACIÓN ESPAÑOLA DE CAJAS DE AHORRO

INSTITUTO ESPAÑOL DE EMIGRACIÓN

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. España y Portugal.

MINISTERIO DE COMERCIO. España.

OCDE. Système d'observation permanente des migrations (SOPEMI). Rapport. Conseil de l'Europe.

SECP. Boletim Anual y Estatísticas Demográficas. Portugal.

Página Oficial. Câmara Municipal de Vila Viçosa. <http://www.cm-vilavicosapt/pt/site-investir/acolhimentoempresarial/Paginas/atividade-economica.aspx>

BIBLIOGRAFÍA DE CONSULTA

BAGANHA, Maria Irannis B.: “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”. *Análise Social*, vol. XXIX (128) 1994 (4º). Págs. 959-980.

CAMPOS NORDMANN, Ramiro: *La emigración española y el crecimiento económico español*. IEE. Madrid, 1976.

CARVALHO ARROTEIA, Jorge: *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Lisboa, 1983.

CARVALHO ARROTEIA, Jorge: *A evolução demográfica portuguesa. Reflexos e perspectivas*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Lisboa, 1984.

- CAYETANO ROSADO, Moisés: *Emigración, telón de la pobreza*. Servicio de Estudios de la Emigración Extremeña. Badajoz, 1984.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: *Movimientos migratorios extremeños en el desarrollismo español (1960-75)*. UNED-Mérida, 1986.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: *Emigración asistida a Europa de la provincia de Badajoz durante el desarrollismo español (1961-1975)*. Caja de Ahorros de Badajoz, 1996.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: *Emigración extremeña en el siglo XX. Del subdesarrollo heredado a los retos del futuro transfronterizo*. Junta de Extremadura. Mérida, 2007.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: *La tierra devastada. Historia contemporánea en la Raya extremeño-alentejana*. O Pelourinho. Badajoz, 2009.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: “Emigración exterior de la Península Ibérica durante el desarrollismo europeo: el caso extremeño-alentejano”. *Revista de Estudios Extremeños*. Núm. 3-2011. Págs.: 1653-1679.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: *La Raya Ibérica. Del campo de batalla al de la emigración*. Edit. Fundación Caja Badajoz, 2018.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: “Migraciones y recesos en España: Extremadura como paradigma migratorio”. *Revista de Estudios Extremeños*. Núm. 1-2019. Págs. 451-486.
- CAYETANO ROSADO, Moisés: “Alentejo y Extremadura: del subdesarrollo heredado a la necesaria cooperación transfronteriza. El caso de Oliva, ciudad de frontera”, en *III Jornada de Oliva de la Frontera*, 21 de agosto de 2019.
- DOLLOT, Louis: *Les migrations humaines*. Press Universitaires de France, 1971.
- ESPIAGO, Javier: *Migraciones exteriores*. Salvat Editores. Barcelona, 1985.
- GONÇALVES, Albertino y CUNHA MACHADO, José: “La emigración portuguesa hacia Francia en la segunda mitad del siglo XX: breve caracterización”, *Migraciones y Exilio*, 3-2002. Págs. 117-137.
- GUARDADO MOREIRA, María João y FERREIRA RODRIGUES, Teresa: “As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo”, *População e Prospectiva*. Centro de Estudos de População, Economía e Sociedade. Págs. 1-38.
- KLEE, Ernest: *Die Nigger Europas*. Patmos-Verlang. Düsseldorf, 1971.
- MANCHO, Santiago: *Emigración y desarrollo español*. Instituto Español de Emigración. Madrid, 1978.

- MARTÍN URIZ, Ignacio: *Crisis económicas del siglo XX*. Aula Abierta Salvat. Barcelona, 1985.
- MOLLE, Willen y HASELEN, Hein Van: “Desigualdad regional y áreas asistidas en una comunidad europea de doce miembros”, *Revista de Estudios Regionales*, 1980. Págs. 153-198.
- PALAZUELOS MANSO, Enrique: *Fases del crecimiento económico de los países de la Unión Europea*. Instituto Complutense de Estudios Internacionales. Madrid, 2005.
- PINTADO, Antonio y BARRENECHEA, Eduardo: *La Raya de Portugal. La frontera del subdesarrollo*. Edit. Cuadernos para el Diálogo. Madrid, 1972.
- PORTO, Manuel: “La emigración y el desarrollo regional en Portugal”, *Emigración y retorno* (Coord. José Cazorla Pérez). Instituto Español de Emigración, 1981, pp. 109-118.
- SALEMA, Álvaro (Director): *A emigração portuguesa. Suas origens e distribuição*. Biblioteca Breve. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Lisboa, 1983.
- VALÉRIO, Nuno (Coord.): *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Instituto Nacional de Estatísticas, 2001.

PIAS (SERPA) MEMÓRIAS DO TRABALHO E DAS LUTAS ENQUANTO PATRIMÓNIO IDENTITÁRIO

Ana Isabel Veiga
Luís Filipe Maçarico

INTRODUÇÃO

Na ausência de uma Monografia que pudesse dar voz ao povo de Pias, dois antropólogos do Sul e dois arqueólogos do Norte juntaram-se para evocar e evidenciar as lutas de uma população do Baixo Alentejo, bem como o seu associativismo e outras componentes da sua identidade cultural, como a arqueologia e os espaços museológicos, abordando também as tradições e festividades e o imaginário popular, do cante às alcunhas.

Ao longo de vários anos fizeram recolhas, cruzaram documentação, escutaram habitantes jovens e idosos apurando as memórias do passado, as vivências do presente e os sonhos de futuro. Este artigo, da autoria dos dois antropólogos é constituído por algumas das entrevistas e tenta acompanhar a memória dos mais velhos, retratando o seu envolvimento na construção de um tempo melhor para os seus, através do enfrentamento de inúmeras dificuldades, enquanto desempenhavam as mais diversas funções, contribuindo para o desenvolvimento da Comunidade. Privilegiámos o legado geracional, com um conteúdo muito rico, pois a escala humana é insubstituível neste tipo de reflexões.

DOMINGOS FONSECA BORRALHO¹



“Sou alfaiate, o meu pai era alfaiate, o meu bisavô, da parte da minha mãe era alfaiate, a minha avó (da parte materna) também fazia capotes.” A família veio de Pedrógão do Alentejo (concelho da Vidigueira). “A minha bisavó enviuvou e voltou a casar, tinha três filhos, e veio para a Herdade de Carapinhos. Ela herdou o nome de Ti Ana de Carapinhos, por ser criada na Herdade.”

É assim que Domingos começa a contar-nos o seu percurso.

“Eu comecei, tinha 15 anos² (ainda andei a estudar - fiz o exame de admissão à escola - fiz 4ª classe, escola industrial e Liceu). Apanhava automotora e ia de manhã para Beja. À noite voltava. O meu irmão também aprendeu a alfaiate. Foi para fábrica de confecções (na Cova da Piedade). E depois casei com uma costureira. Ainda teve vestidos em casa e teve 2 raparigas a trabalhar.

Logo ao princípio, até queria ser carpinteiro...mas o meu pai dizia: então, é uma vergonha pedir para te ensinarem. Aprendes o ofício, não ando a chatear as pessoas.

Montei alfaiataria por minha conta. Morei no Laranjeiro, trabalhei em Almada, numa fábrica de confecções, que era dos Pinheiros, que tinham fábrica e loja na Covilhã.”

Depois concentra-se nas explicações da sua profissão: “A gente quando começa a pegar na agulha começa a chulear³, o Mestre cortava e depois, para não se desfiar, chuleava-se com linha de alinhar. Outra coisa é que enquanto as costureiras têm um dedal com fundo, o dedal do alfaiate nunca tem fundo, tem de aprender a dobrar o dedo para empurrar a agulha. Depois a gente vai aprendendo, começamos a fazer entretelas⁴... Nos casacos o Mestre é que

¹ Entrevista realizada em Novembro de 2014.

² Na altura da entrevista, Domingos Borralho tinha 71 anos.

³ Recolheu-se em alguns dicionários *on line* o seguinte significado, nas suas variantes explicativas: “Dar ponto de costura ligeiro na borda de um tecido, para que não desfie”. “Dar ponto de costura ligeiro na borda de um tecido, para que não desfie.” [consulta em 14-7-2015]

⁴ “Tecido rijo que se mete entre o forro e a peça exterior do vestuário.” “**entretela**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/entretela> [consultado em 14-07-2015].

punha a gola...E depois, era pegar mangas.” Durante os anos de alfaiataria Domingos fez também peças para senhoras.

Quanto ao início da vida política na juventude, recorda: “Eu, antes do 25 de Abril usei a barba grande e o hábito aqui das inspecções, era juntarmos os rapazes, parávamos a cantar à frente das tabernas. No ano de 1963, éramos 64 que fomos à inspecção. Houve malta que me pôs aos ombros e gritaram “Viva o Fidel de Castro!” e “Viva a Rússia!”

Fomos presos quatro. Não fomos para Caxias. A Pide veio cá interrogar a gente. Havia um que esteve preso nessa altura, que era sobrinho de um feitor do agrário. Estava ligado a um tio do João de Deus Pinheiro, que era tenente - coronel. A minha ligação à Política, vem desde essa altura.

Eu recordo-me do meu pai me dar 5 escudos ao sábado e de ser abordado para dar alguma coisa para os presos políticos. Dei 25 tostões.

O Penedo do Abutre era uma zona escondida. Reuniam-se ali, para preparar as greves.

E quando veio o 25 de Abril eu trabalhava então em Almada. O José Mota já era subsidiado⁵ do Partido. Quando a Fábrica fechou para férias, vim para cá. [para Pias] O José Mota começou a convencer-me: “Aquilo que tu ganhas lá... Ganhas 5 contos, ficas com 3 e 2 são para a renda. Estas casas eram do meu pai. Nem renda pagas! Eu fui então logo “subsidiado”⁶ do partido. Tive o concelho de Serpa, Almodôvar, Ourique, Barrancos.

Fui vereador na Câmara de Serpa, fui o segundo da lista. O candidato foi um advogado, no primeiro mandato 76-79. Nessa altura trabalhava na Reforma Agrária (na Esquerda Vencerá)⁷ no campo, na vinha, na azeitona, varejando. No Verão trabalhei num telheiro.

[No mandato seguinte] O cabeça de lista era professor e veio de Viana do Castelo [João Rocha].

Ele tinha casado com uma moça de Serpa e chegou a ser da Comissão de Festas (antes do 25 de Abril eram só agrários) com o João Mário Caldeira. Tive [os pelouros d] a Saúde e as Obras. O Hospital de Serpa foi hospital distrital que era a classificação que permitia fazer operações. Houve um homem que foi director da ARS que era do PSD, Dr. Palma Santos, que achava que o Centro de Saúde devia estar fora do Hospital. Eu arranjei as instalações antigas da Casa do Povo – e ele viu que aquilo servia para Centro de Saúde. Estive dois mandatos na Junta de Freguesia de Pias, com o Chico Mitra, eu era o secretário.”

⁵ Funcionário.

⁶ Passou a ser funcionário.

⁷ Unidade Colectiva de Produção «A Esquerda Vencerá».

Sobre as tradições Domingos, contou o que sabe acerca dos Jordões:

“Uma mulher prometeu fazer Jordões (se os filhos que foram à Guerra Colonial se salvassem) toda a vida, enquanto pudesse. Quando a minha mãe era rapariga, um velho de Pias que morava em Pedrógão fez uma vez um Jordão em Pedrógão...

Uma vez que houve muito tempo sem chover [uma seca que houve no país todo, nos anos 90] um piense⁸ fez uma procissão e só deu vento. Armou-se em Padre e ficou de alcunha Padre Xaroco (do vento *sirocco*).” Com um sorriso, a esposa de Domingos intervém, acrescentando:

“Eu recolhi-me, ri tanto que até tive vergonha... Quando eu oiço passar-me à porta [a procissão] - eram as mulheres que tinham oliveira e precisavam de chuva, aquela gente toda... eu entra-me um ataque de riso!”

Domingos continua:

“Quando estive na Junta instituímos uma ajuda financeira para quem fizesse o Jordão (dávamos 30 contos, para não se perder a tradição e ajudar a apanhar as faias...)

No Cortejo Etnográfico de Serpa, vou ajudar sempre a fazer o Jordão, quando estava na Câmara e na Junta também ajudava. O Jordão tem uma tina com água e as pessoas passam a mão com a água pela cabeça para não terem dores de cabeça. Em 2014, a Comissão de Jovens fez um. [Andam aí entre os 18 anos e os 20 e poucos] As pessoas ajudam a fazer. No lar fazem e os velhotes vêm. A Bárbara Vidinhas gosta muito de fazer também. E aqui as Mulheres dos Cantares Alentejanos fizeram outro...

“Já não há tanta promessa” comenta a esposa. “As pessoas têm menos crença. O Jordão é na casa de fora.”⁹

Acerca da antiga igreja de Santo António de Pias, Domingos revela:

“O Padre José Mau (alcunha, por causa dos rapazes que estavam no adro a jogar ao berlinde, na hora da missa, e lhe pisavam a veste, serem admoestados por ele) foi o responsável por se ter feito uma igreja nova. Dizia ele: A igreja é pequena para a população!

Um agrário chegou a dizer-lhe: “Ó senhor Prior, se não lhe chega uma missada, faça duas missadas”, mas a igreja foi destruída em 57-58. As pessoas não reagiram. Segundo um estudo do João Mário Caldeira a Igreja de Santa Luzia era do tempo do Nuno Álvares Pereira.”

⁸ Omitimos o nome para preservar a identidade do visado.

⁹ Casa de Fora – Divisão principal da habitação, onde se recebem as visitas. Normalmente a primeira divisão após a transposição da porta de entrada.

MESTRE ROMÃO MOITA MARIANO¹⁰



“Comecei a trabalhar com 11 anos. Já o meu avô era ferreiro e o meu pai. Não há duas sem três! O primeiro trabalho foi “roscar” parafusos com a tarracha (aquilo foi nos primeiros dias). Depois, ia tocar o fole. Os foles antigamente eram feitos em couro. Eram armados com uns paus, tinham um varão que vinha da parte de trás do fole, tinha de se puxar, é o mesmo processo do fole das lareiras, mas em ponto grande...

Com 11 anos, tinha acabado de fazer a quarta classe. Éramos cinco irmãos. Só tenho uma irmã, os outros já morreram.

Tenho a impressão que quando saí da escola, dois ou três anos depois saíram as primeiras quadras. Perdi muitos [versos], não ligava... Escrevia em qualquer papel, por isso perdi muitos. Um tio da minha avó fazia as tais décimas. Recitava aquilo. A minha avó aprendeu e também as sabia declamar.

Para se editar um livro, custava muito dinheiro. Os rapazes do Teatro Experimental trataram de tudo, com a ajuda da Câmara de Serpa.

Às vezes, vinha o sentido daquela coisa... Às vezes na oficina, aquilo demorava [o fole] e nessa altura fazia [versos]. Neste momento, a inspiração ainda vem.

Há muitos versos que tenho preguiça de escrever e depois passam... Eu agora, de algum tempo para cá, os versos que faço são humorísticos...”

Assistindo à conversa, a esposa de mestre Mariano conta que se conheceram muito jovens. Diz ele: “Ela estava aqui a esta janela e eu estava na oficina...”

E a senhora refere: “Ele tinha vinte e eu, quinze. O meu pai aprendeu o ofício com o pai dele. Depois o meu marido publicou “a história de um beijo” e eu tinha medo que o meu pai lesse no jornal...”

O Mestre recorda: “Comecei no Teatro Amador com doze anos. Saí com vinte e cinco anos. O pai da minha mãe foi amador de Teatro. Entrei em dramas

¹⁰ Entrevista realizada em 26-11-2014. Mestre Romão tinha 83 anos.

e comédias (Simplicio, Castanho & C^a¹¹ O Comissário da Polícia¹²). O público não podia ser muito, porque a sala era na Casa da Junta. Agora é que há boas salas para se fazer teatro! O Teatro educa muito!

Tivemos vários encenadores. Tivemos o Dr. José Lino Carrasco, que tinha o curso do Conservatório de Teatro. Era médico, mas sempre foi amador de teatro, até entrou em peças de teatro universitário. O “Enterro do Bacalhau”¹³ era a malta do teatro, rapazes amigos.”

Voltando à sua profissão, recorda: “Naquele nosso ofício [de ferreiro], não nos dedicávamos só a um trabalho...Batíamos o ferro, soldávamos, fazíamos torneamento... Hoje, os indivíduos que vão para a oficina, são especializados. Trabalhei muitos anos em ferro forjado (cabides, chapeleiros).Havia um sujeito que tinha um monte cheio de portas e queria o sistema antigo da argola para bater, fiz alguns cinco ou seis batentes. Sei lá quantos me ficaram a dever.

Nesse tempo, a vida era muito difícil. Apareciam pessoas, que pediam para fazer um sacho, prometiam pagar e não tinham dinheiro... Fiquei só com uma data de rapazes [aprendizes, ajudantes...].” Sobre a oficina que ainda tem no quintal da casa onde vive, informa-nos: “Trabalhei aqui trinta e tal anos. Arranjaram-me uns quantos calotes. Então os dias eram trabalhando, toda a gente ia para um ofício, não havia malandros. Eram barbeiros, sapateiros, alfaiates, abegãos, carpinteiros, e depois havia as Sociedades, as Colectividades - havia duas, juntavam-se depois do trabalho jogava-se bilhar.

Havia a dos Oficiais [Sociedade 1º de Dezembro]¹⁴ e a dos Camponeses [A Cacheira ou Sociedade 5 de Outubro]¹⁵. Da primeira era o tenente Borges o presidente. Os Camponeses faziam os Mestros no S. João. Havia rixas. Não se davam bem uns com os outros. Os camponeses eram da “Cacheira” [o nome advém do pau, tipo bordão que alguns camponeses usavam]. Quando acabou aquela divisão, eu fui sócio das duas.

Gostaria de ter sido Músico. De tocar violino, acordeón. Tenho composições de canções alentejanas, marchas. Arranjava letra e música para o Teatro. O violino, foi com um mestre, que havia aqui, tocou na banda que tivemos. Ele tinha

¹¹ “Simplicio Castanho & C^a, é uma comédia (1929) em um acto da autoria de José da Câmara Manoel. O texto, de 16 pp., pode ser consultado na Torre do Tombo. Informação recolhida em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4314457>

¹² “O Comissário da Polícia” é uma farsa em dois actos, de Gervásio Lobato, cujo texto, com 119 folhas, chegou a ter cortes da Censura. Pode ser consultado na Torre do Tombo. Informação recolhida em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4320781>

¹³ Esta tradição de origem pagã, consistia num cortejo fúnebre, que terminava com uma peça, de cariz popular, alusiva às sete semanas de quaresma, em que os pobres tinham de comer este peixe, mais acessível, enquanto os ricos pagando uma bula, podiam comer carne. Fonte: <http://arrabal.no.sapo.pt/Enterro%20do%20Bacalhau.htm>

¹⁴ Fundada em 1930, era conhecida como “A Católica” por os seus associados serem mais ligados à igreja.

¹⁵ Fundada em 1932.

arte para aquilo, ensinava solfejo e depois a escala. Com catorze anos comecei a aprender. O acordeón já foi depois de casado. Não tive mestre nenhum. Comprei o acordeón e tocava de ouvido. Toquei com o Domingos Borralho, fez parte de um grupo que fizemos, a *Troupe Jazz Band*. Tivemos também os *Cruzados* da 1º de Dezembro e os *Mocas*, da Cacheira.

Faziam-se bailes em Pias. Em casas particulares, quando havia casamentos, no Natal. Para a malta toda, era nas colectividades. Depois, vieram grupos mais novos.”

Domingos Borralho, amigo e vizinho que assistia à conversa, interveio:

“Fizemos um conjunto onde eu cantava, era os *Santa Luzia*...

“*Ó Pias és linda/ Humilde e modesta/ Tens um ar de festa...*”

Acho que foi o Mestre Romão que me ouviu e convidou. O grupo tinha o Mateus, empregado da EPAC, tocava trompete; Bento Estamalha, empregado da Casa do Povo, tocava saxofone; Mestre António Caldinhos (António Alcântara, que era sapateiro) era o bateria; Mestre Romão Mariano, acordeonista; Mestre Zé Lampreia (sapateiro), pandeiretas e trincalos (castanholas) e eu era o vocalista - eu tinha aí os meus dezassete, dezoito...nasci em 1943, portanto foi nos anos 60-61.

O senhor Joaquim do Rosário (da Casa do Povo) baptizou o grupo como Santa Luzia.”.

BENTA DO CERRO CARMONA¹⁶



O pai era pastor de “um rabanhito de ovelhas.” A infância “foi andar de pé descalço – a primeira vez que fui à monda foi descalça. Quando vinha o Natal íamos pedir uma pinguinha de azeite para alumiar o Deus Menino – só assim, à esmola, é que apanhámos um bocadinho de azeite.”

A vivacidade e o entusiasmo foram uma constante durante toda a entrevista a Benta Carmona (Caramona – como lhe chamam os seus conterrâneos). De 83 anos e nascida em Pias, Benta, trabalhou no campo dos 10 aos 45 anos: mondar, ceifar, apanhar azeitona, descartar, apanhar grãos.

¹⁶ Entrevista realizada em 15-2-2015.

Uma vez “à do Luís Borges andávamos (20 ou 30 mulheres) ceifando graminha [erva para os animais] – fui de manhã e ao meio dia já estava despedida” – reclamou porque as mulheres eram poucas para tanto trabalho. “Discuti com o velho [manageiro] e ele disse: amanhã já cá não vens – e eu disse: amanhã? – é hoje já. E tem que me dar o dinheiro. O velho arranjou o dinheiro para me pagar pedindo 10 tostões a uma, dois mil réis a outra. Onde arranjava trabalho era quase sempre despedida – reclamava sempre.

Aos 45 anos foi amassar pão para vender – “dois sacos de farinha por dia. Amassei até que pude, depois [aos 57/58 anos] «pranti-me doente». Uma vez amassei um pão com 2 kg e depois pusemos-lhe um cravo na cabeça do pão.

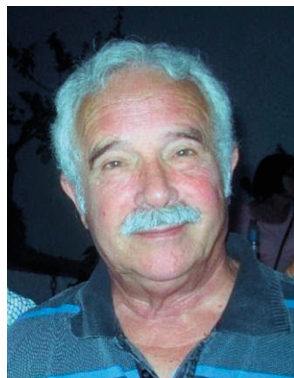
“Não sei se nasci aqui se foi numa malhada. Sabe como é que a gente nascia n’outro tempo, punha-se uma panela muito grande ao lume, com água, parece que íamos esfolar um pirúm [perú] punham-se de joelhos numa saca e a parteira aparava por trás...punham uma garrafa assim na boca e diziam: sopra aí. Algumas morreram de parto, não se ía ao médico.

Nunca fui à escola mas sei ler (ensinando os meus filhos, eles diziam as letras e eu depois juntava-as. Em letras de forma – leio tudo!”

Festejou efusivamente 25 de Abril. “Nem sequer sei dizer o que senti. O meu irmão veio cá e no meu quintal houve pulos e abraços – eu sei lá o que houve. Senti-me livre - andávamos trabalhando e não podíamos falar.”

Sobre tudo o que passou referiu: “É não haver vergonha do que a gente fez. O passado nunca me esquece.”

JOSÉ BORRALHO¹⁷



Acompanhado por seu irmão Domingos, José Borralho recorda: “A memória que eu tenho mais marcante da Infância foi uma manifestação, quando assassinaram a Catarina Eufémia, eu tinha sete anos...

[Domingos corrige: “No dia 3 de Março de 1954, tinham prendido três jovens (era terça de Carnaval). O pessoal começou-se a juntar e foram ao posto exigir que fossem soltos. Foram cantando até ao posto da GNR. Houve tiroteio mas não

¹⁷ Entrevista em 22-01- 2015, no Espaço Museológico Rural de Pias.

morreu ninguém. Havia um guarda que ia atirar contra as pessoas e houve um tenente que levantou a arma e as balas foram para o ar. Em 19 de Maio matam a Catarina Eufémia e o que o meu Zé se lembra é disso – do 3 de Março, ainda não tinham morto a Catarina...

Foram presas oitenta pessoas, havia as greves das oito horas de trabalho e tinham vindo uns algarvios a ceifar. Os trabalhadores pensaram falar com eles porque estavam a furar a greve. Foram presos, estavam lá mais de 200 pessoas. A GNR cercou com os cavalos e levaram oitenta pessoas. Em 1954.”

José Borralho: “Essa foi das coisas que mais me marcaram. Metia respeito o silêncio com que as pessoas iam. Depois cantavam (até as avezinhas alegres vão cantar/ quando a guerra acabar/ Oh liberdade como é bom, é bom, é bom.”

Domingos refere: “Essa cantiga é que foi chamando as pessoas”.

José: “Outra que me marcou bastante foi à nossa porta, o meu pai era alfaiate e as pessoas que à noite iam pedir esmola, bater à porta, pedir alguma coisa para comer – sempre levavam pão, jantar de grão, de feijão... eram pessoas muito miseráveis e havia crianças. Ficávamos espantados.”

José Borralho fez a instrução primária em Pias. Trabalhou com o pai. “Fui para uma padaria, aqui em Pias. Estando aqui muito miúdo, as minhas companhias começaram a ser muito mais velhas e esclarecidas. Pobres, mas integradas. Deu-me consciência de revolta aquilo a que se assistia. O ambiente que se frequentava eram as tabernas, onde se cantava. Nessa altura fiz um poema “Matem o Monstro/ Matem o Monstro...”

Com dezasseis, dezassete anos vai para a Cova da Piedade “Depois há a ida para a tropa e o regresso. Tive sempre uma ligação muito sistemática a Pias.”

Outra das memórias muito vivas de José Borralho é a Reforma Agrária:

“A Reforma Agrária correspondeu a uma aspiração secular das pessoas, ela dava a exacta resposta, correspondia às necessidades sociais, económicas. Por isso foi tão abraçada pelo povo trabalhador rural. Foi o satisfazer de uma necessidade histórica. Vai ser muito difícil repetir-se daquela forma! Hoje a realidade dos campos – é a quase inexistência do proletariado rural. A terra na altura estava desocupada e as herdades abandonadas...”

A consciência política das pessoas não era extraordinariamente desenvolvida. As ideias simples de Pão, Paz, Liberdade, as pessoas entendiam. Precisavam de Pão, Trabalho, Paz, Liberdade. A reforma agrária veio dar isso. Vai colocar-se sempre como uma necessidade.

A terra hoje está mais repartida. Muita gente comprou terras, alguns que foram ao estrangeiro, que tinham algum dinheiro e investiram. Há uma base estrutural que não é propriamente aquela que existia no 25 de Abril. Numa nova situação revolucionária, vão-se colocar outros parâmetros.”

As recordações de José Borralho recuam:

“Gravei o Cancioneiro do Niassa. Li “A Mãe” do Máximo Gorki, muito cedo. Com 14 anos li “A Origem das Espécies”, li esses livros avançados.”

[Comentário de Domingos Borralho: “Em Pias, “A Mãe” foi comida por um burro. O livro estava escondido numa manjedoura.”]

José afirma: “A poesia foi espontânea, tem a ver com a sensibilidade de cada um. Tenho muita coisa escrita, que fica dispersa. E volta e meia lá vai um poema que meto no Facebook. É uma actividade intelectual que corresponde a uma necessidade. Serve para exprimir essência, alma.”

E a terminar, intenso, afirma: “Pias é a minha Mãe. São as raízes. É aquilo que me identifica como Ser Humano e é aqui que eu encontro respostas às minhas inquietações.

Este valor da família no sentido alargado, de encontrar em cada rosto um amigo, igualdade, é intrínseco. Vem cá de dentro. É como pão para a boca. Comprei uma casinha aqui com as minhas economias...”

JOSÉ VENTURA MOITA¹⁸



“Comecei, ainda tinha 11 anos, mas ao fim de dois dias fazia 12. Sempre trabalhei em carpintaria. Comecei na carpintaria do Mestre Manuel Jaime [que foi maestro da Banda Filarmónica de Pias]. Estive lá pouco tempo. Era raquítico e pequenino. Aquilo era duro. Era eu que ia buscar as madeiras. Andei uns tempos ainda à monda, no campo – um ou dois anos.”

Este Mestre de oitenta e um anos, vai relembrando o percurso de aprendizagem, e o desgaste físico associado ao ofício. “O Mestre Zé da Rosa teve dificuldades em aprendizes e mandou-me chamar para a carpintaria. Já tinha algumas máquinas, enquanto na outra era tudo manual. Eu e outros é que desempanávamos a madeira [não havia máquina para isso] Aquilo era feito com intenção... Os filhos e o genro é que eram os Mestres. Nós não podíamos reivindicar.

Estes foram os princípios. Estive lá vinte anos. A gente trabalhava em móveis, carpintaria, marcenaria e pintura de construção.

¹⁸ Entrevista realizada em 11-9-2017.

Recordo-me que quando vim da tropa, ganhava trinta escudos por dia. Quando era aprendiz, era 20 escudos por semana, mas tínhamos de fazer tudo. Tínhamos de pegar numa carroça e ir à água. Quando vim da tropa os filhos do Mestre Zé Rosa ficaram à frente da marcenaria.

Nem na tropa deixei de ir à madeira. Fiz um teste, fui à escola de cabos e fui cabo de carpintaria”.

Segundo Mestre Ventura Moita, a produção da oficina “Destinava-se aqui a Pias e arredores – portas, janelas...”

Ventura Moita salta memórias: “Nesse tempo já havia catálogos. Fizemos trabalhos para S. Teotónio, Sobral da Adiça (Casas do Povo) os bancos. Portas com dois batentes, um ou dois postigos...As mobílias pouco variavam – o guarda-loiça, o guarda-fatos. Com mais “papel” vinha em mogno, o estilo quíname [Queen Anne], havia o quíname rico e pobre – o pobre não tem talha, o rico é trabalhado à mão...”

A mudança de vida deu-se então:

“Chega o momento em que recebem herança de um tio rico [dono do chá Cambique] e fizeram vida larga.”

Mestre Moita teve oportunidade de ir para a indústria naval, mas pensou que fazia falta em Pias e, nessa altura, resolveu, com os que vieram a ser seus sócios, “com muito sacrifício, comprar as máquinas que foram vendidas em praça – comprámos a casa onde estamos estabelecidos ainda, demos cinquenta e cinco contos. A firma chamava-se Moita Carrasco & Pós-de-Mina”. Sociedade nascida em 1970. Posteriormente nasceram os “Móveis Santa Luzia.”

Mestre Ventura continua a trabalhar em carpintaria e conta que é o mais acidentado, apesar de não ter medo das máquinas. Termina revelando uma situação sinistra – o caixão das almas – que enfrentou muito jovem:

“Quando comecei já havia urnas. Os caixões eram feitos nas carpintarias com madeira tosca, forrado com pano branco e pano preto por fora. Levava umas estrelinhas de papel amarelo para compor, o preço era cento e oitenta escudos. Havia muita gente que não tinha essa quantia.

O Caixão das Almas era a parte de baixo do caixão para transportar o cadáver para o cemitério. Ia para a terra embrulhado num lençol!”

Revisitando um passado violento nas suas diversas vertentes, o Mestre terminou o seu testemunho desta forma insólita: Ao fim de duas semanas de estar na carpintaria, José Ventura Moita foi tirar a medida de um cadáver para se fazer um caixão.

MARIA ALICE PICA¹⁹



“Nasci ao pé do lume, numa casa emprestada – éramos 6. A minha escola foi andar “no barro” – mondando e ceifando, de sol a sol, descalça. Não davam mais que 10 tostões à gente.

Foi assim que Maria Alice, de 82 anos, descreveu a sua infância e juventude. Tempos difíceis marcados pelo rigor do tempo... e do latifúndio.

Nasceu no dia que veio a ser o da liberdade, em 1933. Andou descalça até aos 10 anos e os seus primeiros sapatos foram de pano “sapatos de vale vargueira” [de Vale Vargo].

Fez todos os trabalhos do campo. Ceifa, monda, descartar, semear, apanhar grãos, azeitona. “O mais duro era a ceifa, de sol a sol, ... e até fui trabalhar para lá de Serpa, mondando girassol.” Quando ainda era nova um patrão disse-lhe: “Se tiverem almoço não têm jantar, se tiverem jantar, não têm almoço. Quando havia trabalho, porque muitas vezes “não tínhamos trabalho, fazíamos meia à luz do petróleo.

“A gente tinha pouco mas levávamos um bocadinho de toucinho e quando tínhamos um pão, metade era para quem levava menos.

Viveu, desde muito nova, com o companheiro que perdeu havia pouco tempo “Afonso – que não era pessoa que ofendesse ninguém no mundo. Quando me juntei – que eu não me casei – nem sequer tinha uma cadeira para me sentar ... nem uma cama para me deitar.”

Em 1954, no dia 3 de Março, participou na contestação popular que o povo de Pias fez à porta do posto da GNR. “Revoltámo-nos porque tinham prendido 3 jovens e queriam-nos mandar para Caxias. Bateram nos homens. O povo começou a cantar o “Ó Liberdade” – foram apanhados 2 ou três... ainda houve tiros!

“Hoje as pessoas não têm amizade. Naquele tempo havia muitas dificuldades, mas havia amor. Fazia-se um caldo “motirão” [só tinha cebola, azeite, água e pão] e comia toda a gente.”

Até à reforma (cerca dos 60 anos) caíava para fora. “No 25 de Abril senti que estávamos melhor.”

¹⁹ Entrevista realizada em 15-2-2015.

ROMÃO ROSA LANETA²⁰



Este piense, de oitenta e dois anos, começa a entrevista dizendo que “Nunca daqui sai”.

Mestre Romão foi alto²¹ do Rancho de Pias. Começou a trabalhar no campo com doze anos. “Fui à Monda ao Monte da Légua, cinco quilómetros, descalço. Os primeiros sapatos que eu “usi” foram feitos por outro rapaz mais velho” (o sapa-teiro) em troca de “baldosas” - mosaicos quadrados, em barro 30 por 30. Teria uns quinze anos quando usou os primeiros “butes”.

“Trabalhei sempre no campo. “Endo acabando”[quando acabava] a “acefa” ia para o telheiro. O telheiro era só no Verão (três meses)”. Já o pai trabalhava como telheiro...

”Fui com sete anos, não levava dois, levava um (lambazes)”

Este octogenário fala com expressões que os pienses entendem. Perguntamos como era Pias no tempo da sua mocidade... “Era uma terra boa. Pouco trabalho e muita porrada. Ao domingo bebia-se uns copos, cantava-se uma cantiga... Cantiga que eles [os poderosos e a guarda - GNR] não gostassem - era proibido [cantar], ia-se ao posto.” Romão Rosa Laneta esclarece que no telheiro faziam seis fornadas, com quatro mil telhas e quatro mil lambazes de cada vez (todos feitos à mão)

Acerca do processo de feitura dos artefactos, explica:

“Ia-se buscar barro a Carapinhos, com burros. A gente jogava o barro para o barreiro [tanque] e jogava-se-lhe água. Era amassado com os pés.

“Amassava com pés e enxada. Havia mais de cinquenta pessoas a fazer este trabalho. Telheiros, seis ou sete. Durava uma noite inteira para cozer o barro. Tinha de se fazer com forma [Formas em madeira] Raspávamos os lambazes, dois dias a enxugar... quando estavam secos, raspava-se com foice e iam a cozer. A disposição para secar, chamavam-lhe bonecos. As outras terras

vinham buscar aqui. Não era só para Pias... Dez horas, o tempo da fornada cozer. A lenha, eram os cortes das oliveiras, entre Fevereiro e Março (juntava-se para se usar no Verão”

²⁰ Entrevista em 11-9-2017.

²¹ Voz solista que, no cante alentejano, duplica a melodia uma terceira ou uma décima acima, muitas vezes adicionando ornamentos. É a voz orientadora, que se destaca do colectivo e que se ouve acima do grupo em toda a moda. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial-em-portugal/cante-alentejano> [consulta em 3.02.2021].

Romão Laneta trabalhou “aí uns sessenta anos”. 1984 foi o último ano de funcionamento do telheiro.

“Gostava muito, mas andava por minha conta” [no telheiro por conta própria.] Ganhava doze escudos por dia, recebia ao sábado. A vida está melhor [agora]...antes queria pão e não havia!!!

As suas recordações de infância entrelaçam-se com a iniciação ao trabalho:

“Boleava-se” a semente, ia-se fazer trigo - tinha oito anos - a gente aprendia com os avós. A mim, calhou-me assim.” Sobre a Juventude afirmou: “Cantar e “balhar”, dava-me muito bem com isso. Namoricos, também não me ajeitava mal...”

A sua caminhada é lendária. Conheceu a esposa, na mesma rua onde morava. Conta-se que conseguiu cantar quarenta e oito horas seguidas. “Em casamentos, ia-se à véspera, depois era passado o dia. Uma vez na feira de Moura, estavam o Manuel Capadinho e outro era o Manuel Pinto Roxo...Começámos a cantar às nove, largámos às três.

Cantei sempre, nunca ninguém me tirou o lugar. [Continua a cantar, demonstrará essa capacidade mais à frente e com grande brio] Em sendo capaz, canto!”

Quando na roda da conversa (presenciada e comentada por Domingos Borralho e sua filha Madalena) alguém fala no assunto do 3 de Março de 1954 (greve nos campos) Romão Laneta comenta, espontâneo: “Então não me havia de lembrar? Ia com quatro que foram presos, ia à do avô e os outros foram apanhados” A sua postura em relação aos descendentes foi sempre “Aquilo que fui capaz de fazer, fiz. Não podia dar mais do que tinha.”

O cante irrompe, através de memórias marcantes (e de revolta): “Estávamos cantando naquele largo além e cantávamos cantigas, um grupo de rapazes: “Cortejos e procissões/ Fátimas fados e bola/ São estas as devoções/ dum povo que pede esmola”.

Por causa da moda “Há lobos sem ser na serra”²² a gente estávamos cantando - um “moitão” deles (andavam no varejo) eles [GNR] chegaram e perguntaram: “quem é que manda aqui? Se eu passar aqui e estiverem cantando “há lobos...” vai tudo preso...Então tivemos que cantar outra...”

O entrevistado cantou ainda esta quadra: “Não quero que me dê nada/ Eu também nada te dou/ Quero que vivas lembrada/ do tempo que já passou”.

A entrevista foi concluída com um sorriso e o ancião, acompanhado por um neto, foi para casa...

²² “Há lobos sem ser na serra/ eu ainda não sabia/ debaixo do arvoredor/ trabalham com valentia// Trabalham com valentia/ cada qual na sua arte/ eu ainda não sabia/ há lobos em toda a parte//”.

ANTÓNIO DOS REIS AFONSO²³



“Tinha carta de fogo. Pias é só granito. Com tanta rocha que está aí nas ruas. Para fazer os esgotos”.

António dos Reis Afonso ou António Pironga, como é conhecido, nasceu em 22-3-1936 e começou, assim, a falar da sua experiência laboral. Recuando no tempo, contou:

“Fiz a 4ª classe. Meu pai e avô, já tinham esta profissão. A alcu-nha “Pironga” foi porque o burro

que o meu avô tinha foi baptizado de “Pironga”.

O meu bisavô chamava-se Francisco Afonso, veio de Santo Amador. Quando foi baptizado, o padre estava bêbado e apontou Francisco em vez de Domingos Afonso. Na inspecção é que soube que era Francisco e não Domingos, só soube aos 20 anos.

Tinha aí uns 13-14 anos quando comecei a trabalhar. Com o meu pai, na Eira da Pedra, em Pias, foi o primeiro sítio onde trabalhei. A primeira tarefa foi fazer brita, pedras miudinhas. E depois continuei a fazer calçada, alvenaria.”

Em 1983 entrou para a Câmara “a fazer esgotos e a rebentar com a pedra... gostava mais de partir a pedra, aquele pavimento que a Câmara [Serpa] tem fui eu e outro rapaz que fizemos.

Outro dos trabalhos de António Pironga era picar mós. “As mós todos os anos tinham de ser picadas para moer a azeitona. Há umas que são em cone (pião) a redondela para fora e o bico para dentro. O lagar completo durava 8 dias a picar. Corriamos herdades: Machados, Moura, Ferreira [Iam normalmente dois]. Sobral, Ficalho...”

António foi mestre do “mudo”²⁴. “As pedras iam para Serpa, Beja, Ferreira... onde eu ia trabalhar também. Havia 20 pessoas a trabalhar na pedra. Pias de antigamente era um povo grande com muito habitante. Hoje é um povo igual mas com muito pouco habitante”. E prossegue: “Havia muita dificuldade. A maior parte deles andava descalço”.

²³ Entrevista realizada em 15-2-2015.

²⁴ João do Sacramento Gonçalves Valente. Um dos entrevistados para este trabalho.

Na infância andou a “jogar à rata [era a fugir atrás dos outros e a bater num que fica com a rata, tem de ir à procura de outro...] aos escondarelos, espada à lua, era a gente ir-se esconder de noite, e depois um tinha de nos encontrar... Quando éramos miúdos, comecei a jogar com bola de trapos.”

António Afonso foi jogador e defesa central do Piense, tendo estado três anos no campeonato distrital da Alemanha (1972-1976) no EINBECK AIXBURG ao pé de Munique. “Gosto muito de ver futebol.”

“Fiquei contente com a vida. Estive na Alemanha, França, Suíça, Itália. É sempre bom conhecermos outros povos.”

António casou duas vezes. A primeira com uma senhora de Pias (30 anos), a segunda com uma serpense, com quem esteve em Bruxelas 12 anos. [Foi presidente da Junta de Freguesia de Pias, desde 1985).

BENTO MOITA FARINHO²⁵



“Os meus pais trabalhavam no campo.” Bento Moita Farinho nasceu em 16-3-1937 e também trabalhou no campo, até aos 37 anos. “Limpeza de oliveiras, andava com máquinas agrícolas. Tenho a 4ª classe. O campo era mais ruim. Inscrevi-me na CP e fui chamado e fui para lá.

Era auxiliar de estação. Fazia os engates de estação²⁶. Estive em Pias, Serpa e Beja e também Vendas Novas. O movimento de comboios para Pias nos anos 80 era forte, por causa do grupo estudantil. Quando acabou o transporte ferroviário, foi quando os estudantes que estavam em Moura passaram para Serpa.

Vinha gente de todo o lado aqui. Vinham buscar azeite, grão, vinho...”

Bento Farinho foi tirar um Curso ao Entroncamento, durante nove meses, pertencia à Manutenção (Oficinas do Barreiro).

²⁵ Entrevista realizada em 15-2-2015.

²⁶ “Atrelar; ligar (carruagens de caminhos de ferro), para formar *comboio*.” <http://www.dicionarioweb.com.br/engatar/> [consulta em 10-7-15].

“Na minha infância havia aqui em Pias uns nove mil e tal habitantes. Cada casa tinha muitas crianças. O primo António Malvas fez oito, tudo filhas, à espera de ter um rapaz.

As brincadeiras era o arraiol (berlinde), com a gancheta, altarejo (saltar ao eixo)...” Bento Farinho casou-se em Pias e tem um filho. Trabalhou vinte anos na CP. Gostou mais da parte de manutenção. Verificava se estavam bem ligadas, as rodas. “Os comboios às vezes avariavam. O material hoje é melhor. As carruagens nessa altura, nem sequer tinham aquecimento. Os assentos eram de madeira.

Havia o comboio de mercadorias, que trazia uma carruagem, para os passageiros “esquecidos”. À sexta-feira abalávamos em visita de estudo, via estreita, Porto – Campanhã...”

Bento Farinho fala do passado e do presente: “No tempo da minha juventude era uma miséria, escravidão. Agora, faz muita diferença já. Vive-se muito melhor, mas quantas vezes! Aqui a gente tem alface, couves, umas hortaliças, favas, ervilhas, azeitonas. Oferece-se às pessoas que não têm.

Pias agora é uma vida muito diferente. Porque eu, o meu pai e o meu irmão, trabalhávamos [desde os 11 anos, quando saí da escola] e nunca o dinheiro chegava.

Não tínhamos abrigo, nem roupa em condições. Era uma saca dessas de ráfia... púnhamos como uma “manta” pelas costas...”

JOÃO DO SACRAMENTO GONÇALVES VALENTE ²⁷



João começou a aprender com o pai. Tinha 13 anos. Trabalhou pelo menos 40 anos. A maior parte do tempo em Pias, mas esteve também em Brinches.

A primeira tarefa que desempenhou, foi partir pedra “Paralelos da calçada. Aproveitamento da pedra... Depois, foi “picar mós para moer a azeitona.”

²⁷ Entrevista realizada em 15-02-2015, na vila de Pias. João Sacramento tinha 73 anos. Foi uma entrevista marcante, pois este artífice é mudo e foi o filho João Francisco, que fez a tradução em língua gestual. João Francisco Marques Valente, a quem agradecemos a colaboração, contou: “Fui para Lisboa com 11 anos. Vim de lá com 28. O meu pai tinha uns amigos que vinham à caça. Fui com eles. Fui para a restauração. É o que tenho feito a vida inteira.”

Fez lareiras, à mão, em granito (com a ajuda do filho).

Na altura, o trabalho de “cabouqueiro” dava para viver - 7 ou 8 contos por dia.

Atacava aquilo com pólvora, areia, desperdício. Fez muitos poços. Onde havia pedra mais dura, lá ia ele. Foi o último dos “cabouqueiros”. Também andou na ceifa.

Quando era criança. Jogavam ao pião, ao arraiol, à pata...com dois paus.

Tem dois filhos e uma filha. Fez o Monte da Figueirinha, entre Pias e Vila Nova: monte em pedra, tudo: janelas, lareira, tudo.

Teve um acidente, ficou aleijado na mão. Entre 2001/2002 deixou de trabalhar.

Agora, Pias é melhor do que quando veio para cá (tinha quase 9 anos)... Nasceu em Vila Nova de S. Bento.

MANUEL AFONSO ROSA²⁸



Nasceu em 27-1-1929 e foi Mestre dos sete ofícios. “Aprendi de monte em monte, de casa em casa. Nunca meu pai pagou um tostão para eu ir à escola. Aprendi nos livros dos filhos.

Os meus princípios, foi trabalhar num telheiro manual, tinha os meus 17-18 anos. Depois tornei-me empresário. Aos 10-11 anos, era rapaz de mondas, trabalhava no campo. E depois desse período,

comecei a trabalhar como pedreiro. Meti 5 ou 6 rapazes comigo, aprendizes, carpintaria, canalização, electricidade. Fui servente de pedreiro, umas quantas semanas. Comecei a trabalhar por minha conta. Não me faltavam patrões.

Entre 1964 e 1978 fui emigrante em França. Trabalhei 2 anos na beterraba. Andava em campanhas de 7-8 meses e depois também fiz construção civil.

²⁸ Entrevista realizada em 15-2-2015.

Andei ali na Reforma Agrária, como pedreiro. Tenho um filho engenheiro e uma filha empresária de uma pastelaria. Um neto formado em engenheiro, do filho e 2 netas médicas em Évora.”

Manuel Afonso Rosa orgulha-se do seu percurso batalhador e das sementes que deixa.

“Pias no meu tempo de menino era um povo grande, com 8 ou 9 mil habitantes. Tudo taipa à vista, telhados velhos.

Vejo que teve um grande desenvolvimento, mas agora, com esta crise, há pouco trabalho. Há aqui uma invasão de romenos... eu também já emigrei. Gostava que o nível de vida subisse, Pias está desenvolvida em tamanho, mas a vida tem-se tornado mais dura.

Naquele tempo [da sua infância] havia o jogo do pião, da pata (2 pedras e uma tábua atravessada em cima, fazia pontos derrubando o pau). Diz que origem da rua das Bicas teve a ver com um jogo de crianças, com terra barrenta – faziam um caracol, metiam água com canas, chamavam-lhe as bicas!”

JOSÉ GROU AFONSO: “ISTO ERA UMA TERRA DE SAPATEIROS”²⁹



José Grou Afonso nasceu em 5-10-1935. Começou a aprender com dez anos. “O meu pai mandou. Para não andar sem fazer nada. Primeiro [A tarefa inicial, distribuída ao aprendiz], “era uma capinha, uma biqueirinha. Endireitar o prego. É uma profissão, que os Mestres não ensinavam antigamente. Tive de jogar por minha conta.” [Deduz-se que toda a aprendizagem era pratica-

²⁹ Entrevista realizada em 27 de Novembro de 2014. Quando entrei na sua oficina (a sala de entrada de sua casa), a Antena 1 estava a transmitir, em directo, a cerimónia em que o Cante Alentejano, foi declarado Património da Humanidade. O som do aparelho de rádio estava altíssimo. O senhor José Grou, homem de poucas palavras, com um ouvido na reportagem do locutor Armando Carvalheda e outro nas perguntas que lhe fazia, respondia - ou divagava - com breves tiradas, que aqui ficam registadas.

da, sem acompanhamento. Talvez baseada na observação do que era realizado pelo artífice mais velho]

“Foi sempre com o mesmo.” [José Grou não conheceu outro professor na profissão].

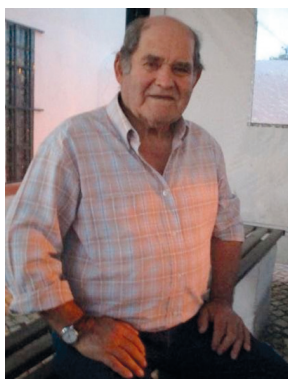
“Pagavam muito mal à gente. Nesse tempo, não havia casa de banho, era na cavalaria”... [As frases saem secas, breves, enquanto a telefonia berra e o sapateiro conserta calçado de clientela local. É o derradeiro entendido na matéria, em Pias.] “É uma vida terrível. Ficavam devendo muito à gente.

Agora tenho dois netos médicos e a filha foi professora.” [Neste momento, o rosto de Mestre Grou iluminou-se, como se a vida o tivesse desforrado, através dos descendentes, dos males passados...]

“Não havia “mai” nada e andar no campo era pior!!! Tive dois tios que foram sapateiros. Eu cantava aí, no rancho [Grupo de Cante], chamavam-lhe “Os Ausentes”... Ia ali àquela taberna, chamavam-lhe a taberna do Silvestre.” [A taberna existe, ainda com este nome, perto da monumental Torre do Relógio].

Havia aí mais de sessenta [sapateiros] ou setenta. Isto era uma terra de sapateiros, que só Almodôvar batia a gente...” [Saí com uma imensa satisfação, enquanto alentejano, pelo momento histórico que partilhara na oficina do velho Mestre sapateiro de Pias...]

ANTÓNIO CACHOLA ALCÂNTARA³⁰



“Em primeiro comecei a andar numa quadrilha de pessoal. Comecei a carregar água. Limpava-se olivais, as terras “desburricava-se”, fazia-se aquelas coisas todas. E depois tosquiava também ovelhas, onde ganhei prémios. Isto tudo até aos vinte anos. Tosquiei nos montes todos aqui à volta [éramos trinta e tal pessoas] O meu pai era manageiro e quando se apartava a quadrilha [separava-se dando origem a dois grupos] eu também era. Trabalhei também em lagares de azeite...”

António Cachola principiou desta maneira o seu depoimento, para depois recuar ainda mais no tempo, acrescentando:

³⁰ Entrevista em 11-9-2017. Nasceu em 1934 [a entrevista ocorreu a cinco dias de completar 83 anos].

“Comecei a moer num moinho de bagaço aos catorze anos. A gente no lagar fazia serão até às onze horas. Às oito ia jantar (tirava três colheradas de feijão e ia namorar). Depois dos vinte, comecei a trabalhar nas adegas até aos setenta.

Quem me falou foi o José dos Santos para ir para a adega do Rogado.

Os tanques eram em cimento e madeira. Tirava as amostras e fazia apontamentos. Quando veio o Margaça³¹ [1973] e o 25 de Abril comecei a ter mais responsabilidade. Entravam vinte e oito roulottes de uva, tinha que tirar as amostras, fazer o tratamento dos ácidos - o engenheiro não vinha todos os dias.

As amostras era meter o pesa-mostos, para ver a graduação. Tinha de tirar o vinho e ver quando estava capaz de sair. Secávamos o vinho, por baixo, que era para tirar a massa.”

Faz uma pausa na conversa, onde evidencia os conhecimentos de química que tinha de ter em conta. Revela ainda que trabalhou em três adegas: Na “Esquerda Vencerá” [Cooperativa da Reforma Agrária], no Silvestre e em Serpa (Xaratas).

Orgulha-se do prestígio que obteve, no seu desempenho: “Fomos ao Casino Estoril com “A Esquerda Vencerá” e ouviu-se um barulho (aplausos?) Deram-me a taça (primeiro lugar no tinto) Fui buscar outro [prémio] a Alcobaça. E Menções Honrosas houve muitas. Mas aquilo não fui só eu, foi com os meus camaradas!”

O mestre adegueiro recorda-se: “Todos os dias tinha de passar os tanques todos para ver as densidades. Uma vez fizemos três milhões, já não tínhamos onde pôr o vinho!!!”

O vinho “Era feito na “Esquerda”, pessoas vinham aqui buscar vinho, era em garrações, balsas...”

E Mestre Cachola tenta descodificar certos termos: “A Mãe é a balsa, aquilo é um filtro...” E surgem mais memórias, que tentamos integrar de forma coesa, no discurso, repleto de flash back.

“O ano que a gente fez aí mais vinho era da Herdade da Laje [Uma herdade que “A Esquerda” também tinha]”

Diz-nos que houve um engenheiro agrícola, de apelido Saramago, que trabalhou consigo, no âmbito da Reforma Agrária e que “As professoras levavam os rapazes da escola para eles saberem como se fazia o vinho.”

Mas nem tudo foram rosas, no trajecto deste cidadão de Pias. “Fui preso. Fiz um 1º de Maio, eu e mais dois ou três. Naquele tempo ficámos em casa. Demos a desculpa que choveu [para não irmos trabalhar nesse dia] Fiquei seis meses de castigo!”

³¹ Sociedade Agrícola de Pias.

Outras lutas também as recorda, pois foram amargamente sentidas por parte da população trabalhadora. “Havia a greve dos trinta escudos e os agrários mandaram vir algarvios. Juntaram-se mais de 200 pessoas e foram falar com os algarvios para eles não trabalharem por menos de 30 escudos. Foram para Caxias quase cem pessoas, seis dias depois de terem morto Catarina Eufémia.”

Acerca do tempo actual pronuncia-se com satisfação: “Acho que agora está melhor. Temos ruas, tudo amanhado, só havia barrancos.”

E despedindo-se, sublinha: “Com 83 anos tenho passado muito e apanhei o Salazar de cabo a rabo...”

JOSÉ AUGUSTO MARTINS MOREIRA³²



Começou a trabalhar aos 11 anos mas, legalmente, só aos 13 anos. “Foi quando me inscreveram na Segurança Social.”

O primeiro trabalho foi no Comércio, numa mercearia. “Vendia-se gasóleo, gasolina, cereais, gás, um pouco de tudo. Nesse serviço estive até aos 18 anos e depois até aos 30 estive em duas casas de Comércio. Nessas, era alimentação e vestuário.”

Com 13 anos nas horas vagas ia ajudar o pai, nos terrenos agrícolas, aos sábados e domingos. “Aos 22, quando vim do serviço militar tinha já um bocadinho de agricultura, guarda de porcos e vitelos. “A vida entre o comércio e a agricultura era trabalhar e gastar para o alimento. Nessa altura, não tinha nada.”³³

José Augusto emigrou para a Suíça em 1982. Para a parte francesa (Sion).

Foi “através de pessoas conhecidas de Pias. Uns vão puxando outros. Estive 18 anos, até 2000. Primeiro, trabalhei na Agricultura. Continuidade da Agricultura que fazia. Passados cinco anos, consegui papéis para contrato de residência.

³² Entrevista concedida no dia 15-2-2015. José Augusto Moreira era, na altura, Presidente da Junta de Freguesia de Pias.

³³ José Augusto nasceu em 1952.

O resto do tempo, foi tudo já a trabalhar na Construção Civil com portugueses, espanhóis, italianos.

Foi duro. Com compressoras, fazendo alcatrão. Era tudo, telefones, rede de água...

Casei com 20 anos. E a minha mulher tinha 18. A mulher amassava a massa para o pão. Ia-se levar com um tacho à cabeça aos barrancos. Eu nem tinha motorizada. Ia na bicicleta a pedal para ajudar. Nasceram dois filhos. O rapaz está na Suíça e a moça é responsável na Câmara, da parte dos arquitectos de construção. Se não tenho abalado, não tinha melhorado, nem para mim nem para eles. Felizmente, as coisas correram bem.”

Acerca do que a sua geração passou, na infância e juventude, José Augusto afirmou:

“Nos anos 50/60 esta terra era muito pobre, com grandes carências. Emigrou muita gente para França e Alemanha. Só regressaram depois do 25 de Abril. Viviam-se pessimamente mal. Lembro-me de ali onde é essa torre os indivíduos que queriam trabalhadores vinham aqui ao Mercado levar pessoas. Uma sardinha era para três, eu lembro-me disso... 250 gramas de peixe para oito pessoas... uma galinhita do campo era só na festa de Pias e os ovos vendiam-se às pessoas para se comprar outros bens necessários.

Os irmãos emigraram muito cedo para a Alemanha. Esteve em Angola, no serviço militar.

“Abalámos em Maio. Ainda estive 9 meses no Mato! Fui para Malange. Travaram-se grandes lutas, uns com os outros. Estiveram 200 pessoas refugiadas no quartel. Havia fogo cruzado dos diversos movimentos. Em 72-73, começámos aqui a fazer os primeiros encontros com o Urbano Tavares Rodrigues. Estávamos mobilizados, dá-se o 25 de Abril. Andei em Évora. Prendemos Pides, em Évora. Era de transmissões. Abalei com uma pistola e um rádio.”

A seguir ao 25 de Abril e durante o período da ocupação dos campos “tinha reuniões com o pessoal do Partido todas as noites. Acompanhei a Reforma Agrária toda – nessa altura estava no Comércio. Eles confiavam em mim, os camaradas, quando chegou a altura de virem buscar o gado, tinha-se de vender para fazer dinheiro. Chegavam carros com gado, para ser pesado e vendido.

Madalena Borrvalho assiste à entrevista e recorda: “Camaradas, os grãos têm de ser todos apanhados, que vem aí a GNR entregar as terras aos agrários... então, tínhamos as meias enfiadas nas mãos para apanhar o grão e não aleijar...”

Que futuro para Pias? “Que realmente tivéssemos aqui postos de trabalho para a juventude e para os que partiram puderem regressar. Que houvesse outro tipo de vida... Hoje, que estamos banhados com tanta água, que mudando de política, os governos melhorassem. Com este clima dá-se tudo. Na reforma

agrária tínhamos melão que mandávamos para o estrangeiro. Estes eram os meus maiores desejos...”

Que desafios, enfrenta a Junta de Freguesia? “A nível de cortes, temos sido penalizados, forte e feio. Verbas reduzidas. Os encargos têm sido muitos. A gestão da mecânica, combustíveis... Tudo a subir! Vamos fazendo o que temos estado a fazer. Ajudar as Associações. E também, logisticamente, todos os apoios necessários. São sete associações, estamos a colaborar com todas. Desporto, Grupos Corais. Manter os trabalhadores. No meio disto tudo, vamos tentando fazer o melhor possível. Temos a parte do Museu. A Associação de Jovens... Este ano até fizeram aí filmagens na altura dos Jordões. Nós estamos a dar um pouco de verba a quem faz um Jordão...Damos verba para a luz e colaboramos. Fiz uma reunião, há uma semana, e já incentivei os jovens que a Junta lhes vai dar para as despesas que venham a ter, um subsídio. Tem de se arranjar transportes para aqui e para ali...”

Eu tenho esperança. Isto tem que dar uma volta. Estes mais novos têm de começar a olhar para o futuro e ver que este não é o caminho. Não podem fazer vida familiar. Ter uma mulher, um filho. Terem que emigrar!!... Isto mais tarde ou mais cedo tem de modificar tudo. Estes jovens têm de ser os revoltosos.

BRÁS MOITA RAMALHO³⁴



“Mesmo antes do 3 de Março³⁵... Eu, por exemplo, estou-me a lembrar [do que acontecia] quando eu tinha os meus 10-13 anos – foi isso que me fez ser um homem de esquerda mais tarde. Os meus pais eram pequenos agricultores, o meu pai era pastor. Quando os mais velhos falavam em política...chiu! Isso aí não se pode falar. Estou-me a lembrar de uma cena que me marcou pro-

³⁴ Entrevista realizada em 22-1-2015.

³⁵ A data de 3 de Março de 1954 marcou a História de Pias, devido a uma greve dos camponeses, segundo relatos recolhidos durante esta investigação, que culminou numa grande manifestação, frente ao posto da GNR.

fundamente. Num Inverno bastante rigoroso no tempo da azeitona, estava a jantar e bateram à porta, às 8, 9 horas... Então, fui abrir a porta e deparou-se-me um grupo de homens... E à frente até vinham jovens, como eu. Que andavam a pedir esmola, porque havia duas, três semanas que não trabalhavam e tinham os filhos em casa e eles próprios com fome. Vinha lá um rapaz que eu não pensava que tivesse aquele problema. Marcou-me profundamente. Eu nessa noite chorei, quando me fui deitar, pensando como era possível! Até àquela data, a fome e essas coisas não me diziam nada. A partir daquele acontecimento real, comecei a abrir os olhos, que realmente aquilo não era o que certa gente me queria fazer acreditar. O 3 de Março de 1954... Eu tinha 16 anos na altura. Assisti mesmo a todas essas coisas que me marcaram também e fizeram com que eu, ao longo da minha vida, colaborasse em tudo o que me solicitassem, para acabar com aquele sistema. Passaram aqui muitos antifascistas fugidos... O Miguel Serrão (República) o Urbano Tavares Rodrigues... Eu nessa altura vendia bicicletas. Eles telefonavam para mim... Quando houve em Tancos uma sabotagem feita pelos oficiais milicianos, as estradas estavam cortadas, eu cheguei a ir a Beja buscar indivíduos para os passar para Espanha. Também passei aqui um enteado do Manuel da Fonseca.

Demos apoio a todas essas pessoas, que chegaram a estar vários dias na minha casa. Passávamos clandestinamente durante a noite..."

[Sobre a chegada do 25 de Abril a Pias] "Nós nem queríamos acreditar. Será desta vez? Mas como se tratava de um golpe militar. Nem sequer há palavra!. Fomos dos primeiros a sair à rua, fizemos aqui um dia 26, com uma manifestação com 80 ou 90% da população. Só não estava quem estivesse impossibilitado por motivos de saúde..."

Eu, felizmente, tive bons mestres. António Pós de Mina, José Borges, António Correia Carvalho, com quem comecei a contactar e que me incutiram ideias. Um irmão mais velho foi preso pela Pide e esteve seis meses em Caxias. Foi a primeira vez que fui a Lisboa, foi para o visitar...

[Nascido em 1938, Brás Moita Ramalho lembra-se de Gonçalves Correia - "vinha aqui a Pias, de bicicleta. Participei nas primeiras eleições para a Assembleia Constituinte (fiz parte das Comissões de Apoio aos Presos Políticos). Fiz parte das equipas de propaganda eleitoral. O lema do PCP era "O voto é a arma do Povo". Em Vale de Santiago (onde Gonçalves Correia tinha feito uma comuna)... para aquelas gentes parecíamos deuses. Um dos jovens que ia comigo, aqui de Pias, disse "isso não vai lá com votos, vai é com G3"

Um homem de 30-40 anos (estariam 300-400 pessoas) o homem de gravata, via-se que era pessoa urbana. Identificou-se: O meu pai e a minha mãe estão nesta sala, são membros do Partido Comunista. O que esse senhor aí disse é

muito grave. Eu sou oficial da força aérea, sou homem de esquerda, mas há que ter muito cuidado”

Brás Moita Ramalho é um guardião de memórias do Povo, do sofrimento e das revoltas e da emergência da Liberdade, com todas as suas contradições.

“Estive oito anos na Junta de Freguesia [Anos 80] Na altura, em Pias, estava tudo por fazer. Nós não tínhamos rede de esgotos, não tínhamos água...” “Vais para a Junta?” perguntavam-me... “Isso é uma responsabilidade muito grande”. Gente do PSD vinha ter comigo e dava sugestões.

O que significa Pias para si? “Tudo, porque é a minha terra! Nasci cá, sou de cá. Quando estava três dias sem ver a cegonha do relógio, já tinha perdido o Norte. Dentro das minhas fracas possibilidades, tudo fiz para que o nome dela não fosse desprestigiado. Pias que Menano³⁶ celebrou: “Em chegando à minha terra/ não há que ter (ar)receio”³⁷

Domingos Borrvalho, o nosso imprescindível cicerone, que nos fez conhecer, com sua filha Madalena, a maior parte dos entrevistados, comentou:

“No comício em Moura do MDP, veio o Urbano Tavares Rodrigues, o Areosa Feio. Era um Colóquio sobre o Neo-realismo. Fomos 2 a 2 à Capricho. O Urbano chegou todo torcido, pois tinha levado tarefa em Lisboa... disse “A Pide agrediu-me!” e a malta começou toda a gritar; “Assassinos!”

NOTA FINAL

Privilegiou-se no presente artigo “a voz dos que nunca tiveram voz”, no dizer do historiador Santiago Macias. São histórias de vida que remetem para memórias e vivências e apesar da erosão do tempo foram recordadas por uma comunidade, que no século XIX pertenceu ao concelho de Moura, passando depois a integrar o município de Serpa. Memórias balizadas no período da juventude, ocorrida antes do 25 de Abril, sob um regime opressivo, que causava imensas dificuldades ao quotidiano dos trabalhadores rurais do Alentejo, pobres, labutando à Jorna.

³⁶ Francisco Menano, guitarrista, compositor e cantor do Fado de Coimbra, nascido em 1888 em Fornos de Algodres, foi Juíz em Serpa, tendo ensaiado e desenvolvido o Orfeon daquela vila alentejana. Faleceu em Lisboa, com 88 anos. Recolha em: <http://guitarradecoimbra4.blogspot.pt/2013/02/francisco-menano.html> [14-7-2015]

³⁷ Lá vai Serpa, lá vai Moura/ As Pias ficam no meio!/ Em chegando à minha terra,/ Não há que ter arreio!”, in Cancioneiro de Serpa, de Maria Rita Ortigão Pinto Cortez, ed. Município de Serpa, 1944 [em linha, consulta em 14-7-15]

Marc Augé em *As Formas do Esquecimento* e Paul Connerton (*Como as Sociedades Recordam*) referem - e foi-nos possível testemunhar - que nos relatos se reconfiguram ficções experienciadas, que afectam tanto o presente como o passado, sendo cada depoimento muito enriquecido com revelações (heróicas, ao olhar do etnólogo) dos obstáculos e reacções colectivas, que originaram lutas e punições, infligidas pelas forças repressivas, sugerindo uma evocação de Brecht “Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”.

Como dissemos no início deste repositório, desenvolvido ao longo de vários anos, escutámos gente de todas idades, tendo sido recolhidas declarações de protagonistas do associativismo piense, do cante às colectividades, da casa do povo à columbófila, passando por associações dirigidas por jovens e mulheres.

Alguns informantes partiram antes de verem impressas as suas estórias.

Neste artigo procurámos salvaguardar algumas das mais interessantes memórias partilhadas entre 2014 e 2018, esperando contribuir para a História da Vida Quotidiana e das Revoltas nos campos do Baixo Alentejo na primeira metade do século XX.

Agradecimentos

A Domingos Borralho e Madalena Borralho, informantes privilegiados, pelo imenso conhecimento da sua terra e respectiva população.

(*) Os Autores

Ana Isabel Veiga e Luís Filipe Maçarico são Antropólogos. Um artigo da autoria desta dupla (“Casa do Concelho do Sabugal: uma representação identitária do património raiano”) foi publicado na revista “Sabucal”, revista do Museu do Sabugal, nº 10 (2018-19). Assinaram em conjunto artigos para as revistas “Aldraba” e “Alentejo”.

Estudos do Património

UT PICTURA POESIS

MANUEL RENDÓN SEMINÁRIO E VILA VIÇOSA

Francisco Caeiro

Quando nos finais dos anos setenta do século passado, em Vila Viçosa, o pintor entrava na Livraria Escolar da Dona Joana Ruivo, muito cedo, pela manhã, na companhia da sua amada Paulette, nem eu, nem ele, e nem mesmo nenhuma das presentes, conseguisse imaginar que um dia, eu, então adolescente, parado a ouvi-lo falar num Português adocicado pelo benefício dos idiomas que nele se cruzavam, iria buscá-lo pelas ruas de Paris, do Equador, e do universo todo de onde tomou cor e traço para as suas pinturas, bem como das palavras soltas com que deu corpo à poesia.

Privilégio universal de todos os Homens, acreditarmos que qualquer instante que vivamos, por mais simples que seja, se poderá tornar um dia, numa memória valiosíssima e insubstituível na história de cada um. É assim que hoje sinto esses encontros e essas conversas informais.

De nome completo, Manuel António Rendón Seminario, nasceu em Paris a 2 de dezembro de 1894, sendo filho de Víctor Manuel Rendón Pérez e de María Seminario Marticorena.

No perfil do seu pai, um Equatoriano que exercia funções diplomáticas na capital Francesa, e que era médico, escritor, músico, compositor e poeta, conseguimos perceber, por certo, uma consistente genética da arte, mas também, de uma forma



Manuel Rendón Seminario e
Paulette Rendón – Paris 1951.

muito desprendida de encarar a vida. Um exemplo será o facto de o Dr. Víctor Rendón ter o hábito de oferecer aos filhos, excelentes presentes de Natal, mas com a condição de no ano seguinte eles mesmo os oferecerem, em bom estado de conservação, a crianças mais necessitadas. “Jamais ofereci algum que estivesse estragado” – afirmava Manuel Rendón.

A vida é um instante que nos emprestam para a passarmos intacta, renovada e feliz, até à esperança do renascer de alguém.

A mãe, a quem o seu pai immortalizou como Elena no seu romance “Lorenzo Cilda”, e que era uma mulher profundamente católica, não sendo de estranhar que duas das suas três filhas tenham professado em ordens religiosas, foi, no entanto, quem o incentivou a dar sequência à sua atração pela pintura, que culminou com o ingresso na Academia Livre “Grande Chaumiere”, depois de ter aprendido as primeiras letras numa escola particular e de ter frequentado o famoso Liceu Carnot, onde cumpriu os estudos secundários, enquanto praticava a escultura, frequentando nos tempos livres, a academia do Professor Raoul Eugene Lamouredieu.

Em 1911 exibiu no “Café de la Rotonde”, no inevitável *boulevard* de Montparnasse, vários óleos com naturezas mortas, paisagens e nus. O curador deste famoso café de Paris, o pintor Henri Matisse, era seu amigo.

Foram conturbados os tempos da primeira guerra mundial, e Manuel Rendón, a residir então em Notre Dame des Champs, não conseguindo escapar, por vezes, à escassez de alimentos, a par do voluntariado que expressava mais uma vez, o seu elevado sentido cívico, não parou o seu trajeto pela arte, tendo exibido vários bustos da sua autoria, em 1916, no salão da “Société Nationale des Beaux Arts”. Foi por esta altura que se juntou a pintores como Friesz, Warroquier e Dufresne, enquanto o seu pai o via como um rebelde que tinha traído as suas perspetivas de um filho diplomata.

Aos vinte e quatro anos viaja com a família, e pela primeira vez, até à sua pátria de sangue e de afeto, o Equador, tomando as novas tonalidades de um mundo que sendo seu, lhe era totalmente desconhecido: “a cidade de Guayaquil com as ruas empedradas e o calor perturbado à noite pelo ar fresco de Chanduy, as margens do rio Balzar, os índios, a selva, os longos vales, as montanhas”...

O artista resgata da alma aquilo que aos seus olhos foi dado tomar da natureza. Sem filtros e sem quaisquer complexos.

Após quatro anos de ausência, regressa a Paris em 1924, para no ano seguinte ingressar na galeria de Leopold Zborowsky, onde em 1926 fez a sua primeira exposição a título individual.

Por morte do famoso *marchant* Polaco, Manuel Rendón muda-se para a galeria de Leonce Rosenberg, a mais elegante e famosa de França, onde surgiam então as primeiras luzes da pintura moderna sob o lema “L’Effort Moderne”. Aqui, e desde 1927, colheu o privilégio de uma sala exclusiva sua, da mesma forma que Gris, Braque, Picasso, e Severini, entre muitos outros.

Numa relação orgulhosamente próxima dos maiores da arte moderna, e numa posição jamais alcançada por um artista do seu Equador, Manuel Rendón completa ainda a sua arte com a poesia, tendo publicado vários trabalhos seus no boletim da galeria. Escreve inúmeros textos em língua Francesa, como “Dispersión”, no número 31 da referida publicação, algures por 1927.

Muitos anos depois, em 2015, o Centro Cultural Simão Bolívar, em Guayaquil, ao organizar a maior mostra sobre Rendón, batizá-la-á como “Ut pictura poesis” (como a pintura, assim é a poesia), regressando ao poeta latino Horácio, e assinalando de forma muito feliz, estas duas expressões da alma que tão bem se encontram e entrelaçam no artista.

Afirmou ele um dia, algures por 1971: “aquilo que tive de expressar, impulsionado por uma força íntima, que, muitas vezes, endereçou um tema nascido da subconsciência obscura, até ao significado espiritual, a que pertence, digamos, a essência do Homem. Quisera eu que os meus quadros fossem símbolos para a

meditação e o conhecimento do Homem e do universo, uma chamada ao amor, à ternura, à fraternidade, à paz, enfim, à procura da luz, manifestação do desconhecido, princípio luminoso que nos deu a vida”.

Ouso eu próprio, e de forma livre, traduzir aqui para Português um dos poemas mais conhecidos do artista: “Adormecida”.

“Adormecida

Num leito ardente de areia,
mortalha à beira deste espaço
que um só suspiro define, revelando-o,
uma mulher adormecida sepulta a sua graça
nesse pó dos grãos alinhados
que cobrem de ouro a superfície

A praia ata os reinos
da prisioneira indolente
do sonho, e a festa para o olhar
é o seu repouso sobre a costa
feliz
onde tudo admira o gesto
pendente do seu sono. Ela dorme
estátua fingida com veias que pulsam
a vida, e que, não obstante, imitam a morte”

Em 1932 casa com Paulette Everard Kieffer, sua musa e seu grande amor, uma senhora Francesa alta e morena, oriunda de uma família rural de Lille, no norte da França, que ele conheceu como modelo numa Academia de Arte.

É a união perfeita entre duas sensibilidades de uma riqueza extraordinária, e o cruzamento de generosidades e despreendimentos superiores, e muito semelhantes. O amor, essa suprema união onde só por acaso se distinguem dois corpos, levou-os juntos a inúmeras viagens, ao abraçar e ao sentir de muita gente, que hoje se vislumbra por entre o sabor das palavras e dos seus traços.

Conheci-os e relembro-os assim, dessas manhãs bonitas sob o sol do Alentejo, ele mais introvertido e Paulette mais faladora, não sendo difícil aceitar a ideia de a mulher tecer, com a sua garra e o seu olhar, o espaço perfeito e colorido, aonde o artista poderia pintar com arte e sossego.

Em 1937, Manuel Rendón regressa ao Equador, a Guayaquil, acompanhado de Paulette, com o objetivo de acompanhar o seu pai, já doente, e que viria a

falecer em 1940. Depois de alguns trabalhos e exposições, viajam juntos para as Ilhas Galápagos, então um arquipélago de perfeita aventura, sem hotéis e sem restaurantes, numa natureza em estado puro que Manuel desenha em inúmeros trabalhos, e Paulette descreve no livro “Galápagos. A últimas ilhas encantadas”, um diário de viagem editado em Francês e Castelhana.

Tive o privilégio de folhear um exemplar desta obra, na presença da autora.

Para quem reúne em si a força, a arte e a cor de dois continentes tão distintos quanto a América e a Europa, o Atlântico constitui-se como um pequeníssimo passo, muito fácil de ultrapassar. É isso que sentimos ao olhar para o trajeto de Manuel Rendón, sobretudo no período conturbado após a segunda guerra mundial.

Expõe em Paris nos anos de 1947 e de 1951, na Galeria Ariel, sendo neste mesmo ano que vence a I Bienal de Arte Hispano-americana de Madrid, prémio que voltou a assinalar o seu regresso à ribalta da pintura mundial.

No Equador, apresenta-se em várias exposições, por vezes com aquele travo amargo do profeta que nunca o é na sua própria terra. “Um pintor afrancesado”.

A ligação a Portugal faz-se num primeiro momento a Albufeira, no Algarve, e encontra raízes num problema pulmonar de Paulette, que os leva a procurar um clima mais adequado do que o do Equador, onde passavam então a maior parte do tempo.

Chegam a Vila Viçosa pela primeira vez no ano de 1963, um ano antes de publicar o seu livro de poemas “Spirales”.

Na quietude da planície alentejana, onde a Calípolis se ergue como um majestoso altar de mármore e casas caiadas, Rendón encontra por certo o refúgio ideal para ler, meditar e pintar o abstrato, que pode ser visto como a procura das três dimensões, ou tão só, da profundidade de Deus, que nestes últimos anos, muito se aproximou o artista da religiosidade da sua mãe.

As telas têm múltiplas cores com cruces mais ou menos dissimuladas, e surge-lhe um gosto muito particular pelo desenho de vitrais.

Rodolfo Pérez Pimentel, escritor Equatoriano, confessa que o pintor dizia que “num primeiro momento, as suas obras eram um caos de elementos coloridos, depois apareciam linhas e se formavam certos campos. As zonas de cor começavam a surgir e a ordem estabelecia-se pouco a pouco, numa composição de curvas, entre verticais, horizontais e diagonais, por entre as quais emergia. O seu papel, como criador, consistia unicamente em ver nascer e organizar as possibilidades que se lhe ofereciam...”.

“Quando começava a pintar pensava muito e até vacilava. Em algumas ocasiões as suas criações demoravam a surgir porque eram obras de amor. O mais difícil era conceber, criar, ou plasmar uma emoção ou um sentimento utilizando volumes, luzes, cores...”.

Nunca deu aulas, não teve discípulos, e cruzou o tempo moldando-o com o que lhe ditava o seu interior, muito mais do que com qualquer movimento ou vanguarda. A classificação faz-se à posteriori. “Era figurativo, surrealista, mas durante a sua estadia nessa cidade (Cuenca, Equador) trabalha em obras em que sobrepõe planos. Começa a mudar e evolui até ao Rendón que conhecemos em Guayaquil, e que é o abstrato” – afirma a seu respeito, o historiador de arte Juan Castro y Velásquez.

Na modéstia própria dos grandes, via-se como um instrumento de Deus neste processo criativo, recusando a ideia de ser um criador individual e com nome e méritos próprios.

Em 1970 desenhou um mural para o edifício do Banco Central de Guayaquil, e em 1979 volta a expor em Madrid, na Galeria Kandinsky, um conjunto de óleos de grandes dimensões com jogos e alegorias em forma de espirais violentas, que por certo sinalizavam uma derradeira revolução interior do artista.

Dos dias de Vila Viçosa, esses com os quais tive o privilégio de me cruzar, diz-se que eram tranquilos, com Manuel a aproveitar todas as horas de sol para pintar, contrariando as incomodidades que a falta de visão lhe impunham, e Paulette, como quase sempre e em todas as latitudes, a cuidar dele, que assim, com infinito e doce desvelo, se usa olhar pelo amor de uma vida.

“A identidade de Paulette foi-se esfumando, e inclusive fundindo, com a imagem do seu marido” – afirmou Annabel Nebel, tradutora do Francês para Castelhana do seu romance póstumo “Conta-me, mamã”, dedicado a uma sua filha, de um primeiro casamento, que morreu prematuramente em França, vítima de tuberculose.

O coração, aquele que bate, que não o outro, o que sente e ama, traiu o pintor num dia frio do início de dezembro de 1980. O seu funeral foi simples e o seu corpo, ao qual se juntou o de Paulette, que morreu em 1984, jaz numa campa rasa coberta com mármore, onde se lê em língua Francesa:

MANUEL RENDÓN SEMINARIO
PEINTRE EQUATORIEN
1894-1980
ET
PAULETTE E. RENDÓN
1902-1984
LA SPIRALE
QUELLE SECRETE CONNAISSANCE
AU RYTHME FECOND DES ANNEAUX
ENSEMENCERA LA POUSSIÈRE



Túmulo de Manuel Rendón
Seminario e Paulette Rendón –
Cemitério de Vila Viçosa.

Dos dias calipolenses de Paulette já sem o seu amado pintor, recordo-me do passeio matinal desde a casa, no caminho dos Capuchos, imediatamente após o Convento da Esperança, até ao castelo, entrando na igreja de Nossa Senhora da Conceição, antes ou após visitar a campa do marido, onde, fielmente, todos os dias, e sem exceção, depositava um pequeníssimo ramo com as flores campestres mais simples que essa manhã lhe entregara.

Seria sua vontade dar vida aos vitrais desenhados por Manuel Rendón, oferecendo-os à igreja da Padroeira de Portugal, que visitava e onde rezava diariamente, pois nos registos de Direcção-Geral do Património Cultural, aparece inscrito que em 1982, “a viúva do pintor Manuel Seminario Rendón ofereceu-se para pagar a execução de vitrais conforme esboços do marido, para os onze vãos da igreja, surgindo algumas dúvidas sobre as tonalidades, devido à igreja ser revestida a azulejo policromo”. Tal acabou por não se concretizar.

O maior pintor Equatoriano do Século XX, companheiro de Paris dos grandes mestres e heróis da pintura moderna, viajante pelo mundo e pelos trilhos

todos por onde segue o sonho dos homens, partilha no repouso, o chão com Florbela, a da Alma, e com os heróis anónimos da nossa terra que, como ele, marcaram o seu tempo pela fé e pelas suas cores.

Procurei a sua campa na manhã de um sábado solarengo, e encontrei-a facilmente, à esquerda, no sentido de quem desce, exatamente no ponto intermédio da linha que une o local onde estão os restos mortais da Dona Joana Ruivo, da Livraria Escolar, e o túmulo de Florbela Espanca. Um feliz acaso, dirá a razão, ou um incontornável poema, dirão os da poesia, onde me incluo, ainda e sempre, adolescente a escutar um casal simpático que perfumava com o mundo as minhas manhãs de férias, contando a sua história por entre palavras carregadas de cor e de vida.

Bibliografia:

- Etapas menos conocidas de Rendón em muestra (www.eluniverso.com). 2002. Consulta em 9 de dezembro de 2019.
- Manuel Rendón Seminario. www.diccionariobiograficoecuador.com. Consulta em 9 de dezembro de 2019.
- Catalogues raisonnés. Manuel Rendón Seminario, 1894-1980. Comité del centenario del Nacimiento del Pintor Manuel Rendón Seminario, 1995.
- Manuel Rendón Seminario. www.ecured.cu. Consulta em 9 de dezembro de 2019.
- Wikipedia. Manuel Rendón. Consulta em 9 de dezembro de 2019.
- “Una tragedia personal evoca a la Gran Guerra”. “Cuéntame, mamá. www.elcomercio.com. Consulta em 9 de dezembro de 2019.
- “Manuel Rendón Seminario se expone desde la poesía”. www.eltelegrafo.com.ec. 2015. Consulta em 9 de dezembro de 2019.
- “Galapagos, las últimas islas encantadas”. Paulette E. de Rendón. 1946.
- “Exposición de pintura y poesía de Manuel Rendón Seminario”. www.larevista.ec. Consulta em 9 de dezembro de 2019.
- Igreja paroquial de Vila Viçosa. www.monumentos.gov.pt. Património Cultural. Consulta em 9 de dezembro de 2019.

O RETRATO DE BENEDETTO GIUSEPPE LABRE O MUSEU-BIBLIOTECA DA CASA DE BRAGANÇA

Tiago Passão Salgueiro

Licenciado em Antropologia e Mestre em Museologia pela Universidade de Évora.

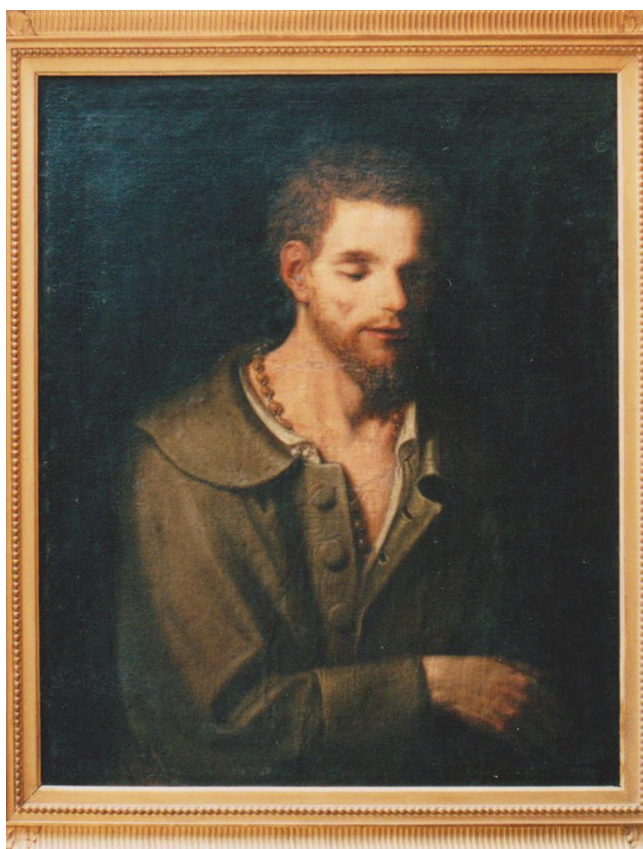


Fig. 1 – Retrato de Benedetto Giuseppe Labre existente no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, pintado por Pietro Tedeschi, provavelmente em 1765 ©MBCB-FCB.

INTRODUÇÃO

Nas coleções do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança¹, instalado no Paço Ducal de Vila Viçosa², encontra-se um óleo sobre tela da autoria de Pietro Tedeschi, originalmente assinado no reverso, com a indicação de ter sido pintado em Roma no ano de 1765. A pintura está em exposição permanente, na Sala de Hércules.

Até esta data, desconhecia-se quem era o retratado.

No inventário realizado em 1950 por Manuel Bentes³, a pintura está designada como “Retrato dum Frade”, com a respetiva descrição, assim como as medidas e o número de inventário PDVV0063. A descrição efetuada por Manuel Bentes é a seguinte:

Personagem a meio corpo, vestida de burel. Cabelo e barba alourados. Tem o manto e a camisa abertos, deixando ver o peito. Tem um rosário ao pescoço. Tem as pálpebras meio cerradas, parecendo ser cego. Tem cabelo e barba pintados fio a fio.

Em relação às dimensões, são referidos 790mm de altura e 610mm de largura. No reverso, encontrava-se a indicação:

PETRUS TEDESCHI PINXIT ROMA 1765

Sabemos que em 1950 e segundo o inventariante, a pintura estava em mau estado de conservação, conforme descrição efetuada na ficha. Nesse documento, consta também a indicação do número de Arrolamento dos Paços 12967. Isto significa que a pintura pertencia às Coleções da Família Real Portuguesa antes da implantação da República Portuguesa e encontrava-se no Palácio das Neces-

¹ Instituição criada administrativamente em 1933, cumprindo a disposição testamentária do último Rei de Portugal, D. Manuel de Bragança, no sentido de preservar a memória da Família Real Portuguesa.

² O Paço Ducal é um edifício monumental cuja construção se iniciou em 1501, por decisão do quarto Duque de Bragança, D. Jaime. As campanhas de engrandecimento e melhoramento sucederam-se ao longo dos séculos XVI e XVII, conferindo ao edifício a dimensão e as características atuais - a fachada com 110 metros de comprimento é única na arquitetura civil portuguesa e revela inspiração clássica.

³ Pintor português, nascido em 1885. Frequentou a Academia Nacional de Belas Artes em Lisboa e em 1905, juntamente com outros jovens pintores portugueses, parte para Paris. É considerado um dos percursores na arte portuguesa no início do século XX. Permaneceu em Paris até 1938, expondo com alguma regularidade. Após o regresso montou um ateliê numa dependência do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. Em 1950 foi nomeado Conservador da Secção de Pintura do Museu do Paço de Vila Viçosa, onde realiza o primeiro inventário das coleções, nos moldes praticados pelos museus nacionais portugueses, a par do levantamento fotográfico.

sidades⁴, conforme informações que constam no Inventário Judicial do Palácio das Necessidades (volume V)⁵ e que foi possível confirmar.

No âmbito do levantamento efetuado pela Comissão de Arrolamento, foi posteriormente entregue a Fernando Serpa Pimentel⁶ no dia 24 de Janeiro de 1916, tendo provavelmente depois sido enviada para o Paço Ducal de Vila Viçosa.

No entanto, a descrição efetuada nesta documentação remete a datação da pintura para 1785.

No ano de 1953, é efetuado o restauro e a reintelagem, conforme indicação escrita na parte superior do reverso da tela, provavelmente por António Martins Gomes⁷. Com esta intervenção, a assinatura e a data deixaram de estar visíveis.

Em 1983, o Dr. José de Monterroso Teixeira⁸, no Catálogo do Paço Ducal de Vila Viçosa, enumera as informações recolhidas anteriormente por Manuel Bentes, com o mesmo título e a seguinte descrição:

*Retrato de meio corpo de frade trajando gibão, deixando a camisa aberta ver um terço no pescoço, e apresentando a figura uma atitude de grande contemplação*⁹.

Nesta publicação, também se refere o ano de 1765 como o possível ano de execução da pintura, algo que não pode ser confirmado, dada a ocultação destas referências como consequência do processo de reintelagem.

Em Outubro de 2019, no âmbito da atualização das fichas de inventário e a sua trasladação para uma ferramenta informática de gestão de coleções, entrámos em contacto com o Museu Civici de Pesaro – Palazzo Mosca, em Itália. O nosso objetivo inicial consistia na confirmação do nascimento do pintor na cidade e na obtenção de dados sobre a sua biografia e obra.

⁴ Palácio em Lisboa erguido no reinado de D. João V, entre 1743 e 1750. Foi residência oficial da dinastia de Bragança desde o reinado de D. Maria II, na primeira metade do século XIX, até ao final da monarquia em 1910.

⁵ Devemos salientar que a Comissão de Arrolamento dos Paços Reais Portugueses foi criada pelo Ministro das Finanças do governo provisório, José Relvas, a 13 de Outubro de 1910, com a tarefa de efetuar a averiguação da propriedade dos bens existentes nos palácios da Família Real, na sequência da implantação da República em Portugal. O objetivo consistia na identificação e salvaguarda de bens patrimoniais de valor histórico, arqueológico ou artístico que não deveriam sair do país.

⁶ O Capitão Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, foi o último administrador geral da Fazenda da Casa Real, exonerado depois da implantação da República.

⁷ Pintor nascido em Vila Viçosa, a 27 de Julho de 1905, numa família de artistas, tendo seguido a tradição familiar. Em 1948 foi contratado pela Fundação da Casa de Bragança para iniciar diversas intervenções no Paço Ducal de Vila Viçosa. Executou restauros de tetos, paredes e vários quadros, entre os quais se destacam os do teto da Sala dos Duques, pintados por Domenico Duprà no século XVIII.

⁸ Historiador de arte, José de Monterroso Teixeira ocupou o cargo de diretor do Museu Biblioteca da Casa de Bragança, entre 1982 e 1987.

⁹ TEIXEIRA, José, O Paço Ducal de Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1983, p. 221.

Por intermédio da Dr.^a Francesca Banini, foi possível obter várias informações sobre trabalhos de Tedeschi, assim como alguma bibliografia produzida sobre a sua obra. Foi-nos também dada a informação sobre a conferência realizada sobre o pintor italiano em 2017 na cidade de Pesaro e partilhada a questão por nós enviada para o Museu de Pesaro com a Dr.^a Giovanna Patrignani. Esta investigadora está neste momento a desenvolver uma pesquisa sobre a obra de Tedeschi e ao constatar a existência de uma pintura do artista em Portugal, solicitou-nos mais informações sobre esta questão.

Na partilha de dados que temos vindo a promover, foi possível constatar que a pintura de Tedeschi existente no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança é um retrato de Benedetto Giuseppe Labre, do qual existe uma versão muito semelhante na Pinacoteca Cívica de Ascoli Piceno, datada de 1769. São de facto versões muito semelhantes do retratado, com ligeiras diferenças a nível da postura das mãos e dos botões do gibão.

Uma questão que merece uma análise mais aprofundada tem a ver com a real datação da pintura de Vila Viçosa: será possível que a mesma tenha sido concebida em 1765, conforme nos diz a ficha de inventário de Manuel Bentes, sugerida também por José de Monterroso Teixeira? Ou a informação correta será a que consta no Arrolamento dos Paços e que remete para 1785?

São dúvidas que investigações futuras poderão esclarecer. A análise do reverso da tela depois da colocação num novo suporte em 1953, não permite a visualização da assinatura, nem da data. Se for possível certificar a data de 1765 como verdadeira, o retrato de Labre existente em Vila Viçosa é anterior ao retrato de Ascoli, pintado em 1769.

Segundo a Dr.^a Giovanna Patrignani, a data do retrato do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança é muito relevante por vários motivos, nomeadamente por poder confirmar ou não a presença de Tedeschi em Roma no ano de 1765, quando o pintor tinha somente vinte e um anos.

Essa possibilidade permite legitimar a pintura *“portuguesa”* de Tedeschi como a primeira até agora conhecida em termos cronológicos, entre as muitas obras reveladas no âmbito das recentes pesquisas no contexto italiano. Pode constituir também o primeiro retrato até agora conhecido do peregrino e mendigo francês Benedetto Giuseppe Labre, sustentando a hipótese da sua presença em Roma logo em 1765.

Outro fator relevante, independentemente das possíveis datas da sua execução, é o facto de este ser até agora o único quadro de Tedeschi encontrado fora de Itália. No entanto, continua a ser um mistério a forma como a pintura entrou nas coleções reais portuguesas, assim como a data em que tal sucedeu.

PIETRO TEDESCHI, Pintor italiano de Pesaro

A vida de Pietro Tedeschi (Pesaro, 1744 - Roma, 1812), está ainda envolta em mistério, assim como parte da sua atividade pictórica. Contudo, sabemos que teve a sua educação artística inicial em Pesaro, junto de Gian Andrea Lazzarini, com o qual colabora no programa decorativo do Palácio Machirelli-Olivieri.

Estão documentadas estadias do pintor em Bolonha, no ano de 1770 e em Macerata, entre 1775 e 1776, onde trabalha com Carlo Paolucci e Placido Lazzarini no Palácio Maresfochi. Contudo, a sua atividade mais notável situa-se em Roma, cidade onde trabalha ininterruptamente desde 1777 até 1808 e onde funda uma escola de pintura.

O retrato de Benedetto Giuseppe Labre que se encontra no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, a confirmar-se a data de execução, no ano de 1765, constitui, no ponto atual das investigações, a primeira obra conhecida de Tedeschi e nele é evidente a adesão aos caminhos de Lazzarini, juntamente com o conhecimento do classicismo romano¹⁰.

Podemos afirmar que Tedeschi é um intérprete cuidadoso do classicismo de Francesco Mancini com ecos derivados da pintura bolonhesa. Foi acima de tudo, um prolífico pintor de telas e, em particular, de retábulos que, mesmo durante sua estadia romana, continuou a fazer principalmente para igrejas na região italiana de Marcas, nomeadamente em Pesaro, Ascoli Piceno, Urbino, Cartoceto e Macerata.

O retratado, BENEDETTO GIUSEPPE LABRE

Conhecido como “*o peregrino da Madona*” ou o “*penitente do Coliseu*”, Labre nasceu em Amettes, na diocese de Boulogne-sur-Mer (norte da França), no ano de 1748, no seio de uma família pobre e numerosa. Era o primeiro de quinze irmãos.

Tentou, repetidamente e sem sucesso, entrar na vida monástica. Posteriormente, fez uma peregrinação de penitência pela Europa, visitando Santiago de Compostela e vários santuários da França e da Suíça, tendo-se fixado mais tarde em Roma, onde levou uma vida de extrema penúria, abdicando de qualquer

¹⁰ BRIGANTI, G. La pittura in Italia, *Il Settecento*, tomo II, Electa, 1989, p.876.

hábito de higiene pessoal, socorrendo os pobres e desfavorecidos e vivendo num dos arcos do Coliseu¹¹.

Adorado e venerado pelos romanos, era também conhecido como “*Santo das Quarenta horas*”, devido à sua devoção à eucaristia. Ao longo da sua curta vida, foi procurado por nobres e altos representantes eclesiásticos da cidade, em busca de aconselhamento espiritual, devido ao seu fervor religioso.

Morreu com trinta e cinco anos de idade, num estado de debilidade total, no dia 16 de Abril de 1783, em Roma, depois de rezar durante várias horas na vizinha Igreja de Santa Maria ai Monti. O seu funeral contou com a presença de todas as classes sociais de Roma na época e causou grande comoção.

A devoção a Labre começou logo após a sua morte e o número de milagres atribuído à sua intercessão foi exponencial. O quarto no qual ele morreu foi transformado em santuário e aí foram preservados os farrapos que vestia, removidos do seu corpo quando ele foi sepultado. O local permaneceu sendo o principal centro de sua devoção até sua beatificação em 20 de maio de 1860, quando seu corpo foi exumado e posto num santuário na própria igreja de Santa Maria. Foi canonizado pelo papa Leão XIII a 18 de dezembro de 1881.

CONCLUSÕES

A questão que se coloca perante o exposto tem a ver com a forma como o retrato de Labre entrou nas Coleções Reais ou na Casa de Bragança. Terá sido uma encomenda específica?

Haveria alguma ligação entre Tedeschi e a comunidade portuguesa em Roma que tenha dado origem a um pedido expresso por parte da Casa Real portuguesa? A pintura destinava-se a um particular ou eventualmente a uma casa religiosa, do clero regular ou secular? Haverá mais obras do pintor em Portugal?

Tedeschi pintou principalmente assuntos religiosos e entre os seus clientes havia vários cardeais importantes de famílias nobres italianas (Albani, Altieri, Barberini, entre outros).

Terá a Casa Real portuguesa, em algum momento, seguido a tendência das nobres casas romanas, ao ter conhecimento da fama de santidade de Labre? Terá sido alguma oferta de algum representante da Casa Real no Vaticano, há semelhança do que tinha acontecido anos antes com D. José Maria da Fonseca

¹¹ TAVARES, Jorge Campos, Dicionário de Santos, Lello & Irmãos – Editores, Porto, 1990, p.31.

e Évora¹²? E porque motivo a escolha recaiu sobre que Tedeschi? Poderá ter havido outras pinturas de Tedeschi, mesmo sem assinatura, nas coleções pictóricas da Casa de Bragança e eventualmente dispersas por outros Museus ou Palácios Nacionais?

Todas estas questões estão em aberto, sendo necessário prosseguir com um estudo mais pormenorizado sobre estes temas.

Importará compreender melhor o contexto e as circunstâncias da eventual vinda para Portugal da pintura (ou das pinturas), pois só assim poderão ser identificados eventuais agentes envolvidos no processo.

Benedetto Giuseppe Labre, realizou um conjunto de peregrinações aos santuários europeus mais famosos da França, Alemanha, Espanha e Itália antes de se estabelecer em Roma, nos mesmos anos de Tedeschi, vivendo em extrema pobreza. A sua fama de santo já era conhecida na vida e disseminou-se, amplamente, em pouco tempo.

É interessante notar que Benedetto Giuseppe Labre morreu em Roma aos trinta e cinco anos com odores de santidade no dia 16 de abril de 1783 numa casa no número 2 da Via dei Serpenti, como a placa com a inscrição exemplifica (figura 2), tendo sido posteriormente trasladado para a igreja vizinha de S. Maria ai Monti, onde costumava orar e onde foi sepultado.

No número 3 da mesma via dei Serpenti, há um portal arqueado em forma de silhar, acima do qual se encontra o brasão de armas da Casa Real de Bragança e uma inscrição indicando que o prédio pertencia ao Hospital de S. António dos

¹² José Ribeiro da Fonseca Figueiredo nasceu em Évora, a 3 de dezembro de 1690. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde estudou Direito Canónico, e integrou a embaixada do Marquês de Fontes a Roma, em 1712. Foi aí, na cidade papal, que decidiu vestir o hábito franciscano e integrar o Convento de Santa Maria in Aracoeli, desempenhando a partir de 1723 vários cargos de relevo no âmbito da Ordem Franciscana. Colecionador e mecenas, tornou-se um interlocutor privilegiado no processo de aquisição de obras de arte para a corte portuguesa de D. João V (nomeadamente de um conjunto de esculturas para a Real Basílica de Mafra), assumindo funções como encarregado de negócios em Roma depois da interrupção das relações diplomáticas com a Santa Sé em 1728. Tornou-se embaixador de Portugal em Roma em 1730. A convite do monarca regressou a Portugal em 1740 para se sagrar como 56º Bispo do Porto em 1741 (nomeado em 1739). Uma das grandes figuras da sociedade e cultura da primeira metade do século XVIII.

Portugueses, hospício criado por D. Guiomar de Lisboa¹³ no século XIV para as mulheres portuguesas em peregrinação a Roma e posteriormente para todos os peregrinos portugueses, no início do século XVII.

Esta proximidade entre o edifício onde Labre faleceu e o edifício pertencente ao Hospital de Santo António dos Portugueses em Roma terá proporcionado à Casa Real portuguesa o conhecimento sobre a profunda religiosidade e fama de santidade do peregrino francês, originando a encomenda do seu retrato a Tedeschi?

Esta é uma provável hipótese para a entrada da pintura em Portugal e pode legitimar a eventual existência de outras obras de Tedeschi em coleções portuguesas.

Uma outra pista pode ser relevante. Entre Julho e Dezembro de 1883, D. Carlos, utilizando apenas o título de Duque de Bragança, efetuou uma viagem de educação pela Europa, como as que tinham feito o seu tio e seu pai em 1854 e 1855 e que incluía vários países. A viagem servia como rito de passagem educa-

¹³ Muito provavelmente de passagem ou de retorno da Terra Santa, uma senhora portuguesa natural de Lisboa e de nome Guiomar fixa-se em Roma. Guiomar era filha de um certo Vicente, talvez da família Noronha, e teria sido casado, dado que num pergaminho de 1372 se faz referência ao seu dote nupcial. Morre durante o pontificado de Bonifácio IX, entre 1389 e 1404. Em sua casa, no bairro romano de Monti começa por recolher mulheres portuguesas que vêm em peregrinação. A propriedade de D. Guiomar situava-se na freguesia de S. Sérgio e S. Baco, por trás da Igreja da Madonna dei Monti, no quadrângulo formado pelas atuais via del Grifone, via Baccina e via dei Serpenti. O bairro era então bastante desolado, dada a falta de abastecimento de água, causada pela derrocada dos velhos aquedutos romanos. Até 1526 ali existia a casa, palheiro e terreno originais, e ainda uma segunda casa mais pequena, que D. Guiomar adquire em 1367. Como um número crescente de romeiros lhe pedisse amparo, D. Guiomar viu-se na necessidade de organizar um hospício. Em 1363 faz-se uma escritura, pela qual se destinam os bens de D. Guiomar e dos demais benfeitores – hoje desconhecidos – à fundação de um hospital para acolher e cuidar romeiros portugueses de ambos os sexos. Provavelmente no mesmo instrumento se estabelecem as regras de funcionamento e as obrigações assistenciais e pias do Hospital. A direção do Hospital era atribuída a um governador, eleito pelos portugueses residentes em Roma, eleição essa que ocorria no palácio de S. Pedro, na presença do Vigário Geral do Papa, a quem cabia a aprovação da eleição. O Hospital pertencia, portanto, à nação portuguesa mas estava sobre a proteção da Igreja. Os estatutos, conhecidos até 1593, regeram o Hospital cerca de 104 anos, até à anexação dos hospitais portugueses projetada por D. Antão Martins de Chaves.

cional. Em Itália, D. Carlos consolidou a sua erudição clássica, que incluiu uma visita às ruínas de Pompeia¹⁴.

O *Grand Tour* era uma tradicional viagem pela Europa feita principalmente por jovens de classe média-alta. O costume floresceu desde cerca de 1600 até o surgimento do tráfego ferroviário em grande escala, na década de 1840, e costumava estar sempre associado a um determinado itinerário.

Os contextos geográficos da Antiguidade Clássica assumiam um papel fundamental no delinear dos percursos. Itália assumia um papel de referência fundamental. À partida, os viajantes levavam consigo uma imagem algo vaga do país, que era o principal destino dos “turistas” de Setecentos: aos textos latinos, à ópera, aos cenários shakespearianos e, sobretudo, aos relatos de viagens anteriores, acrescentavam-se as representações pictóricas de ruínas clássicas e cenários idílicos, presentes em algumas coleções aristocráticas.

A viagem significava a concretização das expectativas e a verificação dos ideais que durante os séculos anteriores se tinham formado em relação à Itália. Aquilo que uma educação privilegiada tornara conhecido sobretudo através do texto, adquiria agora a sua visibilidade. Cultura textual e visual eram indissociáveis¹⁵.

A glória do passado clássico estava sobretudo patente na cidade de Roma. A grandiosidade que lhe era conferida, enquanto centro político, religioso e artístico tornaram-na no lugar mais procurado. Era aqui que os viajantes passavam a maior parte do tempo de um itinerário que costumava durar vários meses, ou mesmo vários anos. Na capital italiana, concentravam-se os maiores aglomerados de ruínas romanas e também as melhores coleções públicas e privadas de escultura clássica¹⁶.

Terá sido no âmbito de algum dos *Grand Tours* da Casa de Bragança que surgiu o conhecimento e o interesse na obra de Tedeschi, possibilitando a sua entrada nas coleções reais, através de oferta ou aquisição?

Seguramente que pesquisas mais detalhadas sobre este tema poderão dar origem a respostas objetivas.

14 RAMOS, Rui, D. Carlos, 1863-1908, Coleção Reis de Portugal, Círculo de Leitores, 2006, p. 38.

15 HIBBERT, Christopher Hibbert, *The Grand Tour*, Londres, Thames Methuen, 1987, p. 531.

16 VICENTE, Filipa, *O Grand Tour de um príncipe do século XIX: as viagens de D. Pedro V à Europa em 1854 e 1855*, Revista de História das Ideias, A Cultura da Nobreza, Volume 19, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 533.



Fig. 2 – Nº 2 da Via dei Serpenti, Roma, onde faleceu Giuseppe Labre em 1783.

Fig. 3 – Nº 3 da Via dei Serpenti, Roma, antigo edifício do Hospital de Santo António dos Portugueses.



Fig. 4 – Brasão de Armas da Casa Real Portuguesa, confirmando a propriedade do edifício Nº 3 da Via dei Serpenti ao Hospital de Santo António dos Portugueses em Roma.



Fig. 5 – Edifícios 2 e 3 da Via Serpenti, em Roma.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BRIGANTI, G. *La pittura in Italia, Il Settecento*, tomo II, Electa, 1989
- HIBBERT, Christopher Hibbert, *The Grand Tour*, Londres, Thames Methuen, 1987
- MONGE, Maria de Jesus, *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, de Paço a Museu*, Tese de Mestrado em Museologia, Universidade de Évora, 2003
- TAVARES, Jorge Campos, *Dicionário de Santos*, Lello & Irmãos – Editores, Porto, 1990
- TEIXEIRA, José, *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1983
- VALAZZI, Rosaria, *La pittura del Settecento nelle Marche*, in *La pittura in Italia, Il Settecento*, coordenação de G. Briganti, tomo I, Electa, 1989
- VICENTE, Filipa, *O Grand Tour de um príncipe do século XIX: as viagens de D. Pedro V à Europa em 1854 e 1855*, Revista de História das Ideias, A Cultura da Nobreza, Volume 19, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998

Agradecimentos:

Dr.^a Giovanna Patrignani, Dr.^a Francesca Banini, Dr.^a Carla Lisci e Padre Ricardo Cardoso.

O CASTELO DO ALANDROAL NO ROL DA ORDEM DE AVIS (1362-1364)

António Rei*

<?> *Ph.D. Investigador Integrado Contratado no IEM / NOVA FCSH.

“Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória DL 57/2016/CP1453/CT0072”.

1. Introdução

Depois da conquista de Évora, em 1166, por Geraldo Sem-Pavor e os seus guerreiros, foi constituída, entre março de 1175 e abril de 1176¹ uma milícia, uma confraria de homens de armas, que passaram a ser designados por Freires de Santa Maria de Évora ou Milícia de Santa Maria de Évora.

Os cavaleiros receberam, logo ou algum tempo depois, a Regra e as Constituições da Ordem de Calatrava², pelo que também terão sido identificados como Milícia de Évora da Ordem de Calatrava.

¹ MENDONÇA, Manuel Lamas de, *A Ordem Militar de Avis revisitada (1515-1538). Um alheado entardecer*, Benavente, Ed. Fonte das Somas, 2019, em especial entre pp. 39-51; CUNHA, Maria Cristina Almeida e, “Aparecimento e Primórdios das Ordens Militares”, in *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*, Porto, FLUP, Biblioteca Digital, 2009, pp. 7-36, p. 22.

² Sobre os primórdios da Freiria de Évora, e da sua relação com Calatrava, v. MENDONÇA, Manuel Lamas de, *A Ordem Militar de Avis revisitada (1515-1538). Um alheado entardecer*, Benavente, Ed. Fonte das Somas, 2019, em especial entre pp. 39-51; AZEVEDO, Ruy Pinto de, “Primórdios da Ordem militar de Évora”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora* nº 8 (1967), pp. 49-53; v. também OLIVEIRA, Miguel de, *A Milícia de Évora e a Ordem de Calatrava*, *Lusitania Sacra*. Lisboa. ISSN 0076-1508. 1 (1956) pp. 51-64.

O mestrado da nova milícia de cavaleiros foi entregue a Gonçalo Viegas de Lanhoso, que ocupou aquele cargo entre 1175-6 e 1195, quando faleceu na batalha de Alarcos³.

Algures entre 1211 e 1215 a sede da Ordem foi deslocada para Avis, quando a construção do castelo ficou concluída, e já lá estavam seguramente em 1217, pois nesse ano receberam uma Carta de Proteção da parte de D. Afonso II⁴.

Por volta de 1363, o mestrado foi entregue pelo rei D. Pedro I a D. João, seu filho ilegítimo, que, duas décadas mais tarde, foi reconhecido e aclamado rei pelas Cortes de Coimbra de 1385, e tendo sido, conseqüentemente, o mestrado da Ordem de Avis integrado na coroa de Portugal.

2. Rol de bens da Ordem de Avis, porquê?

O rei D. Pedro I, previamente àquela nomeação para o Mestrado da Ordem de Avis, do seu filho ilegítimo, *D. João*, filho que tivera de Teresa Lourenço, e em consequência da morte, em 1362, do então Mestre da Ordem Militar de Avis, *D. Martim do Avelar*, o monarca mandou que se fizesse o arrolamento de todos os bens, fundiários, imóveis e móveis que davam infraestrutura à mesma Ordem, para que houvesse um conhecimento, o mais exato possível, dos bens da Ordem⁵.

Foi o primeiro momento em que um monarca português propôs para Mestre de uma Ordem militar um membro da Casa Real, ainda que ilegítimo.

3. As Ordens Militares e a Coroa

D. João, depois o Mestre-menino da Ordem de Avis, não se terá esquecido daquela iniciativa paterna, que também acabou sendo importante para a sua própria chegada ao trono, após a extinção da linha legítima da dinastia de Bor-gonha, em 1383.

³ MENDONÇA, Manuel Lamas de, *A Ordem Militar de Avis revisitada (1515-1538). Um alheado entardecer*, ... p. 71; CUNHA, Maria Cristina Almeida e, "Aparecimento e Primórdios das Ordens Militares" *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*, p. 22.

⁴ MENDONÇA, Manuel Lamas de, *A Ordem Militar de Avis revisitada (1515-1538)*. ...: o autor afirma no texto a dada de 1211, de fixação da Ordem em Avis, sem, no entanto, qualquer remissão. Na mesma página, em nota, afirma que, ainda assim, o primeiro documento que os refere como "Ordem de Avis", seja apenas de 1215 (v. p. 87 e *id.*, n. 202); CUNHA, Maria Cristina Almeida e, "Aparecimento e Primórdios das Ordens Militares", ..., pp. 24-25.

⁵ Esta documentação consta em ANTT, Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis, mc. 5, n.º 595. Para a edição e publicação do inventário em causa, v. infra n. 8.

Assim, D. João, já rei (mas que nunca deixou o *Mestrado de Avis*) acabou por colocar filhos seus à frente de várias Ordens militares: *D. Henrique* na *Ordem de Cristo*; *D. João* na *Ordem de Santiago*. E já no reinado seguinte, o rei D. Duarte (também filho de D. João I), fez de seu irmão *D. Fernando*, *Mestre de Avis*.

O longo processo que levou à integração dos Mestrados das Ordens na Coroa apenas se veio a consumir no reinado de D. João III⁶.

4. A Ordem de Avis na primeira metade do século XIV – algumas datas significativas

O primeiro momento significativo, que mostra a proximidade entre a Ordem de Avis e a Coroa, e a confiança que existia entre o rei e o Mestre de Avis, é quando, em 1319, o rei D. Dinis faz do Mestre de Avis, D. Gil Martins, o primeiro Mestre da recém-criada Ordem de Cristo⁷.

A riqueza natural da região, abundante em água e pastos, levou a que em 1326 o Mestre D. Frei Vasco Afonso tivesse que regular o acesso dos munícipes do Alandroal aos pastos e à lenha de duas propriedades da Ordem, e estabelecer valores a pagar mediante os casos de lenha verde em vez de seca; e da entrada não autorizada, dos diferentes gados, descriminando equídeos, muares ou asininos, e ainda ovídeos, caprídeos e porcinos⁸.

A coudelaria da Ordem de Avis no Alandroal, consequência direta da fertilidade das suas terras e da muita água disponível, forneceria muitos cavalos para as necessidades próprias da Ordem, mas também para vender, no Reino e fora dele⁹.

A Ordem de Avis teve, durante o reinado de D. Afonso IV, uma presença marcante em ações militares, no âmbito peninsular. Quer contra Leão e Castela,

⁶ Sobre os processos de controle das Ordens por parte da Coroa, e da sua final integração na mesma Coroa, v. CUNHA, Maria Cristina Almeida e, *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*,... pp. 37-44; e v. ainda *Ordens Religiosas em Portugal: guia histórico (das origens a Trento)*, (dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa). Lisboa, CEHR-UCP/ Livros Horizonte, 2005; e *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), 2ª ed., VI vols., Porto, Figueirinhas, 1989, “Ordens Militares”, vol. IV.

⁷ CUNHA, Maria Cristina Almeida e, *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*,... pp. 66-67; NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “A chancelaria da Ordem de Avis nos sécs. XIII e XIV. Notas de Diplomática e Sigilografia”, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro Sobre Ordens Militares*, Lisboa, 2005, pp. 169-190, p. 185.

⁸ NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “A chancelaria da Ordem de Avis nos sécs. XIII e XIV. Notas de Diplomática e Sigilografia ...”, pp. 187-188.

⁹ MARTINS, Miguel Gomes, “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”, in *Castelos das Ordens Militares. Encontro Internacional*, FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira [coord.], (Vol. 1-2) Palmela, 2014, pp. 409-426, p. 418-420.

durante a guerra de 1336 a 1338¹⁰, quer participando na coligação peninsular que em 1340 venceu a Batalha do Salado.

Para termos uma ideia do poder bélico da Ordem de Avis, basta referir uma força de 600 cavaleiros comandados pelo Mestre D. Martim do Avelar, e foi a Castela em 1361, em auxílio do rei castelhano Pedro I, e composta essencialmente por membros da Ordem.¹¹

Este momento em 1361 é significativo porque ocorre precisamente no ano anterior à morte de D. Martim do Avelar, facto que deu origem ao inventário que iremos analisar, no que concerne exclusivamente ao Alandroal.

Vejamos pois, no relativo ao Alandroal e ao que a Ordem lá detinha então, o que consta no inventário de bens. Esta nossa análise assenta na edição feita por Pedro A. de Azevedo¹².

5. Imóveis da Ordem de Avis no Alandroal

(“O cabeça do centeio, a que chamam as ferrarias, aí tem o Mestre, de cada apeiro completo, que aí esteja, quando lavrar cada manhã, cinco açiellas¹³ de dízimo”)¹⁴.

Este excerto fala-nos de um local, o “cabeça do centeio”, uma elevação de terreno usada para produção daquele cereal, e que também era chamado de “ferrarias”, evidenciando a presença de ferro naquele espaço, uma realidade mineral sempre presente no Alandroal e sua região.

¹⁰ MARTINS, Miguel Gomes, “A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338”, in *Promontoria*, DHAP - UALG, Ano 3 Número 3, 2005, pp. 19-80.

¹¹ MARTINS, Miguel Gomes, “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”, in *Castelos das Ordens Militares. Encontro Internacional*, ..., p. 410.

¹² AZEVEDO, Pedro A. de, “Um inventário do século XIV”, in *O Archeologo Português*, Volume VII (1902 - ed. 1903), pp. 223-234, 259-265, 305-308; “Alandroal”: pp. 261-263.

¹³ V. infra n. 12.

¹⁴ AZEVEDO, Pedro A. de, “Um inventário do século XIV”, in *O Archeologo Português*, ... p. 261, n. 1.

A referência ao dízimo devido ao Mestre de Avis, e a ser pago por uso de instrumentos de lavra, arado ou mais provavelmente charrua¹⁵, para lavras, e que constava de cinco *acielas*, barras, lingotes ou lâminas de metal¹⁶, que presumimos seriam de ferro, metal tão acessível por ser tão presente no solo da região.

Bens móveis da Ordem de Avis no Alandroal

6. Coudelaria da Ordem

Uma das particularidades e especificidades da região do Alandroal no âmbito da Ordem de Avis, era a sua fertilidade, com pastos, forragens e águas, que permitiam a criação de cavalos, existindo nesta zona a principal coudelaria da Ordem de Avis. A sua manutenção, e a dos animais, obrigaria a ter a seu cargo inúmeros indivíduos, com funções variadas e algumas mesmo especializadas¹⁷.

Se o cavalo era um animal emblemático, socialmente, que distinguia quem o montava, o qual por essa condição deveria ser obrigatoriamente um nobre, era também extremamente importante, na paz como meio de transporte, e na guerra como arma pesada e veloz.

Uma Ordem militar necessitava, portanto, imenso de equídeos, quer para os cenários bélicos, quer também para os momentos de aparato.

A descrição é muito exata e precisa, descriminando, por exemplo quantas éguas pariram crias machos e quantas pariram crias fêmeas.

¹⁵ Na intervenção arqueológica que teve lugar no interior do Castelo do Alandroal em 2012, dirigida por Conceição Roque, e em que foram encontrados espaços da primitiva Igreja matriz medieval, entre os vários enterramentos encontrados, um tinha na cabeceira uma pedra inscrita em que era reproduzida uma charrua. Curiosamente, e tanto quanto se conhece, o apelido Charrua terá tido origem precisamente na região do atual concelho de Alandroal. Constatei pessoalmente o facto, ao ter sido convidado pela arqueóloga responsável a visitar a escavação em curso, e a quem expressei o meu agradecimento. Uma coincidência, no mínimo, curiosa.

¹⁶ KAZIMIRSKI, A. de B., *Dictionnaire Arabe-Français*, II vols., Maisonneuve et Cie. Ed., Paris, 1860, vol. I, p. 1177; DOZY, R., *Supplément aux Dictionnaires Arabes*, II vols., E.J. Brill, Leyden, 1881, vol. I, p. 714; MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 4ª ed., 5 vols., Lisboa, Horizonte, 1987, vol. I, p. 74 (Acicla: barra de ferro); CORRIENTE, Federico, *Diccionario Arabe - Español*, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1986, p. 386 (hoja de arma); TAVARES, Maria Alice da Silveira, *Vivências quotidianas da população urbana medieval: o testemunho dos Costumes e Foros da Guarda, Santarém, Évora e Beja*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2007, III vols. policop., vol. I, p. 112 e n. 637; e vol. II, p. 117).

¹⁷ AZEVEDO, Pedro A. de, "Um inventário do século XIV", in *O Archeologo Português*, ... p. 224. V. também supra n. 10 e o texto que a ela remete.

Para um conjunto de 14 éguas (6 éguas paridas de potros machos e 8 éguas paridas de potros fêmea), havia 1 cavalo semental (cavalo das éguas), e ainda se contam 10 potros machos (5 potros machos de 2 anos e 5 potros machos de 6 anos), e 19 éguas novas, que ainda não tinham sido cobertas (alfeirias)¹⁸.

Ou seja, um conjunto total de equídeos, a que se somarmos as crias das éguas paridas nesse ano, chega aos 58 animais¹⁹.

7. Adega da Ordem e outros Vinhos

Relativamente ao vinho pertença da Ordem, produzido e guardado, surge uma Adega, propriamente dita, e mais algum vinho guardado em outras adegas, ou no mínimo, em outros recipientes, de outrem que não de algum membro da Ordem.

Na Adega da Ordem constam dez talhas de vinho branco cheias; mais três talhas de vinho rosete; oito talhas de vinho vermelho (tinto), das quais cinco de bom vinho e três de mau vinho.

*Existiam ainda duas talhas quebradas, e como elementos acessórios à produção vitivinícola, encontram-se uma tina, e um cocho de pisar “tinta” (uva tintureira)*²⁰.

Consta ainda uma talha de vinho, na adega de João dos Passos (Joham dos Pasos), cujo vinho é do Mestre. A talha é de aluguer (*alquiel*) e o vinho é gasoso (*formiguento*).

O Mestre tem ainda uma cuba de vinho na adega de Mariana Martins (*Madrjana Martinz*). “O vinho é do Mestre, a cuba é de *Madrjana Martins* e o vinho é mau”.²¹

8. Vacada

Terras férteis, com erva alta, que possibilitava criar cavalos, também tinha naturais condições para nelas poder criar gado vacum, o que acontecia de facto, tendo a Ordem de Avis também nesta região um significativo número de reses.

¹⁸ KAZIMIRSKI, A. de B., *Dictionnaire Arabe-Français*, ..., vol. I, p. 525; DOZY, R., *Supplément aux Dictionnaires Arabes*, ..., vol. I, pp. 344-345; CONSTANCIO, Francisco Solano, *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa*, Paris, 1836, p. 49 (alfeirias: que ainda não pariram).

¹⁹ AZEVEDO, Pedro A. de, “Um inventário do século XIV”, in *O Archeologo Português*, ... p. 261.

²⁰ Sobre como produzir vinho tinto a partir de uva de polpa branca, V. “A cor da polpa, e as uvas tintureiras” -<http://www.tintosetantos.com/index.php/desmistificando/494-a-cor-da-polpa-e-as-uvas-tintureiras> (visto em 17 outubro 2020).

²¹ AZEVEDO, Pedro A. de, “Um inventário do século XIV”, in *O Archeologo Português*, ... p. 261.

No inventário constam arroladas, numa primeira contagem, 98 cabeças de gado, das quais 19 paridas e 31 machos.

A que foram acrescentados, depois, mais 2 touros, e 1 vaca que andava apartada, e ainda 1 novilho (*almalho*)²², perfazendo assim um total de 102 cabeças²³.

9. Igreja

Na Igreja, que seria da Ordem, por estar dentro do Castelo (como aliás ainda hoje a Matriz do Alandroal está, e quase no mesmo local), mas que seria também a principal, quiçá a única então, da localidade.

Sendo, relativamente ao Alandroal, uma das listagens mais extensas, convém não perder de vista o lado monástico das Ordens militares, que, na Idade Média, nunca deveriam descuidar o lado religioso da sua vivência e atividade.

O inventário identifica como “Ornamentos”, todo o conjunto de livros litúrgicos, vestes e alfaia litúrgica que aí se encontravam, e que eram os seguintes:

9.a. Livros litúrgicos

– *um Livro de Ofícios, místico de canto e leitura*

Uma coletânea referente a todos os sacramentos, e que incorporava não apenas todos os textos a eles alusivos, mas também os respetivos cânticos²⁴.

– *um Dominical*²⁵ e *um Santoral*²⁶, ambos velhos.

Respetivamente, uma compilação de textos para serem lidos nos diferentes períodos do calendário litúrgico; e um panegírico dos santos, e assinalando as respetivas festividades.

²² Almalho = novilho. V. CONSTANCIO, Francisco Solano, *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa*, Paris, 1836, p. 55.

²³ AZEVEDO, Pedro A. de, “Um inventário do século XIV”, in *O Archeólogo Português*, ... p. 261.

²⁴ PEREIRA, Isaías da Rosa, “Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais”, *Signo. Revista de História da Cultura Escrita*, 3 (1996) Universidad de Alcalá de Henares, pp. 133-161: “Livro litúrgico chamado o Liber Misticus, que era na realidade um livro misto, porque continha textos da missa e do ofício coral”. (p. 154).

²⁵ PEREIRA, Isaías da Rosa, *ob.cit.*, Dominical ou Domingal: “uns eram destinados à missa, outros ao ofício coral, alguns tinham notação musical, responsórios e antífonas, outros destinavam-se apenas ao ofício recitado”. (p. 145). Pela descrição anterior, e pela referência de que o Dominical era “velho”, parece haver uma semelhança, em conteúdos e funções, entre o *Dominical* e o *Livro de Ofícios*, que pode que o tenha vindo a substituir, tanto mais que este não é “velho”.

²⁶ PEREIRA, Isaías da Rosa, *ob.cit.*, “O Santoral contém os ofícios próprios das festas dos santos”, (p. 159); CONSTANCIO, Francisco Solano, *Novo Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa*, Paris, 1836, p. 873.

– *Dois Saltérios, um velho e um novo. Ao novo falta um caderno, e não está encadernado.*²⁷

Obra parcelar de parte do Antigo Testamento da Bíblia, designadamente do Livro dos Salmos, o qual é atribuído ao rei David.

– *Um Caritanho capitolar*²⁸, ou seja, um breviário ou um pequeno livro de litanias ou ladainhas.

– *Um Missal velho*²⁹, onde está o ofício da missa da Trindade [festa móvel, 8 semanas depois da Páscoa], e do Espírito Santo [domingo de Pentecostes, 50 dias depois da Páscoa], da Santa Cruz [14 de setembro], dos Anjos da Guarda [2 de outubro] e dos Apóstolos [29 de junho] e outras orações.

Este Missal incluiria os ofícios de uma série de festividades do calendário litúrgico³⁰, com eventual importância para os valores e a simbólica da própria Ordem de Avis.

– *Um livro de batizar e de encomendar, velho e roto*³¹

De temática parcelar, terá sido, muito provavelmente, substituído pelo primeiro de todos, Livro dos Ofícios, onde constavam os rituais de todos os ofícios.

9.b. Vestes e / ou paramentos

Três vestes compridas velhas

Dois mantos de festa, um bom e outro roto

A descrição muito sumária e pouco caracterizada, não permite identificar se se tratariam de vestes paramentais de sacerdote, ou de vestes dos hábitos dos cavaleiros, ou outros dignitários da Ordem, em especial, no que concerne aos “mantos de festa”.

²⁷ PEREIRA, Isaiás da Rosa, *ob.cit.*, “O Saltério contém os salmos distribuídos pelos diferentes dias, e partes do ofício coral” (p.159); CONSTANCIO, Francisco Solano, *Novo Dicionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa*, Paris, 1836, p. 811 (: livro de salmos).

²⁸ PEREIRA, Isaiás da Rosa, *ob.cit.*, “Um caritanho de capitular era um livrinho destinado ao celebrante que preside ao ofício divino”. (p. 143); CONSTANCIO, Francisco Solano, *Novo Dicionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa*, Paris, 1836, p. 225.

²⁹ PEREIRA, Isaiás da Rosa, *ob.cit.*, “O Missal resulta de uma longa evolução, e coleção de livros originariamente separados (sacramentário, colectário, leccionário, etc.)” (p. 154).

³⁰ As duas primeiras festividades, Trindade e Espírito Santo / Pentecostes, são festas móveis, que são estabelecidas em função da Páscoa. Já as outras três, Apóstolos, Santa Cruz e Anjos, têm datas fixas. Para as mesmas v. CORTEZ, Jeronymo, *Lunario Perpetuo* (1ª ed.: Valencia, 1594), Porto, Lello & Irmão, 1975, respetivamente, pp. 79, 91 e 95.

³¹ PEREIRA, Isaiás da Rosa, *ob.cit.*, “Vários rituais do baptismo e dos funerais” (p. 154).

As “vestes compridas velhas” poderiam tratar-se de *aljubas*, ou talvez mais, de *tabardos*, estes mais consentâneos quer com os meios militares, quer com as atividades bélicas, por permitir uma muito maior mobilidade dos membros, quer superiores, quer inferiores³².

9.c. Alfaias de litúrgicas

Cálices, cruz e turíbulo são do Concelho

Esta informação fala-nos de bens próprios do Concelho, que seriam de valor, atendendo aos fins a que se destinavam.

Informa-nos ainda do facto do mesmo Concelho ser uma realidade administrativa diferente, ainda que justaposta e, como se percebe, cooperante com a Ordem.

10. Ferraria

*248 e ½ acielas
9 tábuas “sarradiças”
6 enxadas e uma quebrada
1 apeiro de trabalhar o ferro,
com 1 par de tenazes,
com 1 picão,
1 martelo de britar
e 1 alavanca de ferro.*

Uma instituição que se dedica devotadamente à guerra teria que ter bastantes reservas de ferro. As que constam neste inventário poderiam provir de extração local, atendendo ao subsolo ferros da região, mas também do dízimo de 5 acielas a pagar ao Mestre quando fossem usados instrumentais de lavra no cabeço do centeio, como atrás foi constatado.

Em relação às tábuas, não se entende exatamente se ainda poderiam ser serradas, ou já o tinham sido.

Enxadas para funções várias, desde atividades da horta, até à abertura de covas funerárias.

³² MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1971: “O Traje”, pp. 23-62, para a aljuba e o tabardo: p. 32 e figs. 30 e 31.

E um conjunto instrumental, o apeiro, que permitiria depurar ou trabalhar o ferro. Quer na produção de barras, através de processos de purificação do minério extraído; quer também com a produção de armamento ofensivo (espadas, lanças, flechas e virotões) e defensivo (cotas de malha e peças de armadura).

11. Armazéns e Covas de pão

10 quarteiros (c. 1440 kg) e um meio alqueire (c. 4,5 kg) de trigo
Num total de cerca de 1444,5 kg de trigo
1 caldeira
30 alqueires de trigo podre (c. 240 kg)³³ de fundo de cova
18 queijos

Aqui encontramos armazenamento de cereais, algum já deteriorado, e também de queijos, os quais não seriam difíceis de conseguir, atendendo à grande quantidade de gado vacuum que existia nas terras da Ordem.

A caldeira poderia servir para fazer sopas, ou papas de cereais, estas com água ou, mais reforçadas, com leite. Ou para, fervendo o leite, o prepare para vir a transformar-se em queijo, muito mais fácil de armazenar e com maior duração.

Bens que se encontravam no Castelo, na Torre principal

Aqui encontramos o conjunto propriamente militar de todo o espólio, e que envolve insígnias da Ordem, armamento defensivo e ofensivo.

12. Insígnias várias

Um catormel com cruces verdes de geebe³⁴ verde
“Sobressinais” de geebe vermelho, com cruces verdes em campo de prata

³³ Para a metrologia medieval portuguesa, v. REI, António, *Pesos e medidas de origem islâmica em Portugal. Notas para o seu estudo*, Chão de Letras, nº 1, Câmara Municipal de Évora / Startcult / Casa da Balança, 1998; LOPES, Luís Seabra. «Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI», *Portugalia*, Nova Série, XXIV, FLUP, Porto, 2003, pp. 113-164.

³⁴ *Gicebi ou geebe*: in DANTAS, Júlio, *Pátria Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 1916, p. 305: «... e mando ao dito mosteiro duas vestimentas, hua de gicebi rosado, outra de seda com senaes del Rey e com castellos de ouro» (*Test. de Tareja Annes*, an.de 1350, *Prov.*, I, 134); «... huns panos dondas de geebe (gicebi) rosado com sinaes de Portugal E Aragão em que anda muito aljôfar» (*Lenda de Santa Isabel, Monarch. Lusit*, parte IV, pag.513); «...hum sombreiro de gueebe (gicebi) vermelho com seu cordão de aljôfar e com pedras grandes, vermelhas, quadradas» (*Jóias de D. Leonor de Aragão, filha de Afonso IV*, ano de 1347, *Prov.*, I, p. 258).

Várias insígnias da Ordem de Avis, eventualmente um género de estandartes, pois ambas as descrições referem as “cruzes verdes”, em tela preciosa, que era passível de ser tingida de várias cores, entre as quais vermelho e rosado, e também verde, como atrás dito no “catormel”, peça cujo termo não nos foi possível identificar.

13. Armamento defensivo de aparato e outros

Solhas³⁵ cobertas de geebe vermelho

Jubete³⁶ coberto de maromaque³⁷

pares de sapatos de ferro

2 pares de esporas douradas de roda

1 par de esporas douradas com cruzes

bestas com 2 cintos

Umas cabeçadas de cavalo com sinais de cruzes

bragueiro d'armas³⁸

manta velha

1 tapete velho de couro

Encontramos aqui várias peças que, pela descrição, seriam mais peças de aparato, para usar em momentos festivos, mais do que efetivamente na guerra.

Duas proteções do torso, uma solha e um jubete, ambos cobertos por tecidos preciosos, respetivamente a solha coberta por geebe ou gibeci, que surge também nos estandartes da Ordem, como vimos atrás; e o jubete coberto por maromaque, um tecido ainda mais rico, por ser constituído por seda e ouro.

E também alguns pares de esporas douradas, e ainda umas cabeçadas de cavalo ornamentadas com os símbolos da Ordem.

³⁵ Solha: arma defensiva tipo cota, guarnecida com lâminas ou placas de ferro (VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário*, II vols., Porto, Civilização, 1984, p. 569).

³⁶ Jubete (ou jubote, ou gibanete): colete revestido de ferro (VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário*, II vols., Porto, Civilização, 1984, pp. 338 e 302).

³⁷ *HERCULANO, Alexandre (ed.), Portugaliae Monumenta Historica, Academia das Ciências de Lisboa*, Scriptores: V. 1, fasc. 3, 1861, pp. 281-420, p. 285: Maromaque: antigo tecido de seda bordado a oiro ou prata; KAZIMIRSKI, A. de B., *Dictionnaire Arabe-Français*, ..., vol. I, pp. 909-910; DOZY, R., *Supplément aux Dictionnaires Arabes*, ..., vol. I, p. 549; MAÍLLO SALGADO, Felipe, *Los arabismos del castellano en la Baja Edad Media*, Ediciones Universidad de Salamanca, 1998, p. 172.

³⁸ CONSTANCIO, Francisco Solano, *Novo Dicionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa*, Paris, 1836, p. 187: peça da armadura que protege os genitais.

14. Tombo local da Ordem

*1 hucha (arqueta) longa, com escrituras
1 arca com duas fechaduras
Outra arca que diziam era do Calvo³⁹
Duas arcas cheias de escrituras, que foram chapeadas a ferro, e dito ao
Alcaide “que as guardasse onde lhes não chovesse encima”.*

Estas duas arcas foram localizadas na “Outra Torre”.

Poderemos dizer que aqui estamos em presença do Tombo local da Ordem, em poderiam constar documentos com eventual interesse geral para a Ordem, se tivermos em conta algumas especiais recomendações que o inventariante fez em relação a algumas daquelas arcas.

Uma delas, a que tinha duas fechaduras, o que faz pressupor que, por segurança, teria que ser aberta em simultâneo por duas pessoas, aquelas quem teriam sido confiadas cada uma das chaves.

Constam ainda outras três arcas com documentos. Duas delas reforçadas por chaparia de ferro, e que exigiriam uma especial preservação, pela importância da documentação nelas contida.

E há ainda uma outra arca que remonta à época da edificação do próprio castelo do Alandroal, entre 1294 e 1298, pois essa arca teria pertencido ao mestre arquiteto responsável pela construção, o famoso e enigmático “Mouro Calvo”.

15. Outra Torre

*18 capelos de ferro, do armazém
1 bacinete melado
2 elmos velhos
Vinte e uma proteções para a cabeça*

*15 gorjeiras
Proteções para o pescoço e parte superior do peito*

³⁹ O Calvo, o “Mouro Calvo”, o alarife ou arquiteto que construiu o Castelo do Alandroal para a Ordem de Avis, entre 1294, no mestrado de D. João Afonso, e concluído em 1298, já no mestrado de D. Lourenço Afonso. Sobre o Calvo, e na busca da sua identificação, v. REI, António, *“O Alarife do Castelo do Alandroal”* - subsídios onomásticos para a sua identificação”, Brados do Alentejo, 30 janeiro 1998, Estremoz, pp. 1 e 10. V. ainda REI, António, “As Revoltas Mudéjares no ‘Algarbe’ ibérico em meados do século XIII e a divisa dos Násridas de Granada na zona do Médio Guadiana”, *Callipole* - Rev. Municipal de Cultura n.ºs 10-11 (2002-03), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp.19-26.

30 solhas de almazém, cada uma com os dois pés
Couraças com ambas as partes, dianteira e traseira

1 estribeira ieneta (ou jeneta)
De origem, ou ao modo dos Zeneta ou Zanâta, berberes do Atlas, excelentes cavaleiros, donde provém o nosso termo “ginete”.

1 elmo de cavalo, de coiro
1 mesa velha
1 tábua longa
1100 setas em 2 caixas
Umas caixas, que têm, não chega a 100 setas
22 escudos
1 cinto
2 arcos de besta, quebrados
1 coronha mourisca
1 coronha de craveira, quebrada
50 aciellas e 10 grãos de ferro miúdo deteriorado
1 arca de verga cheia de viras⁴⁰, umas com ponta, outras sem ela
1 cocho longo cheio de viras⁴¹
1 cortiço cheio de algodão, que pesou 20 arráteis e meio (+/- 9,5 kgs)

Nas armas de ataque de propulsão neurobalística, há aqui duas realidades.

Uma através da referência explícita à arma, a besta, e aos seus projéteis, as viras, e ainda às outras viras, com que os besteiros protegiam a mão.

Mas a grande quantidade de setas, por comparação com as viras, que nem foram contabilizadas, parece indiciar a existência implícita de arcos, ainda que não haja registos dos mesmos no inventário.

⁴⁰ Vira ou virotão: Seta de besta, muito aguda. In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/viras> [visto em 10-11-2020].

⁴¹ Esta segunda referência a “viras”, sem referir se tinham pontas ou não, aponta, quanto a nós para uma outra peça relacionada com o manuseamento da besta: também eram chamadas de “viras” as tiras de couro com que os besteiros protegiam a mão para armarem e usarem a arma. In *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/viras> [visto em 10-11-2020].

16. Conclusões

O que nos transmite este inventário relativamente ao Alandroal?

Fala-nos da natural importância estratégica da Vila do Alandroal, e da Comenda da Ordem de Avis, pela condição raiana da região, junto à fronteira com Leão e Castela.

Mas a sua importância era também de ordem económica, cujas componentes discriminaremos mais adiante, pois num arrolamento de 1327 (as “Definições de 1327”) a Comenda do Alandroal é identificada como uma das três comendas mais rentáveis de toda a Ordem de Avis.

A defesa do Castelo, e o buscar manter o inimigo à distância, justificará a grande quantidade de projéteis (setas e viras), que então ali se encontravam armazenadas e contabilizadas.

Sendo uma Ordem militar, em que os seus membros estavam vinculados a votos de tipo monástico, o inventário arrola vários livros litúrgicos. Alguns mais usados e em pior estado de conservação, e outros mais recentes, que vieram substituir nos ofícios religiosos aqueles mais antigos, não apenas pelo uso, mas também porque a própria liturgia foi sofrendo alterações, as quais deram origem a novas compilações, em que coexistiam textos e também notações musicais.

Ficamos sabendo da riqueza natural da região, da fertilidade dos seus campos, de onde poderiam proceder os cereais referidos, nomeadamente trigo e centeio.

Teriam também vinhas, de onde produziam vinhos tintos, brancos, rosados e gasosos.

A grande abundância de minério de ferro na região, era uma outra riqueza natural, já que o minério era necessário para, entre outros fins, a produção de armas ofensivas e defensivas, para construir instrumentos agrícolas, e também para os inúmeros e necessários apetrechos do essencial, naquele âmbito, ofício de ferreiro.

As altas pastagens permitiam que animais de alto porte, equídeos e vacum, se alimentassem convenientemente, e se os últimos davam força de trabalho e tração, e também alimento; os primeiros davam corpo à principal coudelaria da Ordem.

As diferentes informações encontradas, e correlacionáveis com o aspeto alimentar, corroboram-nos a alimentação típica medieval de cavaleiros, neste caso dos cavaleiros de uma Ordem militar.

Aqueles cavaleiros, que sendo pobres por opção, não deixavam de ser nobres (aliás se o não fossem não poderiam mesmo entrar nas Ordens militares), ainda que maioritariamente segundogénitos e ou ilegítimos. Constata-se assim uma alimentação, em que durante a maior parte do ano era à base de carne, de pão

e de vinho, sendo a carne a marca distintiva da alimentação dos nobres, por comparação com os plebeus.

E o pão e o vinho também são, simultaneamente, os elementos eucarísticos necessários à missa, a consagrar e comungar.

Em alturas de jejum e em especial durante a Quaresma, na dieta dos cavaleiros, a carne seria substituída pelo queijo, cuja presença também consta no inventário.

O uso das insígnias da Ordem far-se-ia presente durante as ações bélicas, e em algumas das festividades do calendário litúrgico, ou de outra natureza.

Os cenários festivos justificariam, por parte dos principais da Ordem - o Comendador do Alandroal, por exemplo -, ao uso dos trajes de maior luxo, guarnecidos com tecidos caros, e recamados a ouro e prata, ao calçar de esporas douradas, e a montar cavalos com as cabeceiras ornamentadas com a cruz verde da Ordem de Avis.

BIBLIOGRAFIA

Fonte

ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, mc. 5, n.º 595.

Estudos

AZEVEDO, Pedro A. de, “Um inventário do século XIV”, in *O Archeologo Português*, Volume VII (1902 - ed. 1903), pp. 223-234, 259-265, 305-308.

AZEVEDO, Ruy Pinto de, “Primórdios da Ordem militar de Évora”, in *Boletim da Junta Distrital de Évora* nº 8 (1967), pp. 49-53.

CONSTANCIO, Francisco Solano, *Novo Dicionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa*, Paris, 1836

CORRIENTE, Federico, *Diccionario Arabe - Español*, 2ª ed., Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1986

CORTEZ, Jeronymo, *Lunario Perpetuo* (1ª ed.: Valencia, 1594), Porto, Lello & Irmão, 1975

CUNHA, Maria Cristina Almeida e, “Aparecimento e Primórdios das Ordens Militares”, in *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*, Porto, FLUP, Biblioteca Digital, 2009

DANTAS, Júlio, *Pátria Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 1916

- DOZY, R., *Supplément aux Dictionnaires Arabes*, II vols., E.J. Brill, Leyden, 1881
- HERCULANO, Alexandre (ed.), *Portugaliae Monumenta Historica, Academia das Ciências de Lisboa*, Scriptores: V. 1, fasc. 3, 1861
- KAZIMIRSKI, A. de B., *Dictionnaire Arabe-Français*, II vols., Maisonneuve et Cie. Ed., Paris, 1860
- LOPES, Luís Seabra. «Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI», *Portugalia*, Nova Série, XXIV, FLUP, Porto, 2003, pp. 113-164.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 4ª ed., 5 vols., Lisboa, Horizonte, 1987
- MAÍLLO SALGADO, Felipe, *Los arabismos del castellano en la Baja Edad Media*, Ediciones Universidad de Salamanca, 1998
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1971
- MARTINS, Miguel Gomes, “Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média”, in *Castelos das Ordens Militares. Encontro Internacional*, (Vol. 1-2) FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira [coord.], Palmela, 2014, pp. 409-426
- MARTINS, Miguel Gomes, “A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338”, in *Promontoria*, DHAP - UALG, Ano 3 Número 3, 2005, pp. 19-80.
- MENDONÇA, Manuel Lamas de, *A Ordem Militar de Avis revisitada (1515-1538). Um alheado entardecer*, Benavente, Ed. Fonte das Somas, 2019.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “A chancelaria da Ordem de Avis nos sécs. XIII e XIV. Notas de Diplomática e Sigilografia”, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro Sobre Ordens Militares*, Lisboa, 2005, pp. 169-190
- OLIVEIRA, Miguel de, “A Milícia de Évora e a Ordem de Calatrava”, *Lusitania Sacra*. Lisboa. 1 (1956) pp. 51-64.
- PEREIRA, Isaías da Rosa, “Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais”, *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 3 (1996) Universidad de Alcalá de Henares, pp. 133-161
- REI, António, *Pesos e medidas de origem islâmica em Portugal. Notas para o seu estudo*, Chão de Letras, nº 1, Câmara Municipal de Évora / Startcult / Casa da Balança, 1998;

- REI, António, “O Alarife do Castelo do Alandroal - subsídios onomásticos para a sua identificação”, *Brados do Alentejo*, 30 Janeiro 1998, Estremoz, pp. 1 e 10
- REI, António, “As Revoltas Mudéjares no ‘Algarbe’ ibérico em meados do século XIII e a divisa dos Násridas de Granada na zona do Médio Guadiana”, *Callipole - Rev. Municipal de Cultura* nºs 10-11 (2002-03), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp.19-26.
- SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 2ª ed., VI vols., Porto, Figueirinhas, 1989.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: guia histórico (das origens a Trento)*, Lisboa, CEHR-UCP/ Livros Horizonte, 2005
- TAVARES, Maria Alice da Silveira, *Vivências quotidianas da população urbana medieval: o testemunho dos Costumes e Foros da Guarda, Santarém, Évora e Beja*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, FLUL, 2007, III vols. policop.,
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram* (1ª ed. 1798), II vols., Porto, Civilização, 1984

Webgrafia

- “A cor da polpa, e as uvas tintureiras” - <http://www.tintosetantos.com/index.php/desmistificando/494-a-cor-da-polpa-e-as-uvas-tintureiras>
- *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org>

O TESTEMUNHO DE ANTÓNIO DAS CHAGAS NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DE ELVAS E CAMPO MAIOR: O OFÍCIO DA PRATA NO CONTEXTO DIOCESANO DE SETECENTOS

Nuno Cruz Grancho

Resumo

Pretende-se com este contributo dar a conhecer o percurso artístico de António das Chagas, um prateiro elvense que permaneceu praticamente desconhecido da historiografia de arte portuguesa, até ao presente. O desenvolvimento do seu ofício entre os anos de 1717 a 1754, período para o qual conseguimos reunir prova documental para a sua produção artística, permite-nos atestar a sua passagem por inúmeras confrarias sedeadas em diferentes igrejas da cidade de Elvas e da vila de Campo Maior. O seu percurso balizado pelo reinado de D. João V, insere-se do ponto de vista artístico no estilo barroco, vocabulário que reconhecemos aos raros exemplares que subsistiram até à actualidade. Importante contributo para a sua produção, foi a dinâmica artística promovida pelas inúmeras agremiações religiosas, com particular vigor em Elvas setecentista, promotoras de um número bastante expressivo de encomendas que desse modo, asseguravam a realização profissional de muitos dos artistas activos na cidade, sede diocesana, mas também em outros centros urbanos da sua circunscrição, de que o prateiro António das Chagas é manifestamente um exemplo.

Palavras-passe: Ourivesaria, Prata, Elvas, António das Chagas, séc. XVIII

Introdução

O século XVI, imprimiu por via do Concílio de Trento, um fortalecimento das agremiações religiosas de carácter civil¹ edificadas em território nacional, não constituindo excepção essa mesma tendência na cidade de Elvas. As confrarias e irmandades, afetas às mais distintas invocações, como teremos oportunidade de observar naquele que foi o percurso do prateiro elvense António das Chagas, detinham entre as suas mais nobres funções, as de carácter social (com especial pendor para as assistenciais), a responsabilidade da prática cultural (com particular incidência na organização de procissões) apresentando-se ainda, e, não raramente, como instituições de crédito como deixa transparecer a documentação por nós conhecida.²

A par dos objectivos anteriormente elencados, de particular importância, dois outros elementos cumpriam-se com a criação destas agremiações religiosas de cariz civil, de particular relevo no contexto do nosso estudo. A integração das classes mais populares, onde predominava um elevado número de profissionais de ofícios artísticos, como se depreende da consulta dos fundos documentais, é corroborado por José Fonseca quando refere constituir o ingresso nestas organizações um veículo de promoção social,³ por via do desempenho dos mais distintos ofícios artísticos.

Um segundo elemento, relacionado com o anterior, reside como já tivemos oportunidade de aflorar muito superficialmente num estudo de nossa autoria,⁴ na dinamização artística que estas instituições imprimiam no território, onde a prática mecenática rareava, cerceada a um número muito reduzido de personalidades que na generalidade das vezes não ia além dos prelados e de uma baixa nobreza, residente no território diocesano. As irmandades e confrarias afirmavam-se, por tudo isso, como relevantes encomendadores no decorrer do século XVI e XVII, alcançando na centúria de Setecentos, particular visibilidade no contexto das artes decorativas, com proeminência da ourivesaria da prata, através da qual conseguimos agora delinear uma aproximação ao percurso do prateiro António das Chagas.

¹ Jorge FONSECA, *Religiosa e Liberdade. Os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (século XV a XIX)*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2016, p. 15.

² *Idem.*, pp. 12-13 e 16.

³ *Idem.*, p. 12.

⁴ Nuno Cruz GRANCHO, “Domingos de Queirós prateiro mayor nesta cidade. Contributos para o estudo da produção denotaria seis-setecentista em Elvas”, In *Revista Museu*, (IV Série, n.º 24) Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2018-2020, pp. 21-34.

António das Chagas: alguns dados biográficos

Tivemos oportunidade de proceder a duas referências superficiais ao prateiro António das Chagas num estudo anterior onde registámos a sua existência em Elvas,⁵ no universo artístico de Setecentos. As investigações desenvolvidas posteriormente, trouxeram algumas novidades biográficas, embora permaneça desconhecido qualquer dado de âmbito profissional, que fosse ao encontro do processo de aprendizagem do ofício, que acreditamos poder ter decorrido por via familiar, como era usual, ainda que não estejamos na posse de qualquer elemento comprovativo.

Sabemos, contudo, ter ingressado como irmão da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, na qual foi assumindo inúmeros cargos, entre os quais se conhece o de Mestre dos Noviços, Enfermeiro Mor, para além de Vigário do Culto Divino.⁶ Na prática, era entregue à sua responsabilidade, no caso deste último, as “*dependências, com que lhe fosse preciso pera ornato da Sanchristia e culto divino da mesma Igreja com obriguacão de no fim de todos os annos dar conta do que recebeu, e despendero tendo para este effeito hum livro de receita, e despesa*”.⁷

Podemos deduzir de igual modo, daquele que foi o percurso do prateiro elvense, activo na cidade entre sensivelmente 1717 e 1753 – período para o qual encontramos comprovação documental da sua actividade artística – o desempenho de diferentes trabalhos que habitualmente se conferem a estes oficiais, entre os quais se conta a produção, concerto e limpeza de objectos de prata, somente em contexto religioso. A sua produção artística, para um vasto conjunto de instituições, parece não ter resultado num número elevado de peças de sua autoria, fundamentando-se a nossa investigação na prova documental que nos foi dada a conhecer, referente à Confraria de Nossa Senhora do Rosário, Ordem Terceira de S. Domingos e Ordem Terceira de S. Francisco, todas erectas na cidade de Elvas, mas também na igreja matriz campomaiorense, dedicada a Nossa Senhora da Espectação.

António das Chagas viria a morrer a 11 de Setembro de 1756, na sua residência na Rua da Carreira, freguesia de Alcáçova, tendo sido “*sepultado nesta igreja, e veio em taúde foy esta ordem em acto de comunidade acompanhar o dito corpo e depois de sepultado o dito corpo foy o Padre commissario da sanchrystia pera o pe da sepultura com pulvial (sic) roxo, e cantando o Respondo fez aspensão, e em sem cou,*

⁵ *Idem. Ibidem e*, ARQUIVO DA ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO (Elvas), *Livro da Despesa da Ordem Terceira de S. Francisco*, Livro 179, fl. 109 e, AOTSFE, *Ordem Terceira de S. Francisco*, Livro 108, do. 72.

⁶ AOTSFE, *Livro dos Assentos dos Falecimentos dos Irmãos da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco*, Livro 118, fls. 72-72v e, AOTSFE, *Livro da Repartição das Rendas pelos Irmãos Pobres e Enfermos*, Livro 63, fl. 14v.

⁷ AOTSFE, *Livro dos Acórdãos*, fl. 49.

e depois continuou as preses, e oração, e se lhe mandarão dizer dezoito missas por ter sido Vigário do Culto divino".⁸ Refere ainda a dita Ordem dos Terceiros de São Francisco ter-se recebido "nos abachos asignados da mam do síndico da venerável hordem 3^a da Penitensia o Senhor Marcos Roiz a quantia de vinte e sete mil e duzentos reis para se satisfazer as despesas que se fes no interro do nosso Irmão Antônio das Chagas cuja quantia nos entregou o dito síndico por conta de humá dívida que dise o dito nosso irmão lhe devia a venerável hordem, e pera que conste a todo o tempo pasamos este por nos mandado fazer, e por nos asignado em Elvas aos 14 de setembro de 753".⁹

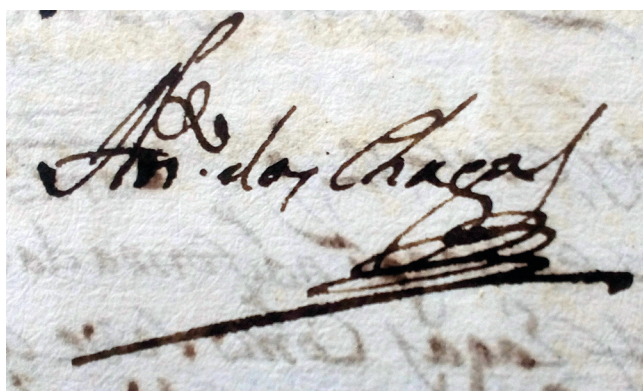


Fig. 1 – Assinatura do ourives Antônio das Chagas

A produção de prataria em Elvas, como contexto artístico da actividade do prateiro Antônio das Chagas

A aproximação por nós realizada à obra do prateiro Antônio das Chagas, não poderia ocorrer sem que nos detivéssemos naquela que fora a produção de prataria na cidade de Elvas, fulcral ao necessário entendimento do seu percurso profissional. A inexistência de uma agremiação de prateiros,¹⁰ devidamente organizada em torno de uma confraria, abriria espaço a uma maior liberdade no exercício do ofício, facilitada pela inexistência dos habituais mecanismos de

⁸ AOTSF, *Livro dos Assentos dos Falecimentos dos Irmãos da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco*, Livro 118, fls. 72-72v. Veja-se ainda ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ELVAS, *Registos Paroquiais*, Freguesia da alcáçova (Óbitos: 1717-1760), fl. 180.

⁹ AOTSF, *Ordem Terceira de São Francisco*, Cx. 3, Mç. 203.

¹⁰ Apesar da não existência de qualquer regulamentação da actividade dos ourives para a cidade de Elvas, encontramos documentação alusiva à nomeação municipal de juízes de alguns ofícios, nomeadamente de tecelão, alfaiates e carpinteiros, desde do início do século XVI. Veja-se ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ELVAS, *Câmara Municipal de Elvas*, Livro 1057/82, fl. 13; Livro 1043/82, fl. 105; Livro 1030/82, fls. 72v-73 e Livro 1070/82, fl. 20v.

regulamentação da actividade. Reza sobre o encomendador, que no caso concreto em análise se consistia pelas Mesas das agremiações religiosas, a competência para avaliação das peças executadas pelos prateiros locais, pautando-se as relações profissionais entre as partes envolvidas no processo de encomenda, na confiança mútua estabelecida entre ambas.

Resultava dessa privação corporativista dos ourives da prata na cidade e, consequente falta de regulamentação, a completa ausência de marcação das peças elaboradas por artífices elvenses, constituindo-se uma excepção os exemplares provenientes de centros de produção nacionais de maior relevância artística, onde a marcação constituía na generalidade das vezes, a expressão maior dessa estruturação corporativa. Essa carência, no caso de Elvas, paralelamente à exiguidade documental com que por vezes nos deparamos, nem sempre nos permite reconhecer a autoria das peças, razão pela qual permanece no anonimato um conjunto significativo de exemplares.

Como já se aludiu anteriormente, a constituição das inúmeras agremiações religiosas de cariz civil, deteve uma importância inegável na dinamização artística verificada na cidade de Elvas, contando com um número significativo de irmãos que exerciam os mais distintos labores artísticos, alimentando uma rede de interesses mútuos. As irmandades constituíam-se, também, como um importante veículo de promoção social e espaço privilegiado de oportunidades profissionais, sublinhando-se para esta última vertente, o frequente recrutamento destes artistas do interior destas instituições, nas quais existia uma vasta mão de obra capaz de corresponder às necessidades mais prementes, por vezes, trabalhos dados por esmola pelos próprios oficiais, realidade explicitada na documentação arquivística consultada.

Não resistimos, por isso, a ilustrar tal realidade contemporânea ao prateiro António das Chagas, que parece assumir por esses tempos, contornos preocupantes, como parece comprovar a necessidade sentida pela Mesa da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da cidade de Elvas, em torno do ano de 1736, como de seguida se transcreve:

“(...) vista a informação pelos nossos irmãos Zelladores sobre o descuido, que nossos noviços tinham em procurar as suas profissois cauzando com elle grave escandalo se determinou, se fihese hum edital na nossa porta e nelle se lhes desse seis meses pera que

*no ditto tempo procurassem a suas profissois aliás não serão mais admitidos a nossa Ordem em pena de suas ommissois (...)*¹¹

No que concerne ao número de ourives activos em Elvas no decorrer do século XVIII, não obstante a informação que remetemos para o final deste estudo em quadro próprio, não podemos deixar de considerar o número bastante expressivo destes oficiais, facto que poderá ter concorrido para uma diminuta produção artística na generalidade destes profissionais e, por outro lado, às muitas alusões à execução de trabalhos ditos menores, como forma compensatória de uma efectiva falta de encomendas, que cremos ter prevalecido entre a generalidade dos prateiros activos na cidade. Em consequência deste elevado número de artistas existentes, decresciam as oportunidades profissionais no desempenho da referida arte, que aliadas a uma generalizada ausência de formação artística sólida, apenas proporcionava uma mediana capacidade técnica, levando as instituições religiosas a procurar fora do universo artístico elvense, a execução das obras mais relevantes, como se havia mencionado anteriormente.

O nosso conhecimento dos acervos documentais eclesiásticos da cidade de Elvas, permite-nos uma percepção global da realidade das encomendas de alfaias religiosas, permitindo-nos estabelecer uma hierarquização própria, a qual se constrói em três níveis de exigência, correspondentes a diferentes tipificações de encomendas. Assim, encontramos num primeiro nível, o mais recorrente, os prateiros residentes na cidade que respondiam às necessidades culturais quotidianas do clero elvense, podendo alcançar por vezes, uma abrangência ao demais território diocesano. Numa hierarquia intermédia e, com um maior número de requisitos específicos, mais convenientes a uma maior solenidade, procuravam-se centros de maior prestígio, como eram os casos de Lisboa e Porto, de carácter nacional, ou mais regionais como Évora e Guimarães, de que chegaram ao presente inúmeros objectos.

Atribuímos à terceira e última categoria de encomenda, as peças de importação, desde logo as espanholas, cuja presença se encontra circunscrita à Sé de

¹¹ AOTSF, *Livro dos Acórdãos*, fl. 86. Acreditamos que esta realidade, fosse vivida um pouco por todas as instituições religiosas elvenses, subvertendo, de algum modo, os princípios com que uma larga maioria destes oficiais ingressava nas confrarias e irmandades da cidade. Todavia, julgamos que as proporções assumidas, tal como relatamos imediatamente acima, sejam proporcionais aos diversos períodos cronológicos, traduzindo-se a primeira metade do século XVIII, pelas numerosas campanhas de obras realizadas, de edificação da nova sede da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco - que até então, se socorria da igreja das religiosas franciscanas, para o cumprimento das suas necessidades espirituais - um momento de particular relevância nessa realidade.

Elvas e Igreja de São João Baptista de Campo Maior¹² e, mais consentâneo com o nosso estudo, as peças de importação italiana¹³ que se enquadram no mesmo período artístico temporal e institucional, considerando aquele que foi o percurso do prateiro António das Chagas. Taís encomendas conferiam uma ideia de prestígio ao seu encomendador, mas também, atestando um primoroso gosto artístico que deixava adivinhar uma certa proximidade aos círculos cortesãos, fosse o de Madrid num primeiro momento, fosse mais tarde o de Roma. A satisfação de determinadas encomendas com recurso a centros estrangeiros, ocorreram em realidades muito concretas, que testemunham uma vivência artística que marcaria a ourivesaria da prata em Portugal e, de que subsistiram alguns exemplares nas igrejas da extinta diocese de Elvas.

Trabalhos menores

Iniciamos aquela que é a nossa análise ao percurso artístico de António das Chagas, com os pequenos trabalhos empreendidos para a totalidade do conjunto das instituições clericais, cujos acervos documentais nos permitiram reunir prova da sua presença num período balizado entre 1717 e 1753, datas extremas correspondentes ao início e ao fim da sua actividade profissional, registada. A sua colaboração com a igreja de S. Pedro tem início no ano de 1717, a primeira menção conhecida na qualidade de prateiro que se concretizava com o concerto de uns ciriais, pagos a 30 de Março do dito ano,¹⁴ à qual se seguiu anos mais tarde, igual trabalho para os Irmãos Terceiros de S. Domingos, onde procedeu a uma intervenção na cruz de prata da dita instituição, por cujo trabalho viria a auferir 2.200 reis, pagos entre os anos de 1734-1735.¹⁵

¹² As peças de importação espanhola que conhecemos unicamente no contexto da Igreja de Nossa Senhora da Assunção (extinta Sé de Elvas), são demonstrativas de uma proximidade político-religiosa à Corte de Madrid, por parte do prelado elvense, no período em que reinou em Portugal a Dinastia de Habsburgo. Excluído o cálice *limosnero* desta abordagem, por se constituir uma oferenda régia e não uma aquisição, refira-se o cálice que atribuímos à produção burgalesa da segunda metade do século XVI (n.º Inv. EL.SA. 1. 106 our), ou o lampadário castelhano da Capela do Santíssimo Sacramento, hoje inexistente, constante nos inventários seiscentistas, por nós dados à publicação. Veja-se para o efeito Nuno Cruz GRANCHÓ, “A prataria nos inventários seiscentistas da Sé de Elvas, In Revista MVSEV, (IV Série, n.º 22), Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2015/2016, p. 317.

¹³ Entre as referências conhecidas para as peças italianas existentes no contexto da extinta diocese de Elvas, veja-se entre outros estudos, o de autoria de Teresa Leonor M. VALE, *Ourivesaria barroca italiana em Portugal. Presença e influência*, Lisboa, Scribe, 2016.

¹⁴ ARQUIVO DA IGREJA DE S. PEDRO (Elvas), *Treslados do Tombo Velho de S. Pedro*, Livro 166, fl. 98v.

¹⁵ ARQUIVO DA IGREJA DE S. DOMINGOS (Elvas), *Ordem Terceira do Nosso Padre S. Domingos*, Livro 578, fl. 14v.

Na mesma igreja dos frades dominicanos, mas para distinta agremiação religiosa, sabemos ter realizado outros trabalhos, como se refere no recibo de pagamento “do Ir. João Alves da Costa como tisoureyro que he da Irmandade de Nossa senhora do Rozario 1440 de conserto que fis dos quatro tocheiros da mesma Irmandade de Elvas 8 de Setembro de 1752”.¹⁶ Para a mesma instituição, procede a dois outros trabalhos na qualidade de prateiro, um primeiro com recibo passado a 28 de Agosto de 1753, no qual atesta o recebimento de 120 reis, pela intervenção realizada na imagem de prata de Nossa Senhora do Rosário,¹⁷ peça de autoria de Domingos de Queirós, atribuição que demos a conhecer, no âmbito de uma investigação em torno da circulação de bens artísticos, ocorrida no convento dominicano fundado na cidade de Elvas.¹⁸

Os último registos no contexto dos trabalhos habitualmente denominados de menores, dados a conhecer pela existência dos respectivos recibos de pagamento, os quais por não se encontrarem datados, optamos remeter para o final do presente capítulo. Trata-se da intervenção numa cruz, pertença da supracitada confraria, que gerou o pagamento total de 4.360 reis, a saber 3.000 reis pelo trabalho despendido no referido concerto, aos quais acrescem 1.360 reis, pela prata que se exigiu a mais.¹⁹

Em torno desses mesmos anos, voltamos a encontrar o prateiro António das Chagas, activo na Sé de Elvas, em particular na Confraria de Nossa Senhora da Guadalupe, à qual foi chamado para proceder ao “concerto que fês nos quatro castiças de prata”,²⁰ trabalho pelo qual “despendeu o Muito Reverendo senhor Mestre escola Manuel Thomaz sette mil e outro centos que se pagarão”.²¹ No contexto da Ordem Terceira de S. Francisco, na qual assumiu algum protagonismo, como já referimos anteriormente, apenas conhecemos o pagamento de “mil quatrocentos reis pelo concerto que se fês na custodia que achava pouco segura”,²² que acreditamos ser a mesma que realizou para a dita instituição, da qual nos ocuparemos no desenvolvimento do presente estudo.

¹⁶ AISD, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, Cx. 620.

¹⁷ *Idem. Ibidem.*

¹⁸ Nuno Cruz GRANCHO, *A extinção dos conventos na antiga diocese elvense: o exemplo histórico-artístico de S. Domingos de Elvas*, (Dissertação de mestrado apresentando ao departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Lisboa, FLUL, 2013, p. 118 e, Nuno Cruz GRANCHO, *op. cit.*, 2020 (no prelo).

¹⁹ AISD, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, Cx. 648.

²⁰ ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA DA ASSUNÇÃO (Elvas), *Livro da Despesa de Nossa Senhora da Guadalupe*, Livro 36, fl. 17.

²¹ *Idem. Ibidem.*

²² AOTSF, *Livro de Despesa (1718-1772)*, Livro 180, fl. 181v.

Obras de autoria de António das Chagas

O conjunto de obras de sua autoria que trataremos no âmbito do presente capítulo, é constituído por exemplares passíveis de comprovação por via documental, uma vez que não existia a prática de sistema de marcação entre os prateiros elvenses, como se referiu no início deste estudo. Deste modo, não se revelando o conjunto por nós reunido em número significativo, validando a necessária execução de outro tipo de trabalhos menores, que como pudemos confirmar foram caracterizando a actividade de António das Chagas no decorrer de sensivelmente quatro décadas. Desse modo, podemos distribuir as peças de sua autoria pelas seguintes instituições e tipologias, que apresentamos seguidamente:

Ordem Terceira de S. Domingos (Elvas)
Custodia, 1734

Confraria de Nossa Senhora do Rosário (Elvas)
Coroas (de Nossa Senhora do Rosário e do Menino), 1735

Ordem Terceira de S. Francisco (Elvas)
Âmbulas, 1725
Galhetas, 1725
Sino, 1729
Custódia, 1750
Resplendor, 1752

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação (Campo Maior)
Coroa, 1728-1738

Ordem Terceira de S. Domingos

Entre as obras de autoria de António das Chagas que persistiram até à actualidade, a custódia realizada para a Ordem Terceira de S. Domingos, sediada na igreja dos religiosos pregadores em Elvas, constitui a primeira referência a ter em conta, numa perspectiva que obedece unicamente a critérios cronológicos.

O exemplar em apreço, uma custódia de prata dourada, cuja existência se encontra comprovada documentalmente, apenas encontra parcial correspondência ao objecto original, o resplendor, dado que a restante estrutura é um acrescento em madeira de data posterior. Seria pago, o ourives António das Chagas,

após ordem emitida pela Mesa no primeiro dia de Agosto de 1734, no valor de 44.850 reis, mediante apresentação de recibo.²³



Fig. 2 – Antônia das Chagas (atrib.), custódia (resplendor), c. 1734, vidro, madeira, prata fundida, incisa, cinzelada e repuxada, Igreja de Nossa Senhora dos Mártires (Ordem de São Domingos), Elvas. Aspecto geral.



Fig. 3 – Antônia das Chagas (atrib.), custódia (resplendor), c. 1734, vidro, madeira, prata fundida, incisa, cinzelada e repuxada, Igreja de Nossa Senhora dos Mártires (Ordem de São Domingos), Elvas. Pormenor.

O hostiário de formato circular, viril envidraçado e lúnula em forma de querubim encontra-se envolvido por resplendor de raios curvos, lisos e setiformes. A moldura do hostiário é preenchida por fileira de godrões, interrompidos axialmente por elemento vegetalista. Remata a composição, sob fundo naturalista, cruz balaustriforme cujos braços se unem a emblema central através de composições de acantos. Na parte inferior do verso, encontra-se actualmente reforçada por placa metálica, conferindo uma maior sustentabilidade à generalidade do corpo.

²³ AISD, *Ordem Terceira de S. Domingos*, Livro 578, fl. 10v.

Confraria de Nossa Senhora do Rosário

A Confraria de Nossa Senhora do Rosário erecta na mesma igreja que a instituição visada anteriormente, permitiu à presente fundação testemunhar o trabalho do prateiro elvense, resultando na contratualização no ano seguinte, das duas coroas que agora se analisam. Constituem os referido exemplares dois dos raros trabalhos atribuídos a António das Chagas, ambos referidos no inventário da Confraria de Nossa Senhora do Rosário realizado no ano de 1735, no qual se refere “*Duas coroas Rica da Senhora que está na capela*”.²⁴ Sabemos que “*Despendeu-se 148.880 reis com a coroa que se mandou fazer para a Nossa Senhora que pesou 7 Marcos e 6 oitavas e meia e a do Sr. Menino 2 Marcos e 22 oitavas que perfaz 52.880 reis com 96.000 de feitio*”,²⁵ pagos a 4 de Setembro do dito ano. Os dois atributos de imagem, mostram trabalhos genericamente iguais, seguindo o modelo de coroa fechada com aro moldurado e corpo vazado.

Apresentam ambas as peças, aro moldurado com decoração cinzelada em ponta de diamante, preenchido no seu interior por cercadura de godrões, rematados superiormente por outra de acantos. Ao nível do corpo da coroa, encontramos elaborada ornamentação de enrolamentos vegetalistas, concheados, tulipas estilizadas e elementos estrelados, motivos que se enquadram no deno-



Fig. 4 – António das Chagas (atrib.), Coroas, c. 1735, prata fundida, recortada, incisa, cinzelada e repuxada, Igreja de Nossa Senhora dos Mártires (Ordem de São Domingos), Elvas. Aspecto geral.



Fig. 5 – António das Chagas (atrib.), Coroa, c. 1735, prata fundida, recortada, incisa, cinzelada e repuxada, Igreja de Nossa Senhora dos Mártires (Ordem de São Domingos), Elvas. Pormenor.

²⁴ AISD, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, Livro 567, fl. 9 e, Nuno Cruz Grancho, “A Relação da Prata na Realidade do Clero Elvense”, In *Revista MVSEV*, (IV Série, n.º 27), Porto, UCP, 2017, p. 260.

²⁵ AISD, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, Cx. 620 e, AISD, *Livro de Despesa da Confraria do Rosário*, Livro 570, fl. 61v.

minado barroco pleno. Na superfície das hastes repetem-se botões de rosa, em número de seis e de forma decrescente, entre os quais se desenham molduras de enrolamentos vegetalistas que encerram no seu interior pequeno elemento floral. Remata superiormente todo o conjunto, pedestal sobre o qual assenta cruz latina de terminação trilobada e resplendor quadrangular no cruzamento dos braços, elemento este último, que a par da dimensão, se afirma como elemento distintivo entre as duas coroas em análise.

Permite-nos este modelo em voga em Portugal de Setecentos, uma real percepção da capacidade de execução técnica por parte do prateiro elvense António das Chagas, em responder satisfatoriamente às encomendas de carácter ordinário, solicitadas no universo eclesiástico da cidade, à data sede diocesana. Refira-se ainda, relativamente a esta encomenda, que a mesma ocorre num período de claro dinamismo artístico por parte da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, no qual se insere o desaparecido retábulo em talha - um dos exemplares mais significativos empreendidos em Elvas²⁶ - programa artístico que visava conferir um singular esplendor e prestígio artístico à citada instituição.

Ordem Terceira de São Francisco

Atendendo à informação por nós recolhida no âmbito da nossa investigação, a presente instituição eclesiástica constitui-se entre todas as demais, dadas a conhecer pela nossa investigação, aquela para quem António das Chagas mais laborou, não obstante nenhum exemplar ter chegado até aos nossos dias na posse dos irmãos leigos de São Francisco. Acreditamos que esta receptividade à sua obra, poderá ter decorrido de um certo favorecimento por via da proximidade institucional, alcançada pelos diferentes cargos por este exercidos.

Seria nos acervos documentais da dita instituição que encontramos alguns testemunhos, o primeiro dos quais datado de 1725, no qual alude que “Despendeu mais Nosso Irmão síndico João de Deus quatorze mil e seiscentos reis que se mandarão dar ao Reverendo Irmão António das Chagas Vigário do Culto Divino por haver dispendido com a sancristia galhetas de prata e âmbula nova esta quantia além do que contou haver recebido”.²⁷ Acreditamos ser o primeiro dos exemplares referido, o mesmo que nos é apresentado no inventário realizado em 1837, onde

²⁶ Veja-se relativamente à obra do retábulo, os estudos de Manuel Ángel VALLECILLO TEODORO, *Retablistica Alto Alentejana* (Elvas, Villaviciosa y Olivenza), en los siglos XVII-XVIII, Mérida, Universidad Nacional de Educación a Distancia/ Centro Regional de Extremadura, 1996, pp. 287-289 e, Silva FERREIRA, *op. cit.*, pp. 114-122.

²⁷ AOTSF, *Livro de Despesa da Ordem Terceira*, Livro 179, fl. 109.

se refere “*Huma ambula com sua tapadoura, tudo sobre dourado por dentro e por fora que peza tres Marcos, seis onças e seis outavas*”.²⁸

Três anos volvidos, encontramos novo pagamento por “*Ordem que a Meza havia dado se haviam entregar ao Irmão António das Chagas pois da declaração acima se ve não lhe forão entregues os treze mil seis centos e sette reis (...) pera satisfação em parte do que devia do sino; e por com esta quantia se não satisfaz o resto ao todo que se deve do dito sino que são vinte e quatro mil reis pera effeito de que inteiramente seja pago se lhe mandarão satisfazer na forma seguinte a saber de mil quinhentos e vinte e oito reis pella mão do Nosso Irmão no Reverendo Padre Francisco Gonçalves Margalho Vigário do Culto Divino (...) e treze mil quatro centos setenta e dois reis que recebeu do Nosso Irmão Sindico como se ve no Livro da Despesa a fl. 117v e de como o dito irmão António das Chagas recebeu nas duas parcelas os dígitos 24.000 que se região do sino ficando assim inteiramente pago*”.²⁹

A encomenda e a feitura do sino eram, contudo, anteriores a 1728, pelo que conseguimos depreender das “*contas revistas em Meza de 16 de setembro de 1727 e ficaram liquidamente sobejando 13.607 as quais se mandarão entregar ao ditto irmão António das Chagas para satisfação dos 24.000 que estarão por pagar do novo sino que se fez como consta do livro do recibo*”.³⁰ Mais se refere que “*Os treze mil seis centos, e sete reis, que ficarão na mão do Irmão Manuel de Jesus paramos entregar na forma da Ordem da Mesa ao Irmão António das Chagas como se ve do Livro da Receita, fl. 33v, e deste livro se ve fl. 11 se não entregarão ao dito Irmão pela precisão, que a Sanchrystia teve delles*”,³¹ apenas liquidados em 1728, como anteriormente se referiu.

Nova encomenda atribuída, desta feita uma custódia, o segundo exemplar desta tipologia, para o qual sabemos terem sido despendido em 1748 “*oitenta quatro mil outro centos e vinte reis, com prata, que se comprou pera a custódia nova*”,³² acrescido de novo item nesse mesmo ano, pelo qual se despendeu o “*Irmão Síndico dés mil nove centos, e trinta reis da prata que se comprou*”,³³ totalizando o montante gasto em prata para a custódia 127.280 reis.

Auferiu o mesmo prateiro pela feitura da respectiva peça, o montante de 230.000 reis,³⁴ pagos em diversas tranches, até ao final de Agosto de 1749, como atestam os registos encontrados no livro da sacristia. A primeira tranche seria despendida “*no dia 16 de Março de 1750 se derão ao ditto Nosso Irmão Antó-*

²⁸ AOTSF, *Ordem Terceira de São Francisco*, Livro 99, fl. 26v.

²⁹ AOTSF, *Ordem Terceira de São Francisco*, Livro 180, fls. 12-12v.

³⁰ *Idem.*, fl. 11.

³¹ *Idem.*, fl. 12.

³² *Idem.*, fl. 165v.

³³ *Idem.*, fl. 166.

³⁴ AOTSF, *Livro de Despesa da Ordem Terceira*, Livro 180, fl. 168.

nio das Chagas, por conta do feitio da nossa Custódia, setenta e dois mil reis, e agora trinta tres mil e seis centos, fazem a conta de cento sinco mil e seis centos reis pera duzentos e trinta mil reis ficaselhe devendo salvo, cento vinte e quatro mil e quatrocentos reis.³⁵ Conhece-se, ainda, a despesa de 38:460 reis com o que se devia do feitio da custodia, pagos ao dito prateiro elvense,³⁶ mas que não cobre a totalidade da divida que a documentação refere, justificando o pagamento das despesas do enterro de António das Chagas, por parte da dita agremiação, como se deu conhecimento no início deste estudo.

A última resposta dada pelo prateiro a uma nova solicitação de encomenda, por parte da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, no decorrer da década de cinquenta da centúria de Setecentos, faz referência a um resplendor que encerra o Santíssimo Sacramento, o que nos permite considerar tratar-se de um hostiário concebido para substituição de um outro, para o qual a Mesa despendeu sette mil e seis centos reis com a prata, tendo o feitio dado de esmola o Irmão António das Chagas, o mestre prateiro eleito, tendo de peso um marco e duas onças.³⁷

Acresce aos exemplos conhecidos para as instituições religiosas elvenses, o único caso nosso conhecido para a vila de Campo Maior, que integrava à data a diocese de Elvas. Trata-se da uma encomenda empreendida pela Confraria de Nossa Senhora do Rosário - erecta na igreja matriz de Nossa Senhora da Expectação - de uma coroa para a referida imagem, a qual sabemos ter ocorrido posteriormente a 1728. Pelo referido trabalho foi despendido o valor de 12.910 reis, ao qual acresce mais 5.290 reis pela coroa velha, totalizando o montante de 18.200 reis.³⁸

Quadro 1 – Prateiros residentes em Elvas no séc. XVIII

OURIVES	CRONOLOGIA
António das Chagas	1717-1753
António Mimoso	1759
António Queirós	1698-1720

³⁵ *Idem. Ibidem.*, e AOTSF, *Ordem Terceira de São Francisco*, Livro 176, fl. 61-61v e 72v.

³⁶ AOTSF, *Livro de Despesa da Ordem Terceira*, Livro 180, fl. 183v.

³⁷ AOTSF, *Livro de Despesa da Ordem Terceira*, Livro 180, fl. 175.

³⁸ ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA EXPECTAÇÃO (Campo Maior), *Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, Cx. 6, Lv. 509, fl. 67.

OURIVES	CRONOLOGIA
António Soares	1775
Domingos José de Sequeira	1737
Domingos Queirós	1687-1709
Francisco José Fangueiro	1746-1798
Francisco Machado	1767-1780
João de Almeida	1737
Joaquim José	1759
José António	1766
José Lopes	1783-1784
Justiniano José Monteiro	1795-1818
Manuel António Soares	1775-1784
Manuel da Silva	1774
Pedro de Sousa	1763
Vasco Moxado	1759

Bibliografia

- FONSECA, Jorge, *Religiosa e Liberdade. Os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (século XV a XIX)*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2016.
- GRANCHO, Nuno Cruz, *A extinção dos conventos na antiga diocese elvense: o exemplo histórico-artístico de S. Domingos de Elvas*, (Dissertação de mestrado apresentando ao departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Lisboa, FLUL, 2013.
- GRANCHO, Nuno Cruz, “A prataria nos inventários seiscentistas da Sé de Elvas, In *Revista MVSEV*, (IV Série, n.º 22), Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2015/2016, pp. 317-325.
- GRANCHO, Nuno Cruz, “Domingos de Queirós *prateiro mayor* nesta cidade. Contributos para o estudo da produção denotaria seis-setecentista em Elvas”, In *Revista Museu*, (IV Série, n.º 24) Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2018-2020, pp. 21-34.
- FERREIRA, Silva, “A Talha Retabular dos Mosteiros Dominicanos de Elvas: caminhos e descaminhos de uma arte”, In *Actas das II Conferências Internacionais de Elvas – 750 Anos de São Domingos* (23-24 de Junho), Elvas, AIAR, 2018, pp. 111-136.
- VALE, Teresa Leonor M., *Ouvicesaria barroca italiana em Portugal. Presença e influência*, Lisboa, Scribe, 2016.
- VALLECILLO TEODORO, Manuel Ángel, *Retablística Alto Alentejana* (Elvas, Villaviciosa y Olivenza), en los siglos XVII-XVIII, Mérida, Universidad Nacional de Educación a Distancia/ Centro Regional de Extremadura, 1996.

Fontes Arquivísticas

- ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO (Elvas)
Livro da Despesa de Nossa Senhora da Guadalupe, Livro 36
- ARQUIVO DE NOSSA SENHORA DA EXPECTAÇÃO (Campo Maior)
Livro de Receita e Despesa Confraria de Nossa Senhora do Rosário, Cx. 6, Lv. 509
- ARQUIVO DA IGREJA DE S. PEDRO (Elvas)
Treslados do Tombo Velho de S. Pedro, Livro 166
- ARQUIVO DA IGREJA DE S. DOMINGOS (Elvas)
Livro de Despesa da Confraria do Rosário, Livro 570

Confraria de Nossa Senhora do Rosário, Livro 567

Confraria de Nossa Senhora do Rosário, Cx. 620

Confraria de Nossa Senhora do Rosário, Cx. 648

Ordem Terceira do Nosso Padre S. Domingos, Livro 578

ARQUIVO DA ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO (Elvas)

Livro da Despesa da Ordem Terceira de São Francisco, Livro 179

Livro da Despesa da Ordem Terceira de São Francisco, Livro 180

Livro da Repartição das Rendas pelos Irmãos Pobres e Enfermos, Livro 63

Livro dos Acórdãos

Livro dos Assentos dos Falecimentos dos Irmãos da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, Livro 118

Ordem Terceira de São Francisco, Cx. 3, Mç. 203

Ordem Terceira de São Francisco, Livro 99

Ordem Terceira de S. Francisco, Livro 108

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ELVAS

Livro das Juntas e Vereações da Câmara Municipal de Elvas (1607), Livro 1057/82

Livro das Juntas e Vereações da Câmara Municipal de Elvas (1609), Livro 1043/82

Livro das Juntas e Vereações da Câmara Municipal de Elvas (1624), Livro 1030/82

Livro das Juntas e Vereações da Câmara Municipal de Elvas (1626), Livro 1070/82

Registos Paroquiais, Freguesia da Alcáçova, Óbitos (1717-1760)

A OPORTUNIDADE PARA UMA REFLEXÃO ESTRATÉGICA NA SEQUÊNCIA DO TRÁGICO ACIDENTE DA ESTRADA DE BORBA

Luís Brito da Luz

Economista e Mestre em Economia – Especialidade em Estudos Europeus
pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.

Este artigo foi escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

Quando em 2005 publiquei a minha Tese de Mestrado intitulada “Análise crítica ao modelo de desenvolvimento do sector das pedras naturais: o caso dos mármore no triângulo de Estremoz – Borba – Vila Viçosa 1980-2003”, em que analisei o período de ouro desta indústria, no capítulo V do trabalho, elenquei e explanei, cimentado em alguns anos de experiência e após muitas trocas de impressões com alguns dos intervenientes, fossem empresários, engenheiros geólogos, arquitectos ou responsáveis da tutela, quais seriam as propostas de política económica para o sector se desenvolver e crescer sustentadamente uma vez que o sistema, denotava já estar totalmente ultrapassado e mostrava-se incapaz de proporcionar condições a esse mesmo desenvolvimento. Ventos de mudança já estavam em circulação adivinhando possíveis tornados. Para citar alguns marcos importantes, o 11 de Setembro de 2001 que revolucionou o mundo em geral e o sector, muito dependente do Médio Oriente, em particular. Em 2002-2003, a China destrona a soberania da Itália pondo fim a um longo reinado dos italianos. Seguiram-se outros países a ocupar as posições cimeiras, de destacar a Índia e a Turquia só para citar alguns, colocando as pedras naturais sobre forte concorrência onde o denominador comum eram os baixos custos de produção aliado a uma maior competitividade, parâmetros que se continuam a manter.

Das oito propostas por mim apresentadas, a quinta tinha a ver com a qualificação de recursos humanos, entre os quais, a classe empresarial, onde se propunha “fomentar a criação de cursos para esta classe, nas áreas de gestão e organização de empresas, assim como aproveitar programas já em curso como “Redes” e outros e adaptá-los às especificidades do sector”. Continuava dizendo que “esta realidade é tanto mais problemática quanto é exigente o sector em competências técnicas e científicas, sendo o aprofundamento do associativismo e da cooperação entre empresas uma das soluções possíveis para amenizar este problema. E finalizava escrevendo que seria necessário “fomentar uma maior ligação às Universidades, principalmente ao Instituto Superior Técnico, à Universidade de Évora, Universidade Nova, UTAD e INETI, nas áreas de geologia e engenharia e também às Universidades de Arquitectura, o que iria contribuir para um real apoio e subsequente desenvolvimento do sector”.

No capítulo VI, principais conclusões, são referidos, para além dos pontos fortes das pedras naturais, pontos vulneráveis entre os quais, o desajustamento das estruturas financeiras das empresas com capitais próprios reduzidos, capitais alheios de curto prazo e custos fixos elevados, assim como, e, mais no caso das extractivas, necessidades cíclicas financiadas com operações de tesouraria e ciclos de exploração longos.

A forte dependência dos intermediários internacionais, a reduzida dimensão das empresas, o défice elevado de cultura associativa e cooperativa em paralelo com um excessivo individualismo traduzida numa política de preços desadequada, para não dizer desastrosa, eram outras das desvantagens elencadas. Tudo isto, directa ou indirectamente, se acentuou e se tornou muitíssimo preocupante aquando da devastadora crise dos subprimes, crise financeira de 2007-2008, precipitada pela falência do banco americano Lehman Brothers, fundado no ano de 1850, com efeito dominó a outras grandes instituições financeiras, colocando o sector e as empresas numa posição muito delicada. Terminava o capítulo afirmando que apesar de existirem recursos, equipamentos, tecnologias, tradição do sector ao nível do saber fazer, havia má gestão e desperdícios, passando o caminho não pelo investimento em infra-estruturas, mas sim na qualificação da gestão, exigindo uma visão estratégica, coordenação de esforços e capacidade de liderança.

Mas o que tem isto a ver com o acidente da estrada 255, pergunta e bem o leitor?

Não é meu objectivo debruçar-me aqui sobre as causas ou consequências directas deste trágico acidente. Tampouco irei analisar e criticar a classe política assim como a tutela que durante estes anos, mais propriamente nos últimos vinte, teve responsabilidades no sector. E também não terá aqui escrutínio a legislação cada vez mais aberrante e desarticulada da realidade. Passados mais de

dois anos do fatídico desastre ocorrido no dia 19 de Novembro de 2018, muito se tem falado e escrito sobre este acontecimento.

Para além do processo que corre na justiça com a constituição de nove arguidos, das sinuosas alterações de discurso por parte dos responsáveis públicos, desresponsabilizando-se pelo ocorrido e das muitíssimas dissertações, a maior parte delas sem qualquer relevância e completamente descontextualizadas da realidade, tirando eu o chapéu às escassas contribuições muito positivas de especialistas que tentaram factualmente esclarecer o que aconteceu, nada, pelo menos que eu tivesse conhecimento, foi dito sobre aquilo que para mim é o cerne da questão e que tentarei explanar aqui: Líderes e Liderança.

Inquestionavelmente o sector das pedras naturais constituíram do ponto de vista industrial e económico um dos mais importantes sectores exportadores do nosso país, facto sublinhado no famoso Relatório Porter e tratado pelo mesmo como um “Cluster”. Ao longo da evolução deste sector de actividade várias foram as personalidades que contribuíram decisivamente para este sucesso, marcando de forma inequívoca o sector da pedra natural, em geral e desta região em particular. Homens singulares, líderes, de forte carácter e uma invulgar capacidade de liderança, verdadeiros empresários industriais que deixaram as suas impressões bem vincadas neste sector, por décadas a fio, influenciando, com o seu percurso, decisivamente a indústria da pedra natural desta região. Destaco, à semelhança do que fiz na minha tese, o Arquitecto Pardal Monteiro, o Eng.º Leopoldo Portas, o meu avô José Brito da Luz, o Sr. Rui Caeiro, os irmãos Francisco e Eduardo Galrão, o Sr. Plácido José Simões, o Sr. Francisco Ramos e o Comendador Joaquim de Oliveira Guedes. Todos estes homens fortes viveram tempos difíceis, criando, com as suas qualidades, tempos fáceis, dos quais o período de ouro estudado por mim, na minha tese, acima referida, é exemplo. Estes tempos fáceis criados por estes grandes industriais contavam com sucessores fortemente preparados quer academicamente quer profissionalmente, coisa que a meu ver, no geral, não aconteceu. Ao invés, os tempos fáceis criados por aqueles homens fortes criaram líderes fracos. Toda esta nova geração não esteve à altura dos acontecimentos. No geral, nunca souberam separar a propriedade da gestão dos grandes grupos criados pela geração anterior, apesar de tudo, empresas ou grupos de empresas familiares. Não compreenderam as mudanças que, entretanto, foram acontecendo, não sendo suficientemente flexíveis e ágeis para decidir, mudando de rumo.

Também não foram suficientemente resilientes para, quando tudo parece perdido recuperarem, qualidade muito importante a longo prazo. Tampouco foram criativos, não tendo coragem para deixar o status quo implantado, redefinindo práticas já estabelecidas, inovando incansavelmente, estimulando uma cultura de criatividade no seio da própria equipa. Não foram suficientemente ambiciosos para cooperar entre pares, condição vital para o crescimento destas

empresas, com negócios de pequena dimensão à escala internacional. Por fim, não tiveram uma visão estratégica para o futuro, vendo para além do seu negócio. Limitaram-se a gerir as suas empresas de acordo com o estabelecido, extraíndo e vendendo o que era mais fácil, não tendo uma política de preços concertada com os seus parceiros, e não concorrentes, realizando massivos investimentos em insumos não se focando em acréscimos de produtividade. Diversificaram muito pouco os negócios para outras áreas ou sectores, a fim de ganhar dimensão e diminuir os riscos, em parte, pela dificuldade fiscal de retirarem os lucros para investimento. Em suma, estoicos do alto da sua cátedra, julgando-se melhores, pareceram mais negociantes, comprando e vendendo no curto prazo do que verdadeiros empresários e industriais focados no longo prazo.

Estes líderes fracos criaram tempos difíceis. Não sou eu que o digo, é uma constatação!

Talvez este acidente trágico seja o corolário disto tudo e tenha posto a nu aquilo que foi sendo sistematicamente ignorado. Até porque neste acidente podem e devem também ser assacadas culpas aos industriais. A desqualificação da estrada nunca foi aproveitada para a criação de uma zona única de exploração. O argumento de que a estrada servia os interesses das populações pela proximidade e de que a mesma estrada tinha um peso histórico pelo seu passado perdeu-se aquando da sua derrocada. Ficámos sem a estrada, perdemos a proximidade e dificilmente teremos uma frente comum de lavra. Os recursos estão onde estão há milhares de anos, apenas nos temos que adaptar a eles. Resta-nos optar por um de dois caminhos: ou olhar para o lado e assobiar fingindo que não se passou nada ou, aprender com os erros, e, daquilo que ainda resta, que não é pouco, voltar a arregaçar as mangas rumo ao futuro. Muito recentemente, as restrições ao trânsito da Estrada Nacional 254, ao Km 3, que liga Vila Viçosa a Bencatel e ao tráfego pesado ao Km 10, entre Vila Viçosa e Pardais decretadas pelas Infraestruturas de Portugal, baseadas em questões de segurança, e, em parte escudada, no caso da EN 254, por um relatório elaborado por técnicos do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), após inspecção ao local, vieram colocar novamente a lume este trágico acidente no sentido de se evitar outro semelhante com consequências nefastas para todos. Apesar das limitações e conveniências que esta medida irá ter nas populações mais próximas, por um lado, creio que soluções para mitigar as mesmas irão ser encontradas e postas em prática e, por outro lado, sob o ponto de vista da classe empresarial, também com uma importante palavra a dizer, espero que a mesma não ignore como aconteceu no passado. Voltarei a este assunto de máxima importância, quando assentar a poeira, num próximo artigo.

Que as cinco vidas tragicamente perdidas neste acidente não tenham sido em vão!

Referências Bibliográficas

- LUZ, Luís Miguel Nunes Barata de Brito da – Análise crítica ao modelo de desenvolvimento do sector das pedras naturais: o caso dos mármore no triângulo de Estremoz-Borba-Vila Viçosa 1980-2003. – Porto: A. Alves – Arte e Edições Lda, 2008. – Tese de Mestrado defendida em Setembro de 2005, p. 30, 177 a 191
- MARTINS, Octávio Rabaçal – A indústria extractiva das rochas ornamentais do Alentejo/ in “Boletim de Minas”. – Lisboa: Direcção-Geral de Geologia e Minas, 1991. – Vol. 28, nº 4, p. 309 a 359
- MOURA, A. CASAL – Rochas ornamentais carbonatadas de Portugal – Os mármore. Definição e características gerais/ in “Boletim de Minas”. – Lisboa: Direcção-Geral de Geologia e Minas, 1991. – Vol. 28, nº 1, p. 3 a 15
- MOURA, A. CASAL – A pedra natural ornamental em Portugal – Nota breve/ in “Boletim de Minas”. – Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, 2001. – Vol. 38, nº 3, p. 161 a 177
- NAPOLI, Silvana – Stone sector 2002. – Marina di Carrara: Internazionale Marmi e Macchine Carrara S.p.A., 2003
- NAPOLI, Silvana – Stone sector 2003. – Marina di Carrara: Internazionale Marmi e Macchine Carrara S.p.A., 2004

Notas:

O autor agradece a Rute Santos, João Ruas, Luís Sottomayor e Licínio Lampreia pelas importantes achegas.

EXPLORAÇÃO SUBTERRÂNEA DE MÁRMORES ALGUNS ASPECTOS TÉCNICOS

Ruben Varela Martins^{1*}, Luís Lopes^{1,2**}, Emanuel Branco^{***}

¹Universidade de Évora, Departamento de Geociências

²Instituto de Ciências da Terra – FCT, Évora, Portugal.

*rubenvm@uevora.pt; **lopes@uevora.pt; ***etbranco@gmail.com

RESUMO

A exploração subterrânea de rochas ornamentais tem as suas especificidades, de acordo com o tipo de rocha a ser extraída e as características geológicas do maciço rochoso. Por razões económicas e de segurança, a opção pela exploração subterrânea apenas deve ser tomada se a exploração a céu aberto for completamente impossível. Este estudo faz uma breve introdução histórica ao tema, apresenta os fundamentos técnicos que o sustentam e apresenta o estudo de um caso de aplicação de exploração subterrânea de mármore no anticlinal de Estremoz, Portugal.

Palavras-chave: Exploração subterrânea; Mármore; Mármore de Estremoz.

ABSTRACT

The underground exploitation of ornamental rocks (dimension stones) has its own specificities, according to the type of rock to be extracted and the geological characteristics of the rock mass. For economic and security reasons, the option to go for underground exploitation should only be taken if an open pit is completely impossible. A brief

historical introduction to the subject is presented, as well as the technical foundations that support it and presents a study case application of underground marble exploitation in the anticlinal of Estremoz, Portugal.

Keywords: Underground exploitation; Marbles; Estremoz Marbles.

1. Introdução

A exploração subterrânea de rochas ornamentais (*dimension stones*, na terminologia anglo-saxónica) tem as suas especificidades conforme o tipo de rocha a ser explorada e as características geológicas do maciço. Por razões económicas e de segurança, a opção pela exploração subterrânea só deve ser tomada se for completamente impossível a exploração a céu aberto.

Porquê a opção por uma exploração subterrânea?

Os principais factores a favor de uma exploração subterrânea de rocha ornamental são:

- a) Rocha de elevado valor comercial e excelente qualidade ornamental jacente por baixo de uma grande massa estéril;
- b) Impossibilidade de alargamento da pedreira e/ou de remoção das camadas superficiais;
- c) Forte pressão ambiental e se a exploração se desenvolve em áreas de grande valor ecológico;
- d) Regiões de relevos acentuados;
- e) Regiões de condições climáticas adversas.

Independentemente do tipo de exploração que se opte, a decisão passará sempre por uma análise detalhada de diversos factores. No caso da exploração subterrânea a avaliação do maciço rochoso deverá ser de grande detalhe atendendo às características específicas de um espaço confinado. Assim, apontam-se como fundamentais: o estudo geológico; a avaliação das características estruturais da jazida; a avaliação das características geomecânicas do maciço; o estado da tensão *in situ*; as dimensões possíveis para a cavidade; a previsão do rendimento a obter ao longo da exploração, e a continuidade a tridimensional da jazida. Na exploração subterrânea adquire particular importância o dimensionamento dos pilares e o seu incremento à medida que se baixa de piso e se avança para profundidades maiores, bem como a realização periódica de medições dos deslocamentos diferenciais com sinais luminosos ou acústicos, medições extensiométricas e geofísicas. Em resumo, como uma exploração subterrânea de rocha ornamental se pode considerar de carácter definitivo, as preocupações de segurança a ter são muito semelhantes às que se verificam na construção de

túneis. Assim, as características geomecânicas dos maciços rochosos permitem-nos definir o método de desmonte subterrâneo que deverá garantir um equilíbrio delicado de três factores fundamentais para o sucesso de uma exploração: factor económico, redução da indução da fracturação à medida que se avança na exploração e a garantia da estabilidade da cavidade durante a exploração.

A lavra subterrânea de rochas ornamentais tem-se desenvolvido em diversos países como Itália, Espanha, Portugal, Croácia, Grécia, França, Eslovénia, Turquia e USA. A maior pedreira subterrânea do mundo localiza-se em Vermont, USA (pertence à empresa R.E.D. GRANITI and Vermont Quarries antes pertencia à Vermont Marbles Company) encontrando-se em laboração há mais de 200 anos. Possui seis níveis de extracção, tendo sido montada uma unidade de transformação dentro da própria cavidade, o que permite a laboração e processamento primário de blocos durante todo ano, ao abrigo dos rigorosos invernos típicos da região.

2. Um Pouco de História

Os pioneiros da extracção subterrânea de mármore foram os egípcios, os gregos e os romanos, particularmente em maciços calcários com estratificação sub-horizontal bem definida, onde desenvolviam trabalhos mineiros em poços e galerias.

Um exemplo é a pedreira do Vale Jordão (Fig. 1A) que foi descoberta pelo Prof. Adam Zertal e pela sua equipa da Universidade de Haifa. Esta pedreira está localizada no deserto, a norte de Jericó, 10 metros abaixo da superfície. A



Figura 1: A – Pedreira do Vale Jordão; B – Algarismos romanos e provável datação da pedreira. <http://ancient-tides.blogspot.com/2009/07/huge-manmade-cavern-found-in-jordan.html> e <https://www.gettyimages.es/fotos/adam-zertal?family=editorial&phrase=adam%20zertal&sort=mostpopular>, acedidas em 10 de fevereiro de 2021.

cavidade tem cerca de 0,4 hectares e a câmara principal possui 22 pilares onde se encontram gravados vários símbolos, incluindo cruzes bizantinas, um símbolo do zodíaco e algarismos romanos (Fig. 1B). Um galhardete gravado da legião romana indica que foi usado pelo exército romano. A cavidade foi escavada há cerca de 2000 anos e serviu como uma grande pedreira durante o Período Romano. Calcula-se que tenha estado activa entre 400 e 500 anos.

O mármore de Pentelikon foi empregue na construção do Parthenon, Erechtheum, Propylaea, Theseum, no Templo de Zeus em Olímpia (Fig. 2) e noutras grandes obras. Foi o primeiro mármore a ser extraído de uma pedreira subterrânea. Na Grécia antiga, o mármore estatuário da ilha de Paros foi também ele explorado em pedreira subterrânea.

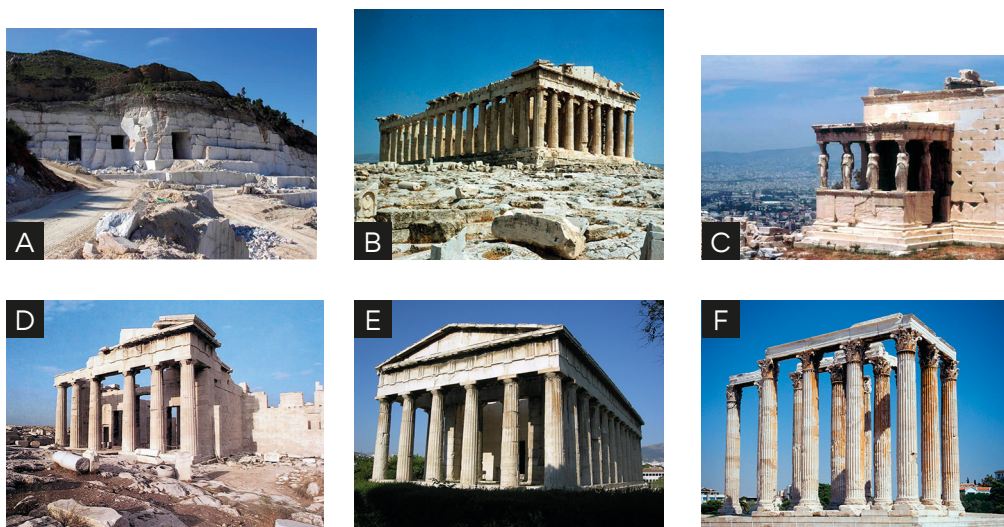


Figura 2: A – Pentelikon; B – Parthenon; C – Erechtheum; D – Propylaea (Acropolis de Atenas); E – Theseum e, F – Templo de Zeus em Olímpia.

Fontes das imagens: <https://maroudis-marbles.com/quarries.html>; https://pt.wikipedia.org/wiki/Templo_romano, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parthenon>, [https://en.wikipedia.org/wiki/Propylaea_\(Acropolis_of_Athens\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Propylaea_(Acropolis_of_Athens)) e referências inclusas.

Durante a época romana, a pedreira de calcário, a Aurisina (Fig. 3), na região de Carso, perto de Trieste, tornou-se famosa, laborando a céu aberto. De facto, alguns dos actuais centros produtores de mármore na região tiveram início há mais de 2000 anos.

O mármore de Lunese (Fig. 4) foi intensamente extraído durante o Império Romano, nos períodos dos imperadores Augusto e Marco Aurélio, havendo vestígios dessa exploração em Carrara, onde pontifica Colonnata, uma antiga colónia de escravos, Miseglia e Torano Fornaro & Bosticco (1995).



Figura 3 – Pedreira de calcário, Aurisina. Fontes das imagens: <https://www.uni3trieste.it/wp-content/uploads/2020/05/Aurisina.pdf> e <https://mapio.net/pic/p-36100657/>

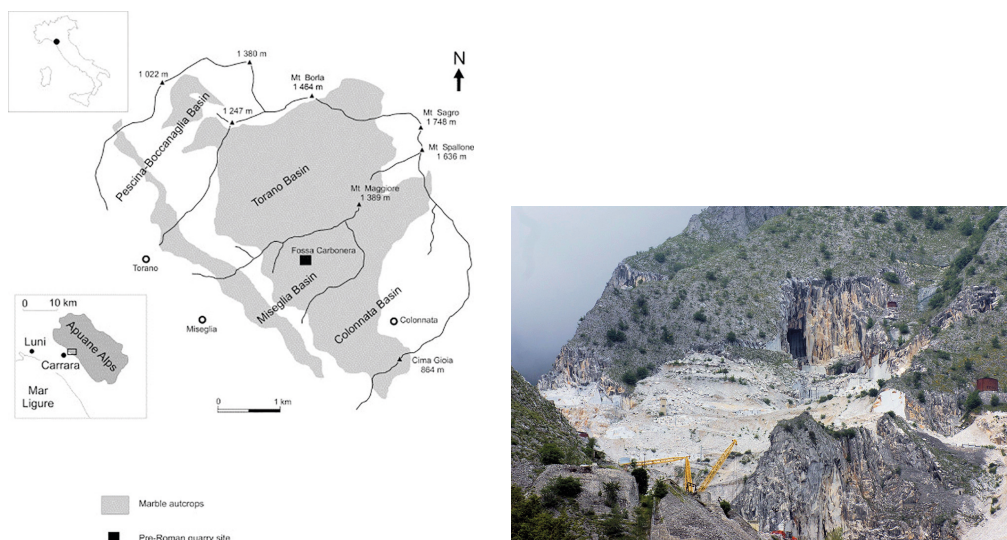


Figura 4 – Representação dos Alpes Apuanos e exemplo de uma exploração em Carrara, adaptada de Fornaro & Bosticco (1995).

Relativamente às técnicas de exploração, os romanos aprenderam e melhoraram as técnicas de extracção inventadas pelos gregos e egípcios (Adam, 1994).

Nas antigas Roma e Grécia, a técnica de corte, conhecida como “corte romano” era utilizada tanto em céu aberto como em subterrâneo, baseando-se na introdução de cunhas de madeira molhadas nas fissuras naturais da pedra. Todo o trabalho era manual com recurso a martelos, marretas, picaretas e cinzéis.

Os “cortadores” usavam muitas vezes picaretas para fazerem sulcos e dividirem os blocos. Para além das cunhas também eram usados barrotes de madeira que depois de embebidos exerciam uma pressão lateral destacando o bloco (Fig. 5). Este método era particularmente simples principalmente nas pedreiras de

calcário estratificado, onde as discontinuidades horizontais tornavam mais fácil o destaque dos blocos, sendo um factor natural que determinava as suas dimensões.

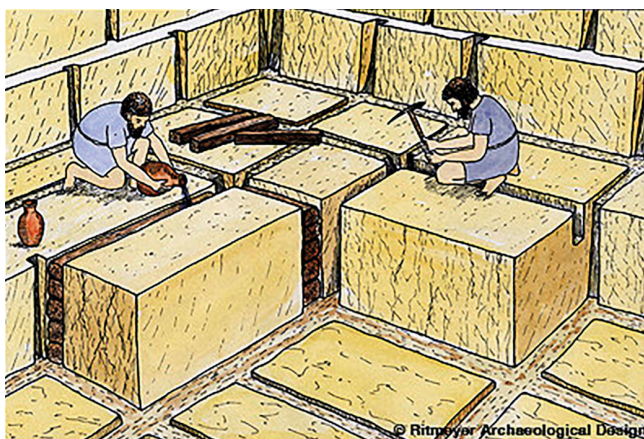


Figura 5 – Método antigo de separação de blocos. Fonte: <https://www.ritmeyer.com/wp-content/uploads/2008/05/quarrying.jpg>, acedido em 10 de fevereiro de 2021.

A qualidade do mármore de Estremoz também despertou o interesse de vários povos, desde a antiguidade, daí que se tenham encontrado vestígios de exploração a céu aberto, da Época Romana (Fig. 6), onde os registos da laboração, evidentes na pedra, revelam a utilização de ferramentas e técnicas da antiguidade. Apesar de não haver notícia de explorações subterrâneas datadas da Época Romana, graças ao facto de o mármore ser aflorante e a topografia da região se apresentar relativamente plana, as técnicas empregues foram semelhantes às retratadas noutras partes da Europa.



Figura 6 – Vestígios de exploração romana encontrados numa pedreira de mármore em Vila Viçosa, Portugal e estudados por alunos de Engenharia Geológica da Universidade de Évora.

2.1. Exploração Subterrânea

Na região de Portoro, La Spezia, Itália, na antiguidade, o mármore era escavado com recurso à força humana. As operações de desmonte consistiam, inicialmente, na criação de um túnel baixo (Fig. 7) para localizar a jazida, através do uso do escopro e da marreta. Depois de aberto o túnel, a largura dos blocos era definida através da execução de dois rasgos laterais que possibilitavam que dois homens com uma serra de ferro temperado grande e sem dentes fizessem os golpes inferior e posterior. A acção de corte era auxiliada pela introdução de água e de areia siliciosa. A remoção do bloco fazia-se com recurso a cunhas de madeira ou de ferro (Del Soldato & Pintus, 1985, *in* Guerreiro, H. 2000).

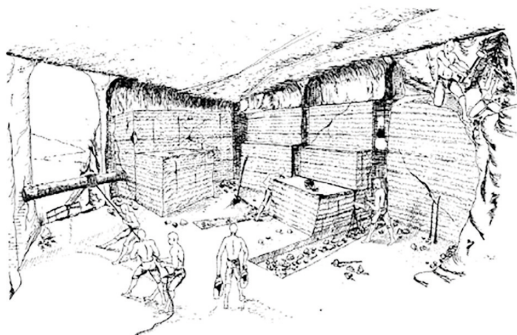


Figura 7 – Modelo de exploração subterrânea na antiguidade. Adaptada de Del Soldato & Pintus (1985), *in* Guerreiro, H. (2000).

A deslocação do bloco para fora da cavidade era feita com o recurso à gravidade (Lizza, Carrara) (Fig. 8), sendo o movimento controlado por homens munidos de cordas enroladas em barrotes de madeira.



Figura 8: A – Monumento ao “Cavatore”, Colonnata, Carrara, Itália; B – Vestígios da “Lizza” em Carrara. Fotos dos autores.

2.2. Esquadrejamento de Blocos

Dos sistemas mais antigos de serragem de pedra era executado penosamente por dois escravos, utilizando corda de sisal, areia e água.

O mesmo método permaneceu até hoje, com o sisal sendo substituído por ferro e ligas metálicas e a criação de dispositivos mecânicos tornou o corte mais rápido, menos penoso, proporcionando golpes mais perfeitos.

Acredita-se que a serra de Hierápolis (Fig. 9) seja uma serra inventada pelos romanos, para cortar pedra, com recurso à água, tendo sido descoberta em Hierápolis, Ásia Menor (actual Turquia). Datada da segunda metade do século III dC, a serra é considerada a primeira máquina conhecida a combinar uma manivela com uma biela, embora ainda não tenham sido encontrados nem os manuscritos antigos, nem os desenhos de engenharia, para apoiar esta teoria.

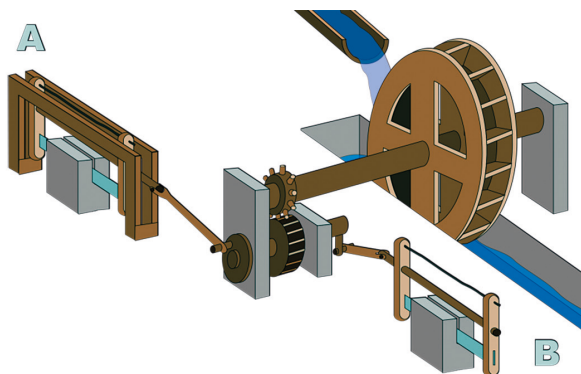


Figura 9 – Serra de Hierápolis constituída por duas monolâminas. (adaptado Grewe, Klaus, 2010)

O esquema desta máquina que tem por base um moinho de água está representado por um baixo relevo existente no sarcófago de Marcus Aurelius Ammianos, um moleiro local (http://www.traianvs.net/pdfs/2010_15_grewe.pdf) (Fig. 10). Uma nora de água alimentada por um canal impulsionava através de um trem de engrenagem duas monolâminas que cortavam os blocos retangulares.



Figura 10 – Baixo relevo da serra de Hierápolis (Grewe, 2010).

lares por meio de biela. A inscrição que acompanha está em grego e atribui o mecanismo às “habilidades de Ammianos com rodas”.

3. Métodos de Desmonte Subterrâneo

Apesar de haver muitos métodos de exploração subterrânea, particularmente nas explorações de minérios metálicos, consideremos apenas três tipos de desmontes tradicionais:

- a) Desmonte com enchimento;
- b) Desmonte com desabamento;
- c) Desmonte com abandono de pilares (câmaras e pilares).

Na exploração subterrânea de rochas ornamentais a blocometria é um fator fundamental para a viabilidade económica da unidade extractiva, assim a seleção do método é de crucial importância. Assim, o método por desabamento não é aconselhável atendendo ao facto de incrementar a fracturação do maciço levando inevitavelmente à redução da blocometria. O desmonte com enchimento não se afigura favorável na maioria das explorações subterrâneas de rochas ornamentais por questões técnicas da evolução da exploração e devido às áreas relativamente pequenas, no entanto admite-se o recurso a este método em casos pontuais para redução de problemas relacionados com instabilidade ou de abandono de locais por esgotamento da reserva.

Nas explorações subterrâneas para rochas ornamentais, o melhor método é o de câmaras e pilares (Fig. 11), método esse difundido por todo o mundo, no qual os pilares naturais se tornam elementos de suporte e contenção dos tectos. A projecção da localização desses pilares, bem como o seu dimensionamento deverá

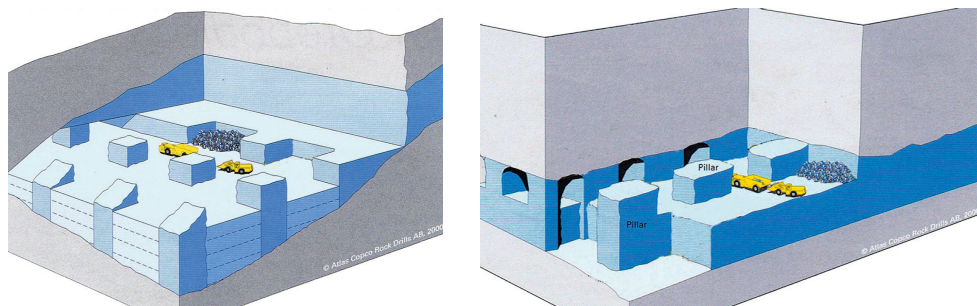


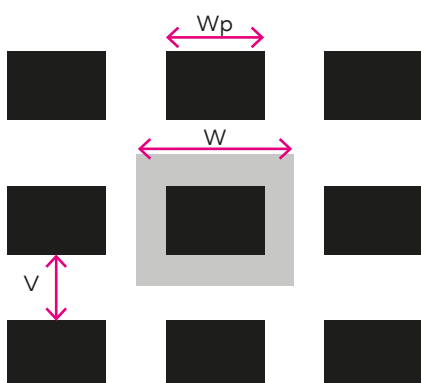
Figura 11 – Método de câmaras e pilares em exploração subterrânea.
Adaptado de Atlas Copco; Mining Methods, Case Study (<https://www.atlascopco.com/>).

ser feito tendo em atenção locais com rocha de menor qualidade ornamental e no sentido de reduzir a possibilidade de fracturação induzida devido à abertura das cavidades. A distribuição espacial dos pilares poderá ser irregular devido à heterogeneidade da formação rochosa.

3.1. Dimensionamento dos Pilares

O dimensionamento dos desmontes pode ser efetuado através da teoria da área tributária ou por métodos de análise numérica, com recurso a programas informáticos usando o método dos elementos finitos e das diferenças finitas.

Um dos métodos mais utilizados para o dimensionamento de câmaras e pilares através do método da área tributária (área de influência) (Fig. 12), considera o pilar sujeito a tensões verticais litostáticas correspondentes à área que ele suporta. Este método compara a tensão aplicada ao pilar com a sua resistência à compressão, não contemplando, no entanto, a orientação das descontinuidades que pode alterar a distribuição das tensões (Guerreiro, 2000).



Legenda:
V – Vão das câmaras;
W – Largura da área total;
W_p – Largura do pilar.

Figura 12 – Área de influência para dimensionamento das câmaras e pilares.
Para o cálculo do vão (V) sugere-se a utilização da seguinte formula:

$$V_s = \sqrt{\frac{2a\sigma_t}{(\gamma + \frac{P}{a})F_s}}$$

V_s – Vão seguro do tecto.

a – Espessura da laje de cobertura.

σ_t – Resistência à tração da laje que forma o tecto.

F_s – Fator de segurança.

γ – Peso específico do material.

P – Pressão externa devido ao ar, água, etc.

O fator de segurança é determinado pela seguinte expressão matemática:

$$F_s = \frac{\sigma_r}{\sigma_a}$$

Onde: σ_r – Tensão de ruptura; σ_a – Tensão de trabalho ou atuante.

Outro fator importante é a esbeltez (Tabela 1).

Considerando “Wp” a largura do pilar e “Hp” a uma altura, verifica-se segundo Salamon e Oravecz (1976) que:

- Para “Wp” constante, a resistência diminui com o aumento da altura “Hp” (maior esbeltez);
- Para “Hp” constante, a resistência diminui com a diminuição da largura “Wp” (maior esbeltez).

Nota: Para pilares em que $H_p/W_p < 3$ o enfraquecimento devido à esbeltez pode ser desprezável (Fornaro e Bosticco, 1995).

Tabela 1 – Valores da resistência à compressão uniaxial para o mármore português.

Esbeltez	Resistência à compressão uniaxial σ_c (MPa)
$h/w = 2$	69,6
$h/w = 3$	62,7
$h/w = 4$	57,8
$h/w = 5$	54,0

4. Um exemplo de Exploração Subterrânea – Pedreira do Texugo

A zona dos mármore pertence a uma região com relevos pouco acentuados, pelo que à primeira vista, a exploração subterrânea não se afigura como a melhor opção, no entanto, existem alguns exemplos deste tipo de exploração, particularmente quando o mármore de elevada qualidade se encontra por baixo de uma espessura considerável de outro tipo de rocha sem valor ornamental.

A pedreira do Texugo é apresentada como um caso de estudo. Possui uma exploração de carácter misto, com uma área a céu aberto e outra subterrânea. A pedreira situa-se no concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora, fazendo parte da Área Cativa de exploração de mármore do Anticlinal de Estremoz. A referida pedreira situa-se no flanco sudoeste do anticlinal que é uma estrutura geológica de forma elíptica, com cerca de 42 km de comprimento, 8 km de largura máxima e uma orientação NW-SE (Fig. 13).

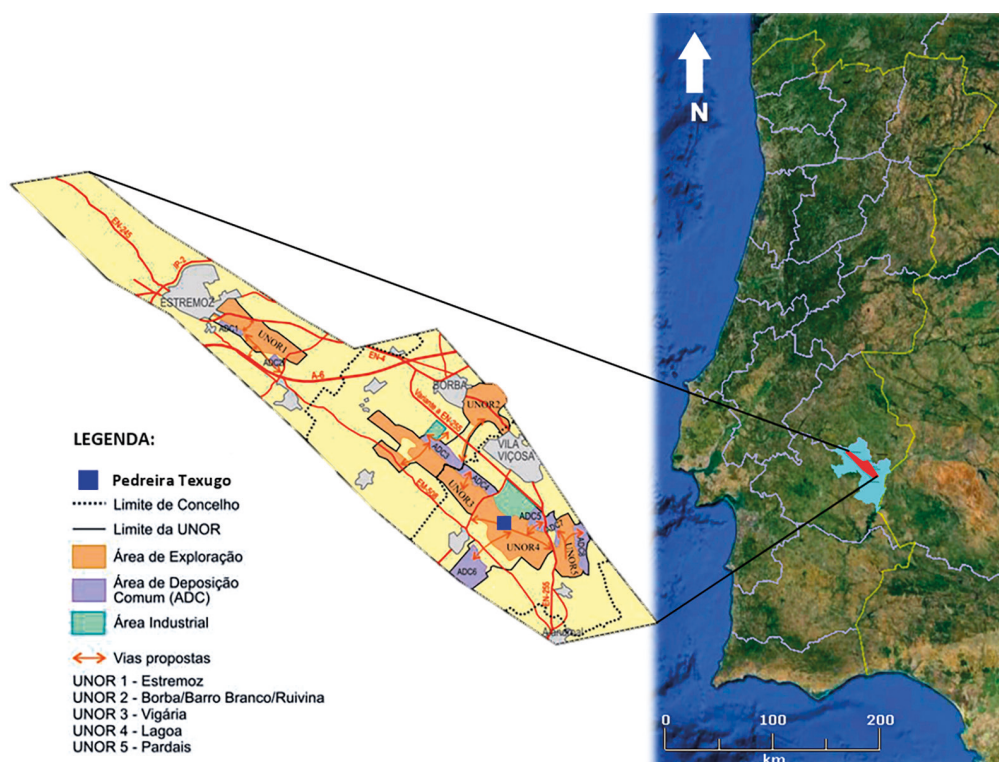


Figura 13 – Localização da pedreira do Texugo, licença DRE 5243, no flanco sudoeste do anticlinal de Estremoz. Cevalor (2001). Plano de Lavra da pedreira Lugramar.

Em 1972 deu-se início à exploração em céu aberto com a empresa *Bertos Internacional*. Em 1987 a pedreira tinha dois pisos e foi comprada pela empresa Lugramar, Lda. Em 2000 teve início a exploração em subterrâneo com a abertura de duas galerias em simultâneo no 6º piso e uma galeria no 5º piso. Desde essa data que a exploração tem um carácter misto, desenvolvendo-se simultaneamente em subterrâneo e a *céu aberto*. Em 2015 a pedreira foi comprada pela empresa Bloco B, Lda. A exploração continua a ter carácter misto desenvolvendo-se a céu aberto, pelo método de degraus direitos e em subterrâneo, através do método de câmaras e pilares, há, no entanto, intenção da empresa de eliminar a exploração subterrânea. A cota inferior da pedreira a céu aberto corresponde ao 10º piso estando a 65 m da superfície. O subterrâneo tem atualmente 7 pisos sendo a cota inferior de 71 m (Fig. 14).



Figura 14 – Pedreira do Texugo, vista geral para sul em 2015.

4.1. Alguns parâmetros geotécnicos e de qualidade ornamental do mármore explorado na pedreira do Texugo

Inicialmente foram criadas zonas ornamentais com base nas características cromáticas da pedra (Fig. 15).

Zona 0 – Dolomito – Nenhuma aptidão ornamental.

Zona I – Mármore Azul – Fraca ou nenhuma aptidão ornamental.

Zona II – Mármore com alguma vergada – Boa aptidão ornamental.

Zona III – Mármore creme e rosa com pouca ou nenhuma vergada –
Muito boa aptidão ornamental.

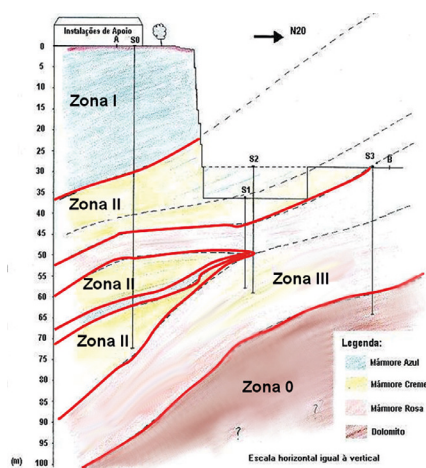


Fig. 15 – Pedreira do Texugo: zonas de qualidade ornamental. Cevalor (2001). Plano de Lavra da pedreira Lugramar.

No zonamento geotécnico foram identificadas três zonas com comportamento geomecânico diferente (Tabela 2). Para esse zonamento foram utilizados os seguintes parâmetros:

1. Classificação geomecânica de Bieniawski (RMR);
2. Resistência à compressão uniaxial, onde provetes cilíndricos são comprimidos paralelamente ao seu eixo longitudinal;
3. RQD – Rock Quality Designation (determina o grau de fracturação do maciço);
4. Análise da fracturação (espaçamento, rugosidade e humidade).

Tabela 2 – Zonas geotécnicas. Cevalor (2001). Plano de Lavra da pedreira Lugamar.

Zona Geotécnica	Características					Classificação ¹
Zona A Maciço rochoso de qualidade média	Mármore azul muito fraturado					RMR = 42 Maciço médio
	$\sigma_c = 64\text{MPa}$	RQD 25-50%	Espaçamento 200-600mm	Fracturas ligeiramente rugosas e alteradas	Presença de água nas fracturas	
	Mármore claro com vergada muito fraturado					RMR = 47 Maciço médio
	$\sigma_c = 61\text{MPa}$	RQD 25-50%	Espaçamento 200-600mm	Fracturas levemente rugosas e levemente alteradas	Humidade nas fracturas	
	Mármore claro com pequenos veios, muito fraturado					RMR = 47 Maciço médio
	$\sigma_c = 94\text{MPa}$	RQD 25-50%	Espaçamento 200-600mm	Fracturas levemente rugosas e levemente alteradas	Humidade nas fracturas	
Zone B Maciço rochoso de qualidade media a boa	Mármore claro com pequenos veios, moderadamente fraturado					RMR = 57 Maciço médio
	$\sigma_c = 61\text{MPa}$	RQD 50 - 75%	Espaçamento 0,6 - 2m	Fracturas levemente rugosas e levemente alteradas	Humidade nas fracturas	

¹ Classificação com base no valor da RMR da classificação de Bieniawski.

Zona Geotécnica	Características					Classificação ¹
Zone C Maciço rochoso de boa qualidade	Mármore azul com pequenas fracturas					RMR = 61 Maciço sólido
	$\sigma_c = 64\text{MPa}$	RQD 75 - 90%	Espaçamento 0,6 - 2m	Fracturas levemente rugosas e levemente alteradas	Humidade nas fracturas	
	Mármore claro com poucos veios e poucas fraturas					RMR = 61 Maciço sólido
	$\sigma_c = 94\text{MPa}$	RQD 75 - 90%	Espaçamento 0,6 - 2m	Fracturas levemente rugosas e levemente alteradas	Humidade nas fracturas	
	Dolomite					RMR = 64 Maciço sólido
	$\sigma_c = 78\text{MPa}$	RQD 75 - 90%	Espaçamento 0,6 - 2m	Fracturas levemente rugosas e levemente alteradas	Humidade nas fracturas	

Tendo em conta as várias zonas ornamentais e geotécnicas definiram-se qualitativamente as zonas do jazigo (Fig. 16), do ponto de vista da exploração subterrânea.

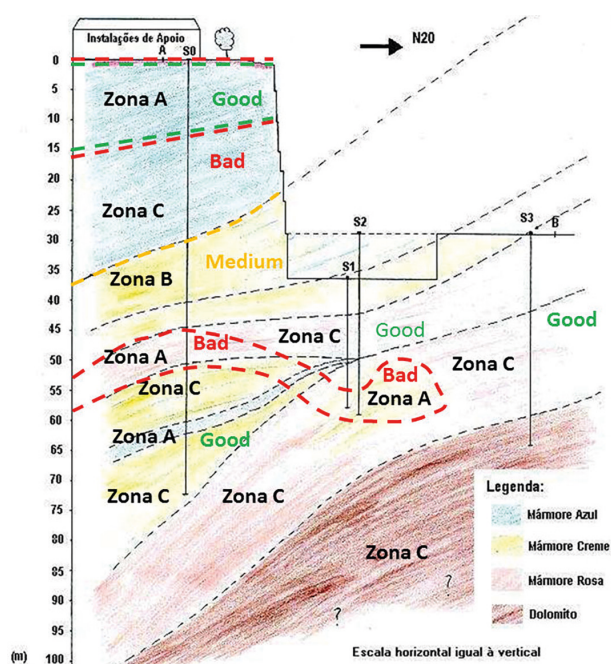


Figura 16 – Pedreira do Texugo: zonas qualitativas para exploração subterrânea. Adaptado de: Cevalor, 2001. Plano de Lavra da pedreira Lugramar.

Dos ensaios realizados foi determinada a tensão vertical $\sigma_v = 1,34 \text{ MPa}$

A resistência do pilar deverá ser 70% do valor médio menos o desvio padrão da resistência à compressão da rocha (mármore com vergada) = 37 MPa.

Atendendo à dimensão da roçadora usada, esta permite avanços de 3 m, optando-se por uma altura de galeria de 4,5 m e uma largura de 6 m, levando posteriormente a uma dimensão dos vãos de 12 m.

Considerando um fator de segurança $F_s \geq 5$, chegou-se a uma largura dos pilares de 9 m o que leva a uma taxa de recuperação de 82,5%.

Para a dimensão das câmaras adotou-se a teoria das vigas encastradas.

A tensão máxima de tração a meio de uma viga de vão “B” e espessura “a” é:

$$\sigma_{\text{máx}} = (\gamma B^2)/2a \quad B = \sqrt{((2a\sigma_t)/(\gamma.F_S))}$$

Para vãos de 12 m, a segurança do tecto em relação a fenómenos de flexão está garantida, uma vez que se tem uma espessura de material de cobertura a funcionar como viga muito superior a 0,5 m (situação limite) para uma resistência à tracção de 4 MPa. No caso da pedreira do Texugo existe uma espessura de rocha de cobertura aproximadamente de vinte e cinco metros (25 m).

4.2. Avanço em Galeria

Tradicionalmente o avanço em galeria é efetuado usando a técnica da cruz descentrada (Fig. 17) com o auxílio de uma roçadora de cinta diamantada ou de carboneto de tungsténio. Primeiro realizam-se os golpes horizontais, com 2 m de profundidade e espaçamento de 2,5 m entre o corte inferior e o intermédio e de 1 m entre este e o corte superior. De seguida fazem-se os cortes verticais, com 1 m entre o corte esquerdo e o intermédio e com 5 m entre este e o corte da direita. Depois dos cortes estarem feitos ficam individualizados os blocos um, dois, três e quatro estando presos ao maciço rochoso pela parte posterior. Os blocos um e dois são desprendidos da parte posterior colocando um colchão de água na base do segundo bloco, enchendo-o com água até que se dê o desprendimento. A remoção dos blocos um e dois é feita por exemplo com recurso a uma escavadora de rastros. De seguida procede-se ao corte posterior das maiores massas que constituem os blocos três e quatro, com uma máquina de fio diamantado, sendo removidos da mesma forma. Termina-se assim um ciclo de avanço de uma galeria.



Figura 17 – Avanço em galeria utilizando a técnica da cruz descentrada. Ilustração gráfica original de Emanuel Branco.

4.3. Abaixamento de Piso

Depois de se obter uma câmara suficientemente ampla com a correcta distribuição dos pilares, inicialmente projectados, inicia-se o processo de abaixamento de piso (Fig. 18). Executam-se quatro furos de seis metros de comprimento, com jumbo de perfuração e com bit de duzentos e vinte milímetros de diâmetro. De seguida fazem-se dois furos diagonais com a perfuradora pneumática rotopercussiva, com bit de noventa milímetros de diâmetro, a partir do topo de um dos furos já executados até interceptar a base do furo oposto. Na fase seguinte são definidas as larguras das fatias com furos verticais executados com martelos pneumáticos ligeiros e diâmetro de trinta milímetros. Os cortes com máquina de fio diamantado são executados pela seguinte ordem:

1. Corte vertical de topo. Realizado de forma tradicional com poleias de fundo do furo com diâmetro de duzentos milímetros e poleia motriz da máquina com diâmetro de oitocentos milímetros devido à elevada velocidade periférica que se observa nas poleias de menores dimensões;
2. Corte diagonal;
3. Corte das fatias;
4. Cortes laterais.

Fica assim destacada uma cunha superior que é removida fatia a fatia, com auxílio de grua móvel, começando-se pelas fatias de menor dimensão.

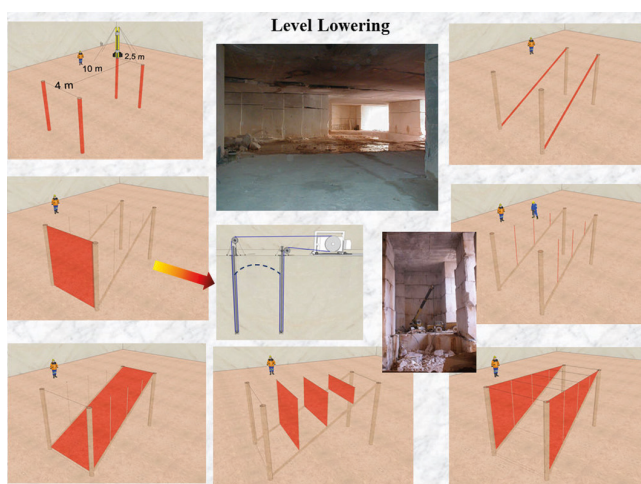


Figura 18 – Sequência dos trabalhos para abaixamento de piso.
Ilustração gráfica original de Emanuel Branco.

Para destacar e remover a cunha inferior a sequências dos processos é semelhante (Fig. 19). Porém, antes da execução dos furos horizontais é necessário remover-se a ponta da cunha para colocação da perfuradora pneumática. No final teremos uma caixa de abaixamento de piso, a partir da qual se desenvolverão canais e desmonte em bancada por degraus direitos, tal como se processa a céu aberto, diferindo apenas no facto de se tratar de uma exploração em câmaras e pilares.

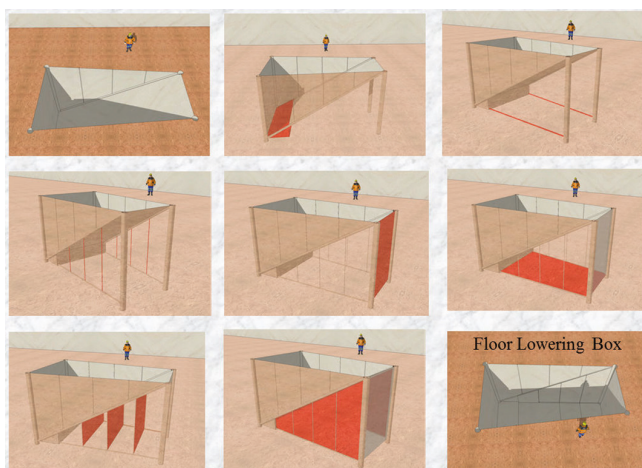


Figura 19 – Destaque e remoção da cunha inferior. Ilustração gráfica original de Emanuel Branco.

5. E Agora, a Grande Questão: qual a melhor opção?

Considerando uma determinada área de exploração possuindo o mesmo cenário geológico, no qual é comum a diversidade litológica, a densidade de fracturação e graus de alteração do maciço. De um lado assinala-se a opção de uma exploração subterrânea, em 2000 pela empresa Lugramar, do outro, a opção de uma exploração a céu aberto pela empresa António Galego & Filhos – Mármore, S.A. (Fig. 20).



Figura 20 – Exploração subterrânea versus exploração a céu aberto.

A opção da exploração em subterrâneo, ao fim de dezanove anos, deixou para sustentação dos tectos, cinco pilares com as dimensões referidas na figura

21 e num total de 19 965 m³. Considerando o rendimento médio da exploração a céu aberto de 22 %, obter-se-ia 4392 m³ de pedra comercializável. Tendo em conta o valor médio do bloco na ordem de 325€/m³, obter-se-ia um valor comercial para a massa total de 1427400€.

Porém sendo a actual zona subterrânea, uma zona de muito boa qualidade, onde prevalecem os mármorees cremes claros e rosas, obtendo-se por média cerca de 40 % de rendimento, é expectável, caso se tivesse desenvolvido a exploração a céu aberto que o rendimento nesta zona fosse superior a 22 %.

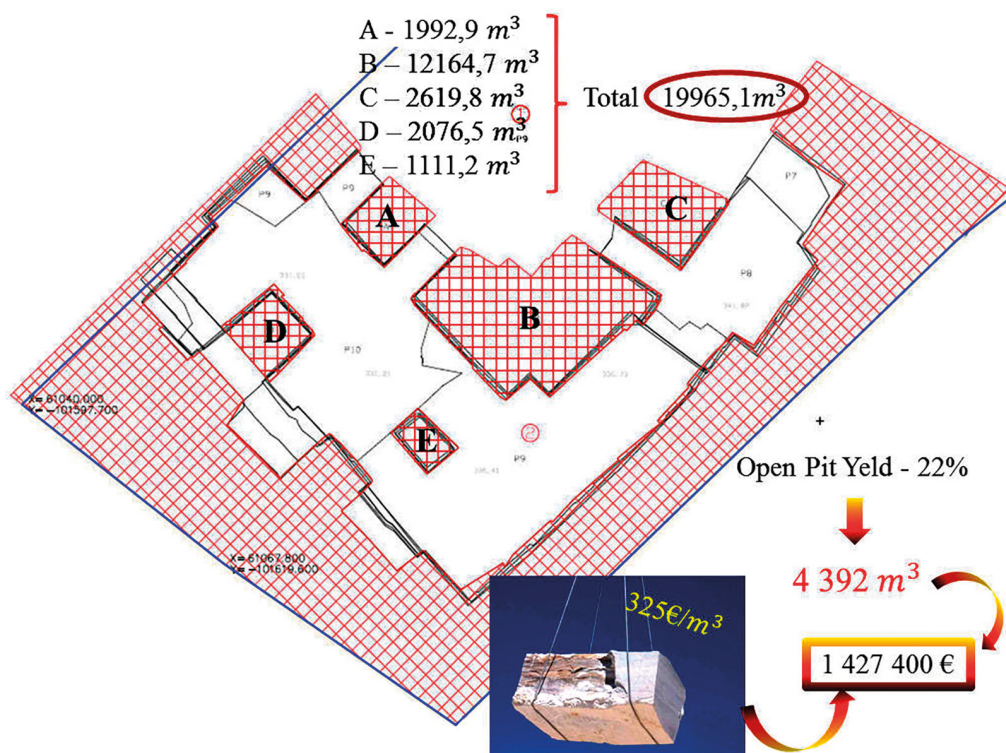


Figura 21 – Planta da pedreira do Texugo e rendimento expectável.

A empresa António Galego & Filhos – Mármorees, S.A., optou por remover 250000 m³ de massa estéril e mármorees escuros de pouco valor. Em quatro anos removeu cerca de 30% da massa, restando 70% que, ao ritmo actual de exploração e um planeamento mineiro adequado prevê-se que demorará entre nove e dez anos até remover-se a totalidade da capa superior.

O piso zero é constituído pelos primeiros 6 m de espessura e teve rendimento zero.

Os dois pisos e meio de 7 m de altura cada, tiveram rendimentos até 10% (Fig. 22).

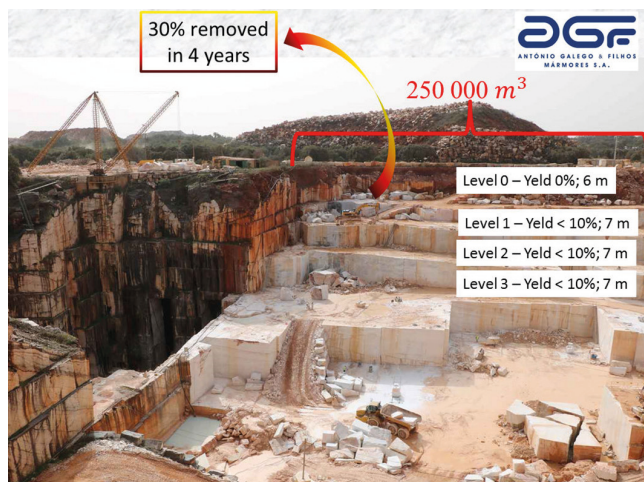


Figura 22 – Evolução da pedra da empresa António Galego.

Terminamos, deixando o leitor com a pergunta suspensa: qual a melhor opção? Ambas são válidas, e qualquer interpretação que se faça actualmente sobre opções passadas deve ser interpretada à época. A dinâmica do sector, os elevados ritmos extractivos com que actualmente se explora graças a avanços tecnológicos notáveis, a componente geológica e geotécnica que se revelam determinantes para a projecção de uma unidade extractiva e o próprio enquadramento legal cada vez mais apertado, são factores que concorrem para que cada caso, seja um caso. Antes de se optar por qualquer opção, devem ser ponderados detalhadamente todos os factores que foram analisados ao longo deste texto e nunca avançar precipitadamente. Só assim se conseguirá uma exploração rentável, duradoura e com elevados níveis de segurança.

6. Bibliografia

- Adam, Jean-Pierre, (1994) Roman Building: Materials and Techniques. London-New York, Routledge, 360 p. 746 fig. ISBN 0-415-20866-1
- Cevalor (2001). Plano de Lavra da pedra LUGRAMAR.
- Fornaro, M.; Bosticco, L. (1995) Underground Stone Quarrying In Italy. Its Origins, The Present Day and Prospect (Part 3). Editrice Promorama SRL. Marmo Machine International. N.º 8. Jennaio/Marzo. pp. 32 - 56.

- Grewe, Klaus (2010) La máquina romana de serrar piedras: la representación en bajorrelieve de una sierra de piedras de la antigüedad, en Hierápolis de Frigia y su relevancia para la historia técnica. Las técnicas y las construcciones en la ingeniería romana, 2010, ISBN 978-84-614-3758-0, págs. 381-402.
- Guerreiro, H., (2000) Exploração Subterrânea de Mármore, Aspectos Geotécnicos; Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Georrecursos – Área de Geotecnia; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico; Lisboa, 2000; p. 231.
- Instituto Geológico e Mineiro (2000) Projecto de Execução para a Exploração Subterrânea de Mármore na Região de Pardais; Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2000.
- Salamon, M. D. G. and Oravecz, K. I. (1976) Rock mechanics in coal mining, Chamber of Mines of South Africa, PRD Series No 198

7. Webgrafia

Nota: todas as páginas aqui indicadas foram acedidas, pela última vez, em 10 de fevereiro de 2021.

<http://ancient-tides.blogspot.com/2009/07/huge-manmade-cavern-found-in-jordan.html>

[http://geomuseu.ist.utl.pt/OG2009/Documentos%20Complementares/Congresso%20Geotecnia%20\(resumos\)/Congresso_Actas%20\(D\)/Volume%203/V3-08.pdf](http://geomuseu.ist.utl.pt/OG2009/Documentos%20Complementares/Congresso%20Geotecnia%20(resumos)/Congresso_Actas%20(D)/Volume%203/V3-08.pdf)

http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA2894/rnt_eia_portela-das-salgueiras2016615115357.pdf

<http://www.biblicalarchaeology.org/daily/biblical-sites-places/temple-at-jerusalem/the-stones-of-herod%E2%80%99s-temple-reveal-temple-mount-history/>

http://www.traianvs.net/pdfs/2010_15_grewe.pdf

http://www.visaconsultores.com/pdf/Tese_MSc_HG.pdf

https://en.wikipedia.org/wiki/Ancient_underground_quarry,_Jordan_Valley

https://en.wikipedia.org/wiki/Hierapolis_sawmill

[https://en.wikipedia.org/wiki/Propylaea_\(Acropolis_of_Athens\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Propylaea_(Acropolis_of_Athens))

<https://mapio.net/pic/p-36100657/>

<https://maroudis-marbles.com/quarries.html>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Templo_romano <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partenon>

<https://www.atlascopco.com/>

<https://www.gettyimages.es/fotos/adam-zertal?family=editorial&phrase=adam%20zertal&sort=mostpopular>

<https://www.ritmeyer.com/wp-content/uploads/2008/05/quarrying.jpg>

<https://www.sciencedaily.com/releases/2009/06/090622103831.htm>

<https://www.uni3trieste.it/wp-content/uploads/2020/05/Aurisina.pdf>

O MÁRMORE E A EŞCULTURA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS DIREITOS DE AUTOR

Miguel Ángel Encabo Vera

Professor Titular de Direito Civil na Universidade de Extremadura.

Quero agradecer à Câmara Municipal de Vila Viçosa pelo convite para participar com esta pequena contribuição ao desenvolvimento da indústria do mármore no Alentejo.



Dia 26 Julho 2019

Painel 3 “As Tendências e a Evolução do Mercado das Pedras Naturais do Alentejo no Século XXI”
Prof. Miguel Encabo - Universidade de Extremadura

Moderação: Dr. João Sequeira - AICEP - Portugal Global

Eng.º Nelson Cristo - Diretor Internacional Affairs & Project Manager ASSIMAGRA

Fig. 1 – VIII Congresso Internacional da Pedra Natural do Alentejo

O mármore tem sido um material muito tradicional na escultura desde tempos antigos.

Esse material incorpora um trabalho físico e/ou intelectual sobre o mesmo.

0. Distinção entre o proprietário do suporte e o proprietário dos direitos intelectuais.

A expressão da obra num material concreto como o mármore, do ponto de vista jurídico, estará sujeita a direitos independentes que distinguem faculdades no elemento físico e faculdades no conteúdo intangível (Direito de autor).

1. Direitos sobre o elemento físico.

Os Direitos e poderes sobre o elemento físico: venda (esgotamento comunitário e direito europeu de “participação na revenda”), aluguer ou empréstimo, ou trabalhos a fazer na escultura; pertencem ao proprietário do suporte material, ao qual não são automaticamente atribuídos, exceto para exposição pública, os direitos de exploração de direitos autorais. Os contratos devem refletir a atribuição dos direitos de exploração da propriedade intelectual: na realização de obras, por exemplo.

Um escultor pode materializar a sua escultura em mármore que é propriedade dele (ele comprou os materiais, por exemplo), ou esses materiais podem não ser seus (materiais de outras pessoas). No primeiro caso, não surgem problemas especiais; mas no segundo, poderia questionar-se a intervenção do direito do trabalho (escultor assalariado), resolvido por leis especiais de direitos autorais ou Direito do trabalho; ou direitos de “adesão”, que poderiam ser questionados, resolvidos pelo Direito civil, quando não há acordo prévio. O Direito do trabalho pressupõe a transferência de direitos de exploração para o empregador de acordo com a atividade trabalhista (art. 51, Texto Refundido de la Ley de Propiedad Intelectual, TRLPI da lei espanhola). Em relação ao direito de adesão, eles serão resolvidos em primeira instância em relação ao acordo das partes, mas, se não houver, a lei espanhola (art. 377, parágrafo 2, do Código Civil Espanhol), estabelece a regra de que o acessório segue o principal (*accessorium sequitur principale*), valorizando cada contribuição separadamente para determinar qual será a principal (tarefa nem sempre fácil), que terá preferência para compensar a outra e manter o material em questão, o que nem sempre significa que implica abranger todos os direitos de propriedade intelectual intangíveis. Portugal, na

Subseção III do Código civil na acessão industrial mobiliária, o artigo 1333º (União ou confusão de boa fé) diz:

1. Se alguém, de boa fé, unir ou confundir objeto seu com objeto alheio, de modo que a separação deles não seja possível ou, sendo-o, dela resulte prejuízo para alguma das partes, faz seu o objeto junto o dono daquele que for de maior valor, contanto que indenize o dono do outro ou lhe entregue coisa equivalente;
2. Se ambas as coisas forem de igual valor e os donos não acordarem sobre qual haja de ficar com ela, abrir-se-á entre eles licitação, adjudicando-se o objeto licitado àquele que maior valor oferecer por ele; verificada a soma que no valor oferecido deve pertencer ao outro, é o adjudicatário obrigado a pagar-lhe;
3. Se os interessados não quiserem licitar, será vendida a coisa e cada um deles terá no produto da venda a parte que lhe deva tocar;
4. Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o autor da confusão é obrigado a ficar com a coisa junta, ainda que seja de maior valor, se o dono dela preferir a respetiva indemnização.

O artigo 1305º do Código civil português dispõe que o proprietário goza de modo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição das coisas, que lhe pertencem, dentro dos limites da lei e com observância das restrições por ela impostas. Os limites são relativos aos direitos autorais a ter em conta, e aqueles relacionados na proteção do património cultural, quando há problemas de saques ilegais culturais e a circulação de obras de arte que fazem parte do património cultural.

2. Direitos sobre o elemento intelectual ou espiritual

Os direitos sobre o elemento intelectual ou espiritual, que denominamos “imateriais”, são potencialmente suscetíveis a diferentes poderes legais ou poderes sobre a escultura, como reprodução digital 3D, exposição pública, exploração digital de fotografias num objeto, por exemplo... que pertence ao criador, exceto pelas limitações de estar localizado em locais públicos. Vamos ter em mente que as “cópias” na escultura são na verdade obras derivadas se o original for reconhecido, pois, caso contrário, seria uma obra diferente. Uma distinção poderia ser feita entre o autor que cria a obra, aquele ou quem a executa. O autor tem “certa” exclusividade sobre os poderes do conteúdo intangível, exceto

os contratados ou transmitido por acordo ou pacto. E direitos morais, como paternidade e integridade, que são imprescritíveis.

O legislador espanhol, por outro lado, estabelece no artigo 56.1 do Texto Refundido de la Ley de Propiedad Intelectual (TRLPI) que “... o comprador da propriedade ao qual a obra foi incorporada não terá, por esse título único, nenhum direito de exploração sobre esse último”, tornando-se necessário reconhecer a independência do material sobre o intangível, uma vez que este é o que prevalece na propriedade intelectual. No artigo 56.2, o Texto Refundido da Ley de Propiedad Intelectual da lei espanhola reconhece a presunção de transferência do direito de exposição pública ao comprador do suporte, salvo indicação em contrário. Além das limitações em relação à situação das esculturas em locais públicos.

Estudos Literários

CEM ANOS DE FLORBELA ESPANCA. CONGRESSO INTERNACIONAL DE HOMENAGEM À MARIA LÚCIA DAL FARRA, NO CENTENÁRIO DA PUBLICAÇÃO DE LIVRO DE MÁGOAS

Ana Luísa Vilela

Professora de Literatura Portuguesa no Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora; Investigadora do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra (CLP), do Centro de Estudos em Letras (CEL) e do Centro Interdisciplinar de Histórias, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.

1. O amor à poetisa calipolense selou, mais uma vez, uma fértil colaboração entre a Universidade e a comunidade da terra-natal de Florbela Espanca. De 5 a 7 de dezembro de 2019, *Cem Anos de Florbela Espanca. Congresso Internacional de Homenagem a Maria Lúcia Dal Farra, no centenário da publicação de Livro de Mágoas* foi a ocasião de uma fecunda aliança entre a Câmara Municipal de Vila Viçosa, o Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (**CLEPUL**) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Évora.

A composição da comissão organizadora deste importante evento científico e honorífico traduz expressivamente o tropismo agregador dos estudos florbelianos: além de Cláudia Pazos Alonso (da Universidade de Oxford), de Ana Luísa Vilela (da Universidade de Évora e do CLP/CEL) e de Fabio Mario da Silva (da Universidade do Sul e Sudeste do Pará e do CLEPUL), a comissão integrava ainda a escritora Inês Pedrosa, a investigadora do CLEPUL Rosa Maria Fina e, ainda, o Grupo CNPq “Florbela Espanca et alii”, que reúne investigadores portugueses e brasileiros sob o magistério de Maria Lúcia Dal Farra. Esta comissão organizadora trabalhou em colaboração com Maria de

Jesus Monge, diretora do Museu-biblioteca da Casa de Bragança, com Noémia Serrano, da direção do Grupo Amigos de Vila Viçosa e com Carlos Filipe, do Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património (CECHAP).

2. A carismática professora brasileira Maria Lúcia Dal Farra é, ao nível internacional, a mais importante investigadora florbeliana; é, igualmente, uma prestigiada e premiada poetisa. A associação entre Florbela e Maria Lúcia num congresso comum revelou uma rica produtividade. A forma de organização dos trabalhos do congresso refletiu essa perspetiva bifronte. A temática das suas múltiplas sessões (entre plenárias e simultâneas) espelhou um múltiplo diálogo: houve sessões dedicadas a cada uma das poetisas, outras abordando a respetiva interlocução, outras ainda consagradas à análise e fruição das relações poéticas, pedagógicas, afetivas e expressivas que cada uma das figuras – Florbela e Maria Lúcia – estabelece com outros autores e outras obras críticas e artísticas.

Assim, nas sessões dedicadas a Maria Lúcia Dal Farra, houve lugar para abordagens das duas vertentes que cultivava como autora literária. Helder Garmes, com “Reflexão e Memória em *Inquilina do Intervalo*, de Maria Lúcia Dal Farra”, analisou a ficção dalfarriana à luz da função reconfiguradora da memória. Ana Luísa Vilela, apresentando “La dame à la poésie. Sentido e sentidos na poesia de Maria Lúcia Dal Farra”, dissertou sobre duas das obras poéticas da autora, *Alumbramentos* e *Livro de Possuídos*. Adriana Sacramento e Iracema Goor discutiram sobre outra obra lírica dalfarriana, na comunicação “Corpo político: espaço de arte, literatura e liberdade em *Terceto para o fim dos tempos*, de Maria Lúcia Dal Farra”. Rafael Quevedo dedicou-se, numa curiosa microleitura comparativa, à análise da “Metáfora náutica na lírica amorosa de Maria Lúcia Dal Farra”. Já Matteo Pupillo apresentou alguma da fascinante problemática tradutológica, com a intervenção “Traduzir FlorLúcia em Italiano”.

Do extraordinário diálogo poético entre Florbela e a sua principal leitora, Maria Lúcia, falaram Cláudia Pazos Alonso, apresentando o arguto e sensível estudo “Maria Lúcia e Florbela, clarividências”; e Deolinda Adão, analisando as duas vozes femininas e respetiva construção identitária e social, com “Diálogos Poéticos em Tons de Lilás e Roxo”. Da mesma forma, Jonas Leite amplificou o tema “De Maria Lúcia para Florbela Espanca. Com amor” e, reciprocamente, Isa Severino apresentou o comovente texto “De Florbela para Maria Lúcia Dal Farra com gratidão... o resto é perfume”.

Outra das dimensões do legado dalfarriano – a sua eminente estatura pedagógica e humana – foi objeto de uma sessão de testemunhos pessoais em honra de Maria Lúcia, que incluiu as intervenções emocionadas de Ana Maria Domingues, Paulo Motta de Oliveira, Marlise Bridi e Inês Pedrosa. Esta mes-

ma escritora apresentou ainda, em sessão imediatamente posterior, a antologia *Alguns Poemas. Maria Lúcia Dal Farra*, editada pelas Edições Esgotadas e organizada por Ana Luísa Vilela e Fabio Mario da Silva, que também assinam o respetivo estudo introdutório.

3. Consagradas à grande poetisa calipolense, numerosas comunicações apresentadas neste congresso enriqueceram a mais recente pesquisa florbeliana em contexto académico. Assim, reflexões problematizando a relação entre a identidade pessoal, a enunciação lírica e a autorreflexividade foram apresentadas por Marisa Mourinha, com “À procura de Florbela – entre biografia e mitografia, do caso humano ao caso poético”; e por Deolinda Costa que, em “É narciso uma flor bela?”, propõe a reinterpretação de uma espécie de autopsicografia florbeliana, a partir dos textos diarístico e epistolar da poetisa.

Noutra perspetiva, as intervenções centradas exclusivamente na peculiaríssima *deixis* lírica de Florbela integraram a comunicação apresentada pelo jovem e promissor investigador João Estaca, “Um retrato da Dor nos sonetos de Florbela Espanca com focalização em *Livro de Mágoas*”; a de Maria do Carmo Mendes, que abordou um tema estruturante: “Eros e Thanatos: a poesia de Florbela”; a de António Alias, apresentando “Ser poeta: consciência crítica e pensamento poético em Florbela Espanca”; e a de Algemira Mendes e Joselita de Jesus, “Um olhar feminino sobre *Charneca em Flor*, de Florbela Espanca”. A vertente fortemente telúrica, de identificação com o chão alentejano, foi ainda revisitada por Aldinida de Medeiros, cuja comunicação se intitulou “A charneca Terra Mater na escrita florbeliana” e, em esboço sugestivo, por Maria Cristina Pais Simon, apresentando “A escrita da Natureza na obra de Florbela Espanca”. A ficção florbeliana foi abordada por Elisangela Steinmetz, na comunicação “Nuances do insólito em contos de Florbela Espanca”. E Iracema Goor, estudando a “Trajetória de Florbela como tradutora”, aflorou também aspetos menos conhecidos dessa atividade da poetisa.

Outra parte importante das comunicações apresentadas foi dedicada ao polifónico diálogo estabelecido entre a poética florbeliana e a de outros poetas, seus críticos e exegetas. Desse modo, Clêuma Magalhães estudou alguns casos dessa pujante produtividade literária, na comunicação “Diálogos com a obra de Florbela Espanca: a receção produtiva”. Zuleide Duarte aproximou três poetisas, no instigante estudo “Florbela Espanca, Cecília Meireles e Alphonsina Storni; diálogos (in/im)pertinentes?”. Rogéria Freire observou “A subversão do papel feminino em Florbela Espanca e Mariana Alcoforado”. Maria Raquel Álvares ressaltou as afinidades entre a poetisa calipolense e a poetisa cabo-verdiana, apresentando “A reinvenção do sentir poético dialógico em *Livro de Má-*

goas, de Florbela Espanca, e *Amanhã Amadrigada*, de Vera Duarte”. Anamaria Filizola aprofundou o diálogo entre “Agustina e Florbela: os contos”. Robin Driver, em “Virgem, sedutora, castradora: as contradições de Florbela Espanca segundo Natália Correia”, problematizou as posições *mitocríticas* da segunda das autoras, no prefácio ao *Diário* da primeira. Este conjunto de estudos dedicado à multiplicidade e produtividade dos diálogos poéticos e críticos encerrou-se com o importante ensaio de Fabio Mario da Silva, “Florbela e Verlaine: o diálogo das Mágoas”.

Escolhendo um ângulo analítico muito próximo desse, houve também relevantes considerações sobre a produção artística inspirada na figura e na obra de Florbela. António Laginha apresentou uma comunicação vibrante, “A poesia de Florbela Espanca na dança portuguesa: dois casos de estudo”. Com “Florbela à luz da intertextualidade”, Flávia Corradin examinou duas peças de teatro, uma portuguesa e outra brasileira, que elegem Florbela como protagonista. Renata Soares Junqueira, em “Florbela no cinema”, analisou pertinentemente o recente filme de Vicente Alves do Ó. Por seu turno, foi também apresentada à audiência a curta-metragem “A morrer”, de Gabriela Caldas, antecedida por uma introdução de Maria Lúcia Dal Farra, que colaborou brilhantemente no filme, emprestando a sua dicção envolvente aos poemas de Florbela.

O programa de trabalhos abrangeu, também, o lançamento do mais recente volume das Obras Completas de Florbela: *Diário/ O Dominó Preto*, com organização, notas, estudos introdutórios e fixação de textos de Fabio Mario da Silva (Edições Esgotadas/CLEPUL-GESG), apresentado por Ana Luísa Vilela. Foi ainda sumarizado o projeto *Dicionário de Florbela Espanca*, a surgir em 2021, publicado pelas Edições Esgotadas/CLEPUL/GESG. A obra terá a direção científica de Maria Lúcia Dal Farra e a organização de Fabio Mario da Silva e Jonas Leite, que apresentou o projeto no Congresso.

4. No último dia do evento, 7 de dezembro, algumas sessões decorreram no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Vila Viçosa. Todavia, foram muito variadas as atividades envolvendo os participantes e a comunidade calipolense.

O mesmo dia permitiu a visita e a inauguração oficial de uma exposição sobre Florbela Espanca, no Paço Ducal. A declamação de poemas de Florbela Espanca e de Maria Lúcia Dal Farra por alunos/as da Escola Secundária Pública Hortênsia de Castro foi outro momento tocante, testemunho da atualidade e impacto da lírica destas autoras. Tiago Salgueiro, que apresentou o Projeto da Casa-Museu de Florbela Espanca em Vila Viçosa, acrescentou uma tonalidade esperançosa ao encontro.

A sessão de encerramento reuniu alocações entusiasmantes do Sr. Presidente da Câmara de Vila Viçosa, de representantes do Grupo Amigos de Vila Viçosa e da Fundação da Casa de Bragança, do Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património (CECHAP), da Sr^a D. Joana Espanca Bacelar e da Comissão Organizadora do Congresso. Em tom jubiloso, o compromisso das forças vivas locais, as reflexões dos investigadores, as confissões afetuosas dos discípulos e as vozes juvenis dos leitores aliaram-se, assim, num voto uníssono: a homenagem a Florbela, através da sua futura Casa-Museu em Vila Viçosa.

Assim seja.

FLORBELA ESPANCA E MARIA LÚCIA DAL FARRA: CRÍTICA, BIOGRAFISMO, AMOR

Jonas Leite

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Como as velhas naus portuguesas, a literatura de Florbela Espanca cruzou o Atlântico e encontrou no Brasil novas possibilidades de leitura e apreensão de um construto mítico originado em Portugal. Sem dúvidas, o nome de Maria Lúcia Dal Farra destaca-se como o da estudiosa de maior impacto da obra da Poetisa alentejana e, quiçá, uma das peças fundamentais no crescente interesse que a obra dessa artista desperta em estudiosos brasileiros. Guardadas as proporções, e malgrado o anacronismo da comparação, Dal Farra assemelha-se, no que tange estritamente à divulgação da obra da Poetisa, a Guido Battelli: os dois são, cada qual à sua maneira, os ícones desse processo no Brasil e em Portugal, respectivamente, mesmo que percorram caminhos e métodos evidentemente distintos. Há um contingente considerável de estudiosos brasileiros de Florbela e, nesses trabalhos, são referências certas as pesquisas realizadas por Maria Lúcia, haja vista os mais de trinta anos dedicados à temática e à envergadura do material que conseguiu, ao longo desse tempo, levantar.

Maria Lúcia Dal Farra começou a escrever sobre Florbela na década de 1980, com um ensaio “Florbela: os sortilégios de um arquétipo” (1983), publicado na Revista de Estudos Portugueses e Africanos da Universidade de Campinas – UNI-

CAMP. Nessa altura, a biografia de Agustina Bessa-Luís já tinha, em certa medida, redimensionado a maneira de perceber e estudar Florbela Espanca. Somado a isso, o aniversário de cinquenta anos da morte da poetisa demarcou a passagem da sua obra para domínio público, vindo ao conhecimento do público o *Diário do Último Ano* e o volume de contos intitulado *O Dominó Preto*, ambos publicados em 1981, além da edição das cartas¹ da escritora publicadas na coleção *Obras Completas*, organizada por Rui Guedes e editada pela Dom Quixote, a partir de 1983.

Portanto, Maria Lúcia começa a se debruçar sobre a vida e a obra da poetisa num momento em que, ainda, as imagens estereotipadas sobre a escritora eram frequentes, apesar do conhecimento de um novo material literário. Hoje, se a imagem de Florbela está aliada a uma dimensão humana e artística – dentro da compreensão de uma escritora que viveu um contexto muito particular, transformando-o em signos literários, por uma alta voltagem criativa, e fazendo erigir, por força da literatura, um mundo paralelo confundido com o seu próprio mundo –, muito se deve ao trabalho de Dal Farra, na medida em que ela voltou parte de sua vida intelectual à tarefa de deslindar os sentidos da obra da Poetisa alentejana e, via de consequência, criar uma tradição que passa a conduzir uma maneira peculiar de estudar e representar Florbela Espanca.

No seu trabalho crítico, Maria Lúcia sempre parte, em maior ou menor grau, de um referente literário concreto: a obra poética, os contos, o diário, as cartas ou até mesmo a recepção literária da obra da poetisa à época, que servem como suporte no processo de compreensão e combate das mistificações imputadas à Florbela. Para a professora, Florbela é um “caso feminino e poético” e isso pode ser entendido como a síntese norteadora do seu interesse, pois a dimensão de uma mulher que escreve versos lhe é apreendida com a feminilidade que isso acarreta, com a liberdade, também feminina, de entender as pulsações que decorrem disso: notadamente, o erotismo, tratado, na maioria das vezes, como interdição ou como tabu.

Florbela, em vida, foi acusada de mulher insurrecta, de imoral, de não respeitar normas civis e religiosas e, por isso, mesmo depois de morta, sofreu um sem número de detratações que se multiplicaram em tantas mistificações. A questão de fundo de tudo isso reside em um preconceito contra a mulher, sobretudo

¹ “A correspondência de Florbela Espanca e o seu segundo marido, António Guimarães permaneceram inéditas até 2008, com exceção de uma carta datada de 4 de março de 1920, publicada por Maria Alexandrina. O conjunto de 44 peças estava depositado na Biblioteca Municipal Florbela Espanca, em Matosinhos. Sob a chancela da Câmara Municipal de Matosinhos, o conjunto de cartas foi publicado pela Quasi Edições, com fixação do texto, organização, apresentação e notas de Maria Lúcia Dal Farra e prefácio de Inês Pedrosa, sob o título *Florbela Espanca. Perdidamente. Correspondência Amorosa (1920-1925)*” (DAL FARRA, 2012b, p. 13). O volume foi publicado no Brasil com o título *Sempre Tua: correspondência amorosa (1920-1925)*, em 2012, pela Iluminuras.

contra a sexualidade feminina: os dois divórcios, os três casamentos, os versos eróticos, o ingresso na Faculdade de Direito, a proximidade ao irmão e ao pai... todas essas questões relacionam-se à fatura de uma imagem *de interdito* relegada à mulher e, associadas à moral conservadora do início do século XX, em um país de traço tradicionalista, somaram-se e podem explicar a maioria das ilações imputadas à interpretação da biografia dessa poetisa, como a de incesto e a de mulher vulgar, em meio a um cenário em que “a produção lírica de Florbela se apresentava como um vasto e fértil campo onde era possível colher, abertamente e à vontade, tanto exemplos de declaração de cio dessa mulher que, como se viu, sabota a sagrada Constituição portuguesa” (DAL FARRA, 2012a, p. 23).

Dal Farra concebe uma crítica literária propícia a reabilitar Florbela das mistificações que a ela foram se associando. Ela certifica, através de vários expedientes (análise literária e histórica, cotejo de documentos, depoimentos de pessoas), que os discursos impregnados de preconceito e de retaliação não se sustentam em um plano fático, pois são, sobretudo, ideológicos. O germe dessa atitude já aparece, mesmo timidamente, no aludido estudo de 1983: ao discutir o conto “À margem dum soneto”, a questão da experiência feminina com o amor é ventilada, vazada pela citação do *Diário do Último Ano* – conjugação de oxímoros do ser feminino: “honesta sem preconceitos, amorosa sem luxúria, casta sem formalidades, recta sem princípios” (ESPANCA, [1930] 1987, p.125), que a crítica aproveita para compreender a poética paradoxal feminina em Florbela Espanca, na medida em que associa, metaforicamente, o enredo do conto aos dois últimos casamentos da poetisa.

Porém, é no estudo “A condição feminina na obra de Florbela Espanca” (DAL FARRA, 1985) que o trabalho da desmistificação começa a ficar acen-tuado. Em tom de denúncia, a professora alerta para a tentativa de domesticação de Florbela, para enquadrá-la ao padrão dos “bons costumes”, justamente no tocante à neutralização de um tom erótico que se desprende de sua obra e que não se coaduna com a visão de uma Poetisa em processo de deslocamento para o panteão clássico dos autores portugueses, pois

(...) tentam substituir o erotismo dos seus sonetos pelo puro misticismo: pretendem, assim, apagar os traços femininos incômodos. Fornecem uma torrente de argumentos falaciosos para dar ares de morte natural ao seu suicídio: ao submeter Florbela a um regime de purificação, libertam-se, portanto, de uma culpa atávica da qual nem mesmo têm consciência. Invo-cam o papel fatídico do histerismo e da anomalia na constituição psíquica de Florbela com o intuito de justificar a sensibilidade feminina de sua poesia: pensam explicar, deste modo, tanto a insatisfação de Florbela e a sua inadaptação social quanto aquilo que julgam nela indecoroso – a

ousadia intimista, a declaração de cio, a sua própria identidade de mulher (DAL FARRA, 1985, p. 02).

Nos estudos que se seguem,² a linha desmistificante continua e se espraia para outras facetas além da questão de fundo erótico. Maria Lúcia vai deixar às claras o porquê de a sociedade eborense não querer o busto de Florbela e a dificuldade do Salazarismo em aceitar a homenagem, explicitando o processo de invasão de privacidade e vilipêndio da dignidade da poetisa depois de morta. Assim, ela não poupa Battelli e Rui Guedes de terem auferido lucro com as obras em detrimento de uma ética intelectual e literária, detalhando o maniqueísmo inicial da recepção crítica da obra da poetisa para dismantelar o argumento que, forçosamente, queria associar Florbela à política nacional do momento. Também não fetichiza o suicídio, pois, para ela, a relação que Florbela mantém com a morte “não inclui nem culpa nem perdão. É a mais telúrica possível, como a reencontramos na sua obra, desprendida e ausente da sombra de qualquer consciência cristã” (DAL FARRA, 1996, p. XIX). Assim, também não tenta criar uma atmosfera de dúvida sobre este fato no afã de sintonizar a morte da poetisa com um ideário cristão, como sugeriu Battelli e como claramente aparece em António Freire (1977).³ Nessa esteira, também desmente a questão do incesto e do uso de entorpecentes:

Acerca dos estupefacientes, asseguro que Florbela apenas fumava, e que, depois do suicídio do irmão, em 1927, passou a usar “Veronal” para dormir – tranquilizante receitado pelo próprio marido que, aliás, era médico – porque entrara em profunda depressão. Aliás, é da *overdose* desse barbitúrico que ela se servirá para matar-se (DAL FARRA, 2012a, p. 19).

Atente-se também ao fato do recurso, em certas passagens específicas, do uso da primeira pessoa, delineando e evidenciando uma intimidade capaz de criar uma Florbela à sua maneira, como se fosse, portanto, um diálogo de mulher para

² Estou apoiando-me nos ensaios *O affaire Florbela Espanca* (1996), *Florbela: as primeiras apropriações da obra e da biografia* (2007a) e *Florbela, a inconstitucional* (2012a), *A sempre inefável Florbela* (2012b), bem como na Apresentação do livro *Trocando Olhares* (1994). Nesses estudos, há uma linha argumentativa crítica, com certa dimensão biográfica e, conseqüentemente, um perfil de Florbela Espanca à maneira de Maria Lúcia Dal Farra. Há outros estudos da autora sobre a poetisa portuguesa de importância e de consistência, no que se refere ao estudo literário das obras, que, nesse momento não vem ao caso.

³ António Freire escreveu, em 1977, *O Destino em Florbela Espanca*. Na sua argumentação, põe em xeque a tese de suicídio, em virtude da toxicidade do *Veronal* e do estado físico debilitado de Florbela, induzindo, portanto, uma noção de tragédia, mais adensadamente do que a de uma morte premeditada (FREIRE, 1977, p. 49).

mulher, ou melhor, de Poetisa para Poetisa. Uma vez que o próprio empenho em desfazer uma mistificação (a do incesto, por exemplo) e apresentar ao leitor um panorama profundo dessas acusações vai se consolidando, também ocorre, implicitamente, a defesa da imagem *personal* que Maria Lúcia tem de Florbela:

(...) *As máscaras do destino*, havia sido publicado (em 1931), e como, nele, nada de censurável a moral salazarista havia farejado, salvo o *excessivo* amor dedicado ao irmão, fato que desencadearia a baixa suspeita de *relações incestuosas*, carentes, todavia de quaisquer comprovações plausíveis no âmbito daquele volume – é sobre a sua obra poética que o ataque dos seus detratores continua sendo desferido. (...) e a qual me empenharei em desdobrar para que o leitor possa avaliar a profundidade das acusações (DAL FARRA, 2012a, p. 23 – grifos da autora).

Com efeito, Dal Farra dá um tratamento diverso ao epíteto de Battelli de “infeliz poetisa” à Florbela. Até hoje ainda é possível encontrar o eco da categorização do professor italiano, no sentido de enumerar uma série de argumentos para o estágio depressivo de Florbela, seja por exemplo, de cunho psicológico, como se observa na biografia de Agustina Bessa-Luís ou de cariz moralizante, como anotou Herculano de Carvalho ao comentar *Charneca em Flor*.⁴ A questão seria menos complexa, sem a necessidade de teorização, pois transformar uma patologia (a depressão) em um estado neurótico carrega um simbolismo amargo e revelador de um preconceito subjacente. Assim, a imagem que resta é a de alguém que “vive só e retirada, não porque seja incompreendida, mas porque é alguém ‘que não compreende nada’, deixando-se rodear tão-só pelos seus livros, flores e cão, uma vez que por vontade própria se acha enclausurada na ‘cela de Sórór Saudade’” (DAL FARRA, 1996, p. XIX) e, mesmo ante as adversidades mais cruéis, como a morte do irmão, não se tornou uma condenada em vida, como muitos a pintaram, pois “a mãe morreu de ‘nevrose’ o irmão desapareceu num voo de treino mergulhando no Tejo, e esse ‘horror arrasou-me, esfacelou-me’. Mas nem por isso tornou-se uma Jeremias; ela se diz ser, antes de mais nada, uma revoltada Job” (DAL FARRA, 1996, p. XIX).

Tudo isso reflete uma linha muito clara de percepção em torno de Florbela por uma lente em que se conjugam a noção poética e humana – instâncias, para

⁴ Refiro-me ao artigo publicado no *Correio de Coimbra*, em 07 de fevereiro de 1931, intitulado de *Charneca em Flor*: “Quase todos os sonetos de *Charneca em flor* tratam do velho tema do amor, não do amor que salva, eleva e dignifica, mas do amor que perturba, envenena e mata. Lástima, que tão belos versos – oiro do mais fino quilate – sejam oferenda a um deus de tão triste fama...” (CARVALHO, 1931, p. 02).

Maria Lúcia Dal Farra, geminadas em um processo de simbiose, não sendo possível perceber a atuação isolada dessas duas facetas: os afetos intrínsecos ao ser humano levam Florbela a escrever e escrevendo Florbela penetra nos recônditos do ser, com a possibilidade de criar espaços que a vida real não lhe permitiu.

Há um considerável número de estudiosos de Florbela no Brasil e um montante não menos considerável de textos ficcionais, que seguem a esteira do segundo momento de mitificação e transformam Florbela em uma personagem literária. No entanto, não existe, até onde se sabe, uma biografia (no sentido mais formal do gênero biográfico) brasileira sobre Florbela. Sem dúvida, a biografia mais famosa sobre a poetisa é a de Agustina Bessa-Luís, autora pouco publicada no Brasil,⁵ sendo mais conhecida no meio acadêmico. Diante disso, a imagem mais nítida que temos de Florbela é vazada pelos traços impressos por Maria Lúcia Dal Farra, reforçados pela originalidade do seu trabalho e pelo apuro da sua pesquisa em fontes de primeiro grau.

Nessa seara, é preciso ter às claras que o trabalho de Dal Farra traz o sinal dos tempos hodiernos, pois “os registros da memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentários e ordinários como suas vidas” (GOMES, 2004, p. 13) e o trabalho de crítica literária aliado ao estudo biográfico acaba por criar a noção de um indivíduo e de sua trajetória vivencial, como justamente apontou Angela de Castro Gomes ao situar essa dimensão na *Escrita de Si*, mas por uma plena analogia, aplicado ao contexto deste estudo: “É como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar, e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando através dele, um autor e uma narrativa” (GOMES, 2004, p. 16). Em derradeira análise, do trabalho de Maria Lúcia se extrai a noção de que há, ali, a construção de uma autora cujo trabalho estético está atrelado à sua narrativa pessoal.

A equação da crítica de Dal Farra sobre Florbela soma um trabalho de análise literária a uma operação de guerra, que quer desmistificar a Poetisa, resultando em uma espécie de biografismo peculiar, sob a forma de um efeito: formalmente, os textos não são biográficos, mas ao fim resta a sensação de ter-se lido informações preciosas que remontam essa narrativa biográfica, em virtude dos dados, contextos, impressões e conclusões, tudo isso, metodologicamente, pertinente às interpretações e/ou reinterpretações perseguidas por um percurso crítico rigoroso e hermeneuticamente comprometido com uma desmistificação e correção de equívocos.

⁵ Os livros de Agustina Bessa-Luís foram pouco publicados no Brasil: a editora Nova Fronteira publicou, nos anos de 1990, a biografia *Sebastião José e A Sibila*, este último também editado pela Editora Pontes, em 2000. Em 2007 e 2009, a Editora Peirópolis lançou *Dentes de Rato* e *Vento, areia e amoras*, respectivamente. Em 2007, a Editora da UFMG publicou *Um concerto em tom de conversa*, de Agustina Bessa-Luís e Manoel de Oliveira. A biografia *Florbela Espanca, a vida e a obra* nunca foi editada no Brasil.

É consenso que Florbela Espanca escrevia numa zona muito próxima do viver, onde as experiências da vida e da literatura participavam de um mesmo influxo criativo. De posse disso, Maria Lúcia também escreve sobre Florbela contemplando a experiência fática e literária, trazendo à baila interpretações de cunho lítero-biográfico, acarretando, dessa maneira, em suas análises, um forte efeito biográfico, fato que remete à noção de “espaço biográfico”, de Leonor Arfuch – “confluência de múltiplas formas, gêneros e horizontes de expectativa” (ARFUCH, 2010, p. 58), ou seja, “(...) um terreno em que as formas discursivo-genéricas clássicas começam a se entrecruzar e hibridizar” (LACLAU, 2010, p. 11).

No que toca a isso, são contemplados os dados mais circunstanciais da vida da Poetisa, como as questões que circulam o seu nascimento e a morte, os aspectos familiares bem particulares, os casamentos, os divórcios, o contexto de escrita, publicação e recepção dos livros, as pessoas que estiveram à roda da escritora (pai, irmão, maridos, as madrastas, poucos amigos próximos e Guido Battelli), mas também são discutidas e combatidas, como já se ventilou, as mistificações (que também guardam aspectos biográficos e são caras ao processo de mitificação). Assim, também se resgata (e se desaprova) a atitude de João Espanca em só perfilhar a filha tempos depois de morta e a verdadeira bizarria da exumação do corpo de Florbela, quando algumas pessoas, com a aprovação de Mário Lage, recolhem partes dos restos mortais para guardarem para si, como se fossem “reliquias”.⁶

Para além do manejo desses dados, que dizem respeito a uma experiência mais objetiva de vida, pois são da ordem de uma grafia do viver, Maria Lúcia Dal Farra, por meio de um recurso de foros ficcionais, enviesa as impressões subjetivas da própria poetisa:

Materialmente, a epistolografia atesta a utilização, da parte de Florbela, de todos os espaços disponíveis do papel de carta, por mais ínfimos que sejam. Ela tem extrema necessidade de con-

⁶ Segundo o Auto de notícia de exumação dos restos mortais de Florbela Espanca, transcrito na *Fotobiografia* (1985) de Florbela Espanca, organizada por Rui Guedes, o corpo da poetisa foi exumado em 16 de maio de 1964, no cemitério de Sendim, Matosinhos. Nessa ocasião, o último marido de Florbela, Mário Lage, permitiu a Maria Alexandrina, a José Emídio Rosa Amaro e à direção do Grupo de Amigos de Vila Viçosa que, dos despojos da escritora, fossem retirados pequenas partes para serem conservadas como sagradas, como reliquias. Em 1985, Rui Guedes publica, na referida fotobiografia, a foto de um chumaço do cabelo e a metade esquerda do maxilar inferior de Florbela, que aparecem estampados à página 254, causando espécie à Maria Lúcia Dal Farra: “Numa febre de apropriações indevidas e muitas vezes vis por que passou tanto a obra quanto a própria pessoa da Poetisa, sequer seus restos mortais descansam hoje em paz. Sequestrados de sua inteireza, distribuídos como *lembrancinhas* ao deus-dará” (DAL FARRA, 2012b, p. 29 – grifos da autora).

versar com o amante, sobretudo no início do namoro, quando os encontros são fortuitos e o tempo exíguo. Mas depois, em Évora, em casa do pai, quando já vivem juntos no Castelo da Foz, a folha que lhe endereça fica por inteira coberta por sua letra que se derrama por cada minúsculo canto do papel, a ponto de torná-lo quase um palimpsesto. E isso não é apenas porque Florbela anda sem fundos e provavelmente não pode se dar ao luxo de comprar uma reserva de papéis de carta, mas porque encontra-se muito solitária, e tem ganas de se comunicar com seu amante ou, quem sabe, de escrever para se ler, para dar voz àquilo que a constrange e a maltrata, ou que exalta e a entusiasma (DAL FARRA, 2012b, p. 25-26).

Não se trata, evidentemente, de dizer com precisão o que aconteceu, mas a impressão do que aconteceu. Tal atitude se coaduna com uma vertente da história que está mais interessada em registrar uma impressão subjetiva, na perspectiva do sujeito e não na do fato, pois

o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como o seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p. 15).

Além disso, Maria Lúcia inscreve uma relação muito íntima com seu objeto de estudo, graças ao alinhamento entre a possível explicação de coisas de ordem objetiva com elementos de ordem subjetiva, como a dificuldade de obtenção de papéis de carta, junto com uma necessidade catártica de expor os sentimentos, conforme se pode inteligir do excerto há pouco manejado. Em outros momentos, cola em seu texto trechos das palavras de Florbela, como se ela (e não a crítica) interpretasse a situação:

A imagem que Florbela lhe oferecia era, em contrapartida, bem outra! A da mulher escritora, rebelde e irreverente, avessa à publicidade, à glória, aos críticos e jornalistas, sem editor e sem dinheiro para dar a lume seus livros; orgulhosíssima, a ponto de jamais mendigar favores, o que “tem sido a minha suprema defesa”, “o meu amparo e minha força”. Florbela não se diz a ele católica, nem protestante, nem budista, nem mao-

metana ou teosofista; enfim, afirma apenas não ser “nada”: “o meu racionalismo à Hegel, apoiado numa espécie de filosofia à Nietzsche, chegou-me por muito tempo. Hoje... a minha sede de infinito é maior que eu, do que o mundo, do que tudo, e o meu espiritualismo ultrapassa o céu” (DAL FARRA, 1996, p. XVIII-XIX).

Com efeito, também apresenta, seguindo a linha de um efeito biografante dos seus estudos acerca da Poetisa, interpretações até então inaugurais para o contexto biográfico de Florbela. A partir do estudo das cartas de Florbela Espanca para António Guimarães, compreendidas entre 1920 a 1925, Maria Lúcia revela uma Florbela ainda mais plural do que se concebia, com imagens totalmente inesperadas. A própria Agustina reconhece que “a história do segundo casamento de Florbela jaz na obscuridade e é talvez aquela que a revela melhor” (BESSA-LUÍS, 1984, p. 73). Dessa feita, Dal Farra coleciona oito facetas de Florbela “e todas elas se enfeixam nessa única mulher, saudosa do corpo do amante e que, sem constrangimentos, lhe confessa o desejo, ao mesmo tempo voluptuosa e marota” (DAL FARRA, 2012b, p. 15). Florbela aparece, então, como: uma Penélope que borda uma interminável toalha enquanto espera o marido que se aventura em perigosas paragens; uma estrategista e diplomata para poder se movimentar no âmago complicado de sua família; grávida e em desespero pela ausência do marido; mulher com um senso de humor extraordinário; mas, também, destemida e desafiadora, que vai à zona da Baixa lisboeta; à flor da pele e à deriva da vida; uma mulher da capoeira, criando galinhas e coelhos e, por fim, uma incrível Florbela que hospeda em sua casa o futuro Presidente do Ministério (DAL FARRA, 2012b, p. 14-15).

Depreende-se da coleção de facetas o trabalho de análise a partir de documentos e de elementos textuais (nesse momento, as cartas) e, em paralelo, a capacidade de ir traçando considerações que, na verdade, restam como dados biográficos, sob o desenho de um efeito biográfico. Aludindo novamente ao pensamento de Philippe Lejeune (2008), não teríamos, nesses textos de Maria Lúcia Dal Farra, a noção de um pacto biográfico, pois a ensaísta não intenta, a princípio, biografar Florbela. O leitor, em seu horizonte de expectativa, espera uma dimensão crítica e encontra-a. Mas, além disso, vai se deparar com a imagem de Florbela despida das mistificações a ela imputadas, dentro de um contexto devidamente explicado e o trajeto biográfico da poetisa, sublinhando pela concepção de Maria Lúcia Dal Farra, que, dentre outras coisas, deixa entrever a defesa da dignidade feminina de Florbela. Esta visada é resultado de um caso de amor, sobretudo.

Bibliografia

- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2010.
- BESSA-LUÍS, Agustina. Prefácio. In: ESPANCA, Florbela. *As Máscaras do Destino*. 2ª edição com prefácio de Agustina Bessa-Luís. Amadora: Livraria Bertrand, 1979.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. Florbela: os sortilégios de um arquétipo. *Estudos portugueses e africanos*, Campinas, vol. 2, p. 53-66, 1983.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. A condição feminina na obra de Florbela Espanca. *Estudos portugueses e africanos*, Campinas, vol. 5, p. 111-122, 1985.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. Apresentação. In: ESPANCA, Florbela. *Trocando olhares*. Estudo introdutório, estabelecimento de texto e notas de Maria Lúcia Dal Farra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. p. 09-14.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. *Florbela: um caso feminino e poético*. In: ESPANCA, Florbela. *Poemas*. Estudos introdutórios, organização e notas de Maria Lúcia Dal Farra. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. IX – XLIV.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. Estudo crítico. In: ESPANCA, Florbela. *Nossos Clássicos: Florbela Espanca*. Rio de Janeiro: Agir, 2002. p. 22-44.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. Florbela: as primeiras apropriações da obra e da biografia. In: BUENO, Aparecida de Fátima *et alii* (orgs.) *Literatura portuguesa: história, memória e perspectivas*. São Paulo: Alameda, 2007a. p. 183-198.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. Florbela, a inconstitucional. In: ESPANCA, Florbela. *Afinado desconcerto: contos, cartas, diário*. Estudo introdutório, apresentações, organização e notas de Maria Lúcia Dal Farra. São Paulo: Iluminuras, 2012a. p. 11-77.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. Contos. In: ESPANCA, Florbela. *Afinado desconcerto: contos, cartas, diário*. Estudo introdutório, apresentações, organizações e notas de Maria Lúcia Dal Farra. São Paulo: Iluminuras, 2012b. p. 79-190.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. “De Florbela para Pessoa, com amor. *Pessoa plural* – revista de estudos pessoanos, Providence, n. 07, p. 116-131, 2015.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. A Florbela de Agustina. *Labirintos*: Revista eletrônica do núcleo de estudos portugueses, Feira de Santana, n.01, p. 01-13, 2017b.

- DAL FARRA, Maria Lúcia. *Terceto para o fim dos tempos*. São Paulo: Iluminuras, 2017.
- ESPANCA, Florbela. *Obras completas de Florbela Espanca*: contos e diário. Recolha, leitura e notas por Rui Guedes. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- FREIRE, António. *O destino em Florbela Espanca*. Porto: Edições Salesianas, 1977.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In. _____ (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 07-26.
- LACLAU, Ernesto. Prefácio. In: ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2010. p. 09-14.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

O DIÁLOGO DAS MÁGOAS UMA LEITURA DA OBRA INAUGURAL DE FLORBELA ESPANCA

Fabio Mario da Silva

Univ. Federal do Sul e Sudeste do Pará/ CLEPUL – Univ. de Lisboa.

À Vila Viçosa, aos calipolenses

Interpelar o leitor, ao expressar a sua amargura profunda, é uma das estratégias do discurso da obra de estreia de Florbela Espanca, *Livro de Mágoas*, publicada em 1919 com o incentivo moral e financeiro do seu pai, João Maria Espanca. Florbela inicia o seu percurso literário através de uma das tópicas do decadentismo-simbolismo, qual seja um certo pessimismo, evocando, como encadeador do seu discurso, as epígrafes de Eugénio de Castro e Verlaine, que servem como mediadores dos seus versos, os quais, através de um processo catártico, expressam inquietação, lamentação e sofrimento. Só aqueles leitores que, tal como o eu lírico, padecem das mesmas aflições, é que podem entender a sua mágoa:

Este Livro...

Este livro é de mágoas. Desgraçados
Que no mundo passais, chorai ao lê-lo!
Somente a vossa dor de Torturados
Pode, talvez, senti-lo... e compreendê-lo...

Este livro é para vós. Abençoados
Os que o sentirem, sem ser bom nem belo!!
Bíblia de tristes... Ó Desventurados,
Que a vossa imensa dor se acalme ao vê-lo!

Livro de Mágoas... Dores... Ansiedade
Livro de Sombras... Névoas... e Saudades!
Vai pelo mundo... (Trouxe-o no meu seio...)

Irmãos na Dor, os olhos rasos de água,
Chorai comigo a minha imensa mágoa,
Lendo o meu livro só de mágoas cheio!... (2012, p. 83)

Este poema de abertura é deveras significativo, tendo em vista que anuncia o substrato poético de que é feita a obra (mágoas, dores e ansiedades), procurando, na empatia com aqueles que também se sentem pela vida “torturados”, uma correspondência afetiva e, diferentemente de outros, a compreensão por via da dor compartilhada. Há uma resignificação do sofrimento, encarado quase como uma dádiva, visto que são “abençoados” aqueles que possuem os mesmos sentimentos de infelicidade por que passa o eu lírico, crendo que, ao ler os seus versos, a dor de outrem, só de mágoas, possa acalmar o estado angustiante em que se encontra.

Ou seja, o eu poético tenta captar a atenção do leitor através dum processo empático, de compadecimento pelo seu estado melancólico, no qual não há condenações, nem reprovações dos seus sentimentos ou sensações, visto que ambos (eu lírico e leitor) podem ter essa mesma experiência e vivenciar a sublimidade¹ na vida dolorosa: “Chorai comigo a minha imensa mágoa”, numa autorreflexão intemporal desse clima de tristeza, quase fúnebre, que rodeia a obra, através da autorrepresentação de um “Job sofredor” (Silva, 2012, p. 18). Aliás, essa imagem do Job que padece surge em outro soneto, “Sem Remédio”, no qual a Dor é encarada como castigo divino: “É é desde então que eu sinto este pavor,/ Este frio que anda em mim, e que gelou/ O que de bom me deu Nosso Senhor!” (2012, p. 110). E isso acontece porque o seu destino é “amargo, triste e forte” (“Eu...”, p. 85). Assim, a imagem do gelo (do frio extremo) serve como uma metáfora de alguma força capaz de estagnar a bondade (movimento) em contraposição à dor (enquanto inércia dessa mesma bondade congelada).

¹ Fabio Mario da Silva chega a referir uma dor visionária, “de sofrimento e redenção, capaz de se transformar em sublime” (2012, p.18).

Outra característica importante na obra, apontada por Ana Luísa Vilela, é o choro e o elemento aquoso a ele associado, as lágrimas, que vai predominar, lexical e semanticamente, na obra. Por seu turno, Eliana Barros diz como se caracteriza o sujeito melancólico na obra, que tem seus “afetos ligados à dor de existir no mundo” (2012, p. 38). Aliás, outros estudiosos já apontaram outros tipos de dor na obra florbeliana: Cláudia Pazos Alonso fala da dor como fonte de poder (1997, p. 57); Maria Lúcia Dal Farra indica a dor de existir enquanto mulher, a dor cósmica (1998, p. 218); José Carlos Seabra Pereira refere como Florbela tem a capacidade de reconverter a dor em ímpeto expansivo e galvanizante (1999, p. 695); Custódia Pereira alude as contradições da obra, da oscilação entre a negação e a indefinição (ninguém e alguém) como marcas constantes do discurso poético (2009, p. 107); e Fabio Mario da Silva fala da dor como masoquismo poético (2012, p. 22).

Num outro poema, a poetisa refere-se a um “convento da saudade” (“Dizeres íntimos”, p. 91), em outros versos fala-se numa monja com rosto de marfim (“Lágrimas Ocultas”), associando esse espaço a um lugar de penitência e agruras da vida: “Nesse triste convento aonde eu moro,/ Noites e dias rezo e grito e choro!”. (“A minha Dor”, p. 90). Florbela revela, nessa sua obra inaugural, as temáticas e os lexemas que vão predominar em suas obras posteriores, como, por exemplo, castelo, conventos, sinos, e elementos da natureza que irão servir como inspiração de títulos das suas futuras obras: *Livro de Soror Saudade* (1923), no qual a monja, mística e mítica, refaz-se em tom amoroso e erótico; e *Charneca em Flor* (1931), obra em que a natureza selvagem e pulsante do Alentejo vai dar a tônica existencial, libertária e amorosa do discurso.

Há, contudo, um poema, até hoje desconhecido das edições portuguesas e brasileiras, intitulado “Conventos”, no qual a temática se associa ao *Livro de Mágoas* e que, por tal razão, poderia fazer parte da obra. Esse poema foi publicado por Guido Battelli num texto intitulado “O Alentejo na poesia de Florbela Espanca” em *A Cidade de Évora*, em 1951, bem como informa Battelli que o mesmo poema foi impresso no *Notícias de Évora*, n.º 15.198, em 13 de maio de 1951. Além disso, Battelli chega a referir, numa carta a Túlio Espanca, que esse poema teria sido “publicado num destes pequenos filhos regionais que teem escassa difusão e logo perdem-se no olvido”². Tal soneto, segundo Battelli, foi inspirando no ambiente monástico de Vila Viçosa, pelos antigos cenóbios da Vila; o agustiniano de Santa Cruz, o franciscano das Chagas e o dos Capuchos, todos situados no seu berço natal, seriam, afinal, a grande inspiração poética de

² Tal informação consta numa carta de Battelli a Túlio Espanca e que hoje faz parte do espólio da Biblioteca Geral da Universidade de Évora. Não pudemos apurar até hoje em que jornal foi publicada essa primeira versão.

Florbela para a descrição dos conventos e monjas. Aliás, esse é o único poema conhecido até hoje no qual vem a indicação de ter sido escrito em Vila Viçosa:

Conventos

Sinto em mim as tristezas e lamentos
d'alguém que só existe p'la saudade
anceios de celeste claridade
e dôres, amarguras, desalentos.

Ó meus amigos, meus irmãos, conventos,
nostalgicos luzeiros doutra idade,
eu compreendo a vossa soledade,
como vós compreendeis os meus tormentos.

Alma errante, saudosa do passado,
rei sem trôno, de manto esfarrapado,
perdi a esp'rança nos umbrais divinos.

Mas às vezes, dos altos solitários,
no queixume dos vossos campanários,
encontra a minha voz na voz dos sinos.

Vila Viçosa (1951, p. 293)

Assim, como em muitos poemas do *Livro de Mágoas*, o soneto também tenta estabelecer uma relação entre as angústias de outrem e as suas próprias inquietações: “eu compreendo a vossa soledade,/ como vós compreendeis os meus tormentos”. Isso tudo acontece porque os conventos, na obra inaugural de Florbela, estão associados à solidão, ao sofrimento e ao enclausuramento da vida. Nesse processo, os sinos são catalizadores do estado constante de pesar por que passa o eu lírico³, que encontra sua voz emudecida pela voz dos sinos. Há sempre um processo de identificação, associação ou transferência nos poemas do *Livro de Mágoas* e, especificamente, nesses versos, esse processo emerge das imagens dos

³ Por isso Custódia Pereira, ao referir o poema “Neurastenia”, observa que “os sinos, personificados, gemem ‘no correr dos dias’, quebrando o silêncio e assimilando, deste modo, um tempo que passa continuamente igual, sem mudança perene” (2009, p. 92).

conventos e dos sinos. Aliás, em outro poema contido no livro, as badaladas do sino também são reveladoras do estado angustiante do eu poético: “Sinto hoje a alma cheia de tristeza! Um sino dobra em mim, Ave-Maria!” (“Neurastenia”, 2012, p. 93). O sino, elemento frequentemente funéreo, comparece como a alegoria do tempo estático que aproxima a melancolia por meio das relações entre as ideias de *sino* e *dor*.

O Convento funciona como uma espécie de ser ancestral que carrega a mesma sina do eu enunciador, inspirando-se nele para compor os seus versos cheios de mágoas. Assim, é nesse ambiente monástico, campestre, monárquico e secular de Vila Viçosa que Florbela se inspira para escrever os seus versos. Certamente, se não tivesse nascido e vivido em Vila Viçosa, Florbela não escreveria com tanto afinco e precisão essas imagens, e nem articularia tão bem o discurso e a imagem de objetos e de espaços aos elementos da natureza, todos tão vivamente representativos na paisagem da Vila calipolense, refletindo, assim, as próprias angústias poéticas com que inaugura o seu percurso na literatura portuguesa.

Quase cem anos depois, o *Livro de Mágoas* faz um convite para ser revisitado sob a égide e a experiência da dor “em todas as suas facetas”. (Silva, 2012, p. 27). E ainda mais: segundo Ana Luísa Vilela, devemos lançar um olhar benevolente sobre essa obra, abençoando esse amor estranho e intemporal “que nos permite, ainda e sempre, chorar, sem saber porquê, a imensa mágoa de Florbela”. (2012, p. 53).

O *Livro de Mágoas* tem por objetivo um diálogo que deve então partir de experiências e trocas de impressões sobre o estado psíquico e emocional do eu lírico, tentando compreender e informar, primeiramente, a si, depois aqueles a quem o lê e as imagens com quem dialoga. Para Florbela, a real intenção da sua obra é compartilhar, vivenciar algo quase indescritível: a complexidade duma desventura existencial, malogro da vida, situação em que qualquer um pode estar fadado a um estado doloroso desencadeado pela insatisfação, pela infelicidade ou pela melancolia. Ou seja, todo o *Livro de Mágoas* é constituído através dum diálogo entre as várias instâncias de tristeza e a própria percepção humana a respeito desse sentimento (por parte do eu lírico e dos leitores que o acompanham). Tendo a mágoa como filão dessa interpelação, tentando identificar sua dor em outrem, estabelecendo uma relação íntima de convivência com sentimentos e sensações dolorosas e, ao mesmo tempo, fazer a autodescoberta, autoanálise poética e psíquica de suas sensações, o *Livro de Mágoas* inaugura um percurso poético que acompanhará Florbela em muitas das suas futuras obras.

Bibliografia

- ALONSO, Cláudia Pazos, *Imagens do Eu na poesia de Florbela Espanca*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997.
- BATTELLI, Guido, “O Alentejo na Poesia de Florbela”, in *A Cidade de Évora*, n.º 25-26, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1951, p. 289-298.
- BATTELLI, Guido, “Carta – Um soneto desconhecido de Florbela Espanca”, in *Espólio de Túlío Espanca*, Évora, Biblioteca Geral da Universidade de Évora, Florença, abril de 1951.
- BARROS, Eliana Luiza dos Santos, “Luto e melancolia: dimensões do *Livro de Mágoa*”, in ESPANCA, Florbela, *Obras Completas de Florbela Espanca*, vol. I, *Livro de Mágoas*, organização, fixação crítica dos textos e notas de Cláudia Pazos Alonso e Fabio Mario da Silva, Lisboa, Editorial Estampa, 2012, p. 29-40.
- DAL FARRA, Maria Lúcia, “Bela e Antó”, in *Voz Lusíada*, n.º 17, São Paulo, 2002, p. 48-66.
- ESPANCA, Florbela, *Livro de Mágoas, Obras Completas de Florbela Espanca*, vol. I, organização, fixação crítica dos textos e notas de Cláudia Pazos Alonso e Fabio Mario da Silva, estudos introdutórios de Fabio Mario da Silva, Eliana Barros, Ana Luísa Vilela, Lisboa, Editorial Estampa, 2012.
- PEREIRA, Custódia de Jesus Gonçalves, *Do sentimento em Florbela Espanca*, dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Aberta, 2005.
- PEREIRA, José Carlos Seabra, “Prefácio, “Prefácio, De rastros, com asas (Evolução neo-romântica e pulsão libertadora na poesia de Florbela Espanca)”, in ESPANCA, Florbela, *Obras Completas de Florbela Espanca*, vol. II, *Poesia (1918-1930)*, 4.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1992, p. III-XLIII.
- SILVA, Fabio Mario da, “Estudos introdutórios: A construção de uma autoridade poética através das sensações e expressões da Dor no Livro de Mágoas”, in ESPANCA, Florbela, *Obras Completas de Florbela Espanca*, vol. I, *Livro de Mágoas*, organização, fixação crítica dos textos e notas de Cláudia Pazos Alonso e Fabio Mario da Silva, Lisboa, Editorial Estampa, 2012, p. 17-28.
- VILELA, Ana Luísa, “*À flor das ondas, num lençol d’espumas!*: a dor aquática e crepuscular no *Livro de Mágoas*”, in ESPANCA, Florbela, *Obras Completas de Florbela Espanca*, vol. I, *Livro de Mágoas*, organização, fixação crítica dos textos e notas de Cláudia Pazos Alonso e Fabio Mario da Silva, Lisboa, Editorial Estampa, 2012, p. 41-54.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA, PRONUNCIADO NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HOMENAGEM A MARIA LÚCIA DAL FARRA, NO CENTENÁRIO DA PUBLICAÇÃO DE LIVRO DE MÁGOAS

Manuel Condenado

Começo por sublinhar a importância e a actualidade do Congresso Internacional de Homenagem a Maria Lúcia Dal Farra, no centenário da publicação de *Livro de Mágoas*, o primeiro livro de poemas dado à estampa por Florbela Espanca, cuja jornada inaugural decorreu nos dias 5 e 6 de Dezembro nas instalações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Para entender o contexto em que se desenvolveu a obra florbeliana é mais fácil olhar para a sociedade do seu tempo. Uma época conturbada, marcada politicamente pela proclamação da Primeira República, pela Primeira Guerra Mundial e pelo advento do Estado Novo.

Uma enorme contenção emocional e um generalizado preconceito contra a MULHER marcavam a sociedade portuguesa do dealbar de Novecentos.

A actuação feminina no campo literário era duramente criticada, caso extravasasse os modelos característicos da tradição histórico-literária. É evidente que a obra de Florbela Espanca não se enquadrava nas exigências desses padrões. Por isso, a sua produção poética enfrentou, inicialmente, enormes resistências por parte da sociedade e da crítica literária que a olhavam com indiferença e com hostilidade.

Nesse tempo, poucas vozes a elogiaram. Entre elas, destacam-se Celestino David, Bartolomeu Gromicho, Guido Batelli e poucos mais.

A poetisa calipolense sempre foi uma mulher muito à frente do seu tempo. Uma autora fascinante, consciente e ousada que com os seus poemas desafiava os valores convencionais e as regras morais que então regiam a sociedade portuguesa, negando, com coragem e altivez, um papel de submissão às convenções da época.

Neste pano de fundo, a poetisa emerge como exemplo de liberdade de espírito. Teve a audácia de apresentar alternativas ao discurso literário dominante!

A trajetória literária de Florbela Espanca constitui um caso singular, devido sobretudo, ao reconhecimento tardio do valor da sua obra, que actualmente é amplamente estudada. A mudez inicial que recaia sobre a poetisa foi paulatinamente substituída pelas inúmeras abordagens e edições das suas obras.

Apesar dos anos de desconhecimento e de esquecimento, hoje é crescente o interesse suscitado pela obra de Florbela Espanca, como demonstram as inúmeras produções artísticas em diálogo com o universo florbeliano; os estudos críticos sobre a obra da poetisa; as teses de mestrado e doutoramento; as contínuas publicações dos seus livros e a sua inclusão nos programas de literatura; os estudos realizados sobre seus poemas e contos, no meio académico de diversos países e a atenção de grupos de pesquisa e de centros de investigação.

Hoje a sua bibliografia é vastíssima. Não se trata de um produto da casualidade, mas sim o resultado de um abnegado e prolongado esforço realizado por muitos académicos e investigadores. Entre eles sobressai o nome de Maria Lúcia dal Farra, vulto de primeira plana da vida intelectual brasileira, que hoje se homenageia neste Congresso.

Trata-se de uma autora que é uma das maiores florbelianas de todos os tempos. Eminente crítica literária, ensaísta, professora e premiada poetisa, conquistou, por direito próprio, os mais altos cargos na vida cultural brasileira, em particular na docência universitária e na literatura.

O labor inovador, rigoroso e apaixonado de Maria Lúcia permitiu reabilitar e abrir caminho à importância da significação da obra florbeliana, entre os grandes nomes da literatura portuguesa.

A poesia de Florbela terá sido importante para a revolução modernista da Literatura Portuguesa? Podemos afirmar que a sua produção poética é de qualidade indiscutível e é reveladora de uma experiência que ocupa um lugar cimeiro na criação poética portuguesa do primeiro quartel do século XX. Tudo ajuíza que a sua obra tem uma irrefutável transcendência e contém segredos fundamentais não apenas para a história das ideias literárias, mas também para a his-

tória da mulher portuguesa e da sua inserção no fechado universo “masculino” da literatura nacional.

Enfim, Florbela foi uma poetisa sincera, íntima e livre. Foi uma criadora audaz, autêntica e corajosa que elevou a literatura Portuguesa.

Em Vila Viçosa, a memória da autora mereceu consagração na toponímia local, na escultura pública e no principal equipamento cultural da vila, denominado Cine-Teatro Florbela Espanca. Aqui se ergue, também, o memorial simbólico da casa onde nasceu. Aqui está o mausoléu onde foram depositados os seus restos mortais, vindos de Matosinhos, onde faleceu e foi sepultada.

A cálida charneca alentejana e a terra que a viu nascer, aparecem nos seus escritos como inspiração das suas composições poéticas. É evidente o apego de Florbela ao Alentejo da sua infância e adolescência e à sua terra natal. A sua terra é ela própria. Por isso, quando se fala de Vila Viçosa e de poesia é inevitável que se fale de Florbela Espanca.

Estou convicto de que este Congresso contribuiu decisivamente para incentivar a reflexão sobre a obra de Florbela Espanca, à luz de nascentes perspectivas críticas e de investigações actualmente em curso, e para potenciar o amadurecimento e a solidificação de ideias, de conceitos e de visões conceptuais sobre a sua vida e obra.

Um agradecimento sincero e emocionado aos que contribuíram para o êxito deste Congresso Internacional de Homenagem a Maria Lúcia Dal Farra, no centenário da publicação de *Livro de Mágoas* de Florbela Espanca.

Desejo, um resto de dia feliz para todos e boa estada em Vila Viçosa.

Recensões Críticas

HISTÓRIAS DA MINHA VIDA: UM LIVRO ENCANTADOR, ONDE CADA LEITOR ENCONTRA UM BOCADINHO DE SI.

António Monteiro

Professor catedrático aposentado
do Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa.

Li as Histórias da minha vida com muito prazer e também com alguma emoção. Como muitos dos leitores do livro, participei nalgumas das histórias e ouvi contar muitas outras. É também para mim, por isso, um livro de gratas recordações.

Como sabemos, Carlos Portas é um contador de histórias. Dá gosto ouvi-lo discorrer sobre a sua vasta e diversificada experiência de vida, ajudado por uma memória prodigiosa. O livro de memórias foi escrito ao correr da pena, sem preocupações de natureza cronológica, dedicando cada capítulo a um dos grandes temas que marcaram o percurso de vida do autor.

São histórias encadeadas espontaneamente umas nas outras. Entre as histórias aparecem comentários detalhados e oportunos para ajudar a contextualizar os factos mais relevantes, para situar a ação no tempo ou para caracterizar o perfil de alguns dos intervenientes.

O livro é muito mais do que uma autobiografia. Ao contar as histórias de uma vida, o autor faz uma cuidada análise do sistema social e da evolução da agricultura ao longo do século XX, da vida universitária do ponto de vista do estudante, mas também do professor, da militância nas organizações católicas, da importância das relações profissionais a nível internacional e, como não podia deixar de

ser, da situação política, em especial durante o crepúsculo do Estado Novo e os tempos conturbados do PREC.

Mas, mais importantes do que os factos são as pessoas. São as pessoas que dão vida às histórias, que nos ajudam a perceber a razão dos factos e que surgem sempre como o grande objetivo das ações que levamos a cabo.

Carlos Portas tem uma capacidade incrível para fazer amigos. Por onde passou, na sua longa e diversificada atividade profissional, deixou amigos. Ao escrever as memórias, sentiu também a necessidade de lembrar esses muitos amigos, pelo que o texto está enriquecido com grande número e diversidade de nomes.

O autor, pessoa de sólida formação cultural e académica, apresenta-nos uma perspetiva sempre muito interessante, e por vezes inovadora, dos factos que acompanhou ao longo da vida. De certa maneira atravessamos o século XX guiados pela sua mão, ao sabor do tempo.

Ao narrar com detalhe o percurso familiar e profissional, retratando com grande realismo situações que viveu pessoalmente ou em que estiveram envolvidos membros da sua numerosa família, o autor conduz-nos naturalmente através de um mundo onde se cruza com as situações mais diversas e inesperadas, mas onde surge sempre a luz da esperança em encontrar novos caminhos e a satisfação em lutar por causas justas.

As histórias começam ainda no século XIX, mais parecendo que estamos a ler Camilo, com o rapto da bisavó Maria Manuela pelo bisavô Benito, na Galiza. Depois, à semelhança do que fizeram muitos galegos, o bisavô Benito emigrou para Lisboa e assim começou a ligação da família a Portugal.

Vale a pena ler a referência à comunidade galega que vivia em Lisboa no virar do século, quando nasceu Leopoldo Portas, pai do autor. Há também as viagens de ida e volta entre Lisboa e Tomiño, e as histórias sobre as tias e a casa da Calçada da Estrela nº 65, lugar que se iria revelar de grande importância, algumas décadas mais tarde, a propósito da atividade política nos tempos do Estado Novo.

Vem depois o Alentejo, berço da família Neves Martins, muito bem retratado através das histórias centradas na vida do avô António José, um lavrador de grande dinamismo, que desenvolveu uma sólida casa agrícola a partir da Herdade do Pigeiro. A vida do avô é também uma análise muito interessante do que era a agricultura e a vida no mundo rural alentejano no início do século XX. Não se fala só dos cereais, havendo também interessantes referências à agricultura da charneca, que compreende, nomeadamente, a produção de lenha e de carvão, e a pecuária extensiva.

Foi através dos passeios com o avô Martins que Carlos Portas construiu uma visão integrada da paisagem agrícola e da forma como a variabilidade climática modela a agricultura no Alentejo. Aprendeu também a conhecer as gentes do

mundo rural, os seus hábitos de vida e as subtis diferenças de posição social como, por exemplo, a que existia entre os ganhões e os jornalheiros.

Foi também no seu Alentejo natal que o autor, ainda criança, descobriu a “afición” aos touros, pela mão do tio Joaquim, que o levava às corridas nas praças das redondezas. Há que ler os parágrafos intitulados Sol e Sombra, onde fala da sua “afición” ao touro, das revistas da especialidade e coteja alguns grandes nomes taurinos, que o são também das artes e das letras.

A propósito do pai Leopoldo Portas, nascido em Lisboa e que foi depois trabalhar como engenheiro na indústria dos mármore, fala-nos do desenvolvimento e dos condicionantes desta importante indústria alentejana, mas também do que era a vida social e a atividade política em Vila Viçosa, durante o Estado Novo, que nos é apresentada ao relatar fatos da sua vida familiar.

Vem depois a ida para o colégio dos jesuítas nas Caldinhas, a vida no colégio, a participação nos movimentos católicos, e o mais importante de tudo, os primeiros amigos, aqueles que ficam para toda a vida. Há que ler com atenção as histórias passadas durante estes anos de formação, pois elas explicam muito do que iria ser a postura do autor mais tarde ao longo da sua vida social, profissional e política.

Os anos da universidade, como estudante no Instituto Superior de Agronomia, traçam um retrato vivo do que eram os movimentos associativos e as lutas estudantis durante o Estado Novo, e da forma como fez conhecimento com colegas de outras escolas, que mais tarde viriam a ocupar posições políticas de relevo no regime democrático.

Não faltam as histórias sobre os professores, os muitos colegas de curso com quem fez amizade, a atividade na JUC e sobretudo no jornal “O Encontro”, onde muitos dos colaboradores da época se tornaram mais tarde nomes sonantes nas artes, nas letras e na política. É impressionante ver a longa lista de nomes com que Carlos Portas se relacionou durante a sua passagem pela universidade. Para cada um tem uma palavra especial, descreve como se conheceram durante a juventude, e depois lendo o livro vamos compreender a forma como preservou todas essas amizades ao longo da vida.

Os movimentos associativos dos estudantes universitários nos anos de 1950-60 merecem uma atenção especial e detalhada. Quem ainda se lembra do que foi o Decreto-Lei 40.900? A descrição dos movimentos de contestação ao 40.900, que tinha como objetivo controlar e limitar a atividade das associações de estudantes, é um retrato dinâmico do que era nesses tempos a atividade política dos estudantes. Reuniões em todo o lado, para as quais o autor se deslocava de lambreta, referências aos inúmeros participantes, muitos deles que seriam depois nomes conhecidos na política do pós-25 de Abril. Ao lermos essas páginas, compreenderemos muito melhor as pessoas e a política em Portugal duas décadas mais tarde. Mas, como não podia deixar de ser, tudo acabou em Caxias...

O início da vida profissional leva o autor, e a família recém-constituída, para Angola. A vida em Nova Lisboa é retratada com particular singeleza. Aparecem novos amigos e surge o interesse em se adaptar a uma realidade completamente nova. É em Angola que inicia a sua ligação à Universidade, que iria ser o coração de toda a sua vida profissional.

De regresso a Portugal retoma uma vida científica, social e política de grande riqueza e diversidade. São histórias que marcam pela inovação das ideias, pelo progresso científico e social, pela procura do bem comum e pelo respeito pelas pessoas, em que os valores cristãos andam sempre a par com os critérios técnicos e económicos, na hora de tomar decisões.

O capítulo sobre a Reforma Agrária é muito rico em factos e nomes, pois o autor foi um interveniente principal durante os conturbados tempos de implementação da chamada Lei Barreto. Há grande detalhe na descrição dos acontecimentos, na menção às numerosas pessoas envolvidas, na explicação para os vários tipos de comportamento, tudo descrito com muito rigor e grande dramatismo, mas onde os valores humanos se sobrepõem à frieza das leis. É de leitura imprescindível.

Sobre a atividade científica recordo duas passagens referentes a questões que hoje em dia são amplamente consensuais, mas que na altura representavam grande inovação, para não dizer que eram revolucionárias. Falo primeiro do projeto METI – Mecanização do Tomate de Indústria, iniciado em 1972, que se alicerçava numa parceria Universidade-Empresas, com o objetivo de melhorar a produtividade da cultura e produzir um protótipo de colhedora mecânica de tomate. O projeto teve resultados notáveis na melhoria das tecnologias de produção e o protótipo da colhedora chegou a ser construído em 1975, mas infelizmente não pode colher tomate e a ideia teve de ser abandonada por imposição dos sindicatos agrícolas.

Depois, a propósito da passagem de Carlos Portas pela presidência do INIA – Instituto Nacional de Investigação Agrária, é descrito em detalhe o grande esforço para a adoção, em Portugal, de métodos de trabalho e de organização que eram já bastante comuns na maioria das instituições congéneres europeias e nos EUA. Basta dizer que, por exemplo, a introdução da avaliação dos projetos de I&D pelos pares, hoje uma prática corrente, foi na altura considerada uma grande revolução.

A atividade científica, que o autor manteve ininterruptamente ao longo da sua vida profissional, aparece dispersa por vários capítulos, apesar de ser exercida principalmente na Universidade, instituição a que sempre manteve uma forte ligação, centrada em duas grandes preocupações. A primeira, fazer escola. Por isso, o elevado número de discípulos, especialmente os doutorados, que foi deixando por onde passou, são alvo de uma referência especial no livro. A segunda, pugnar

para que o conhecimento científico produzido na universidade estivesse devidamente enquadrado pelas suas componentes éticas, sociais e económicas, para que esse conhecimento pudesse ser verdadeiramente útil à Sociedade. De nada serve um conhecimento científico expurgado dos seus valores fundamentais.

Após a sabática na Universidade de Iowa, nos EUA, Carlos Portas apercebeu-se da necessidade urgente de internacionalizar a comunidade científica portuguesa ligada às ciências agrárias e em especial à horticultura, a área em que exerceu a sua atividade de investigação e de ensino. Fê-lo no âmbito da ISHS – *International Society for Horticultural Science*, à qual dedica muitas das histórias. Fala-nos do contacto que manteve com colegas notáveis de numerosos países, da sua presença assídua nos congressos e em outras reuniões da ISHS, das muitas amizades que manteve por todo o mundo, mas sempre com o objetivo de trazer para Portugal eventos da ISHS, que contribuíssem para a internacionalização da nossa comunidade científica. Teve a grande satisfação de ver esse sonho concretizado com a realização, em agosto de 2010, em Lisboa, do Congresso Internacional de Horticultura, a que chamou o nosso “Mega Congresso”, e foi na verdade um evento notável.

No quadro das relações internacionais merece especial destaque a colaboração com os colegas espanhóis da área da horticultura e a sua ligação à SECH-*Sociedad Española de Ciencias Hortícolas*. Neste contexto há histórias, onde a ciência é o motivo para longas conversas sobre os mais diversos assuntos, que vão da política, aos toiros e até à participação regular na romaria da “Virgen del Rocio”. Dos contactos com Espanha ficaram muitas realizações de carácter científico e técnico, mas ficou sobretudo um grande número de amigos para toda a vida.

Os muitos amigos de Carlos Portas que irão ler o livro vão notar a ausência de acontecimentos, alguns marcantes, em que estiveram envolvidos. Faltam também pessoas e memórias, pois muito mais o autor poderia ter escrito. Mas para um contador de histórias, um livro é como um conto que não tem princípio nem fim. Um livro de memórias nunca está terminado.

Ficaram por agora estas histórias. Relembramos algumas que já conhecíamos, mas aonde há sempre algo de novo ou diferente a descobrir. Ficamos surpreendidos por novas histórias relatando fatos ou situações que não imaginávamos. Somos confrontados com a nossa própria atuação naquelas onde participamos.

Mas mais importante do que conhecer os factos é sermos tocados pelos Valores, como a tolerância, a amizade, o serviço, a retidão, e pelo exemplo de alguém com quem nunca deixamos de aprender.

ALGUNS POEMAS DE MARIA LÚCIA DAL FARRA

ORGANIZAÇÃO DE FABIO MÁRIO DA SILVA

E ANA LUÍSA VILELA

Isa Margarida Vitória Severino

Realizou-se em Lisboa e em Vila Viçosa, em dezembro de 2019, um congresso que assinalou o centenário da *Publicação do Livro de Mágoas* da autoria de Florbela Espanca e concomitantemente prestou uma homenagem a Maria Lúcia Dal Farra, professora universitária e investigadora brasileira, crítica literária e também poetisa, cuja senda é impossível indissociar de Florbela Espanca. Efetivamente, Maria Lúcia Dal Farra teve um incontornável contributo na clarificação quer de dados biográficos quer de hiatos literários que ao longo dos tempos foram colmatados com interpretações obscuras, resgatando, assim, a figura e a obra de Florbela.

A intensa investigação desenvolvida por Dal Farra não se circunscreve à poetisa portuguesa; estende-se a diversos autores. As suas obras são de consulta incontornável em “vários concursos de agregação e provas de acesso a cursos de pós-graduação” (Silva; Vilela, 2019, p. 7) e a sua atividade científica é reconhecida e consolidada no Brasil bem como em outras universidades estrangeiras.

Os estudos desenvolvidos pela investigadora brasileira no que à obra de Florbela diz respeito constituíram um *leitmotiv* para outras (re)leituras e (re)interpretações, levando o nome da poetisa alentejana além-fronteiras ao mesmo tempo que

resgatou a sua memória e posicionou a autora portuguesa ao lado de grandes poetas, nomeadamente Fernando Pessoa.

Se por um lado Dal Farra exerceu um incontornável contributo na divulgação da biobibliografia de Florbela e na clarificação do seu tumultuoso trajeto, por outro lado, a leitura e o conhecimento profundo da obra florbeliana tiveram muito possivelmente repercussões no agudizar da sua veia poética e na seleção de alguns temas e inclusive semas que se refletem na obra da poetisa brasileira.

As produções poéticas das duas autoras coincidem na importância atribuída à infância, no regresso às origens, no desejo de fusão com os espaços aprazíveis e ligados à natureza e na edificação de uma imagem feminina, entre outros aspetos, o que reforça a indissociabilidade, ou por outras palavras, coloca lado a lado, numa estreita simbiose, as duas poetisas, como ficou assinalado pelo evento que conciliou uma dupla homenagem.

Foi no âmbito deste congresso que os professores e investigadores Ana Luísa Vilela e Fabio Mario da Silva apresentaram *Alguns Poemas*, um compêndio que constitui um tributo a Maria Lúcia Dal Farra e contempla a seleção de poemas que percorrem as quatro obras poéticas da sua autoria – *Livros de Auras* (1994); *Livro de Possuídos* (2002); *Alumbramentos* (2011), com o qual granjeou o prémio Jabuti na categoria de melhor livro de poesia, e, por último, *Terceto para o Fim dos Tempos* (2017).

Esta coletânea revela o conhecimento atento e delicado dos respetivos organizadores face à obra, mas também à sua autora, Maria Lúcia da Farra Dal Farra, o qual se reflete não só pelo conteúdo do livro, que abrange um estudo crítico depurado, sob a égide de uma introdução, bem como pela escolha dos poemas e ainda o grafismo da capa, adornada por orquídeas, uma das flores preferidas de Dal Farra e da cor que lhe é intrínseca e indissociável – a cor púrpura – que em cada aparição a veste e reveste e remete para a reflexão, para a espiritualidade e mistério, indo ao encontro do repto que nos lançam os seus versos.

Os organizadores de *Alguns Poemas* captaram o pulsar da seiva poética dal farriana e, além de prestarem uma homenagem à autora, presenteiam uma interessante (re)leitura indiciada pela seleção poética que respeita a sucessão cronológica da publicação dos livros ao mesmo tempo que estabelecem uma interseção e um diálogo entre os poemas nele contemplados.

As composições poéticas extraídas do *Livro de Auras* “Casa”; “Culinária frugal” e “Arqueologia” são reveladoras da importância que a casa assume como, *abe origine*, facto que também é ressaltado pelos organizadores desta edição que consideram que o discurso poético dal farriano coincide com a interpretação fenomenológica de “casa” de Bachelard.

A casa, no *Livro de Auras*, assume-se como espaço edificante e aglutinador: espaço de abrigo para os “gatos” e seus encontros na saciação do cio, espaço fértil

que se estende ao “eu” poético “O espaço da casa associa-se ao ventre materno como aconchego e lugar deleitoso” (Silva; Vilela, 1999, p.10), onde “flores, pardais, pomares” contribuem para recriar esse espaço.

A importância que a casa assume ressurgue com particular incidência na última obra poética da autora, recuperando e intensificando a sua (re)significação ao mesmo tempo que “funciona como espécie de elemento catalisador e fundador de passagens do tempo, do passado e do presente” (Silva; Vilela, 1999, p.11).

A “casa” dal farriana permite este diálogo entre presente/passado, numa transposição de tempos e o retomar de vivências e memórias primordiais, o que explica que os organizadores desta coletânea tenham contemplado na sua seleção “A casa esboroada”; “Sétimo selo”; “Visita à casa paterna” “Visita à casa materna”, pois, a casa é um elemento fundador que remete para as raízes e para o sangue: “Cuidado com a casa do meu sangue” (Dal Farra, 1999, p. 72). Como assinalaram Vilela e Silva, “o discurso poético dal farriano [coincide] com a interpretação fenomenológica de “casa” feita por Gaston Bachelard, na medida em que “(...) a casa é um grande berço (...) A vida começa bem; começa fechada, protegida e agasalhada no seio da casa”. (Bachelard, 1978, p. 18, *apud* Silva; Vilela, p.11).

Ancorada à casa está a presença da natureza e do elemento feminino. Este último assoma no *Livro de Auras* e ressurgue com particular incidência em *Terceto para o fim dos tempos*. São “figuras femininas com quem tenta dialogar” (Silva; Vilela, 1999, p. 11) e que compreendem “Ofélia”, Cleópatra em “Mulher”, culminando numa interlocução com Florbela Espanca em “Solidão”, poetisa a quem dedica “Florbela” e “de Florbela para Pessoa. Com amor”, organizado em oito partes.

Algumas figuras femininas, de entre as quais Espanca e Plath têm particular evidência, parecem constituir “quase alter egos poéticos, quais «heroínas de periferia»” (Macedo 2017, p. 283), numa profusão de vozes.

Também a presença de elementos naturais que aludem ao corpo feminino foram ressaltados por Silva e Vilela, com a inclusão de “fruto proibido” (*Livro de Auras*), em que a maçã, através de uma descrição erótico-sensual, se assume qual mulher desafiadora que protagoniza a fruição do corpo e a assunção do deleite/delito? dos sentidos. Também em “Manga” (*Livro de Possuídos*), o fruto descascado transmuta-se em corpo de mulher despido de roupa e de pudor, ansiando pela entrega plena.

A temática de Maria Lúcia envolve e incita, como assinalam os organizadores de *Alguns Poemas* pela “sofisticação formal e estrutural” dos seus livros, associada ao rigor da escrita sinestésica que ensina a “ler e a ver, mas também a cheirar, ouvir, saborear e palpar (...) a absorver esteticamente o mundo”. (Silva; Vilela, 1999, p.12).

Em *Livro de Possuídos e Alumbramentos* assiste-se ao diálogo com poetas, alguns dos quais aqui evocados, e pintores. Os poemas são convites ao deleite visual. Neles se estabelece um diálogo interartes, no qual os textos pictóricos são recuperados, transmutados na (re)criação poética. Partindo do seu extenso domínio e consolidado conhecimento das várias artes, Dal Farra ousa e recria. Em “Auto-retrato” de “Van Gogh” e nos poemas dedicados a este autor bem como na seção destinada a “Klimt”, evidencia-se este desejo “de manter interlocução com objetos de arte e, triturando-os, recompô-los e estruturá-los sob outra égide: a da linguagem.” (Silva, 2018, p.140)

Através de um verso curto, conciso, a musicalidade avulta, os poemas dal farrianos são exercícios metapoéticos que reclamam uma re-leitura na medida que dialogam com outros poemas, outras vozes, e outras linguagens, levando o leitor a procurar novas significações para a poesia.

Bibliografia

- Bachelard, Gaston, *A poética do espaço*, Martins Fontes, São Paulo, 2003.
- Dal Farra, Maria Lúcia, *Livro de Auras*, São Paulo, Iluminuras, 1994.
- _____, *Livro de Possuídos*, São Paulo, Iluminuras, 2002.
- _____, *Alumbramentos*, São Paulo, Iluminuras, 2011.
- _____, *Terceto para o Fim dos Tempos*, São Paulo, Iluminuras, 2017.
- Macedo, Ana Gabriela, “Recensão crítica a *Terceto para o fim dos Tempos* in **Revista Colóquio/Letras**, nº 199, set. 2018, p. 282-283.
- Silva, Fabio Mario de; Vilela, Ana Luísa “Introdução” in *Alguns poemas Maria Lúcia Dal Farra*, Lisboa, Edições Esgotadas, 2019, p. 7-17.
- Silva, Ivo Falcão de, *Caligrafias Alquímicas: corpo e transmutação na lírica de Maria Lúcia Dal Farra*, tese de doutoramento, Salvador, UFBA, 2018, disponível em http://www.ppglitcult.ufba.br/sites/ppglitcult.ufba.br/files/2_tese_de_ivo_falcao_da_silva_2.pdf, acesso em 13 de abril de 2020.

ESPANCA, FLORBELA, *DIÁRIO/O DOMINÓ PRETO DE FLORBELA ESPANCA, OBRAS COMPLETAS* (ORGANIZAÇÃO, NOTAS E FIXAÇÃO DE TEXTOS DE FABIO MARIO DA SILVA), LISBOA: EDIÇÕES ESGOTADAS, 2019, 244 P.

Cleuma de Carvalho Magalhães

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

Em 2019, celebraram-se os cem anos do *Livro de Mágoas* (1919), obra de estreia de Florbela Espanca no cenário literário português. Muitas foram as homenagens à poetisa alentejana, dentre as quais se destacou o lançamento de mais um volume que compõe a coleção *Obras Completas de Florbela Espanca*. A edição traz o *Diário*, escrito no último ano de vida da poetisa, com registros que vão de onze de janeiro a dois de dezembro de 1930; e o livro de contos *O Dominó Preto*, ao qual a escritora se dedicava ainda em 1927, mas que permaneceu inédito até 1982. A obra é o quinto livro de uma série composta pelos três volumes de poesia: *Livro de Mágoas* (2012a), *Livro de “Sóror Saudade”* (2012b) e *Charneca em Flor* (2013); e o de contos: *As Máscaras do Destino* (2015). Os quatro publicados pela extinta Editorial Estampa, sob a organização de Fabio Mario da Silva, professor de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e pesquisador integrado do CLEPUL (Centro de Literatura e Culturas Lusófonas e Europeias), e Cláudia Pazos Alonso, Professora em Estudos Portugueses e Brasileiros na Universidade de Oxford.

O público pôde conhecer o novo livro durante o Congresso Internacional Cem anos de Florbela Espanca, em homenagem ao centenário do *Livro*

de *Mágoas* e também em honra a Maria Lúcia Dal Farra, pesquisadora brasileira que é referência obrigatória nos estudos florbelianos, além de notável poetisa. O evento ocorreu em Lisboa e Vila Viçosa e contou com a participação de pesquisadores de Portugal, de outros diversos países da Europa e, sobretudo, do Brasil. Neste país tropical, a obra de Florbela tem conquistado cada vez mais leitores, protagonizado estudos acadêmicos e estimulado uma rica interlocução não só no meio literário, mas também na música e até mesmo no cinema.

O interesse dos brasileiros pela obra de Florbela deve-se em grande medida à atuação de pesquisadores como Maria Lúcia Dal Farra, responsável pela publicação de praticamente toda a produção da poetisa portuguesa, além de autora de estudos críticos que descortinam um novo olhar sobre os escritos de Florbela; e Fabio Mario da Silva, este brasileiro apaixonado por Portugal que continua à frente do projeto *Obras Completas de Florbela Espanca* respondendo pela organização do novo livro e já a preparar o último volume com a correspondência da poetisa.

O projeto segue, pois, sob o comando de Fabio Mario da Silva e consultoria científica de Ana Luísa Vilela, professora da Universidade de Évora. O volume de agora mantém o mesmo objetivo anunciado no primeiro livro: “para além de estabelecer um padrão uniforme e coeso, cumprir o mais fielmente a vontade da autora”. Este “modo zeloso como ela ansiava, para o prazer dos leitores” (como bem ressalta Ana Miranda nas belíssimas palavras impressas na contracapa), que deveria ser um dos princípios fundamentais de qualquer publicação, é um dos diferenciais desta edição e constitui uma admirável forma de homenagear Florbela. Para quem está familiarizado com o universo florbeliano, não é difícil reconhecer a complexidade desta tarefa, pois se faz necessária uma minuciosa pesquisa dos originais, uma vez que a produção da escritora, ao longo de sua trajetória histórica, sofreu várias alterações por parte de outrem.

O volume, agora publicado pela Edições Esgotadas, conserva basicamente a mesma estrutura dos anteriores: repete a nota prévia que esclarece os objetivos do projeto, apresenta os agradecimentos, esclarece os critérios de edição e fixação dos textos, expõe um estudo crítico imediatamente seguido da reprodução da obra a que se refere: o *Diário* e *O Dominó Preto*. O livro contém ainda notas sobre os dois textos, com destaque para observações de diversos especialistas nos estudos florbelianos. Tudo seguido das necessárias referências bibliográficas.

É importante destacar a preciosidade dos estudos críticos assinados por Isa Severino e por Fabio Mario da Silva, o organizador da obra. Isa Severino é docente no Instituto Politécnico da Guarda, pesquisadora do CNPq, no projeto “Figurações do feminino: Florbela Espanca *et alii*”, ao lado de nomes como o do próprio Fabio Mario da Silva, sob a coordenação de Maria Lúcia Dal Farra. Com o ensaio intitulado “A construção da *persona* no *Diário* de Florbela”, Isa

Severino expõe uma lúcida análise de detalhes importantes do *Diário*, ressaltando a “linha de continuidade e de diálogo” desta “escrita de cariz autobiográfico” (p. 37) com a poesia de Florbela. Seguindo este prisma, a pesquisadora analisa especialmente a questão da tentativa de construção identitária nos escritos de Florbela, onde “apreende-se a presença de um «eu» em confronto consigo mesmo, numa tentativa de (re)definir fronteiras e limites que se afiguram impraticáveis.

No tocante a *O Dominó Preto*, constituído pelos contos “Mulher de perdição”, “À margem dum soneto”, “Amor de outrora”, o homônimo “O dominó preto”, “O crime do pinhal do cego” e “O regresso do filho”, vale ressaltar que se trata de uma obra que a autora não chegou a concluir totalmente, uma vez que, em razão da morte de Apeles, seu irmão, ela passou a dedicar-se a um novo projeto. Assim, “sob o signo da memória ao seu morto querido” (Dal Farra, 2002, p. 70)¹, nasceu *As máscaras do destino*, que ganhou a primeira edição em 1931.

Como bem salienta Fabio Mario da Silva, no verso do manuscrito do conto “Mulher de perdição”, há a seguinte anotação de Florbela: «Primeiros ensaios (coisas para aproveitar) ou antes para não aproveitar... Tolices!». A nota demonstra o caráter experimental deste conto, do qual se tem a impressão de que não foi concluído (cf. Silva, 2009, p. 9)².

Talvez Florbela não tenha tido tempo de realizar uma revisão criteriosa como sempre fizera com os demais projetos. Tal fato, no entanto, não impede que se verifique a qualidade dos textos e uma íntima relação com sua obra poética, especialmente na construção de diversas personalidades femininas. Esta característica é habilmente detalhada no ensaio “Algumas facetas femininas. Uma leitura dos contos de *O Dominó Preto*, de Florbela Espanca”, no qual, como anuncia o próprio título, Fabio Mario da Silva analisa as imagens femininas presentes na obra, apresentando uma leitura em que identifica nos contos de Florbela “a necessidade de dar protagonismo às mulheres.” (p. 71).

Nos textos de Isa Severino e Fabio Mario da Silva, é também louvável o diálogo com os trabalhos de importantes estudiosos da obra de Florbela, o que lhes permite, de certo modo, apresentar um breve panorama das linhas que norteiam as pesquisas sobre a poetisa alentejana.

O rigor científico empregado na edição deste volume, a presença dos estudos críticos assinados por Isa Severino e Fabio Mario da Silva, as observações contidas nas Notas e a riqueza de referências bibliográficas fazem dele um trabalho

¹ DAL FARRA, Maria Lúcia, «Apresentação», in ESPANCA, Florbela, *Afinado desconcerto*: (contos, cartas, diário). Estudo introdutório, apresentação, organização e notas de Maria Lúcia Dal Farra, São Paulo: Iluminuras, 2002, pp. 69-77.

² SILVA, Fabio Mario da, «Introdução às múltiplas faces do feminino», in ESPANCA, Florbela, *O Dominó Preto*, São Paulo, Martin Claret, n2009, pp. 7-12.

que desperta interesse de leitores do meio acadêmico que desejem conhecer mais profundamente a produção literária de Florbela. Por outro lado, a estrutura didática, a clareza e objetividade das anotações que se somam aos textos de Florbela permitem que o leitor comum possa conhecer um pouco mais do universo florbeliano, além de encontrar nesta obra o prazer do contato com os escritos da poetisa que aqui se revela diarista e autora de contos sem que em ambas as faces abandone sua identidade poética. É, pois, uma obra cuja leitura faz-se necessária e agradável.

RECENSÃO: “MÁRMORE. 2000 ANOS DE HISTÓRIA”*

Maria João Pereira Coutinho

Investigadora integrada do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (IHA/NOVA FCSH), com investigação financiada por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0046].

A obra *Mármore. 2000 Anos de História*, editada pela Theya, resulta de um conjunto de estudos, pluridisciplinares, realizados no âmbito da 2.^a fase do projecto *Património e História da Indústria dos Mármore* (PHIM), financiado pelo QREN, no âmbito Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ao abrigo do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013 – INALENTEJO; e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ao abrigo do Programa Operacional do “Alentejo2020.

O projecto incide sobre a exploração e aplicação dos mármore da região do Anticlinal dos Mármore, que actualmente compreende os concelhos de Estremoz, Vila Viçosa e Borba, desde a Antiguidade até à actualidade, e dá à estampa a investigação de especialistas de diversas áreas do saber, e académicos de várias instituições, tais como: o Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património (CECHAP), o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS), o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (IHC/NOVA FCSH), o Artis - Instituto de História da Arte (ARTIS/IHA/FLUL) e o Clepul – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e

* Este estudo está integrado no âmbito da nossa participação na 3.^a fase do Projeto *Património e História da Indústria dos Mármore* (PHIM) (2019-2021), do Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património (CECHAP), co-financiado pelo QREN no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) (ALT20-08-2114-FEDER-000213).

Europeias (CLEPUL/FLUL), ambos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



Capa do volume *Mármore. 2000 Anos de História, Da Antiguidade à Idade Moderna*.

O primeiro volume da obra *Mármore. 2000 Anos de História*, intitulado “**Da Antiguidade à Idade Moderna**”, foi coordenado cientificamente por Vítor Serrão, Clara Moura Soares e André Carneiro. Foi organizado em 4 partes, que se distribuem ao longo de 352 páginas, e que orienta rapidamente os leitores através de resumos em francês, inglês e espanhol, abrindo caminho para uma maior divulgação internacional.

Explora a história deste notável recurso natural, também ele com uma aplicabilidade transfronteiriça, segundo os estudos resultantes de uma prática transdisciplinar, que decorreu da recolha textual e documental, das análises laboratoriais, e, sobretudo, da reflexão em torno da utilização deste elemento pétreo.

Na 1.^a parte, consagrada aos MÁRMORES DURANTE O IMPÉRIO ROMANO, o texto “Caracterização dos Mármores de Estremoz no contexto dos mármores da Antiguidade clássica da Zona de Ossa-Morena” (pp. 13-54), da autoria de Noel Moreira e Luís Lopes, do Departamento de Geociências da Escola de Ciência e Tecnologia da Universidade de Évora, dá uma visão ampla, que contextualiza o surgimento da exploração desta matéria no Alto Alentejo.

Os autores vão à raiz etimológica da palavra “mármore”, provinda do grego “*marmairein*” ou do latim “*marmor*”, para explicar a raiz calcítica dos mármores da região de Estremoz. Ao longo da investigação, suportada laboratorialmente, que contempla um enquadramento ibérico desta matéria, os investigadores elucidam ainda acerca da geomorfologia do território, suportando as suas asserções através de um olhar estatigráfico, e cruzando a ciência com achados arqueológicos e com um vasto património que todos sabemos ter sido construído em diversas cidades da Lusitânia, como *Augusta Emerita*, *Olisipo*, *Ebora* ou *Pax Julia*.

O texto “A exploração romana do mármore no Anticlinal de Estremoz: extração, consumo e organização” (pp. 55-120), de André Carneiro, do Departamento de História da Universidade de Évora, Investigador integrado do Centro de História de Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora e colaborador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (CECH) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, inscreve-se no mesmo arco cronológico, e abre, por sua vez, portas para o entendimento da forma como sempre se organizou a extração deste produto, face ao consumo, e atendendo às redes que se estabeleceram entre aqueles que se dedicavam à extração e às oficinas de talhe.

Também este autor cruza a informação retirada de obras clássicas com os achados arqueológicos, avançando na leitura do tema através de uma construção crítica, suportada pelo olhar atento às marcas oficinais e à epigrafia impressas em casos de estudo. André Carneiro contribui assim para um maior entendimento do eixo gerado entre a oficina e rede clientelar, fazendo aportações a sub-temas como a maior ou menor qualificação dos escultores, a maior ou menor experiência que existiu no campo da utilização desta matéria-prima na construção arquitectónica, ou o maior ou menor conhecimento de determinados programas decorativos, que diferenciaram os espécimes, projectando-os, por vezes, para a esfera do luxo.

O estudo “Do afloramento à coluna (deambular breve nas antigas pedreiras)” (pp. 121-140), de Nuno Miguel Casaca Mourinha, investigador do projeto

Património e História da Indústria dos Mármore (PHIM), incide sobre aspectos técnicos, como a ancestralidade da utilização da areia, da serra de *lâmina cega*, passando pelo uso da máquina no séc. XIX, como as que William Hutchinson ou Eugene Chevalier patentearam.

O mesmo autor desenvolve em igual abrangência cronológica as questões: do transporte (desde a tracção animal ao caminho de ferro), da organização laboral e do comércio, bem como a questão das especificidades dos vários ofícios ligados ao processo em análise, através da avaliação de conceitos da Antiguidade como: o *officinator*, o *procurator*, os *lapicidinarii* e os *serrarii*, entre outros. Nuno Mourinha convoca ainda ao longo do texto os vários governos romanos, provando que os diferentes *modus operandi* condicionaram o desenvolvimento da indústria marmórea.

Relativamente ao estudo “Os marmora da villa romana de Noheda (Cuenca, Espanha). Antecipação dos primeiros resultados” (pp. 141-169), de Miguel Ángel Valero Tévar, da Universidad de Castilla-La Mancha, desvela-se a importância que vários tipos desse material, de diversas proveniências, ocupou no contexto dessa tipologia arquitectónica. Com efeito, esta primeira apresentação de resultados traz a presença marmórea nas tesselas do mosaico do erudito *triclinium* da villa, mas também a sua aplicação no âmbito da decoração de alguns paramentos murários. Aqui reconhecem-se pedras provenientes de todo o Império, onde sobressaem 39 tipos de mármore.

Uma minuciosa análise aos fragmentos permitiu ao autor chegar à origem de muitas dessas peças, mas também compreender que para além da arte do mosaico, ou do revestimento de placas adossadas a estruturas, tiveram lugar outras técnicas, como a que deveria integrar o fragmento de *giallo antico* em forma de perna. Com proveniências tão distintas quanto a Grécia e a Tunísia, o autor conclui que existiu também uma grande representatividade do Anticlinal de Estremoz.

A 2.^a parte do livro, intitulada ARTISTAS E OBRAS (SÉCULOS XVI-XVIII), incide num conjunto de novidades respeitantes a novas leituras de alguns objectos já conhecidos, identitários das principais vilas e cidades do Alentejo, mas também acerca de vários artistas que conceberam e deram vida a um expressivo património pétreo.

O estudo “Testemunhos da “nobre arte do mármore” na arquitectura e escultura maneirista alentejana (séculos XVI a XVIII): três casos de estudo” (pp. 173-196), de Vítor Serrão, do ARTIS/IHA/FLUL, incide precisamente sobre estes dois aspectos (Os Artistas e as Obras), conduzindo os leitores através dos seguintes exemplos: uma obra religiosa em Almodôvar do arquiteto lisboeta Nicolau de Frias, uma obra civil em Vila Viçosa, do escultor e arquiteto Pero Vaz Pereira, e um sepulcro em Plasencia, do escultor André Francisco.

Trata-se mais concretamente da traça da igreja-salão de Almodôvar, custeada por D. Fernando de Castro, 1.º Conde de Basto; de várias obras pétreas realizadas para o Paço Ducal de Vila Viçosa, a expensas do 7.º duque de Bragança, D. Teodósio II, e do 8.º duque, D. João II, e do monumento fúnebre de D. Pedro de Carvajal, bispo de Coria, por André Francisco, escultor de Estremoz. O autor integra as obras na acção mecenática da época, aludindo ao tempo do cardeal D. Henrique, de D. João de Melo e Castro e de D. Teotónio de Bragança, e coteja os casos de estudo com outros espécimes, que explicam as raízes necessárias para se ter implementado o gosto por determinados esquemas compositivos e ornamentais.

A investigação em torno de “Famílias de pedreiros na “região do mármore”, que elegeu “os Cordeiro” (pp. 197-236) como objecto de análise, de Patrícia Monteiro, do ARTIS/IHA/FLUL e do CLEPUL/FLUL, orbita na esfera da corte dos Bragança, onde esses mestres operaram. Naturais da vila de Borba, os Cordeiro emergiram com a empreitada de renovação do convento do Bosque, a que se seguiu a obra do convento das Servas, da capela-mor da igreja de São Bartolomeu, e ainda outras onde a componente marmórea ocupou um lugar de destaque.

Uma família alentejana, activa durante os séculos XVII e XVIII, com obra numericamente comparável com as de outras linhagens da capital, como os Frias ou os Tinoco, dá a conhecer uma actividade laboral ampla e versátil, que vai desde o lageamento de escadas e fachadas, à componente escultórica em fontes ou em elementos decorativos isolados, como o leão que se encontra na igreja de São Bartolomeu de Borba.

Em suma, retira-se desta investigação, que os Cordeiro, à semelhança das famílias de artistas olisiponenses anteriormente mencionadas, firmaram-se pelas suas competências, mas também por outros elos, como os matrimoniais e aqueles de parceria. Uma das mais-valias deste estudo é indubitavelmente a quantidade de informação extraída quase integralmente de obrigações e de outros instrumentos notariais de Borba, Évora, Vila Viçosa, Castelo de Vide, Elvas e Nisa.

O estudo “Os mármore do Alentejo no século XVIII, entre a procura e a oferta” (pp. 237-293), de Carlos Filipe, também investigador das já referidas Unidades de Investigação ARTIS/IHA/FLUL e CLEPUL/FLUL, é igualmente sustentado por informações constantes em actos notariais, e no menos explorado fundo do Cabido da Sé de Évora, onde sobressai primeiramente a contextualização da lavra nas pedreiras dos concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa, durante o século XVIII.

A análise de contratos de arrendamento de terrenos para exploração de materiais pétreos, assim como as sociedades resgatadas, o apuramento dos vários

arquitectos e pedreiros responsáveis pela concretização de inúmeras obras, que aqui se tiraram do anonimato, e os estaleiros apontados, exemplificam o quanto ainda há para fazer numa área tão fértil quanto a do estudo dos mármore.

Nomes como José Francisco de Abreu, arquitecto activo em Elvas, Vila Viçosa, Campo Maior, Barbacena e Monforte; Gregório das Neves Leitão, sócio do anterior artista, operando muito mais no terreno e no estaleiro, e José Mendes Brochado, mestre pedreiro das obras reais, ao serviço da Casa de Bragança, são em boa hora dados a conhecer à comunidade científica e ao grande público.

Todos operaram na centúria de setecentos, em diversas áreas, desde a estrutura arquitectónica à retabulística dando forma a um património, infelizmente ainda desconhecido de muitos, e que rapidamente deverá ser dado ao conhecimento, através da sua integração em rotas turísticas. Uma aportação às suas vidas, consubstanciada por documentação levantada em acervos históricos constantes de registos paroquiais, assentos de irmãos, lançamentos de impostos, processos orfanológicos e outros instrumentos documentais, dá uma dimensão mais precisa da vida e obra destes artistas.

Na 3.^a parte do livro em apreço, consagrada ao tema d'O MÁRMORE NA ARQUITECTURA DA ÁGUA, a investigadora Patrícia Alho, do ARTIS/FLUL, CLEPUL/FLUL e CITAD/ULusiada, e responsável pelo Projecto AquaMafra (com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian - 2017), apresenta um estudo intitulado "A aplicação do mármore na hidráulica: chafarizes" (pp. 297-311), onde se descobre a articulação entre a hidráulica e esta matéria-prima.

A aplicação funcional do mármore, entre os séculos XVI e XIX, mas também como componente escultórica, que teve maior expressão em tipologias como as fontes e os chafarizes, é agora apresentada no universo do Alto-Alentejo. Assim, percorrendo fontes textuais, a autora dá a conhecer uma nova perspectiva desse segmento artístico em Évora, Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal. Nesses espaços, Patrícia Alho faz uma apreciação plástica e compositiva das formas, ora desvelando datas e autores, ora recordando atribuições, como a da monumental fonte barroca das Bicas, sita no Alandroal, possivelmente devedora do talhe de José Pereira e de Nicolau da Rocha. Não se detendo só nesse método analítico, Patrícia Alho traça ainda paralelos formais e ornamentais entre espécimes, contribuindo para uma visão mais ampla do assunto em apreço.

A 4.^a e última parte do livro, DOCUMENTOS DE ARQUIVO DOS SÉCULOS XVI A XVIII, resulta de uma *Documenta* relativa às centúrias de quinhentos, seiscentos e setecentos, vertida no texto "Encomendas de obras em "pedra branca": os mármore alentejanos nos documentos de arquivo dos séculos XVI a XVIII" (pp. 315-345) de Lina Maria Marrafa de Oliveira, do CLEPUL/FLUL e do ARTIS/IHA/FLUL, e dá a conhecer a importância de

um conjunto de transcrições paleográficas, extraídas de livros de notas dos cartórios notariais de Vila Viçosa, Borba, Évora e Estremoz, à guarda do Arquivo Distrital de Évora, e ainda de alguns documentos do fundo *Corpo Cronológico* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Essa selecta, que reporta a contratos e outros instrumentos notariais referentes a obras marmóreas entre o civil e o religioso, concretizadas no Alentejo, entre os séculos XVI e XVIII, permite hoje datar obras, reconhecer tipologias funcionais (como a tumulária e as fontes) ou aquelas decorativas (como a escultura e outras), e identificar intervenientes (como encomendadores e patronos, os arquitectos, os mestres, os empreiteiros, os pedreiros, canteiros, alvenéis e cabouqueiros). Esta recolha possibilita ainda o entendimento da existência de desenhos prévios, de pormenores construtivos, da proveniência das matérias-primas eleitas, e de um conjunto de aspectos legais, explicitados em clausulas, como os prazos de realização das obras, as importâncias pagas, e um sem fim de outros elementos de carácter jurídico.

O segundo volume da obra *Mármore. 2000 Anos de História*, intitulado “**A Evolução Industrial, os seus Agentes Económicos e a aplicação na Época Contemporânea**”, foi, por sua vez, coordenado cientificamente por Ana Cardoso de Matos e Daniel Alves. Foi organizado em 3 partes, que se distribuem ao longo de 316 páginas, e que, à semelhança do 1.º volume, elucida os leitores internacionais através de resumos trilingues. Confirma a exploração do mármore no Alentejo na Época Contemporânea, e averigua, numa perspectiva nacional e internacional, as repercussões da sua indústria, mormente ao serviço dos equipamentos públicos e das artes, bem como o serviço que as humanidades digitais prestam na actualidade, no que à disseminação do conhecimento da extração e seus agentes refere.

A 1.ª parte deste volume, sobre A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL, abre com o estudo “A afirmação do mármore alentejano em contexto nacional e internacional (do século XVIII a 1945)” (pp. 13-120), de Ana Cardoso de Matos e Armando Quintas, do CIDEHUS/UEvora. Centra-se, portanto, na exploração e história empresarial dos mármore de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, colhendo informações em variadas fontes impressas e manuscritas, onde se incluem as asserções do Padre António Carvalho da Costa (1650-1715) na sua *Corografia Portuguesa*, de João Batista de Castro (1700-1775), no *Mappa de Portugal*, ou relatos de viajantes, como o do conhecido Charles Merveilleux (1682-1748), do militar Charles Dumouriez (1739-1823), do escritor inglês Richard Twiss (1747-1821) ou de William Beckford (1760-1844), entre outros.

Aos anteriores relatos, os autores acrescentam ainda as referências à utilização desta matéria, fixadas nas narrativas produzidas sobre a Grande Exposição



Capa do volume *Mármore. 2000 Anos de História, A Evolução Industrial, os seus Agentes Económicos e a aplicação na Época Contemporânea*.

de Londres (1851), a Exposição Universal de Paris (1855), as Exposições Industriais do Porto (1861 e 1865), a Grande Exposição Universal de Londres (1862), a Exposição Universal de Paris (1867), a Exposição Mundial – Cultura e Educação, de Viena de Áustria (1873), a Exposição Internacional de Filadélfia (1876), a Exposição Universal de Paris (1878), a Exposição Nacional das Indústrias Fabris de Lisboa (1888), a Exposição Internacional de Antuérpia (1894) e a Grande Exposição Universal de Paris (1900). Também as quatro Exposições de Produtos da Indústria Portuguesa, que tiveram lugar em Lisboa, nos anos de 1838, 1840, 1844 e 1849, foram incluídas neste minucioso levantamento, comprovando a importância que esta indústria alcançou na centúria de oitocentos.

Salienta-se, como mais-valia deste estudo para o grande público, as sistematizações dos vários quadros apresentados, onde se pode fazer uma rápida leitura das pedreiras de mármore em lavra ativas em 1872 e em 1885, dos resultados do inquérito que em 1890 foi efectuado no âmbito da exploração de pedreiras do distrito de Évora, e sobre a transação de mármore entre Portugal e os Estados Unidos, entre 1873 e 1875. Também a análise ao comércio externo de materiais de construção, no reino e ilhas adjacentes, entre 1856 e 1872, o n.º de canteiros com oficinas, existentes em Estremoz e Borba, entre 1861 e 1875, e o n.º de pedreiras de mármore em lavra ativas entre 1918 e 1945, contribuem para esta nova história da indústria marmórea.

A utilização do material pétreo no contexto das obras fúnebres, contabilizando entre 1830 e 1900, em diversos cemitérios portugueses, bem como a afirmação internacional desta matéria portuguesa no Brasil, através da análise de dados referentes à sua exportação, foram os derradeiros contributos desta investigação.

Da autoria de Carlos Alexandre Ferreira de Sousa, do IHC/NOVA FCSH, segue-se o estudo “A indústria das pedreiras na Regeneração: Estado e Obras Públicas (1850-1890)” (pp. 123-154), que tem por base o “Estado da Arte” sobre as obras públicas no universo português *fontista*. O impacto que as obras impulsionadas pelo então aparelho de Estado tiveram na indústria da época é considerado como ponto de partida para uma investigação que teve como principal objectivo a caracterização aprofundada dessa intervenção, bem como o seu enquadramento jurídico.

Numa época que ficou conhecida por Regeneração, onde se evidenciou uma política de fomento, de forte dinamismo comercial e subsequente revitalização de equipamentos públicos, a indústria das pedreiras assume um papel de grande destaque, que se deve associar a um conjunto de leis e decretos, que procuraram regularizar a indústria de extracção, a saber: a Carta de Minas de 1850, a Lei de 1852; o Decreto de 6 de Março de 1884, e o Decreto de 13 de Abril de 1892. Às anteriores informações, o autor do estudo introduz alguns esclarecimentos acerca da realização de inquéritos, complementares, onde se obteve maior conhecimento sobre a actividade das pedreiras em lavra, como ocorreu com o *Inquérito Industrial de 1890*.

Por fim, Carlos Ferreira de Sousa incide sobre a marca mais evidente da Regeneração, os caminhos de ferro e as estruturas portuárias. As ferrovias, apesar de não terem sido regulares no que à sua construção refere, deram origem à exploração de pedreiras ao longo das vias em construção, tendo sido algumas delas abandonadas após a conclusão dessas obras. Já os portos, particularmente os de Lisboa e Leixões, que o autor do texto elegeu como estudos de caso, foram mais constantes no que à sua edificação concerne, absorvendo a indústria

pedreira de forma mais direccionada. Aos anteriores exemplos, acresce para esta época, o crescimento nunca antes visto das franjas das principais cidades do reino, Lisboa e Porto, que conduziram ao aumento da extração de pedra com fins construtivos, e mesmo decorativos.

Na 2.^a parte deste livro, dedicada à APLICAÇÃO ARTÍSTICA NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA, pode-se, por sua vez, ler o texto conjunto de Clara Moura Soares, Rute Massano Rodrigues e Mariana Penedo dos Santos, do ARTIS/IHA/FLUL, intitulado “A fachada grandiloquente do paço ducal de Vila Viçosa: cenário de mármore para as comemorações centenárias de 1940” (pp. 159-219).

Nesse capítulo, o trabalho marmóreo da fachada da Sede da Casa de Bragança é analisado numa perspectiva que se distânciava das épocas mais marcantes de renovação desse edificado, ou seja, numa época mais recente, como o ano de 1940, quando este conjunto serviu de palco às comemorações do 3.^o centenário da Restauração. As autoras debruçam-se, portanto, sobre a ideia de se proceder a obras de restauro nesse edifício, traçadas desde 1938, onde vários estudos propuseram a limpeza e substituição de mármore partidos da fachada.

Nesse primeiro momento, foram principais intervenientes: o arquitecto Martinho Humberto dos Reis, autor da memória descritiva do projecto, Henrique Gomes da Silva, Director-geral da então Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), e Duarte Pacheco, na qualidade de Ministro das Obras Públicas. Foram ainda fundamentais para a condução do processo dessa campanha de restauro, vários engenheiros da DGEMN e o arquitecto Carlos Chambers Ramos. E embora o arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, só seja responsável pelos trabalhos de arranjo urbanístico de Vila Viçosa, na ocasião das celebrações centenárias, é igualmente envolvido no processo de “arranjo” do terreiro do paço, onde se ergueu a estátua equestre de D. João IV, da autoria do escultor Francisco Franco.

Todavia, como é demonstrado ao longo do texto, a devolução de uma fachada pautada pelos contrastes do mármore, que o tempo se tinha encarregado de esbater, só tiveram lugar a partir de 1945, quando a Administração da Casa de Bragança assume funções, e quando Raul Lino, então arquitecto e chefe da Repartição de Estudos e Obras em Monumentos da DGEMN, leva a cabo essa tarefa, que privilegia o uso dos materiais da região para o preenchimento das lacunas.

O capítulo intitulado “As rochas ornamentais nas obras do real palácio da Ajuda (1796-1865): a presença dos mármore do Anticlinal de Estremoz” (pp. 221-272), também de Rute Massano Rodrigues e Clara Moura Soares, centra-se na utilização desses mármore, em detrimento do lioz usado num primeiro momento dessa construção.

Com efeito, e apesar desse edificado ser inicialmente marcado pela traça de Manuel Caetano de Sousa, que se socorreu das matérias extraídas em redor de Lisboa, como o lioz de Pêro Pinheiro, foi igualmente objecto da acção de José da Costa e Silva Francisco Fabri, António Francisco Rosa ou Joaquim Possidónio Narciso da Silva, que, por sua vez, já recorrem a rochas com valores ornamentais.

A elaboração do “*Mappa dos Marmores Nobres que Ha no Reino*”, com o intuito de dar conta a D. João VI do que se podia fazer para enobrecer as obras que se estavam a levar a cabo no real palácio da Ajuda, permitiu um maior conhecimento dos mármore de Estremoz e de Vila Viçosa, e a sua posterior aplicação no contexto da renovação de alguns dos espaços da Ajuda.

Com a subida ao poder de D. Miguel, constata-se uma viragem no gosto, e uma súbita mudança na escolha dos materiais pétreos, que não só começam a vir do Alentejo, como projectam o nome de canteiros dessa região, como ocorreu com José da Silva Teixeira, de Borba.

A decoração da Sala do Mármore, com risco de Joaquim Possidónio Narciso da Silva, é o derradeiro exemplo dessa alteração de paradigma, onde, na reformulação empreendida por ocasião do casamento de D. Luís I com D. Maria Pia de Sabóia, foram utilizados mármore brancos, ofertados pelo vice-rei do Egipto, a par de mármore do Alentejo.

Por fim, a 3.^a e última parte deste volume, sobre A APLICAÇÃO DAS HUMANIDADES DIGITAIS AO ESTUDO DO MÁRMORE, encerra com o estudo “Humanidades digitais e investigação em história: o centro de documentação e o roteiro digital sobre a indústria do mármore” (pp. 277-307), de Daniel Alves, do IHC/NOVA FCSH.

O autor contextualiza o surgimento do termo “humanidades digitais”, caracteriza enquanto linha de investigação autónoma, composta por equipas multidisciplinares, ao serviço da comunidade académica, mas também do grande público. Para melhor elucidar acerca do propósito desta ferramenta, apresenta um conjunto de projectos, de diversas áreas científicas, e particulariza a sua aplicação no âmbito da história e da arqueologia, mormente a especificidade das bases de dados.

É nessa linha que se inscreve o *Portal do Património e História da Indústria do Mármore*, integrado no projecto *Património e História da Indústria dos Mármore* (PHIM), onde através da ferramenta Zotero, permite reunir informação sobre espaços como Vila Viçosa, Estremoz, Borba, Elvas, Alandroal, e outros concelhos alentejanos, e, particularmente, sobre as pedreiras e os canteiros de mármore dessas regiões.

É, portanto, um repositório de documentos textuais e iconográficos, e outros dados relevantes para o estudo da indústria dos mármore, em *open access*, para

melhor cumprir o pressuposto da ciência útil, e devolvendo à comunidade estudos que poderão ter impacto na economia e no turismo dessas regiões.

Concluindo, para além de se subtrair da leitura destes dois volumes que este tema se encontra ainda muito longe de encerrar ou esgotar todas as suas possibilidades, abrindo novos caminhos para um largo e transdisciplinar entendimento do assunto, compreende-se também que o resultado deste projecto não só permitiu alcançar as metas científicas a que a equipa se propôs, como estreitou laços de parceria entre diversas instituições, que legaram à sociedade este notável instrumento de consulta, hoje ao alcance de todos. Cumpre-se, portanto, o desígnio de disciplinas como a Arqueologia Romana e Industrial, a História das Técnicas e Tecnologias, a História da Construção, a História da Arte e as Humanidades digitais: produzir e divulgar cultura, contribuindo assim para uma perspectiva inovadora da história dos mármore.

Notícias Culturais

CONGRESSO INTERNACIONAL MULHER, MÃE E RAINHA. NOS 375 ANOS DA COROAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO COMO PADROEIRA DE PORTUGAL

Carlos Filipe

Presidente da Direcção do Instituto da Padroeira de Portugal para os Estudos da Mariologia.

Foi em 25 de março de 1646 que o Rei D. João IV consagrou os «Seus Reinos e Senhorios» a Nossa Senhora da Conceição, representada esta numa escultura existente no Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Por “Provisão Régia”, Nossa Senhora foi proclamada a Padroeira de Portugal e, a partir de então, não mais os monarcas da Dinastia de Bragança voltaram a colocar a coroa real na cabeça.

Para assinalar este acontecimento, o Instituto da Padroeira de Portugal para os Estudos da Mariologia (IPPEM) pretende organizar um congresso, intitulado: “Mulher, Mãe e Rainha. Nos 375 anos da Coroação de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal”.

O Congresso, encontrava-se calendarizado para março do corrente ano, a decorrer em Vila Viçosa e em Évora, foi adiado pelas circunstâncias conhecidas, devido às contingências sanitárias que o País enfrenta com o agravamento da pandemia.

Depois de auscultar o Presidente do Conselho Científico Internacional do IPPEM, o Presidente da Comissão Científica do Congresso, o Presidente da Comissão Organizadora e o Senhor Arcebispo de Évora, foi decidido adiar a realização do Congresso para os dias **24, 25 e 26 de março de 2022, no Santuário de Fátima**. Foi uma decisão

difícil, contudo necessária e tomada com o propósito de permitir que, em **2022**, o Congresso possa decorrer com a dimensão ambicionada.

Pretende ser um fórum de estudo abrangente, nas temáticas, nas visões e nas abordagens, esperando-se os diferentes contributos relativos aos estudos da Mariologia, da Teologia e da Bíblia; da Religiosidade Popular; das Associações de Fiéis e das Ordens Religiosas (impulsionadoras em tantos casos, da devoção à Virgem Maria); do Direito Canónico; da Antropologia e da Sociologia, da Arte e da História da Igreja; da História de Portugal e até da História Universal.

O congresso, para além de reunir os mais conhecedores e especialistas nas várias áreas do saber, está aberto à participação ativa de quantos queiram associar a sua investigação através de comunicações autopropostas. É inegável que o Povo português tem uma forte identidade mariana, que no Congresso melhor queremos conhecer, nos seus fundamentos e expressões.

Esperamos que o Congresso seja bem acolhido, pela comunidade civil, pela comunidade religiosa e pela comunidade científica. Deixaremos também nós, assim, um marco na história, pela via do conhecimento.

Que todos os interessados se mobilizem. Esperamos contar com a presença e colaboração de todos quantos possam dar um contributo positivo à presente iniciativa.

EIXOS TEMÁTICOS

1.^a SESSÃO:

HISTORIOGRAFIA: ESTUDOS SOBRE UM TEMA MAIOR

O debate gerado em torno da reflexão acerca do papel da Mãe do Deus dos cristãos no seio da comunidade crente gerou — também na comunidade académica — interesse maior que se consubstanciou, entre outros, no rastreamento de posições, muitas vezes sustentadas por leituras políticas e sociais que interessaram aos intelectuais e a outros revisitadores do tema, a fim de auscultarem o que pensaram outros pensadores e que posicionamento tomaram em cada época histórica.

Pretende a 1.^a sessão do Congresso proceder ao estado da arte relativamente à historiografia sobre os estudos marianos em Portugal e no mundo ibero-americano.

Áreas disciplinares especialmente convocadas à reflexão: História, Mariologia.

2.^a SESSÃO:

FUNDAMENTOS BÍBLICOS E PARENÉTICA

Não sendo abundantes as referências a Maria nos textos sagrados, a narrativa bíblica mostra-a como mulher especialmente consagrada a Deus e com papel fundamental na economia da história da salvação. Amplamente glosadas, essas referências foram intertextualmente ligadas a passagens outras, algumas bem mais antigas, lidas segundo o pensamento teológico de cada contexto histórico. *Pretende a 2.^a sessão do Congresso refletir sobre a forma como a Virgem Maria é tomada a partir das fontes primárias que dão fundamento à comunidade dos crentes e a partir dos discursos que umbilicalmente a estas se encontram ligados e delas derivam.*

Áreas disciplinares especialmente convocadas à reflexão: Ciências da Religião, Literatura, Mariologia, Teologia.

3.^a SESSÃO:

REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS, PLÁSTICAS E ARTÍSTICAS

Fruto das leituras que encomendantes e artistas operaram a partir dos traços semânticos associados à figura da Virgem Maria, a arte de temática mariana, nas suas diferentes expressões plásticas, manifesta-se ‘topos’ de constante (re) criação e (re)construção, conforme as épocas históricas, desde a Antiguidade à Contemporaneidade, e nos diferentes contextos estéticos, incluindo os museológicos, sejam estes contextos defensores da figuração ou da abstração.

Pretende a 3.^a sessão do Congresso abordar a visão dos artistas, nos diferentes tempos históricos e nas diferentes categorias estéticas, desde as artes plásticas às da representação cênica, relativas à importância da representação da Virgem Maria.

Áreas disciplinares especialmente convocadas à reflexão: Arte, Ciências do Património, Cinema, Estética, História da Arte, Museologia, Teatro.

4.^a SESSÃO:

MARCAS MARIANAS NA CULTURA DOS POVOS

A importância vivencial que o tema mariano demonstrou ao longo da história do Cristianismo levou à impressão de diferenciadas marcas culturais nas sociedades, marcas que se percebem em diferentes campos de abordagem como são a antroponímia e toponímia, e, bem assim, as expressões artísticas de

cunho literário que fizeram ecoar, inclusive nos Media, aspetos de Maria como tipificadores da condição humana: entre outros, a maternidade, a humanização da religião, a visão da mulher, a mulher das dores.

Pretende a 4.ª sessão do Congresso atualizar o conhecimento dos diferentes fenómenos que exibem a marca mariana na cultura, popular ou erudita.

Áreas disciplinares especialmente convocadas à reflexão: Antropologia, Ciências da Comunicação, História, Literatura, Música, Sociologia.

5.ª SESSÃO

RELIGIOSIDADE POPULAR, DISCURSOS TEOLÓGICOS E VIVÊNCIAS CULTUAIS

O culto mariano, consubstanciado em diversas manifestações, entre as quais as peregrinações e visitas aos santuários, reveste-se de múltiplas formas de devoção, desde as estabelecidas pela norma litúrgica às relacionadas com práticas relativas a uma espiritualidade pessoal ou coletiva que se exterioriza através do tópico da festa.

Pretende a 5.ª sessão do Congresso analisar, à luz do entendimento atual da pastoral da Igreja Católica, as práticas devocionais e a sua relação com os que frequentam os lugares de culto marianos, sejam crentes, sejam turistas ou outros visitantes.

Áreas disciplinares especialmente convocadas à reflexão: Antropologia, Liturgia, Mariologia, Teologia, Turismo.

Consultar: <https://padroeiracongresso.wixsite.com/padroeira>

CONGRESSO INTERNACIONAL PORTUGAL RESTAURADO. MEMÓRIA DOS 380 ANOS DO 1.º DEZEMBRO DE 1640

Carlos Filipe

Presidente da Comissão Organizadora do Congresso Internacional *Portugal Restaurado*.
Memória dos 380 anos do 1.º dezembro de 1640. CECHAP | ARTIS-IHA / FLUL.

O Congresso Internacional *Portugal Restaurado. Memória dos 380 anos do 1.º dezembro de 1640*, irá ocorrer em Vila Viçosa entre os dias **28 e 30 de novembro de 2022**, tendo como enquadramento um acontecimento histórico.

O desmantelamento do Império de Carlos V a partir do século XVII provocou inúmeras guerras na Europa de forma a consolidar territórios e definir fronteiras, como foi o caso da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que envolveu a monarquia filipina e os Habsburgos, os Países Baixos e a França. Neste período configurou-se uma administração territorial que determinou o conceito de Nação implícito na reformulação do Estado Moderno, baseado numa nova visão política e cultural, e que implicou, também, o agravamento dos conflitos de religião entre católicos e protestantes.

Neste contexto, a Restauração da monarquia portuguesa, assumida em 1640 pelos Bragança, teve como aliado maior, além de Inglaterra e Holanda, a França do reinado de Luís XIII, explorando o facto de que esta pretendia assegurar a manutenção das suas fronteiras naturais lutando, ao mesmo tempo, contra o poder dos Áustrias. A diplomacia portuguesa teve um papel fundamental nos acordos estabelecidos em diversos tratados europeus que reconheceram a soberania de Portugal. O rei D.

João IV (1604-1656) pretendia restabelecer a linha de fronteira definida desde o Tratado de Alcanizes, e que se afirmou no tratado de Aix-la-Chapelle, em 1668.

Essa reafirmação territorial levou à necessidade de uma política de defesa agregada à Fortificação Moderna, desenvolvida no período da Guerra dos Trinta Anos. Essa Ciência, ou Arte, protagonizou a simbologia do Estado Moderno, baseada na prática e na teoria. Do mesmo modo, a formação do exército foi uma área essencial à afirmação dos vários países. No caso português, estendeu-se aos espaços imperiais e às suas estratégias de defesa face aos ataques holandeses como sucedeu na costa ocidental de África, no Brasil e no Estado Português da Índia.

Nessa perspectiva, foi criado em 11 de dezembro de 1640 o novo Conselho da Guerra, formado por nobres que faziam parte do Conselho do Estado. Este organismo ficaria incumbido da reorganização do exército, com recrutamento obrigatório para as populações, assim como da nomeação engenheiros militares, encarregados de projetar as obras de fortificação necessárias para defesa do reino, após os ataques dos castelhanos, que a partir de 1641 invadiram, por diversas vezes, as terras portuguesas. Foi sobretudo reforçado o investimento do poder político na Arte Militar como uma imagem de modernidade.

Como afirmação da legitimidade da nova dinastia, um inflamado fervor patriótico está presente em todas as expressões culturais, ligadas também à reapropriação das teses sobre a antiguidade de Portugal e a mitos fundacionais, como a Ulisseia e a saga troiana. Por isso, os relatos de batalhas deste conturbado período foram descritos em obras literárias como a *História de Portugal Restaurado*, do Conde da Ericeira, assim como a *Lusitânia Liberata*, de António Sousa de Macedo, obras que, em paralelo com a obra do Padre António Vieira, enaltecem a soberania portuguesa.

Também no meio artístico esse reconhecimento teve expressão como forma de propaganda ao invocar a História de Portugal, do Milagre de Ourique à Lenda da Senhora da Nazaré e às vitórias nas Guerras da Restauração, passando por simbolizações de temas histórico-mitológicos como a exaltação da virtude dos heróis troianos (considerando o rei-restaurador, por exemplo, uma espécie de novo Eneias). A pintura portuguesa, de Avelar a Baltazar Gomes Figueira, Diogo Pereira e Josefa de Óbidos, soube explorar tal dimensão política envolvendo de modo esclarecido um combate político comprometido com imagens (pintura, gravura, azulejo) eivadas de uma verdadeira parenética de inflamado discurso.

No contexto da Restauração portuguesa se integra a questão do imaculismo, que se inseriu na problemática da afirmação cultural com D. João IV, nas cortes celebradas em 1646, ao tomar Nossa Senhora da Conceição como Padroeira do Reino de Portugal e fonte de agregação dos seus vastos espaços ultramarinos.

CONGRESSO INTERNACIONAL
VILA VIÇOSA 2022



PORTUGAL
R E S T A U R A D O

Imagem oficial do Congresso Internacional - Portugal Restaurado. Autoria: Carlos Pernas.

O congresso que esteve previsto para novembro de 2020, ano em que se celebravam os 380 anos do 1.º de dezembro de 1640, foi adiado pelas circunstâncias de sanidade pública provocadas pela pandemia com que o país foi confrontado. A comissão organizadora não quis deixar de assinalar o acontecimento, organizando uma mesa-redonda na sala dos atos do Palácio Ceia (Universidade Aberta). Este evento contou com a intervenção de especialistas em distintas áreas, entre eles a Professora Ana Leal Faria, do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CH-FLUL), o Major-General João

Jorge Vieira Borges, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM) e o Mestre Miguel Soromenho, do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA). A moderar o evento esteve a Professora Fernanda Olival, do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, da Universidade de Évora (CIDEHUS – UE).

É este o tema que se encontra na base da realização do congresso «*Portugal Restaurado. Memória dos 380 Anos do 1º de dezembro de 1640*», organizado pelo CECHAP - Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios, com a colaboração do ARTIS-IHA da FLUL, e que contará com a participação de diversos especialistas e académicos, com data de realização prevista para os dias 28, 29 e 30 de novembro de 2022, em Vila Viçosa.



Mesa-redonda na sala dos atos do Palácio Ceia (Universidade Aberta).

